



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Campus de Presidente Prudente

ALINE WEBER SULZBACHER

**Política, Território, Poder e a Agroindustrialização em
assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul**

Presidente Prudente – SP

2015

ALINE WEBER SULZBACHER

**Política, Território, Poder e a Agroindustrialização em
assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia para obtenção do
Título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo
Hespanhol

Presidente Prudente – SP

2015

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. ANTONIO NIVALDO HESPANHOL
ORIENTADOR

PROF. DR. NÉCIO TURRA NETO
(UNESP/FCT)

PROF. DR. LUIS ANTONIO BARONE
(UNESP/FCT)

PROFA. DRA. ROSA MARIA VIEIRA MEDEIROS
(UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL)

PROF. DR. EVE ANNE BÜHLER
(UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

ALINE WEBER SULZBACHER

Presidente Prudente (SP), 06 de fevereiro de 2015.

RESULTADO: Aprovada

Ficha Catalográfica

S951a Sulzbacher, Aline Weber.
Política, Território, Poder e a Agroindustrialização em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul / Aline Weber Sulzbacher. - Presidente Prudente: [s.n.], 2015
240 f. : il.

Orientador: Antonio Nivaldo Hespanhol
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Agroindustrialização. 2. Políticas Públicas. 3. Assentamentos de Reforma Agrária. 4. Geografia Agrária. 5. Geografia Política. I. Sulzbacher, Aline Weber. II. Hespanhol, Antonio Nivaldo. III. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação
– Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, *Campus* de Presidente Prudente.

Ao Amor Universal...

Apoio Institucional

Para a realização do curso de pós graduação nível de doutorado, agradeço ao apoio das seguintes instituições:

- Universidade Estadual Paulista, *Campus* Presidente Prudente e todas as pessoas que fazem desta universidade um espaço agradável, receptivo e de aprendizado;

- Programa de Pós-Graduação em Geografia e, através dele, gostaria de agradecer à equipe de secretaria sempre atenciosa, gentil e ágil, aos professores e aos colegas;

- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão da bolsa (outubro 2011 a dezembro 2014), pelo financiamento da pesquisa e pela concessão da Bolsa de Estudos e Pesquisa no Exterior (janeiro à junho 2014). Estendo também este agradecimento ao parecerista que acompanhou o desenvolvimento do projeto;

- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de dois meses de bolsa;

- Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agrária (GEDRA) pelos encontros, reuniões de estudo e ambiente de trabalho;

- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, em nome destes, estendo agradecimento a todas as pessoas que colaboraram para desenvolvimento desta pesquisa;

- *Université Paris VIII* e ao *Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces* (LADYSS) por me receber para estágio de pesquisa no exterior.

Agradecimentos

Ao concluir o doutorado encerra-se, de certo modo, uma trajetória de estudante, embora ainda seremos sempre aprendizes. Uma trajetória que é construída socialmente, por isso agradeço aos que participaram dela nesses quinze anos e, especialmente, aos que participaram dela nestes últimos quatro anos...

Gratidão...

...ao professor Antonio Nivaldo Hespanhol por estar sempre presente, pela confiança e liberdade com as quais conduziu a orientação;

...às professoras Ségolène Darly e Eve-Anne Bühler que me acolheram tão bem na Université Paris 8 e proporcionaram ótimas condições para a realização do estágio. Agradeço também a professora Marion Tillous, sempre amigável e gentil; e ao professor André-Louis Sanguin pela troca de ideias, pela confiança e compartilhamento de bibliografias.

...aos professores Valter Carmo Cruz e Nécio Turra Neto cujas reflexões incitaram a problematização das ferramentas para construção do saber, das leituras de mundo e da Geografia;

...aos professores Rosa Medeiros e Carlos Alberto Feliciano pelas contribuições no Exame Geral de Qualificação;

...aos colegas que se tornaram amigos: a Michele, essa cearense cheia de luz, paciência e amor, que tanto me ensinou com sua companhia e amizade; a Carmen, essa gaúcha, polaca e alemoa, energia e criatividades contagiantes, além de tensionar qualquer fronteira gastronômica; ao Reginaldo, esse prudentino intenso, que transborda vida; ao Hugo, esse paraense exigente, que apareceu nestes últimos meses do doutorado para me ajudar a concluir a travessia; a Juliana, essa índia cheia de amor e sapequices; a Marine, essa francesa da Bretanha, que voou longe e fez a vida valer a pena; a Chay, essa carioca-parisiense, guerreira que conjuga a força e as crises de ser-mulher no mundo; ao Afonso, esse maranhense que atraí todo o improvável e o inacreditável, um guerreiro, determinado e teimoso; ao Tássio, esse baiano "arretado", andarilho e paciente; a Paula, o Márcio, o Igor, a Raquel, o Rafael, o Smalley, o Ítalo, o Lindbergh/Baiano, o Vinicius/Cirso, a Priscila, o Raphael, o Fernando e outros, esses geógrafos brasileiros que

adotaram a UNESP por uns tempos e fizeram de Prudente um lugar de encontro, que se somaram/tangenciaram minha jornada, com os quais o diálogo é sempre salutar, contribuindo para ampliar minhas leituras e reflexões sobre o mundo...; ao Antonio, esse paulista que foi presença, instigou muitas perguntas e reflexões sobre a Geografia e sobre o ser-no-mundo...; a Marwa, essa argelina muçulmana, linda e guerreira, força da juventude que anseia por mudanças e respeito; a Laure, essa francesa, feminista, que me acolheu em Saint-Denis e compartilhou das rotinas de vida de estudante, de seus amigos e de seus familiares; a Leila, essa francesa, meio carioca, meio argelina, meio do mundo e dos lugares, uma menina-mulher determinada e intensa; o Ashraf, esse palestino do mundo, que me ajudou a ver “o outro lado” e a conhecer um pouco do mundo árabe; ao Rachid, esse argelino que tem instigado minha curiosidade sobre o Islã e o mundo muçulmano; a Rosy e a Linda (italianas), a Mehra e o Mahyor (iranianos), Matias (argentino), pessoas lindas, que os encontros em Paris nos permitem conhecer, e que seguem sendo especiais na vida; ao Thomas M., a Alice, a Pauline, o Thomas D., o Oliver e outros, que me ajudaram a conhecer um pouco da geografia francesa, das inquietações de pesquisa...; ao Leandro (cearense), ao Murilo (paulista) ao Gabriel e a Tamires (gaúchos) e a Adriana (catarinense) que “cruzaram” meu caminho em Paris e permaneceram nele, compartilhando reflexões teóricas e experiências em terras estrangeiras – feijoada com vinho francês, galinhada com *poulet roti*, *saucisson* alemão...; e, por fim, a todos os amigos do sul... Para todos, deixo como presente um trecho da música “O tempo”, da banca Móveis Coloniais de Acaju: “A gente se deu tão bem / Que o tempo sentiu inveja / Ele ficou zangado e decidiu / Que era melhor ser mais veloz e passar rápido pra mim...”

...aos amigos e interlocutores durante as pesquisas de campo. Obrigada pelos diálogos!

...a minha família, fortaleza e porto-seguro. Obrigada por estar comigo incondicionalmente, por me dar asas ainda que com raízes bem firmes. Por vibrar comigo nas vitórias e por ser esperança nas quedas. Obrigada Deoclides, Valéria, Jovane e vó Araci.

...as famílias que me acolheram:

- Família Bernardes, exemplo de determinação, trabalho, aprendizado com a vida e exercício do amor, obrigada por todas as acolhidas, pela compreensão e por me darem tantos exemplos e ensinamentos;
- Família Souza, a Dona Carmelita que sempre foi tão gentil, atenciosa e amiga, ao Seu Miguel viajante (agradeço também as meninas Regina, Regiane, Giovanna e demais);
- Família da Dona Olga, essa pessoa linda, que me acolheu com todo amor e carinho de mãe-avó, exemplo de determinação e coragem (estendo agradecimento à Paula e demais);
- as famílias assentadas que me receberam e compartilharam suas histórias, projetos de vida e esperanças. Elas dão provas de que o meio geográfico pode ser acolhedor, que as dificuldades estão postas para serem superadas, pelo amor ao campo. Cito, em especial, a família do Paulo e da Jussara, família do Chacrinha e a Família do Erni e da Lorena.

Em suma, sou muito grata aos que me ajudaram na construção das minhas concepções de mundo, de Geografia, de responsabilidade social e política da Universidade e da ciência... Aos que confrontaram meus pontos de vista, que discordaram... Aos que foram aconchego em dias de solidão e nas crises existenciais... Com os que troquei cartas sobre a tese, sobre as dores, dúvidas e delícias da vida... Aos que refletiram comigo sobre a tese no bar, no carro, no supermercado ou mesmo em dias de sol na piscina ou na praia... Aos que me desafiaram e, em seus questionamentos, me obrigaram a sair da zona de conforto... As conversas de corredor, regadas à chimarrão, ainda que estando em Prudente... Aos fartos cafés da tarde saboreados com largas gargalhadas, aos encontros das gastronomias, sotaques e gírias... Aos cafés e dias de sol nos parques franceses em que o improvável acontece... Aos professores que são mestres e amigos, aos amigos que são fraternais, aos colegas que se tornaram amigos, à vida que permitiu todos esses encontros e desencontros e, por fim, a Geografia que foi a conexão disso tudo.

Agradeço ao Amor Universal, que faz isso tudo valer muito a pena.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra.

Paulo Freire

[...] Sendo assim, não evoluo, VIAJO. (Por um lapso na tecla das maiúsculas saiu-me, sem que eu quisesse, essa palavra em letra grande. Está certo, e assim deixo ficar). Vou mudando de personalidade, vou (aqui é que pode haver evolução) enriquecendo-me na capacidade de criar personalidades novas, novos tipos de fingir que compreendo o mundo, ou, antes, de fingir que se pode compreendê-lo. Por isso dei essa marcha em mim como comparável, não a uma evolução, mas a uma viagem: não subi de um andar para outro; segui, em planície, de um para outro lugar. Perdi, é certo, algumas simplezas e ingenuidades, que havia nos meus poemas de adolescência; isso, porém, não é evolução, mas envelhecimento.

Fernando Pessoa

Resumo

A agroindustrialização em assentamentos rurais tem ganhado destaque no estado do Rio Grande do Sul principalmente a partir de 2006, quando começou a ser implementado o Programa Terra Sol (PTS) pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Dentre os principais motivos para essa valorização, destaca-se a concepção oficial de que é necessário intervir nos assentamentos rurais, para além de fornecer infraestrutura básica. O Estado passa a estimular setores ligados à produção, processamento e comercialização visando contribuir para a consolidação dos assentamentos. No caso gaúcho, a execução do PTS - INCRA, o acompanhamento e debates realizados junto aos grupos gestores dos empreendimentos nos instigam a buscar respostas as seguintes questões: Quais transformações são desencadeadas a partir do processo de agroindustrialização? Essas transformações contribuem para a consolidação dos assentamentos? Os aportes teóricos e metodológicos tomam por base uma perspectiva relacional, integrando a Teoria Geral dos Campos (Pierre Bourdieu) e a Abordagem Territorial (Claude Raffestin e outros), a fim de compreender quais são e como funcionam os processos políticos que interferem na concepção e execução de determinada política estadual. Ao analisar os campos da reforma agrária, do Terra Sol, do MST concluiu-se que a pluralidade de agentes indica tanto diferentes concepções sobre o devir para os assentamentos, quanto dificuldades na formulação de objetivos e metas consensuais, que considerem as especificidades do meio geográfico – constituídas na interação entre os agricultores assentados, o meio natural e o entorno de relações sociais e políticas.

Palavras-chave: política pública, desenvolvimento, MST, Estado, agroindústrias

Résumé

Le processus de l'installation des unités agro-industrielles aux *assentamentos* de la Réforme Agraire, dans l'État de Rio Grande do Sul, à gagner importance après les années 2006 quand a commencé la politique *Programa Terra Sol* (PTS) au niveau de l'*Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA). Entre des principaux buts par rapport cette valorisation, il y a des idées officielles qu'il faut offrir plus que l'infrastructure, mais aussi, l'État doit aider la production, la transformation et commercialisation envisagent le développement des *assentamentos*. Au sud du Brésil, à partir des actions du PTS – INCRA, on peut poser des questions comme : Quels sont des changements créés pour l'installation des unités agro-industrielles ? Elles ont réussi au but de développer des *assentamentos* ? Des approches théoriques et méthodologiques pour répondre ces questions ont priorisé une démarche relationnel avec l'intégration de la Théorie General des Champs (Pierre Bourdieu) et l'Approche Territorial (Claude Raffestin et autres), sur le but de comprendre quels sont et comment fonctionnent ou agissant des processus politiques pour la conception et la mise en œuvre des politiques étatiques. En analysant des champs de la réforme agraire, du Terra Sol, du MST, il a été conclu que la pluralité des agents démontre des différents conceptions sur le *devoir* des *assentamentos* et des difficultés pour la construction des objectifs partagés y compris des spécifiées du milieu géographique – embases aux interactions entre des agriculteurs, le milieu naturel et l'entourage des relations sociaux et politiques.

Mots-Clés: politique publique, développement, MST, État, agro-industriel

Lista de Figuras

Figura 1 - Fotografias da manifestação e ocupação da sede do MDA/INCRA _____	44
Figura 2 - Fotografias da sede da agrovila (esq.) e da placa, na entrada da agrovila (dir.) __	47
Figura 3 - Fotografias da reunião das famílias (esq.) e da reforma da unidade de beneficiamento de leite (dir.) _____	48
Figura 4 - Fotografias de cartazes do protesto de técnicos de ATES pelo atraso no repasse de orçamento _____	50
Figura 5 - Fotografias da área de produção (esq.) e da unidade de beneficiamento de arroz orgânico (dir.) da COOPAN _____	52
Figura 6 - Fotografia da reunião da Direção Estadual MST _____	54
Figura 7 - Fotografias da reunião DDA/SDR sobre Plano Safra 2012/2013 _____	55
Figura 8 - Fotografias da reunião no PA Pitangueiras e da residência de uma das lideranças	57
Figura 9 - Fotografias do moinho colonial PA Pitangueiras I, Canguçu. _____	58
Figura 10 - Fotografias da paisagem recorrente nos assentamentos em Candiota e Pedras Altas _____	60
Figura 11 - Fotografias da colheita manual de trigo e da reunião do assentamento com a Equipe de ATES no PA Glória, Pedras Altas. _____	62
Figura 12 - Fotografias do grupo focal e da placa da unidade de beneficiamento de arroz ecológico na COOPAT, Tapes. _____	64
Figura 13 - Croqui com algumas das rotas percorridas durante pesquisa de campo _____	68
Figura 14 - Esquema da Potentia à Potestas em Dussel (2007). _____	108
Figura 15 - Mapa com a regionalização adotada pelo INCRA e a localização dos empreendimentos Terra Sol (2006-2010). _____	152
Figura 16 - Esboço de esquema de intersecção dos campos do Estado, da Reforma Agrária, do INCRA, do Terra Sol e do MST _____	173
Figura 17 - Mapa dos assentamentos no Rio Grande do Sul. _____	186
Figura 18 - Mapa com a regionalização do MST no estado do Rio Grande do Sul (Brasil)	201
Figura 19 - Esboço de esquema da estrutura política do MST ao modo de um Campo ____	203
Figura 20 - Croqui com as cooperativas do MST _____	212
Figura 21 - Esboço ilustrativo dos tipos de cooperação do MST ao modo de um Campo__	216
Figura 22 - Esquema das três instâncias de mediação para pensar a atuação das lideranças	224
Figura 23 - Mapa com as regionais e cooperativas do MST e empreendimentos Terra Sol	234

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Relação dos investimentos 2009-2010 por eixo de desenvolvimento _____	170
Tabela 2 - Número e valor dos investimentos realizados na cadeia produtiva do leite ____	170
Tabela 3 - Investimentos realizados no desenvolvimento da cadeia produtiva do leite ____	170
Tabela 4 - Assentamentos instalados, número de famílias e área. _____	185

Lista de Quadros

Quadro 1. Relação das entidades representadas a partir das entrevistas _____	41
Quadro 2. Principais características e períodos da Geografia Política _____	77
Quadro 3. Relação dos pré-projetos aprovados em 2006/2007 _____	157
Quadro 4. Relação dos pré-projetos aprovados em 2007/2008 _____	159
Quadro 5. Relação dos pré-projetos aprovados em 2008/2009 _____	160
Quadro 6. Relação dos pré-projetos aprovados em 2009/2010 _____	164
Quadro 7. Relação dos pré-projetos aprovados em 2010/2011 _____	165
Quadro 8. Relação dos municípios, valores e situação dos convênios Terra Sol _____	169
Quadro 9. Decomposição do montante de recursos investidos (2006-2010) _____	171
Quadro 10. Relação das cooperativas do MST, regionais, municípios e número de sócios	210
Quadro 11. Cooperativas e famílias assentadas _____	210
Quadro 12. Principais cadeias produtivas dos assentamentos gaúchos _____	213
Quadro 13. Síntese de uma abordagem territorial do MST no RS _____	232

Lista de Siglas

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
ATES – Assistência Técnica Social e Ambiental
ATP – Assessor Técnico Pedagógico
CCA – Central de Cooperativas dos Assentados
CEPPA – Centro de Educação Popular e Pesquisa em Agroecológica
CEPRO – Comissão Estadual do PROCERA
CETAP – Centro de Tecnologias Alternativas e Populares
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COCEARGS – Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONFIE – Convênio entre INCRA-FAPEG-EMBRAPA
COOPAN – Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita
COOPAT – Cooperativa de Produção dos Assentados de Tapes
COOPAVA – Cooperativa Agrícola Vista Alegre Ltda.
COOPERAL – Cooperativa dos Agricultores Assentados Ltda.
COOPTEC – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos
CPT – Comissão da Pastoral da Terra
DDA – Departamento Desenvolvimento Agrário
DEAER – Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural
EMATER/ASCAR – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPEG – Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário Edmundo Gastal
FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados
NESAF – Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar

PA – Projeto de Assentamento
PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia
PRA – Plano de Recuperação de Assentamentos
PROCERA – Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRV – Pastoreio Racional Voisin
PTS – Programa Terra Sol
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados
SIGRA – Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES
SOMAR – Programa Sistema de Orientação e Mobilização Assistida com Responsabilidade Técnica
SR 11 – Superintendência Regional 11 do INCRA no Rio Grande do Sul
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

Sumário

<i>Ficha Catalográfica</i>	<i>iv</i>
<i>Apoio Institucional</i>	<i>vi</i>
<i>Agradecimentos</i>	<i>vii</i>
<i>Resumo</i>	<i>xi</i>
<i>Résumé</i>	<i>xii</i>
<i>Lista de Figuras</i>	<i>xiii</i>
<i>Lista de Tabelas</i>	<i>xiv</i>
<i>Lista de Quadros</i>	<i>xiv</i>
<i>Lista de Siglas</i>	<i>xv</i>

Parte I

Apresentação e Trajetória de Pesquisa

<i>Apresentação</i>	<i>21</i>
<i>Travessia: partidas, trajetória e destinos</i>	<i>25</i>
1. Os antecedentes da travessia	25
1.1. Inquietações iniciais e a construção de um projeto de pesquisa	27
(i) Objetivo Geral	28
(ii) Objetivos Específicos	28
(iii) Hipóteses	29
2. Travessias da investigação	31
3. Voltar ao campo, outra travessia	36
3.1. Dialogar entrevistando	37
3.2. Entrevistar dialogando	42
3.3. O voltar ao campo em três momentos	43
4. Destinos, rumo a novas travessias	65

Parte II

Geografia Política, Teoria dos Campos e Abordagem Territorial

CAPÍTULO I - Geografia política: Território, Estado e Poder	70
1. Reencantando a geografia política	70
2. Geografia e Política: construção histórica de um campo científico internacional	72
(i) Jean Gottmann (1952) - La politique des États et leur géographie	78
(ii) Yves Lacoste (1976) - La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre	80
(iii) Paul Claval (1976) - La géographie et les phénomènes de domination	82
(iv) Claude Raffestin (1980) - Pour une Géographie du Pouvoir	85
2.1. Síntese das contribuições e relação com objeto em estudo	87
3. Geografia Política no Brasil	88
CAPÍTULO II - Geografia do Poder: para que(m)?	95
1. O poder e a política na Geografia	95
1.1. Sobre o poder	96
1.2. Sobre a política	104
2. O território como conteúdo de um <i>Campo</i>	109
2.1. Pierre Bourdieu e a Teoria Geral dos Campos	109
2.2. Sobre o território	115

Parte III

Estado e o MST: concepções de desenvolvimento

CAPÍTULO III - Estado, Reforma Agrária e Política em Assentamentos	124
1. Políticas e desenvolvimentos para as áreas reformadas	125
1.1. Reforma Agrária como expressão das disputas pelo Estado	126
1.2. Políticas para compensar ausências	132
1.3. Disputas sobre concepções do devir para assentamentos	135
2. Agroindustrialização nos assentamentos do Rio Grande do Sul	144
2.1. A experiência com o PROCERA: 1985-1999	145

2.2. A partir de 2006... o Programa Terra Sol _____	149
(i) Particularidades do Campo Terra Sol no Rio Grande do Sul _____	151
(ii) Os investimentos de 2006 a 2010 _____	156
(iii) Um balanço geral do Terra Sol: o que são e onde estão “essas coisas que não funcionam” _____	168
2.3. O Campo Terra Sol – esboços para análise do Estado em ação _____	172

CAPÍTULO IV - Formação sócio-espacial do Rio Grande do Sul _____ 175

1. Projetos em conflito e a geografia agrária gaúcha _____	177
1.1. O meio, os modos de vida e as políticas de desenvolvimento _____	178
2. As diferenças regionais e os assentamentos de Reforma Agrária _____	184

CAPÍTULO V - O MST e a gestão de seus trunfos _____ 191

1. Os movimentos do Movimento _____	192
2. As permanências no Movimento _____	199
2.1. Movimentos e permanências políticas _____	199
2.2. Movimentos e permanências econômicas _____	204
(i) Cooperativas e agroindústrias como permanências _____	208
3. Lideranças, mediações e trunfos do Movimento _____	216
4. A gestão dos trunfos como lógica do Campo MST _____	226

Parte IV

Questões finais

<i>Considerações Finais _____</i>	236
<i>Referências _____</i>	244
<i>Apêndices _____</i>	258
1. Roteiros para as entrevistas _____	258

Parte I

Apresentação e Trajetória de Pesquisa

Quis situar-me num lugar em movimento (não no lugar-trono onde sempre se pretendem sentar os doutrinários arrogantes), num pensamento complexo que liga a teoria à metodologia, à epistemologia e até à ontologia.

Edgar Morin

Apresentação

O mundo é o que se vê, de onde se está.
Milton Santos.

As discussões aqui desenvolvidas estão amparadas em quatro pilares fundamentais. Antes de introduzi-los, é importante situar que nossas indagações e questões tomam como ponto de partida uma experiência profissional ligada à execução de uma determinada política pública em assentamentos rurais no Estado do Rio Grande do Sul, conforme contextualizaremos na primeira parte. Tal ponto de partida forneceu as bases para a busca da compreensão teórica e metodológica, construindo uma caminhada de pesquisa marcada pela revisão e reformulação teórica e das questões, como por exemplo, quais conceitos geográficos poderiam nos ajudar a compreender a realidade do objeto em estudo? Apresentamos, portanto, um produto que expressa o atual momento, como um estágio, dessa construção teórica e metodológica para estudo e compreensão das políticas públicas para o campo no Brasil.

No movimento de construção da pesquisa, de reflexão a fim de entender qual a questão central que envolveu a implantação de empreendimentos agroindustriais em assentamentos rurais fomos impelidos a reformular questões e argumentos explicativos: começamos com uma ênfase na discussão sobre desenvolvimento para áreas reformadas, passamos para estudos sobre o Estado em suas contradições na execução de políticas e nos indagamos sobre a organização do MST e suas influências nas políticas públicas. Como partida, propomos a tese de que o processo de implantação de unidades agroindustriais nos assentamentos gaúchos não tinha gerado transformações capazes de promover a integração regional, a geração de emprego e renda, com a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas – conforme uma das prerrogativas da política pública. Durante a caminhada, percebemos que “o processo” apresentava interfaces fundamentais a serem compreendidas, que envolviam complexidade tanto das relações sociais quanto do meio geográfico, exigindo assim interlocução com o campo das ciências sociais. É por conta e, a partir dessas travessias e suas concatenações, que passamos a compreender o processo a partir de quatro pilares que são, também, os quatro argumentos centrais que ajudam a estruturar uma leitura sobre nosso objeto de estudo.

O primeiro pilar é a base empírica, marcada pelo dilema presença-ausência do Estado nos assentamentos rurais, a partir da execução de uma política pública com vistas a incentivar o **desenvolvimento** das áreas reformadas a partir da instalação de empreendimentos

agroindustriais. Para contextualizar, perpassamos por uma apresentação sobre o campo da reforma agrária no Brasil e suas implicações no “Estado em ação”,¹ bem como suas especificidades na execução de uma política pública no estado do Rio Grande do Sul. Partimos, portanto, da reforma agrária para chegar às políticas para os assentamentos e, nesse âmbito, o Programa Terra Sol no Rio Grande do Sul, agentes e investimentos realizados.

O segundo pilar é a formação sócio-espacial do Rio Grande do Sul. Por tratar-se de uma leitura geográfica da execução de políticas públicas, torna-se imprescindível compreender o processo de formação do espaço geográfico² gaúcho, algumas das particularidades regionais e, sobretudo, como elas fundamentam leituras de mundo sobre o *devoir*³, sobre projetos⁴ para o desenvolvimento. Apontamos que a formação sócio-espacial gaúcha pode ser compreendida, inicialmente, a partir de três processos complementares: as condições naturais, o meio como elemento que dificulta ou facilita o desenvolvimento de determinadas atividades produtivas, forjando aí a metade norte e metade sul como dois grandes agrupamentos; as políticas de ocupação e povoamento, seu direcionamento produtivo e espacial, e como isso foi sendo estrategicamente conduzido; e as políticas recentes de Estado diretamente voltadas para a reestruturação produtiva com incentivo à determinadas atividades produtivas como foi o caso da expansão dos cultivos de soja e trigo na metade norte, a partir da década de 1970, do arroz na porção central, e desses produtos,

¹ Utilizamos a expressão “Estado em ação”, inspirados em Romano (2009), ao referir-se à execução de políticas públicas, à “análise do Estado em ação” como sinônimo de “análise de políticas públicas”.

² “...possui uma gênese, uma estrutura, características, processos e funções e um significado para a consciência humana de caráter não apenas psicológico.” [...] “ele é historicamente uma progressiva realização humana da qual as geociências podem fazer abstração” (SILVA, 1988, p. 117). Para Santos (2006, p. 39) “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” e prossegue “Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.”

³ Conforme o dicionário de filosofia de Abbagnano (1998), o *devoir* pode ser entendido também como o “vir a ser”, ou seja: “Uma forma particular de mudança, a mudança absoluta ou substancial que vai do nada ao ser ou do ser ao nada. Esse é o conceito de Aristóteles e Hegel. Aristóteles afirmava: “Diz-se D. em muitos sentidos: ao lado daquilo que vem a ser absolutamente [...], há aquilo que vem a ser isto ou aquilo. O D. absoluto é só das substâncias: as outras coisas que vêm a ser precisam necessariamente de um sujeito, já que a quantidade, a qualidade, a relação, o tempo e o lugar vêm a ser só em referência a certo sujeito; e enquanto a substância não pode ser atribuída como predicado a nenhuma outra coisa, todas as outras coisas podem ser atribuídas como predicado a uma substância” (ABBAGNANO, 1998, p. 277).

⁴ Em Abbagnano (1998, p. 811), o verbete *projeto* indica, em geral, “a antecipação de possibilidades: qualquer previsão, predição, predisposição, plano, ordenação, predeterminação etc., bem como o modo de ser ou de agir próprio de quem recorre a possibilidades”.

posteriormente, ocupando as áreas tradicionalmente destinadas à pecuária (porção sul do estado). Esses processos contribuíram para a constituição de especificidades regionais, sendo que os conceitos de **formação sócio-espacial** e **espaço geográfico** são fundamentais para apreender a dimensão histórica e geográfica, de como o meio e os grupos sociais se construíram, desenvolvendo *habitus* e **modos de vida**. Tais questões serão basilares para entender, por exemplo, as dificuldades de adaptação das famílias migrantes do norte e assentadas na metade sul do estado. Também é capital para entender o porquê de muitos colonos-assentados terem seus projetos de vida associados aos ideários e valores do tipo colono-camponês: do trabalho familiar, do apego ao modo de vida rural, da produção para subsistência, da comunidade rural (incluindo vida social como igrejas, grupos de mulheres, *bodegas*, futebol etc.), das árvores em volta de casa, dos animais domésticos etc. e as implicações decorrentes quando são discutidas as concepções sobre o desenvolvimento, sobre o *devoir* dos assentamentos. Por fim, esse pilar tem o intuito de abordar alguns fundamentos das diversidades de visões de mundo, de projetos, de desenvolvimentos possíveis e cuja pluralidade, muitas vezes, não participam ou não estão representadas ao Estado em ação, passam **despercebidas**.

O terceiro pilar que é a estrutura e organização do MST. O Movimento construiu uma estratégia de organização política e econômica de forma a integrar os assentamentos e as famílias em uma estrutura vertical, que se propõe representativa, democrática e voltada à resistência, formação e desenvolvimento dos sujeitos rurais sem-terra como sujeitos políticos, engajados em um projeto alternativo de sociedade. Para apreender a complexidade dessa organização e, sobretudo, sua influência na execução das políticas públicas, utilizamos a abordagem territorial para compreender a organização espacial-territorial, as diferentes escalas, a formação de territorialidades e de diferentes concepções sobre o desenvolvimento, conforme as especificidades regionais ou intra-regionais. Nosso argumento central é que são as diferentes necessidades, resultantes da formação sócio-espacial, da situação geográfica do assentamento, ou da região que embasam **visões de mundo dos sujeitos sem-terra** e que motivam disputas internas, no MST, sobre concepções de projetos para cada região. Porém, tanto para o Estado, quanto para o MST, muitas vezes e pelas mais diversas razões, as diversidades e perspectivas regionais passam ao largo dos projetos ou das linhas estratégicas voltadas ao desenvolvimento das áreas reformadas.

Por fim, o quarto pilar é o percurso teórico e metodológico para apreender e desenvolver uma leitura sobre a agroindustrialização nos assentamentos gaúchos, em que tecemos um diálogo entre os campos da geografia agrária e da geografia política. Outro

movimento foi a aproximação com o campo das ciências sociais a fim de nos auxiliar a entender como a articulação entre os agentes tem interferência direta na organização e transformação do espaço. Essas travessias foram fundamentais para nos subsidiar na compreensão dos fenômenos políticos – sobretudo os que estão em pauta neste trabalho. Tais processos nos incentivaram, também, ao desafio da análise relacional, primordial quando observamos que os conceitos de território, poder, lugar, política, espaço geográfico, habitat, meio, formação sócio-espacial, dentre outros, ainda que considerados na análise geográfica, precisam **estar em relação** para que possamos tentar desenvolver uma análise menos fragmentada.

Neste sentido, uma das estratégias teórico-metodológica utilizada neste trabalho é a articulação entre a Teoria Geral dos Campos de Pierre Bourdieu e a Abordagem Territorial ao modo proposto por Claude Raffestin e retomada por Rogério Haesbaert, para entender como os diferentes agentes se posicionam – em função dos seus capitais e da sua situação geográfica – se articulam e se organizam, na disputa por concepções sobre o *devir* dos assentamentos, sobre os projetos que estão diretamente relacionadas com a execução das políticas públicas. Lançamos, desse modo, um olhar para o Estado e para o Movimento social, ambos em ação, **fazendo** políticas. Por tal viés, o poder e a política apresentam-se como conceitos essenciais, cuja dimensão espacial e o funcionamento nos interessam, considerando as diferentes escalas de ação, tanto do Estado quanto do MST, no Rio Grande do Sul.

A partir dos quatro pilares, estruturamos a redação dividida em quatro grandes partes:

Parte I que contempla esta apresentação e a trajetória da pesquisa, ao modo de um relato do percurso teórico e metodológico para o desenvolvimento da pesquisa;

Parte II está dividida em duas seções, incluindo aspectos históricos da Geografia Política, das discussões sobre poder, política, território e a articulação com a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, de modo a apresentar nossos referenciais teóricos na reflexão sobre a problemática da pesquisa;

Parte III dividida em três seções, à começar pela contextualização sobre (1) o campo da reforma agrária, a discussão sobre agroindustrialização em assentamentos gaúchos, a execução do Programa Terra Sol; (2) seguida de uma breve explanação sobre a formação sócio-espacial do Rio Grande do Sul e; por fim, analisamos (3) a organização do MST, articulando resultados da pesquisa empírica com as perspectivas teóricas;

Parte IV tem por intuito apresentar uma leitura final e crítica, tanto da pesquisa, quanto do seu desenvolvimento (percurso teórico e metodológico).

Travessia: partidas, trajetória e destinos

1. Os antecedentes da travessia

A aproximação com a temática da agroindustrialização iniciou com a elaboração da monografia de conclusão do curso de Geografia – Licenciatura Plena (UFSM), em 2007. Este primeiro exercício de reflexão e sistematização conduziu para a dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFSM), que tratou da elaboração de uma matriz de avaliação de impacto social das agroindústrias na agricultura familiar, questionando alguns discursos instituídos, principalmente por parte das políticas públicas, acerca da melhoria da qualidade de vida dos grupos familiares.

De forma geral, os resultados da pesquisa de mestrado apontaram que os impactos sociais negativos tendem a ser mais significativos quando a agroindústria passa a ser a principal atividade da unidade de produção familiar, exigindo escala de produção e intensificação do uso da força de trabalho. Auferiu-se que, entre a arte e a técnica, estariam alguns dos dilemas sociais vividos no bojo da agroindustrialização, uma vez que caracterizam um processo de transição da produção artesanal, que gera renda complementar, para a agroindústria familiar, que se torna a principal fonte de renda do grupo familiar.

Em 2009 iniciou-se atuação em assentamentos gaúchos, como agente de desenvolvimento rural, na prestação de serviços de assessoria ao Programa Terra Sol⁵(INCRA), no estado do Rio Grande do Sul. O trabalho foi voltado, principalmente, para a mobilização e formação dos grupos gestores, elaboração de projetos, discussão sobre planejamento e organização do circuito produtivo dos empreendimentos agroindustriais, e permitiu conhecer e participar das discussões sobre a agroindustrialização, principalmente sob condições de uma política pública com linha de crédito específica para investimentos nessa área. Foi um período (2009-2011) dedicado a conhecer a realidade dos empreendimentos, das famílias, das representações políticas, dos discursos, das equipes técnicas da Assistência Técnica Social e Ambiental(ATES), das prefeituras conveniadas e, progressivamente, identificar os diferentes e divergentes interesses que envolviam o debate sobre a agroindustrialização.

⁵ Convênio firmado entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criando o Programa Somar, cujo objetivo era o acompanhamento e assessoria ao Programa Terra Sol.

A possibilidade de transitar, conviver e assessorar nestes ambientes permitiu vivenciar variados tipos de dificuldades, negociações e artifícios que, de alguma forma, ficam *ocultos* no processo de gestão e execução de uma política pública. Era constante a indagação, inclusive por parte dos próprios beneficiários, sobre o papel da agroindustrialização no desenvolvimento dos assentamentos, ou mesmo, da dificuldade de gestão de empreendimentos, cujo histórico não estava necessariamente conectado com o anseio dos agricultores assentados. Nas escalas regional e estadual, a problemática era sobre a definição de critérios e prioridades tendo em vista a limitação de recursos públicos.

Em paralelo ao trabalho exercido como agente de desenvolvimento rural, frequentou-se o curso de especialização “Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo” oferecido pela UFSM, financiado com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e voltado aos extensionistas que atuam em áreas reformadas⁶. Esta experiência também contribuiu para conhecer outros agentes envolvidos com os assentamentos de Reforma Agrária, colocando em pauta a realidade e as dificuldades das famílias assentadas, e para o desenvolvimento dos assentamentos, a questão produtiva nas diferentes regiões do estado, a inserção produtiva dos jovens e das mulheres, dentre outros.

Nestas diferentes oportunidades, a problemática do **desenvolvimento dos assentamentos** era recorrente. Desde aqueles recentemente instalados, nos quais as famílias viviam ainda em situações precárias (sem luz, água, estradas, vivendo em barracos etc.), até aqueles que completavam uma década ou mais: todos os assentamentos comungam de dificuldades para garantir qualidade de vida às famílias assentadas, embora com variações no tipo e intensidade⁷. Infelizmente trata-se de uma questão mais ampla, relacionada com o modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro e que tem dificuldade para contemplar esses grupos minoritários (em termos econômicos), que envolvem desde agricultores assentados, familiares ou dentre povos tradicionais, guardadas as diferenças históricas e geográficas.

⁶ O curso foi inspirado na pedagogia da alternância, com encontros mensais de quatro dias. Na turma, de 50 alunos, incluía agentes de ATES e de outros convênios do INCRA.

⁷ Exemplos: dificuldades na liberação de crédito para iniciar o manejo do solo e a produção; qualificação da produção leiteira (baixa produtividade por animal); falta de estratégias para geração de renda e emprego a fim de evitar monoculturas ou dependência de complexos agroindustriais etc. Isso sem falar nos casos de evasão do lote, masculinização e envelhecimento da população assentada, entre outros.

A elaboração do projeto de pesquisa para curso de doutorado partiu desta vivência e experiência, despertando interesse e inquietações a fim de entender os meandros de um processo desencadeado (ou talvez acirrado) a partir de investimentos realizados pelo poder público.

1.1. Inquietações iniciais e a construção de um projeto de pesquisa

No projeto de pesquisa original atribuímos centralidade à questão do “desenvolvimento” dos assentamentos e, nesse contexto, ao papel desempenhado ou conferido à agroindustrialização. A partir de uma primeira leitura exploratória, atribuiu-se tal centralidade a três confluências discursivas: 1) a perspectiva do MST que, principalmente após os anos 2000, volta-se para uma preocupação “interna”, com a organização da produção e a qualidade de vida das famílias assentadas; 2) ao debate acadêmico sobre temáticas como reforma agrária, desenvolvimento rural, pluriatividades no meio rural, dentre outros, que passaram a vislumbrar na agroindustrialização uma alternativa de inserção produtiva e social dos agricultores; 3) a mudança na perspectiva do Estado e das políticas públicas (principalmente a partir de 2003, com início Governo Lula), a exemplo do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), de 2004, que incorpora a dimensão territorial e passa a reconhecer a importância da pluriatividade, exigente de investimento público, para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Como consequência, uma das ações é a criação do Programa Terra Sol – Projetos de Ação de Fomento a Agroindustrialização, a Comercialização e a Atividades Pluriativas Solidárias, executado a partir de 2006.

Neste contexto, definimos como objeto de estudo o processo de implantação de unidades agroindustriais em assentamentos rurais de reforma agrária, no estado do Rio Grande do Sul, a partir dos investimentos realizados pelo Programa Terra Sol (INCRA-RS). Foram lançadas algumas questões norteadoras: Quais são as transformações desencadeadas pela agroindustrialização? Estas contribuíram para a consolidação dos assentamentos?

Tendo em vista que o processo de execução de uma política pública envolve diferentes agentes, conflitos, disputas, dentre outros, incluímos indagações sobre: 1) Quem são os principais agentes envolvidos no processo? 2) Quais as concepções em relação ao que significa “consolidação” de assentamentos? 3) Qual o papel atribuído à agroindustrialização pelos diferentes agentes envolvidos com as políticas voltadas ao público da Reforma Agrária?

Sumariamente, propomos a tese de que o processo de implantação de unidades agroindustriais não tinha gerado transformações capazes de promover a integração regional, a geração de emprego e renda, com a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. Portanto, os investimentos do PTS-INCRA vinham enfrentando dificuldades no atendimento ao seu objetivo, como instrumento de desenvolvimento/consolidação dos assentamentos rurais.

Essa trajetória e questões apresentadas direcionaram a formulação dos objetivos, que foram revisados no Exame Geral de Qualificação realizado em julho de 2013.

(i) Objetivo Geral

Analisar o processo e transformações decorrentes da implantação de empreendimentos agroindustriais em assentamentos rurais de reforma agrária do estado do Rio Grande do Sul, considerando-se os investimentos realizados pelo Programa Terra Sol (INCRA – RS) no período de 2006-2010.

Entendemos “analisar o processo” como a reconstituição dos fatos que culminaram na formulação da política pública e na sua operacionalização em alguns assentamentos gaúchos. Decorrem questões como o porquê investir na agroindustrialização, como são definidos os locais para investimentos, dentre outras.

(ii) Objetivos Específicos

- Analisar a inserção dos assentamentos de reforma agrária no espaço geográfico gaúcho levando em consideração suas dificuldades de adaptação, as estratégias de articulação produtiva e o papel da agroindustrialização.

Desta forma, pretendemos entender como o meio geográfico e a organização social e política do MST influenciaram nas concepções sobre o *devir* dos assentamentos;

- Compreender a relação espaço e poder, no âmbito do MST, e como essa relação – objetivada no exercício de mediação das lideranças e na formação de territorialidades – influencia o Estado na execução de políticas públicas;

- Identificar quais são as atuais concepções sobre desenvolvimento e consolidação de assentamentos, com ênfase no papel atribuído à agroindustrialização;

- Investigar a execução do Programa Terra Sol, com ênfase nos empreendimentos agroindustriais, as influências e concepções na criação da política, os espaços de mediação, agentes envolvidos, bem como a concepção do papel da agroindustrialização para a consolidação dos assentamentos;

- Analisar as transformações decorrentes do processo de agroindustrialização nos assentamentos rurais gaúchos com execução do Programa Terra Sol (2006-2010).

(iii) Hipóteses

Considerando a experiência pessoal de assessoria ao Programa Terra Sol no Rio Grande do Sul, nossa hipótese central era de que muitos dos entraves relacionados com a execução do programa (expressos principalmente na inclusão das obras) eram decorrentes dos conflitos e disputas entre os diferentes agentes, acerca das concepções sobre o papel da agroindustrialização na consolidação e/ou desenvolvimento dos assentamentos.

Em relação à hipótese, como alerta Silva (1988, p. 78), em muitos sentidos o comportamento do pesquisador é “previamente delimitado pela hipótese⁸, ou seja, “pelo problema que se propôs estudar e que deve ser definido, tanto quanto possível, antes do processo de observação”. Em nosso caso, as hipóteses são um produto da experiência empírica, de um partilhar da vivência, dos problemas e dificuldades relacionados com a execução de determinada política pública.

Além disso, Silva (1988) faz apontamentos sobre as hipóteses nas pesquisas em Geografia, sobretudo na relação entre a elaboração de hipóteses e a observação. Uma delas é que a hipótese “se refere sempre a um determinado aspecto da realidade e, nesse sentido, ela é uma caracterização e delimitação do campo a ser pesquisado” (SILVA, 1988, p. 79). Como escreve o autor, a hipótese se procede por escolha:

Isto significa que o **pesquisador é levado a um determinado problema em virtude de seu condicionamento particular no contexto inclusivo** e isto é impossível de ser evitado totalmente. [...] Neste, como em outros casos, torna-se útil a exposição introdutória ou conclusiva da maneira como procedeu e das dificuldades encontradas: **ciência é produto de trabalho realizado simultaneamente em**

⁸ Em nota de rodapé, na mesma página, o autor prossegue: “Uma hipótese é um conjunto de afirmações – apoiadas por teorias – a respeito de um fenômeno ou situação que se deseja estudar, obtidas através de observações preliminares, isto é, excursão prévia ao local, anotações de condições e problemas significativos, leitura da bibliografia existente, coleta de dados estatísticos, gráficos, e da cartografia relacionada com a pesquisa a ser realizada etc.”

diversos lugares e o confronto dos resultados obtidos permite a sua complementação crítica (*Idem*, p. 79 – grifos nossos).

Considerando que o ponto de partida nos conduziu a um determinado problema, as hipóteses que aqui apresentamos contemplam cinco pontos, escritos durante a construção do projeto de pesquisa, os quais foram usados como questões norteadoras ao longo do desenvolvimento da pesquisa e que serão retomados nas considerações finais. Apresentamos as hipóteses a partir da ideia geral, seguida de breve explicação:

- **Concepção de desenvolvimento:** a forma de organização e articulação dos agentes para a definição das demandas não permite uma discussão qualificada, nem uma leitura da realidade que possa fornecer as bases para a construção de um processo voltado para o desenvolvimento. Em consequência, **não se tem clareza sobre qual é a concepção acerca da estratégia de desenvolvimento mais apropriada para os assentamentos, nem sobre qual é o papel da agroindustrialização neste processo.** A diversidade dos agentes sociais envolvidos e as dificuldades em estabelecer objetivos e metas comuns, resultam em diferentes concepções sobre o que “deve ser feito”, sobre qual *estratégia de desenvolvimento adotar*, gerando desagregação e retardamento da consolidação dos empreendimentos. Esses fatores implicam em investimentos sem se ter claro qual o papel da agroindústria como estratégia de desenvolvimento dos assentamentos. Com isso, perde-se potencial de articulação para promover o desenvolvimento territorial (concebendo-o como valorização e o estímulo aos ativos locais);

- **Acesso ao PTS:** A participação de agentes locais-regionais envolvidos com as famílias assentadas é dificultada por uma estrutura verticalizada de organização do MST, que prima pelos espaços internos de discussão. Há, assim, condicionamentos políticos e econômicos a serem observados para o acesso ao PTS. Os espaços de “fuga” seriam via a qualificação dos Planos de Recuperação de Assentamentos (PRA) ou Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA), elegendo como prioridade o beneficiamento/processamento de produtos ou, então, via pressão política da ATES;

- **Especificidades regionais:** a capacidade operacional limitada do INCRA, aliada a fatores políticos e contradições internas, **impede a discussão qualificada sobre qual estratégia de agregação de valor é mais adequada a cada região do Estado.** Portanto, o INCRA, sendo um órgão do Estado, procura tomar decisões a partir dos menores riscos, buscando garantir uma participação mínima. Isso implica na opção por locais onde a

capacidade de gestão-articulação dos agentes seja, a princípio, maior e mais qualificada, implicando em concentração espacial dos investimentos;

- **Organização do MST:** a estrutura de organização política e econômica do MST no Rio Grande do Sul contribui para a concentração de investimentos em algumas linhas produtivas e, por vezes, em alguns grupos, já que as cooperativas têm papel central na definição das estratégias regionais, na sua capacidade de investimento e, principalmente, na articulação de capital específico na disputa por investimentos públicos. As lideranças vinculadas às cooperativas têm mais influência na decisão sobre quais investimentos serão realizados nos assentamentos;

- **Agroindústrias:** a instalação de empreendimentos agroindustriais em assentamentos está, de certo modo, determinada pelo conjunto de habilidades e ou capacidades, como negociação, articulação, convencimento, leitura da realidade e discurso do sujeito sem-terra que ocupa a posição social de liderança. Por outro lado, a agroindustrialização tem desafiado as famílias preocupadas com o investimento, em tentar se organizar para garantir minimamente a gestão e operação, buscando envolver o conjunto das famílias por meio da produção e do consumo dos produtos.

Tomando as hipóteses como um fio condutor apresentamos, em seguida, a trajetória da pesquisa e as escolhas teóricas e metodológicas.

2. Travessias da investigação

Quem elegeu a busca, não pode recusar a travessia...
Guimarães Rosa

A construção da pesquisa, ao longo do curso de doutorado, faz parte de um processo que, inspirados em Guimarães Rosa, chamamos de *travessia*. Uma travessia que somente pode ser reconhecida como tal, agora, ao pontuar essa etapa com esse documento. Essa travessia faz e é feita de escolhas pessoais e profissionais. Ela é produto e produtora do caminho. A *busca* é um horizonte e não necessariamente um ponto [se um ponto fosse a travessia seria um caminho linear].

Portanto, por mais que as regras do campo científico nos orientem à adoção do rigor teórico e metodológico é na travessia que aprendemos a usar as regras, seja para adaptá-las ao nosso olhar [situado no mundo], seja para adaptar nosso olhar a elas. Assim, um primeiro

horizonte da *busca é uma tese*, enquanto que a *travessia* é esse processo de *adaptar-se adaptando* e, logo, trata-se de uma trajetória singular.

Nesta trajetória singular, as inquietações de pesquisa começam antes do curso de doutorado, antes mesmo das primeiras ideias sobre uma tese. O interesse pela pesquisa começa com **indagações sobre o mundo vivido**. E é por isso que contextualizamos três precauções metodológicas, que fundamentaram a travessia.

A primeira precaução refere-se à pesquisa como uma construção que não se encerra neste documento, aliás, este documento constitui-se como uma síntese, primeira e parcial, que apresenta **uma leitura** sobre a problemática, aponta outras questões e inquietações que seguirão em aberto para pesquisas futuras, ao longo da carreira acadêmica. Essa leitura é produto de uma travessia singular feita de escolhas e da apropriação de um determinado *habitus* cujas exigências nos fala Cruz (2013, p. 4455):

[...] compreendemos o ato de fazer pesquisa como uma espécie de ‘artesanato intelectual’ que exige criação, esforço, repetição, paciência para que possa ser construído e que não tem receitas prontas, formas e moldes acabados, é sempre uma construção singular.

Da mesma forma que o sujeito-pesquisador vive a *travessia* em se habituando às exigências científicas, sua condição de *posto* no mundo faz da pesquisa um **caminhar solitário e singular** enquanto que a realidade também é cambiante – o objeto/realidade empírica não fica estante, a nossa espera, para que possamos avaliar minuciosamente cada detalhe que possa ser relevante na análise.

Chega-se, assim, a segunda precaução metodológica, uma vez que o intento científico lança olhar sobre **alguns elementos** que se pretendem explicativos em **determinado momento** desse movimento. É por isso que as escolhas teórico-metodológicas são fundamentais e, em muitos casos, o que “[...] precisamos é **construir uma forma alternativa** de uso dos conceitos, trabalhar as teorias e os conceitos como um dispositivo, uma “caixa de ferramenta” que funcionam como **alavancas** que nos permitem **pensar o mundo** e suas problemáticas” conforme aponta Cruz (2013, p. 4454 - grifos nossos), inspirado em Gilles Deleuze. Ou seja, nosso olhar, nossa forma de pensar o mundo são direcionados a partir da “caixa de ferramenta” que adotamos.

A escolha teórico-metodológica tem implicações decisivas ao longo da travessia. Os conceitos indicam não somente uma visão de mundo, mas criam uma nova linha, “um novo regime de enunciação, que torna possível, que justifica, legitima, mas também interdita e que

exclui determinados modos de falar, narrar sobre determinados aspectos e determinadas problemáticas a realidade” (CRUZ, 2013, p. 4458-9). Esse regime de enunciação tem em si um lugar de enunciação e pertence a um determinado campo epistemológico, sendo inclusive, uma ação epistemológica ética e política:

Os conceitos não são somente descritivos ou reveladores do mundo e da realidade, **mas eles são também constitutivos e produtores do mundo e da realidade**. Isso implica em ver os conceitos como ferramentas analíticas, mas também como **dispositivos éticos-políticos de intervenção no mundo**. Nesse sentido, ao produzirmos ou ao usarmos um determinado conceito não estaremos realizando uma mera operação cognitiva, mas ao mesmo tempo **uma ação epistêmica ética e política** (CRUZ, 2013, p. 4459-60 – grifos nossos).

Ao assumir a preocupação na qual “a caixa de ferramentas”, o aparto teórico-metodológico, é uma escolha e ação epistêmica ética e política, cujo reflexo é a produção de uma leitura sobre uma determinada realidade, adotamos o desafio de uma caminhada que busca, a todo tempo, lançar-se em prol de um pensar relacional, de forma a evitar a tendência a centralizar a análise a partir de um único conceito. Isso é um exercício do qual somos sempre aprendizes.

Assim, as precauções metodológicas que envolvem desde a (1) construção da pesquisa como uma travessia singular e produtora de uma determinada leitura sobre o objeto, passando pelo fato de que a (2) realidade é cambiante e que nos exige uma vigilância epistemológica com o aparato teórico-metodológico, convergem para uma terceira precaução metodológica que se refere ao (3) sujeito pesquisador.

O fato de ser pesquisadora e, antes disso, filha de agricultores familiares, cuja trajetória de vida incluiu participação em acampamento do MST, mulher, de descendência teuto-brasileira, gaúcha, geógrafa, denota uma perspectiva posicional⁹ que permite uma determinada leitura do mundo, facilidades ou restrições no acesso às informações, sensibilidade para algumas questões em detrimento de outras. Nesse sentido, as anotações de Turra Neto são pertinentes, sobretudo, quando discute sobre as concepções de ciência –

⁹ Para Bernardes (2012, p. 19, grifos originais): “A perspectiva posicional é o posicionamento prévio do espectador, que antecede a quaisquer procedimentos racionais ou intelectuais. Ela pressupõe que o espectador seja um ente entre outros entes no mundo, ou seja, o *ser* que é homem deve ser no meio do mundo pela sua facticidade de *ser*. A facticidade situa o *Dasein* de posicional com uma orientação de modo específico para o mundo. A proeminência desta perspectiva acarreta em considerar os processos mais fundamentais que precedem quaisquer conhecimentos específicos”.

dialógica e modesta – que envolve uma pesquisa que se propõe qualitativa. Para o autor, a ciência dialógica aponta para dois sentidos:

1. Reconhecimento do **sujeito investigador como portador de subjetividade e de um corpo**, que entram em **diálogo com os sujeitos do campo**; 2. Reconhecimento de suas limitações abre espaço para o **diálogo com o leitor**. Um reconhecimento de que os **discursos que a pesquisa constrói sobre a realidade são os discursos possíveis e seus limites são dados pelas formas de conduzir a pesquisa**. Se os “caminhos investigativos” forem conscientemente construídos e claramente explicitados no texto, o leitor e a leitora poderão fazer seu próprio julgamento e concordar ou não com o que foi escrito (TURRA NETO, 2012, p. 05 – grifos nossos),

Desta forma, assume-se a condição de **sujeito investigador portador de subjetividades** e que se propõe a dialogar com outros sujeitos, igualmente portadores de subjetividades, que estão em outro lugar, habitando outro mundo – diferente do mundo científico. Importante situar aqui dois aspectos sobre estes fatos: 1) dialoga-se com outros sujeitos que **estão** objetos de uma pesquisa; 2) dialoga-se com outros sujeitos que são nossos pares, no campo científico, e cujas implicações tem relação com os aportes teórico-metodológicos, com as necessárias reflexividades sobre o fazer científico, com as regras do campo científico. Enfim, trata-se da condição de ser **sujeito posto no mundo**, que vive, convive e compartilha das contradições inerentes tanto ao objeto de estudo, quanto ao campo acadêmico – uma vez que compõem dois mundos de uma mesma totalidade. A trajetória que culminou nas inquietações para a pesquisa, indica uma forma de ver e viver o mundo de alguns assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul, de alguns sujeitos sem-terra, de alguns agentes do INCRA, das interações na universidade e no curso de Residência Agrária. São recortes de mundo pelos quais transitamos, que nos atravessaram, e que fazem parte das subjetividades que estão intrínsecas à condição de sujeito posto no mundo.

Portanto, em termos metodológicos, um dos exercícios é a reflexividade¹⁰, que implica em uma aproximação ao outro, um reconhecer da alteridade, implica na capacidade de

¹⁰ As anotações de Bourdieu (2008; 2007) nos auxiliam nesse sentido. Para o autor “só a reflexividade, que é sinônimo de método, mas uma reflexividade reflexa, baseada num “trabalho”, num “olho” sociológico, permite perceber e controlar no campo, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza” (BOURDIEU, 2008, p. 694). Ou, ainda, “Praticar a reflexividade é colocar em questão o privilégio de um “sujeito” conhecedor arbitrariamente excluído do trabalho de objetivação. É trabalhar para dar conta do “sujeito” empírico da prática científica nos próprios termos da objetividade construída pelo “sujeito” científico – sobretudo situando-o num ponto determinado do espaço-tempo social [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 145).

“conversar com eles” para ter acesso ao “mundo conceptual no qual vivem os nossos sujeitos”, como diz Geertz (1978, p. 17). Ou ainda, um exercício de diálogo equiparado ao que Paulo Freire, na obra “Pedagogia da Esperança”, aponta como essencial na relação entre professor e aluno:

Dialogo por isso mesmo, não nivela, não reduz um ao outro. Nem é favor que um faz ao outro. Nem é tática manhosa, envolvente, um usa para confundir o outro. Implica, ao contrário, **um respeito fundamental dos sujeitos** nele engajados, que o autoritarismo rompe ou não permite que se constitua (FREIRE, 1992, p. 60 – grifos nossos).

Ao longo das pesquisas de campo, consideramos o princípio do respeito como fundamental no diálogo com os sujeitos, em suas diferentes condições e contextos.

Além disso, o trabalho de campo exige uma circunscrição temporal e espacial que, realizada *a priori*, geralmente impõe “grades de força” à pesquisa, como se os limites políticos ou administrativos fossem constrangimentos sociais e políticos capazes de reter determinado fenômeno. Portanto, a reflexão sobre a escala de análise é essencial.

Para o Souza (2013), a escala geográfica pode ser subdividida em escala do fenômeno que se refere a abrangência física no mundo como uma característica de um determinado objeto; a escala de análise que é “intelectualmente construída como um nível analítico [...] capaz de nos facultar a apreensão de características relevantes de alguma coisa que estamos investigando [...], a partir de uma questão ou de um problema...” (SOUZA, 2013, p. 182); e a escala de ação que tem por especificidade viés político e estratégico, “à reflexão acerca do alcance espacial das práticas dos agentes” (*Idem*, p. 182). Para o autor, as escalas de análise “não são ‘dadas’: elas são antes ‘arrancadas’ da realidade no processo de construção do objeto de conhecimento por parte do pesquisador” (*Idem*, p. 188). Desta forma, a escala de análise tem relação direta com a pesquisa de campo, pois permite identificar a extensão temporal e espacial do fenômeno. Na pesquisa geográfica, a partir da análise escalar permite-se identificar *qual tipo de imersão* (Geertz, 1995) necessária para compreender o objeto em estudo.

Nos estudos de assentamentos rurais, a relação entre pesquisa de campo e escala de análise é particularmente importante. Em um breve levantamento de algumas pesquisas¹¹ podemos observar que o trabalho de campo contemplou incursões à campo para aplicação de

¹¹Alves, 2007; Araújo, Luz e Nóbrega, 2009; Lindner e Medeiros, 2013, dentre outros.

formulários ou realização de entrevistas. A escala histórica geralmente considera o tempo de assentamento, preocupados principalmente com a reconstituição das dificuldades vivenciadas pelo grupo familiar na adaptação ao novo ambiente, dificuldades e superações necessárias.

No entanto, quando o intuito passa por compreender a agroindustrialização em assentamentos e sua relação com as políticas públicas, exige-se ampliar a escala de análise e, por conseguinte, o aparato teórico-metodológico, de forma que pudessem nos amparar tanto nas incursões à campo, quanto nas discussões teórico-conceituais. Essa busca aconteceu durante os dois primeiros anos (2011-2012) do curso de doutorado, nos quais as disciplinas cursadas, a participação em eventos e, especialmente, a retomada de leituras no campo da geografia foram imprescindíveis para reconstituir um olhar geográfico e para reflexão sobre como abordar as inquietações iniciais e o projeto de pesquisa.

Nessa travessia teórica, aos poucos construímos uma perspectiva de análise, alguns conceitos e autores basilares, e progressivamente transitamos da geografia agrária para a geografia política, sobretudo após a realização do estágio de pesquisa na Universidade de Paris 8 (*Vincennes-Saint Denis*), de janeiro a junho de 2014. Foi nesse percurso que a abordagem territorial – ou seja, refletir sobre o território em diferentes escalas, como estratégia de organização, mas também como disputa por projetos – foi se consolidando e, também, a necessidade de uma perspectiva relacional foi sendo contemplada pelas proposituras de Pierre Bourdieu e de Claude Raffestin, dentre outros. Tais costuras (e, por que não, aventuras) implicaram em desafios outros, que muitas vezes, não serão possíveis de encerrar nesse trabalho.

3. Voltar ao campo, outra travessia

A pesquisa de campo tinha como objetivo uma reaproximação do objeto de estudo, conhecer as visões de mundo que os sujeitos têm sobre a execução do Programa Terra Sol, as concepções de agroindustrialização, a realidade dos assentamentos etc. O *voltar ao campo*, após dois anos, partiu dos contatos com a rede de conhecidos, amigos, lideranças e familiares, foi efetivado com exercício da *escuta ativa* de relatos sobre a vida cotidiana nos cantos perdidos, por vezes esquecidos, de alguns assentamentos.

O *voltar ao campo* foi organizado levando em conta: a) a experiência de atuação e redes construídas a partir da assessoria ao Programa Terra Sol; b) a necessidade de uma

incursão exploratória, a fim de averiguar a situação dos empreendimentos, identificar as lideranças e compreender a estrutura de organização política e econômica do MST; c) a necessidade de acompanhamento de algumas atividades a fim de observar os discursos, principalmente das lideranças, somada a realização de entrevistas e de grupos focais, conforme serão detalhados à seguir.

3.1. Dialogar entrevistando

Não deplorar, não rir, não detestar, mas compreender.
Pierre Bourdieu

Denominar-se-á de *dialogar entrevistando* uma mistura entre técnica de entrevista com conversa interessada. Um diálogo com aqueles que disponibilizaram parte do seu tempo para falar sobre os temas da pesquisa. Em geral, a conversa sempre começava por outros assuntos e, volta-e-meia, também seguia outros rumos (e essas oscilações fazem parte do dialogar, do respeito ao que o outro – muitas vezes – precisa falar).

Para as primeiras entrevistas, usamos um roteiro para consulta rápida – o que caracteriza as entrevistas semiestruturadas – mas ele foi dispensável na medida em que concentramos atenção sobre as concepções sobre desenvolvimento e agroindustrialização em assentamentos, a questão organizativa interna do MST, seus espaços de tomada de decisões e o papel desempenhado pelas lideranças.

Conhecer, ainda que parcialmente, a leitura que os diferentes sujeitos têm sobre o mundo e sobre os grupos sociais em interação no âmbito do MST tornou-se um desafio inacabado. Para tal, as entrevistas atenderam ao objetivo de identificar as diferentes concepções e foram decisivas na formulação de questões e reflexões inovadoras. Isso foi possível na medida em que problematizamos a ‘situação da entrevista’, sendo fundamental lembrar que:

Toda pesquisa com entrevistas é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as **palavras são o meio principal de troca**. Não é apenas um processo de informação de mão única passando de um (o entrevistado) para outro (o entrevistador). Ao contrário, ela é uma **interação**, uma **troca de ideias** e de **significados**, em que várias realidades e percepções são exploradas e desenvolvidas. [...] tanto o(s) entrevistado(s) como entrevistador estão, de maneiras diferentes, envolvidos na **produção do conhecimento** (GASKELL, 2010, p. 73 – grifos nossos).

Por tratar-se de uma interação, marcada pela troca de ideias e de significados, compreendemos que há igualmente um processo de diálogo e de produção de conhecimento. Aliás, nesse sentido, há também outra dimensão que tem relação com o “tornar público conversas privadas” e que foram estabelecidas em uma relação de confiança, conforme comenta Bourdieu (2008), ao relatar a experiência com a concepção dos procedimentos metodológicos para a obra “Miséria do Mundo”¹²:

Como, de fato, não experimentar um sentimento de inquietação no momento de tornar *públicas* conversas *privadas*, confidências recolhidas numa relação de confiança que só se pode estabelecer na relação entre duas pessoas? Sem dúvida, todos os nossos interlocutores aceitaram confiar-nos o uso que seria feito de seus depoimentos. Mas jamais houve um contrato tão carregado de exigências tácitas como um contrato de confiança (BOURDIEU, 2008, p. 09 – grifos originais).

Para responder a questão, o próprio autor sugere que além de alterar a indicação para evitar que possam ser diretamente identificados, convém também proteger as conversas de um “desvio de sentido” e aí “a intervenção do analista é tão difícil quanto necessária: ela deve ao mesmo tempo declarar-se sem a menor dissimulação e trabalhar sem cessar para fazer-se esquecer” (BOURDIEU, 2008, p. 10). De forma a atentar para tais pressupostos, ao longo do trabalho, na medida em que o discurso dos entrevistados é utilizado na argumentação, far-se-á menção genérica ao cargo ocupado, seguido de um número que corresponde à ordem da realização das entrevistas. Em alguns casos, incluiremos observações complementares sobre o momento da realização da entrevista, a fim de que o leitor possa situar o discurso em uma determinada conjuntura.

Outra observação de Bourdieu (2008) é sobre o exercício da violência simbólica, por vezes inerente ao ato de entrevistar. Para reduzi-la ao máximo, o autor apresenta algumas estratégias a serem usadas no desafio de uma comunicação “não violenta”: (1) a tentativa de “instaurar uma relação de escuta ativa e metódica”, que associa a “disponibilidade total à pessoa interrogada” com a “construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas” (BOURDIEU, 2008, p. 695); (2) a ação sobre “a própria estrutura da relação, portanto na própria escolha das pessoas interrogadas...” (*Idem*, p. 696), para a realização das

¹²Sob a direção de Pierre Bourdieu, uma equipe de sociólogos dedicou-se durante três anos a compreender as condições de produção das formas contemporâneas da miséria social. Original, em francês, foi publicado em 1993 sob título *Misère du Monde*.

entrevistas, umas das decisões foi “deixar aos pesquisadores a liberdade de escolher os pesquisados entre pessoas conhecidas” ou das suas redes de contatos, uma vez que:

A proximidade social e a familiaridade asseguram efetivamente duas das condições principais de uma comunicação “não violenta”. De um lado, quando o interrogador está socialmente muito próximo daquele que ele interroga, ele lhe dá, por sua permutabilidade com ele, garantias contra a ameaça de ver suas razões subjetivas reduzidas a causas objetivas; suas escolhas vividas como livres, reduzidas aos determinismos objetivos revelados pela análise. Por outro lado, encontra-se também assegurado neste caso um acordo imediato e continuamente confirmado sobre os pressupostos concernentes aos conteúdos e às formas de comunicação... (BOURDIEU, 2008, p. 697).

Assim, assume pleno sentido a assertiva “Não deplorar, não rir, não detestar, mas compreender” (BOURDIEU, 2008, p. 09), como base para uma conversa interessada, ou *escuta ativa* e, no desafio de compreender, exercitamos a *construção metódica* das condições objetivas de produção das visões de mundo (sentimentos, pensamentos, comportamentos etc.). Também nos utilizamos da proximidade social para construir a rede de entrevistados, além das oportunidades de encontro durante a pesquisa de campo. Essa estratégia foi fundamental durante os diálogos, seja nas entrevistas, seja nos grupos focais, justamente pelos “acordos imediatos”, tanto sobre os conteúdos, as formas de comunicação, mas também sobre os contratos de confiança que contribuem para minimizar os efeitos da violência simbólica.

Em prol de uma escuta ativa e metódica, recorreremos também as estratégias propostas por Thiollent (1987), como o uso da atenção flutuante, em que “não deve privilegiar a priori qualquer elemento do seu discurso, o que implica em que deixe funcionar o mais livremente possível a sua própria atividade inconsciente...” (*Idem*, p. 92) e o retardamento da categorização, que “corresponde a uma tentativa de minimizar o efeito de rotulagem dos comportamentos, das opiniões, atitudes ou crenças, num primeiro momento pelo entrevistador...” (*Id.*, p. 96). No tocante a categorização, o projeto de pesquisa previa seis eixos transversais de análise:

- I) a concepção de desenvolvimento;
- II) a concepção de agroindustrialização;
- III) a estratégia de organização da produção nos assentamentos;
- IV) o papel das políticas públicas;
- V) a organização e a articulação dos agentes de desenvolvimento;
- VI) o papel da ATEs e das assessorias via convênios do INCRA.

Apesar do roteiro das entrevistas seguir nessa linha, ao final das primeiras incursões empíricas, a partir de uma análise preliminar e considerando questões operacionais da pesquisa, em especial, da inviabilidade de abordar todos os convênios do INCRA e adentrar no amplo e diverso universo da ATES, optamos por quatro eixos, que envolvem todas as ações do MST e do Estado, em coerência com o propósito deste trabalho:

- I) Desenvolvimento;
- II) Agroindustrialização;
- III) Organização do MST;
- IV) Ação do Estado (políticas públicas).

Ao todo, foram realizadas 30 entrevistas com diferentes sujeitos, todos representantes de uma das entidades listadas no Quadro 1, cuja atuação varia nas escalas local, regional, estadual, e contempla principalmente o INCRA e o MST. Para a seleção, estimamos um grupo inicial: no âmbito do MST, oito lideranças regionais e sete dirigentes das principais cooperativas, além de outros dirigentes da direção executiva; no âmbito do INCRA, alguns membros do Grupo Gestor e outros servidores que acompanharam o processo histórico de implantação do Programa Terra Sol, no Rio Grande do Sul.

Ao recorrer ao uso de entrevistas, sobretudo de sujeitos que atuam na escala regional e estadual, tentaremos exercitar o que Bourdieu (2008, p. 11) indica em “O espaço dos pontos de vista”, referente à “fazer aparecer”, por “efeito de justaposição, o que resulta do confronto de visões de mundo diferentes ou antagônicas”. Tal escolha metodológica tem outro efeito, também discutido pelo autor, que é o de “abandonar o ponto de vista único, central, dominante, em suma, quase divino, no qual se situa geralmente o observador e também seu leitor (...), em proveito da pluralidade de suas perspectivas correspondente à pluralidade dos pontos de vista coexistentes e às vezes diretamente concorrentes¹³” (BOURDIEU, 2008, p. 11-12). É a pluralidade de perspectivas que aqui interessam, mesmo que em muitos momentos seja difícil trazê-la, explicitamente ao modo de depoimentos, neste texto. Uma pluralidade que

¹³ Bourdieu (2008, p. 12) prossegue dizendo: “Esse perspectivismo nada tem de um relativismo subjetivista, que conduziria a uma forma de cinismo ou de niilismo. **Ele está realmente fundado na própria realidade do mundo social e contribui para explicar grande parte do que acontece neste mundo**, e, em particular, inumeráveis sofrimentos oriundos do choque de interesses, de disposições e de estilos de vida diferentes que a coabitação favorece, principalmente no local de residência ou no ambiente de trabalho, de pessoas diferindo sob todos esses aspectos.” (Grifos nossos).

é coexistente, mas que, no longo processo de definição de demandas, de elaboração e concepção de determinada política, é progressivamente enxugada.

A etapa da pesquisa marcada pelo dialogar entrevistando foi constante em todas as pesquisas de campo, portanto, muitos dos sujeitos com os quais dialogamos não estão contabilizados na lista do Quadro 1, pois foram conversas ao longo do caminho, nos encontros aleatórios, mas que foram igualmente importantes na reflexão das questões desta pesquisa.

Quadro 1. Relação das entidades representadas a partir das entrevistas

Entidade	Função
DDA/SDR – Governo Estadual	Atuação Terra Sol
INCRA – SR 11	Fiscal de Campo
INCRA – SR 11	Servidora
INCRA – SR 11	Servidor
INCRA – SR 11	Grupo Gestor Terra Sol
INCRA – SR 11	Grupo Gestor Terra Sol
INCRA – SR 11	Grupo Gestor Terra Sol
INCRA/UFSM	ATP*
INCRA/UFSM	ATP*
MST – Viamão	Direção Executiva
MST – Pedras Altas	Liderança Local
MST – Candiota	Direção Regional
MST – Pontão	Liderança Estadual
MST – Pedras Altas	Grupo Gestor Moinho
MST – Canguçu	Grupo Gestor Moinho
MST – Pedras Altas	Grupo Gestor Moinho
MST – Canguçu	Direção Regional
MST – CEPPA – Hulha Negra	Liderança Regional
MST – COCEARGS – POA	Direção Executiva
MST – CONATERRA – Hulha Negra	Direção Cooperativa
MST – Coop. Terra Nova - Canguçu	Direção Cooperativa
MST – COOPAVA – Piratini	Direção Cooperativa
MST – COPAN – Nova Santa Rita	Direção Cooperativa
MST – COPERLAT – Pontão	Direção Cooperativa
MST – COPTEC – POA	Liderança Estadual
MST – COPTEC – São Gabriel	ATES
MST – COPTEC – Nova Santa Rita	ATES
MST – COPTIL – Hulha Negra	Direção Cooperativa
UFSM – SOMAR	Convênios INCRA
EMATER - ATES	ATES

*ATP – Assessor técnico pedagógico, com atuação no Grupo Gestor do Programa Terra Sol a partir de 2012. Obs.: Destas 30 entrevistas, 23 foram gravadas. Em todas houve registro no diário de campo.

3.2. Entrevistar dialogando

O *entrevistar dialogando* faz referência aos grupos focais, em uma forma de interagir a partir de questões-chave e promover debate, troca de ideias e o diálogo. A opção pela realização de grupos focais se deu ao longo do desenvolvimento da pesquisa e foi uma escolha metodológica para que fosse possível atender aos objetivos específicos, quanto às transformações decorrentes dos investimentos do PTS nos assentamentos. Foi possível a realização de dois grupos focais: um no assentamento Lagoa do Junco (Tapes) com membros da COOPAT e outro no assentamento Conquista da Liberdade (Piratini) com membros da COOPAVA. São dois casos com experiências coletivas de cooperação e que receberam investimentos em agroindústrias por parte do Programa Terra Sol. Em ambos os casos, foram feitos contatos com alguma liderança da cooperativa e, a partir dela, foram agendados e articulados os encontros.

O grupo focal é uma técnica de pesquisa que tem como intuito a produção de dados qualitativos, com caráter semidireto, em que o moderador tem a função de lançar ou aprofundar algumas questões norteadoras para a discussão do grupo. Esta técnica geralmente é utilizada no âmbito das ciências da saúde ou em pesquisas de *marketing* de mercado, implementação e ou avaliação de programas. Recentemente vem sendo utilizada também em pesquisas nas ciências sociais, a fim de superar as perguntas/respostas fechadas das entrevistas, que nem sempre garantem informações exatas ou coerentes da realidade, uma vez que se trata de pontos de vista sobre determinada problemática (GALEGO e GOMES, 2005).

Nos usos contemporâneos, os grupos focais têm por objetivo “identificar percepções, sentimentos, atitudes e ideias dos participantes a respeito de um determinado assunto, produto ou atividade” (DIAS, 2000, p. 03). Dentre as vantagens do uso desta técnica, está a possibilidade de registrar e observar a reação dos indivíduos, produção de informações, observação das relações de poder (dos que falam e dos que se calam), e permite a apresentação das diferentes visões e abre espaço para discussão sobre as temáticas. Supera-se assim a visão estrita do sujeito, em sua leitura de mundo (e, conseqüentemente suas verdades sobre o(s) outro(s)) para compartilhá-las no coletivo. Galego e Gomes (2005, p. 183) enumeram como vantagens do grupo focal: “a) baixos custos; b) rapidez na recolha de dados; c) flexibilidade do formato; d) e, possibilidade de conciliação com outras modalidades de investigação”. E, ainda, mesmo que “com menor profundidade, acesso a um maior volume de informações de um maior número de sujeitos” (GALEGO e GOMES, 2005, p. 182).

Para além destas questões, uma das principais motivações para uso desta técnica deve-se ao fato de permitir “ouvir as pessoas”, no lugar em que vivem e a partir das relações que comungam com seus pares. Gaskell (2010, p. 75 – grifos nossos) contribui nesse sentido, ao apontar que:

O objetivo do grupo focal é estimular os participantes a falar e a reagir àquilo que outras pessoas no grupo dizem. É uma **interação social mais autêntica do que a entrevista em profundidade**, um exemplo da unidade social mínima em operação e, como tal, os sentidos ou representações que emergem são mais influenciados pela natureza social da interação do grupo em vez de se fundamentarem na perspectiva individual.

Assim, não “ouvimos” apenas desabafos, impressões ou opiniões, acessamos discursos e lançamos questões que dizem respeito àquilo que é comunal: os projetos de vida, os sonhos e as expectativas, em especial aquelas relacionadas ao empreendimento.

Na última seção desta parte serão apresentadas algumas considerações críticas sobre uso deste procedimento durante a pesquisa.

3.3. O voltar ao campo em três momentos

A primeira pesquisa de campo, de caráter exploratório, foi realizada no período de 30 de janeiro a 7 de fevereiro de 2012. Teve por objetivo apresentar o projeto de pesquisa aos agentes envolvidos com a temática da agroindustrialização nos assentamentos e, também, o estabelecimento de contatos e indicação de informantes qualificados, que pudessem subsidiar a reconstituição histórica do objeto em estudo e suas concepções ou perspectivas contemporâneas. Para tanto, reunimo-nos com o grupo gestor do Programa Terra Sol, no INCRA, superintendência do Rio Grande do Sul e, num segundo momento, com lideranças do MST no estado.

Na oportunidade da reunião com o INCRA (SR-RS) havia uma manifestação (Figura 1) direcionada ao MDA por parte de diferentes entidades representativas dos agricultores familiares e assentamentos (MST, FETRAF, FETAG, MPA, etc.), em função da estiagem que assolava o Rio Grande do Sul, comprometendo, inclusive, a disponibilidade de água para consumo humano em algumas regiões – em especial aquelas com poucas infraestruturas, o que incluí assentamentos da porção sul e oeste do estado. Mesmo com a manifestação, foi

possível dialogar com os servidores do INCRA envolvidos com a execução do Programa Terra Sol no Rio Grande do Sul, a fim de apresentar projeto de pesquisa, identificar outros agentes, solicitar dados referentes ao programa e aos assentamentos do estado.



Figura 1 - Fotografias da manifestação e ocupação da sede do MDA/INCRA
Fotografia: Aline Weber Sulzbacher, Pesquisa de Campo – Porto Alegre, RS, fev. 2012.

Na Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS) reunimo-nos com uma das lideranças políticas que repassou a situação atual, prioridades e perspectivas do MST no estado, visando principalmente o desenvolvimento dos assentamentos a partir do fortalecimento de algumas linhas produtivas e das cooperativas. Também foram disponibilizados dados sobre as cooperativas vinculadas ao MST, a regionalização utilizada pelo movimento social, bem como as principais linhas de produção e prioridades futuras do MST, no Rio Grande do Sul.

Além disso, participamos de três reuniões¹⁴ da ATES com o Assessor Técnico Pedagógico (ATP) e servidores do INCRA, nos municípios de Nova Santa Rita, Piratini e Arroio Grande, com a finalidade de acompanhar as discussões sobre as políticas públicas executadas pelo INCRA, bem como averiguar a situação dos empreendimentos do Programa Terra Sol. Aproveitamos a oportunidade para dialogar sobre o histórico da agroindustrialização em assentamentos e as formas de articulação do MST, por meio das cooperativas, com um Fiscal de Campo do INCRA (servidor desde 1980 e que conhece todos os assentamentos instalados no Rio Grande do Sul) e com ATP.

Em Piratini, visitamos uma das lideranças vinculadas a uma das principais cooperativas do MST no Rio Grande do Sul, a Cooperativa Agrícola Vista Alegre Ltda (COOPAVA), com trajetória de produção coletiva e em processo de transição agroecológica para produção vegetal (pêssego, soja, etc.) e animal (leite e derivados). A cooperativa está localizada no assentamento Conquista da Liberdade, que tem uma parte da área coletiva (referente aos cooperativados) e outra distribuída em lotes individuais. A visita teve por propósito apresentar o projeto de pesquisa aos cooperados, dialogar sobre estrutura organizativa do MST, os processos para tomada de decisão e conhecer a avaliação dos cooperados sobre o Programa Terra Sol e sobre a questão da agroindustrialização em assentamentos. A COOPAVA foi uma das beneficiadas com recursos do Programa Terra Sol e, por tratar-se de uma cooperativa coletiva, suas lideranças têm importante papel na atuação política interna e externa do MST.

¹⁴ Dentre outros assuntos, as reuniões também abordaram o Sistema Integrado de Gestão Rural da ATES (SIGRA), que tem por objetivos: (1) criar um sistema ágil, capaz de gerenciar e organizar as principais informações da realidade dos assentamentos do RS, com propósito de facilitar a proposição de ações e de políticas que contribuam com o desenvolvimento dos assentamentos; (2) disponibilizar para as famílias assentadas informações qualificadas, de modo a auxiliar no planejamento das atividades desenvolvidas na propriedade; (3) desenvolver um instrumento que auxilie as equipes de ATES no processo de organização, planejamento e acompanhamento do trabalho. O sistema com software para lançamento dos dados coletados a campo (a partir de questionário), desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria.

Na oportunidade, realizamos um dos grupos focais, lançando questões como o papel da agroindústria no assentamento, as ações do Programa Terra Sol, os projetos da Cooperativa para o desenvolvimento do assentamento, questões referentes aos dilemas da organização coletiva, dentre outros. A partir dessa discussão inicial, que foi gravada e registrada em diário de campo, foram observados alguns destaques principais da conversa e de algumas posturas diferenciadas, dentro do grupo, em relação ao trabalho na agroindústria e a letargia da operacionalidade das políticas públicas. As contribuições deste grupo, ao longo do texto, serão mencionadas como Grupo Focal 01.

Nas fotografias da Figura 2 apresentamos a secretaria da cooperativa (esq.) e uma das placas (dir.) na entrada da agrovila. A frase “Reforma Agrária se faz no campo, se conquista na cidade” indica essa atuação escalar do MST, como estratégia para difundir e fortalecer um projeto alternativo de desenvolvimento para o campo e para a cidade. As duas fotografias são um registro de outros valores, construídos a partir do MST, baseados na diversidade, na produção com respeito ao ambiente, na responsabilidade social de produção de alimentos, dentre outros – valores e ideias expressos por cores, palavras, imagens e marcas (como é o caso da marca Terra Livre e da cooperativa). Tais questões serão retomadas e problematizadas ao longo deste trabalho.





Figura 2 - Fotografias da sede da agrovila (esq.) e da placa, na entrada da agrovila (dir.)
Fotografia: Aline Weber Sulzbacher, Pesquisa de Campo – Porto Alegre, RS, fev. 2012.

Nas fotografias da Figura 3, registramos uma reunião (esq.) em um dos espaços da área coletiva para discutir organização de uma festa comunitária e religiosa, cujo objetivo principal era celebrar os 20 anos do assentamento. Na reunião, participaram assentados do coletivo e dos individuais, sendo que uma das questões discutidas foi sobre a necessidade da festa apresentar uma memória, um "resgate histórico" para revalorização do MST e de motivação para mobilização das famílias. A fotografia à direita registra uma fase da construção do laticínio, que é um caso ilustrativo dos problemas com a execução do Terra Sol: o projeto foi aprovado em 2008 e a obra somente começou em 2012. Neste período, ocorreram problemas, sobretudo, com a licença ambiental (primeiro pela dificuldade de encontrar um engenheiro agrônomo para elaborar o estudo de impacto ambiental e assinar a responsabilidade técnica). Também é um caso exemplar no qual mesmo com uma cooperativa que apresenta forte organização interna (em termos de gestão e planejamento) e uma boa articulação externa (com outras entidades, como universidades, prefeituras etc.), ambas não foram suficientes para minimizar os efeitos *perversos* da execução da política pública, conforme discutiremos adiante.



Figura 3 - Fotografias da reunião das famílias (esq.) e da reforma da unidade de beneficiamento de leite (dir.)

Fotografia: Aline Weber Sulzbacher, Pesquisa de Campo – Porto Alegre, RS, fev. 2012.

Esse primeiro voltar ao campo foi um marco importante de retorno, um momento de troca de informações sobre trajetórias e no entremeio dessas conversas interessadas é que discutia-se sobre o Terra Sol, agroindústrias, organização etc. Foi igualmente importante para conhecer outros sujeitos que participam dessa rede envolvida com os assentamentos, e para

atualizar e conhecer outras leituras e concepções sobre os processos que circunscrevem nosso objeto de estudo. Em geral, grande parte dessa vivência foi registrada em forma de imagens, gravações de áudio e anotações em diário de campo.

ENC

A segunda pesquisa de campo, realizada entre 9 e 12 de abril de 2012, objetivou retornar ao INCRA, a fim de coletar dados pendentes sobre empreendimentos Terra Sol e sobre políticas públicas voltadas aos assentamentos (como foi caso do PROCERA).

A situação no INCRA não era das melhores, tendo em vista o corte orçamentário de 70%, implicando no atraso do pagamento de serviços como a ATES. Essa situação culminou na ocupação do prédio do INCRA em Porto Alegre, com manifestação dos técnicos vinculados as prestadoras de serviço de ATES. Nas fotografias da Figura 4 registramos dois cartazes que estavam afixados na entrada do prédio do MDA e que abriga a sede do INCRA, em Porto Alegre. Um dos dizeres “Dilma mente: ATES é prioridade” e “Que Reforma Agrária é essa?” expressam a situação de crise política de um governo com dificuldades para incorporar algumas pautas da Reforma Agrária e que exemplificam as contradições nesse campo. A frase “Mulheres sem-terra contra o agronegócio” indica que as mobilizações sempre comportam outros temas, uma vez que o campo em disputa envolve um projeto mais amplo, ainda que algumas das pautas sejam, eventualmente, específicas.





Figura 4 - Fotografias de cartazes do protesto de técnicos de ATEs pelo atraso no repasse de orçamento

Fotografia: Aline Weber Sulzbacher, Pesquisa de Campo – Porto Alegre, RS, fev. 2012.

Mesmo assim, fomos recebidos pelo então chefe da Divisão de Desenvolvimento, que encaminhou-nos para conversar com os gestores do Programa Terra Sol. Iniciamos o diálogo sobre o Ofício de 7 de fevereiro de 2012 (em que solicitava dados dos assentamentos e do Programa Terra Sol) e nos explicaram as dificuldades referentes à liberação dos dados:

a) quanto aos dados do geoprocessamento, alertaram que havia certa restrição na liberação dos mesmos, pois o banco de dados do INCRA estava desatualizado e com problemas de precisão (decorrente da falta de um trabalho topográfico e do uso de imagens de satélites gratuitas). Mesmo assim, repassariam tal solicitação para a servidora responsável, a fim de que ela pudesse avaliar melhor quais dados seriam disponibilizados;

b) quanto ao banco de dados do número de assentamentos no Rio Grande do Sul, famílias e área média dos lotes seriam prontamente fornecidos pelo setor de regularização;

c) na questão dos PRAs e PDAs informaram que o banco de dados atualizado estaria sob a responsabilidade de servidor em trânsito para Santa Maria (RS) e, que, deveria contatá-lo para acessar os arquivos;

d) os dados sobre o Programa Terra Sol seriam fornecidos e se precisasse dos processos arquivados (principalmente dos convênios antigos), poderia fazer a solicitação dos mesmos a secretaria da Divisão de Desenvolvimento.

No mesmo dia, os servidores responsáveis por cada setor repassaram os dados, referentes ao Rio Grande do Sul. O acesso aos sobre o Programa Terra Sol em âmbito nacional foi outro trâmite, que demandou muitas mensagens eletrônicas e nenhum retorno.No

dia seguinte dialogamos com dois servidores do INCRA, que foram responsáveis pela execução do Programa Terra Sol, em 2005. Eles indicaram a servidora responsável pelos dados do PROCERA. Além disso, indicaram uma terceira pessoa que também havia atuado junto ao Programa Terra Sol, fazendo parte da Equipe Técnica da COCEARGS – MST, encarregada de elaborar o primeiros projetos atendidos pelo PTS.

Em seguida, ficamos por dois dias na Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN), uma das principais cooperativas da região metropolitana de Porto Alegre, vinculada ao MST, voltada para a produção de arroz orgânico e que tem participação ativa na organização política e perspectivas voltadas a produção e comercialização da produção de assentamentos. Na oportunidade, além de conhecer a estrutura agroindustrial, dialogamos com lideranças sobre a organização do MST e a função da agroindustrialização nos assentamentos de Reforma Agrária. Também acompanhamos algumas visitas com o técnico da ATES que trabalha no assentamento sede da cooperativa, fato que permitiu entender alguns meandros da organização produtiva e política, bem como a “não participação” de muitas famílias assentadas.

Na Figura 5, são apresentadas duas fotografias referentes à estrutura produtiva de arroz orgânico da COOPAN: à esquerda, uma automotriz, que havia sido recentemente adquirida pela cooperativa e à direita a estrutura para recebimento, beneficiamento e armazenagem do arroz. Neste caso, o Programa Terra Sol investiu na compra de equipamentos (transportador de grãos, medidor de umidade universal, embaladeira automática etc.) para complementar a unidade de beneficiamento de arroz.



Figura 5 - Fotografias da área de produção (esq.) e da unidade de beneficiamento de arroz orgânico (dir.) da COOPAN

Fotografia: Aline Weber Sulzbacher, Pesquisa de Campo – COOPAN, Nova Santa Rita, RS, abr. 2012.

A terceira pesquisa de campo foi realizada no mês de novembro de 2012, com intuito de entrevistar lideranças regionais do MST e agentes do INCRA, a fim de apreender o processo de definição dos critérios para seleção de projetos que recebem investimentos via Programa Terra Sol (ou mesmo, do PROCERA – Teto 02).

Dialogamos com cerca de 40 pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a questão das estratégias de desenvolvimento em assentamentos rurais, as políticas públicas, relação com INCRA, dentre outros. Deste total, foram entrevistados 28 sujeitos, em que priorizamos as lideranças regionais do MST, lideranças locais envolvidas com projetos de agroindustrialização e técnicos do INCRA, conforme oportunidades do roteiro de campo e a disponibilidade dos entrevistados.

Assim, iniciamos o roteiro pela sede do INCRA, em Porto Alegre, no dia 06 de novembro, a fim de coletar dados sobre o Programa PROCERA – Teto 02, critérios para seleção de projetos, etc. Após, já no Centro de Formação Sepé Tiarajú¹⁵ em Viamão, acompanhamos a reunião da Direção Estadual do MST. A pauta do dia envolvia discussão sobre a problemática das hidrelétricas, com participação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), seguida do levantamento da demanda por instalação de rede de distribuição de água em assentamentos, tendo em vista ações do Governo Federal e Estadual, com pretensão de licitação ainda em 2012. Na fotografia da Figura 6 é representado um dos momentos da reunião, em que acontecia a discussão sobre as hidrelétricas.

Durante o dia, a partir do diálogo com lideranças, mapeamos a estrutura de organização econômica (cooperativas) e representação política (lideranças) do MST no Estado, com respectivos representantes regionais e seus contatos. Foi um momento oportuno para reencontrar algumas lideranças e, a partir disso, organizamos um roteiro prévio, com previsão de datas e locais a serem visitados – roteiro que foi alterado várias vezes, em função das oportunidades de deslocamento e de agendamento das entrevistas.

Alguns dias depois, em Hulha Negra, participamos da reunião do Departamento Desenvolvimento Agrário (DDA), que tinha por objetivo apresentar o Plano Safra 2012/2013 do Governo do Estado às lideranças da regional de Bagé e, de fato, participaram vários representantes, desde coordenadores de assentamentos, lideranças regionais do MST,

¹⁵ Sepé foi um dos maiores guerreiros indígenas do sul do país, líder da resistência dos Sete Povos das Missões (RS) contra tropas espanholas e portuguesas, na chamada Guerra Guaranítica, de 1753 a 1756 (BOND, 2008).

secretários municipais, vereadores, prefeitos, técnicos das empresas de assistência técnica da EMATER e da COPTec, dentre outros.



Figura 6 - Fotografia da reunião da Direção Estadual MST

Fotografia: Aline Weber Sulzbacher, Pesquisa de Campo – Viamão, RS, nov. 2012.

Na Figura 7 registramos dois momentos da reunião(à esquerda)que foi realizada na sede da Cooperativa Bionatur e do Centro de Educação Popular e Pesquisa em Agroecologia (CEPPA), vinculados ao MST, em Hulha Negra. À direita um dos *slides* sobre o Programa de Agroindústria Familiar do governo estadual (a primeira política estadual para agroindústrias foi concebida e executada no período de 1999 a 2003, durante governo Olívio Dutra e, após oito anos, foi retomada, reformulada e executada no período de 2010 a 2014, durante governo Tarso Genro).

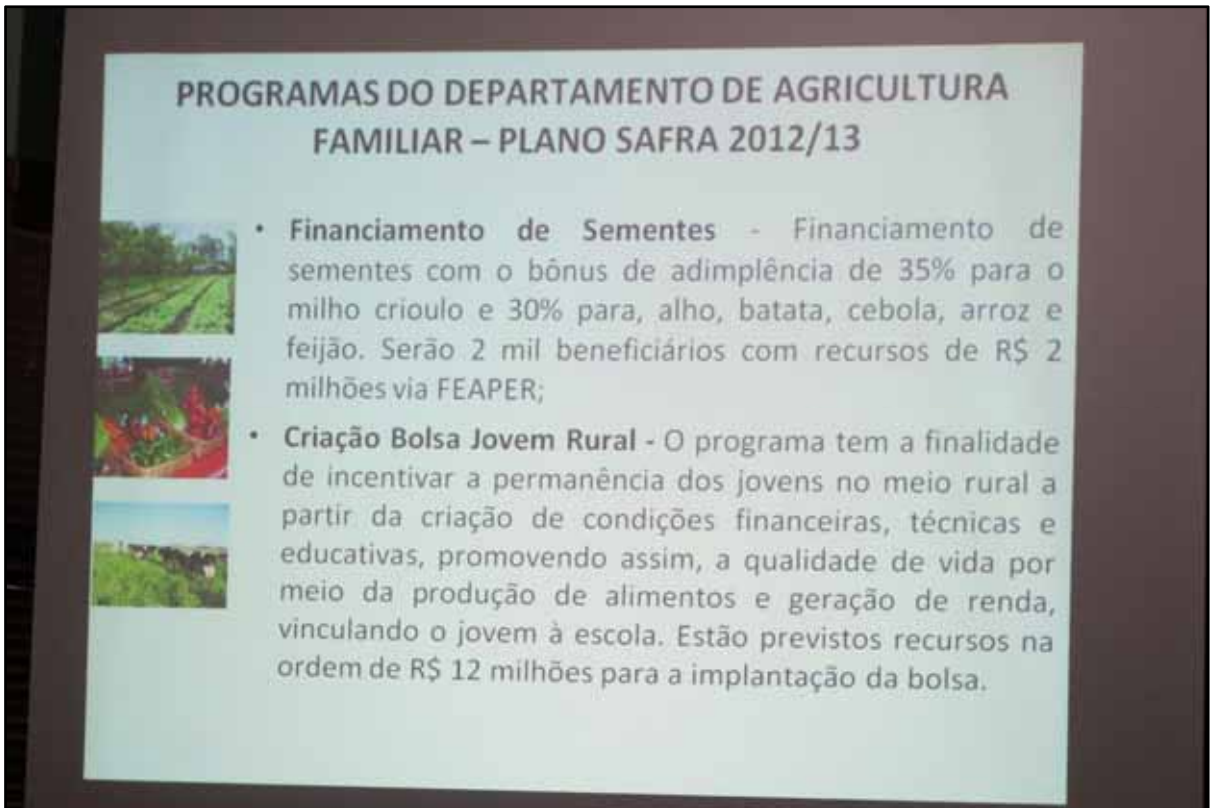


Figura 7 - Fotografias da reunião DDA/SDR sobre Plano Safra 2012/2013
Fotografia: Aline Weber Sulzbacher, Pesquisa de Campo – Hulha Negra, RS, nov. 2012.

No outro dia, acompanhamos a reunião da ATES, na sede do assentamento PA Pitangueiras I, com coordenadores dos 16 assentamentos no município de Canguçu. A pauta incluía apresentação dos dados coletados para o SIGRA e, a partir deles, o planejamento das ações da ATES nos assentamentos para 2013. A reunião contou com ampla participação dos assentados, conforme demonstra, em parte, a fotografia à esquerda da Figura 8 e, à direita, registramos uma visão parcial do lote com a moradia e o carro (que pertence à direção regional). Destaque para a casa da família assentada, em que a parte central, com dois cômodos, era usada como moradia e a parte dos fundos para guardar equipamentos de trabalho no lote. A “casa nova”, em alvenaria, estava sendo construída um pouco acima e as obras estavam paradas tendo em vista problemas com liberação de recursos (programa de habitação rural para assentamentos, com projetos elaborados em grupos coletivos, sendo que a inadimplência ou qualquer problema com execução de uma obra, interrompia a execução das demais).





Figura 8 - Fotografias da reunião no PA Pitangueiras e da residência de uma das lideranças
Fotografia: Aline Weber Sulzbacher, Pesquisa de Campo – PA Pitangueiras I, Canguçu, RS, nov. 2012.

Na sede desse assentamento foi construída uma unidade de beneficiamento de grãos do tipo moinho colonial, com investimentos do Terra Sol. O projeto foi aprovado em 2006 e até 2012 (quando realizamos pesquisa de campo) não estava em operação por problemas de licença sanitária e ambiental. Além destes, a obra civil apresentou problemas sérios com erros no fluxo de produção e falta de equipamentos, que foram ajustados a partir de aditivos ao convênio firmado entre o INCRA e a Prefeitura Municipal de Canguçu. Na Figura 9, a fotografia, à esquerda apresenta uma visão geral externa da unidade e à direita uma visão parcial da área de recebimento, sendo que ao fundo há empilhamento de sacos com semente de milho a serem distribuídas para o plantio.



Figura 9 - Fotografias do moinho colonial PA Pitangueiras I, Canguçu.

Fotografia: (esq.) Daiane de Mattos Taborda, Arquivos da Equipe Somar (Maio 2010) e (dir.) Aline Weber Sulzbacher, Pesquisa de Campo – PA Pitangueiras I, nov. 2012.

Ainda por uma semana, participamos de atividades que envolviam a ATES de Candiota e Pedras Altas. Nos entremeios das atividades, dialogamos com diferentes lideranças e aproximamo-nos um pouco do seu cotidiano voltado à mobilização, difusão de informação nos assentamentos, e das diferentes dificuldades, em especial vinculada à carência de infraestrutura dos assentamentos (estradas, veículos, moradia, etc.), com precariedade nas condições de vida.

Nas fotografias da Figura 10 registramos uma visão panorâmica da paisagem dos assentamentos dessa porção da metade sul, entre Pelotas e Bagé. A situação precária das moradias, somada à contiguidade do campo nativo (antes destinado à pecuária extensiva das grandes propriedades) são algumas expressões da dificuldade, no processo de adaptação, do início de alguma atividade produtiva. Nestes casos, geralmente, as famílias começam com produção de leite, quando há rotas de coleta próximas aos lotes.





Figura 10 - Fotografias da paisagem recorrente nos assentamentos em Candiota e Pedras Altas
Fotografia: Aline Weber Sulzbacher, Pesquisa de Campo – Candiota/Pedras Altas, RS, nov. 2012.

Um dos assentamentos visitado foi o PA Glória, situado ao sul do município de Pedras Altas, no qual havia sido construído um Moinho Colonial com recursos do Terra Sol (convênio de 2008, entregue pelo INCRA em 2012, porém com falta de equipamentos). O empreendimento estava inoperante. Em conversas com assentados, por várias vezes, surgiam comentários em tom de desânimo, sobre as dificuldades de adaptação ao meio, de produção, da falta de tecnologia e de falta/dificuldade de mobilização das famílias assentadas há mais de 10 anos.

Na Figura 11, as fotografias indicam registros de (à esquerda) um momento da colheita manual de trigo pelo pai e seus dois filhos, todos assentados. O plantio e a colheita do trigo tinham em vista o beneficiamento no moinho colonial. Foi nesse momento, ao acompanhar a colheita, que a conversa tornou-se densa, em que dialogamos sobre as diferenças entre os assentamentos e alguns dos fundamentos políticos dessas diferenças, das dificuldades que eram enfrentadas pelos assentados da região, da falta de equipamentos para manejo da terra, plantio e colheita; e, também, da falta de estímulo de algumas famílias em função das sucessivas frustrações seja de organização, seja com a produção.

Na fotografia à direita (Figura 11) registramos um momento da reunião convocada pela ATES (COPTEC), para repasse dos dados do SIGRA e planejamento de ações para 2013, mas também se discutiu sobre a administração da rota do leite, a atuação da Cooperativa dos Agricultores Assentados Ltda. (COOPERAL), com sede em Candiota, dentre outros. Além da pouca participação, era evidente o desânimo entre os participantes. Ao final, uma das pautas foi referente aos procedimentos (em andamento há quase dois anos) para a criação de uma cooperativa, que tinha por objetivo gestar o moinho colonial e defender os interesses dos assentados em outras instâncias.





Figura 11 - Fotografias da colheita manual de trigo e da reunião do assentamento com a Equipe de ATES no PA Glória, Pedras Altas.

Fotografia: Aline Weber Sulzbacher, Pesquisa de Campo – Pedras Altas, RS, nov. 2012.

No dia 23 de novembro, em parceria com Markus Lundström¹⁶, desenvolvemos um grupo focal com alguns representantes da COOPAT, no PA Lagoa do Junco, Tapes. O assentamento foi escolhido pela existência de uma cooperativa coletiva, com produção de arroz orgânico e que recebeu investimentos do Programa Terra Sol.

Após breve apresentação dos projetos de pesquisa, houve algumas questões sobre a trajetória dos participantes, sua entrada no Movimento, a formação do coletivo e das linhas produtivas, relação com o mercado, a questão da autonomia na produção, as ameaças e enfrentamentos vividos (nas relações externas e no cotidiano). A partir dos relatos, em especial da experiência do grupo com beneficiamento, pode-se destacar a importância da agroindustrialização (beneficiamento de arroz orgânico e padaria) na oferta de postos de trabalho e na geração de renda, tanto para o grupo coletivo, quanto para as demais famílias do

¹⁶ Aluno do Doutorado em História Econômica da Universidade de Estocolmo (Suécia), esteve no Brasil no período de outubro a fevereiro de 2012-2013 para pesquisa de campo da tese cuja temática abordou as formas de resistência ao agronegócio articuladas pelo MST. Fez sua pesquisa no Rio Grande do Sul sob supervisão do Prof. Dr. Sérgio Schneider, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

entorno que hoje trabalham para a cooperativa. As contribuições deste grupo, ao longo do texto, serão mencionadas como Grupo Focal 02.

Na Figura 12, as fotografias referem-se a um dos momentos do grupo focal (esq.) em que estão, ao lado esquerdo da imagem, os quatro assentados da cooperativa¹⁷. Na fotografia à direita, uma das placas com indicativo da unidade de beneficiamento de arroz ecológico, em pleno funcionamento. Na oportunidade, um dos assentados também nos apresentou as áreas de plantio do arroz, a sede, a agrovila e almoçamos no refeitório da cooperativa, junto com os demais assentados.



¹⁷ Apenas quatro puderam participar do grupo focal, pois as atividades não podem ser interrompidas e há dificuldades para substituições tendo em vista as escalas de trabalho, os diferentes setores da cooperativa – unidade de beneficiamento, secretaria, padaria etc. Além da falta de força de trabalho.



Figura 12 - Fotografias do grupo focal e da placa da unidade de beneficiamento de arroz ecológico na COOPAT, Tapes.

Fotografia: Aline Weber Sulzbacher, Pesquisa de Campo – Tapes, RS, nov. 2012.

Ainda no mês de dezembro, foram realizadas quatro entrevistas. Duas delas em visita ao PA 16 de março (antiga Fazenda Anoni), município de Pontão, no dia 08 de dezembro. Outras duas entrevistas foram realizadas com lideranças do MST, durante o Encontro Estadual de ATES, realizado na Universidade Federal de Santa Maria, no período de 10 a 14 de dezembro de 2012.

4. Destinos, rumo a novas travessias

O *homo academicus* gosta do acabado. Como pintores acadêmicos, ele faz desaparecer dos seus trabalhos os vestígios da pincelada, os toques e os retoques: foi com certa ansiedade que descobri que pintores como Couture (...) tinham deixado esboços magníficos (...) e tinham muitas vezes estragado obras julgando dar-lhes os últimos retoques, exigidos pela moral do trabalho bem feito, bem acabado, de que a estética acadêmica era a expressão.
Pierre Bourdieu

A busca se transformou em destinos, no plural, na medida em que a travessia permitiu novas perspectivas e outras tantas inquietações. Em muito, tais dimensões tem relação com as escolhas teóricas e metodológicas, com mesclas entre as orientações técnicas do campo científico e as intuições a campo, na condição de sujeito investigador, portador de subjetividades e de um corpo – conforme nos diz Turra Neto (2012).

Nesse sentido, ao dialogar no campo das ciências sociais, Pierre Bourdieu deixou um legado em defesa do rigor na prática de pesquisa sem, com isso, perder a capacidade de invenção, de inovação e de vislumbrar diferentes formas de apreender aquilo que tomamos por objeto em estudo. Em suas reflexões, Bourdieu (2006, p. 26 - grifos nossos) aponta que:

A pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a *rigidez*, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o *rigor*, e **se ficar privado deste ou daqueles recursos entre os vários que podem ser oferecidos** ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina. [...] Apetecia-me dizer: “É proibido proibir” ou “Livrai-nos dos cães de guarda metodológicos”. Evidentemente, a liberdade extrema que eu prego, e que me parece ser de bom senso, **tem como contrapartida uma extrema vigilância das condições de utilização das técnicas, de sua adequação ao problema posto e às condições de seu emprego.**

A vigilância das condições de utilização das técnicas, sua adequação ao problema e as condições do seu emprego são aprendizados construídos ao longo da trajetória investigativa e, de algum modo, estão sempre inacabados [lembrando aqui as três precauções metodológicas que por sua condição, sempre nos impõe novos desafios].

É a partir das questões até aqui apresentadas que é relevante indicar duas observações críticas sobre os aprendizados com os procedimentos metodológicos adotados ao longo da investigação: 1) a vivência à campo, considerando as particularidades desta pesquisa, foi

fundamental para compreender alguns dos meandros que perpassam a execução das políticas públicas e isso somente foi possível graças a uma preocupação em dialogar (tanto entrevista, quanto grupo focal). Ao permitir, por algum tempo, deixar de lado as regras do campo científico, foi possível estar com o outro, de forma solidária, em relação ao mundo em que vive, suas dificuldades e facilidades. Isso foi sobretudo importante nos grupos focais, em que os assentados dialogavam, não com a pesquisadora de uma universidade em São Paulo, mas com a Aline, que outrora debatia projetos de agroindústria, organizava espaços de formação etc. Falavam com alguém que já conheciam e conhecia um pouco da realidade deles, alguns imbróglis dos procedimentos burocráticos das entidades públicas, e isso influenciou, sem dúvidas, os diálogos. Tal conclusão foi possível, sobretudo a partir da comparação entre o grupo focal com COOPAVA e o outro, com a COOPAT em parceria com o Markus: no grupo focal com a COOPAVA participaram dez pessoas, foi realizado no domingo pela manhã e isso favoreceu muito a descontração, porém, conduzir um grupo focal e ao mesmo tempo realizar os registros de posturas (expressões, comportamentos etc.), ou fotografias foi difícil, ainda que todas as questões tenham sido colocadas e o debate gerado no grupo contribuiu significativamente para a pesquisa. Foi inspirado nessa experiência que propomos o *entrevistar dialogando* pois, afinal de contas, foi exatamente isso que aconteceu. Por sua vez, no grupo focal com a COOPAT, a atividade foi realizada em uma sexta-feira – dia de trabalho – e participaram somente quatro pessoas. Além disso, foi particularmente incômoda a condução do grupo focal¹⁸, em que as perguntas eram lançadas, por vezes desconexas com o assunto, por vezes com formulação direta, além do que não era permitido interagir, dialogar a partir das falas e reflexões dos assentados. Isso, em muitos momentos, transformou o espaço de diálogo em um espaço de perguntas-e-respostas e, mesmo assim, em muitas perguntas, os comentários não ultrapassaram questões básicas (trajetória, opiniões, perspectivas relatadas de forma geral).

A segunda observação é sobre as entrevistas. Embora elas ainda sejam uma das estratégias necessárias para a produção de dados e informações, a partir das incursões a campo, podemos observar que não é, necessariamente, a melhor estratégia, apresentando várias limitações e riscos inerentes, tais quais: 1) falta de tempo das lideranças, ou mesmo dos agentes do INCRA, para uma conversa *interessada*, sendo que os horários disponíveis foram, geralmente, ao final do dia, após rotina de trabalho e na qual os entrevistados já estavam

¹⁸ A condução do grupo focal foi realizada por uma cientista social contratada pelo Markus, para auxiliar tanto na condução, quanto na transcrição e análise dos dados.

cansados; 2) a entrevista capta um momento determinado de reflexão que tem relação com o momento vivido e suas complicações e, por tal, dificulta ao pesquisador ambientar-se, conhecer os motivos que levam a formulação de determinadas questões em detrimento de outras, de expor determinado discurso (se é um discurso, ou se é uma opinião, etc.) – ou seja, o contexto vivido influencia significativamente nos discursos, no dialogar. Em relação a essas questões, que é imprescindível construir um *dialogar entrevistando*, fracionando as questões e inserindo-as conforme as diferentes oportunidades e momentos.

Em resumo, é importante reforçar que consideramos os interlocutores como sujeitos políticos situados geograficamente e posicionados socialmente e isso tem influências significativas nesse momento do dialogar. O voltar ao campo aconteceu em três momentos diferentes, em lugares diferentes, com sujeitos diferentes, portanto, é imprescindível relembrar que são leituras situadas e cuja inserção na nossa argumentação, ao longo deste documento, vai ser contextualizada.

Encerramos esta primeira parte completando que as escolhas teóricas e, sobretudo, metodológicas indicam muito do que será aqui desenvolvido, mas, fundamentalmente, **indicam travessias e aprendizados que só foram possíveis nesse processo**. Na Figura 13, o croqui demonstra alguns dos locais e trajetos percorridos durante as pesquisas a campo.

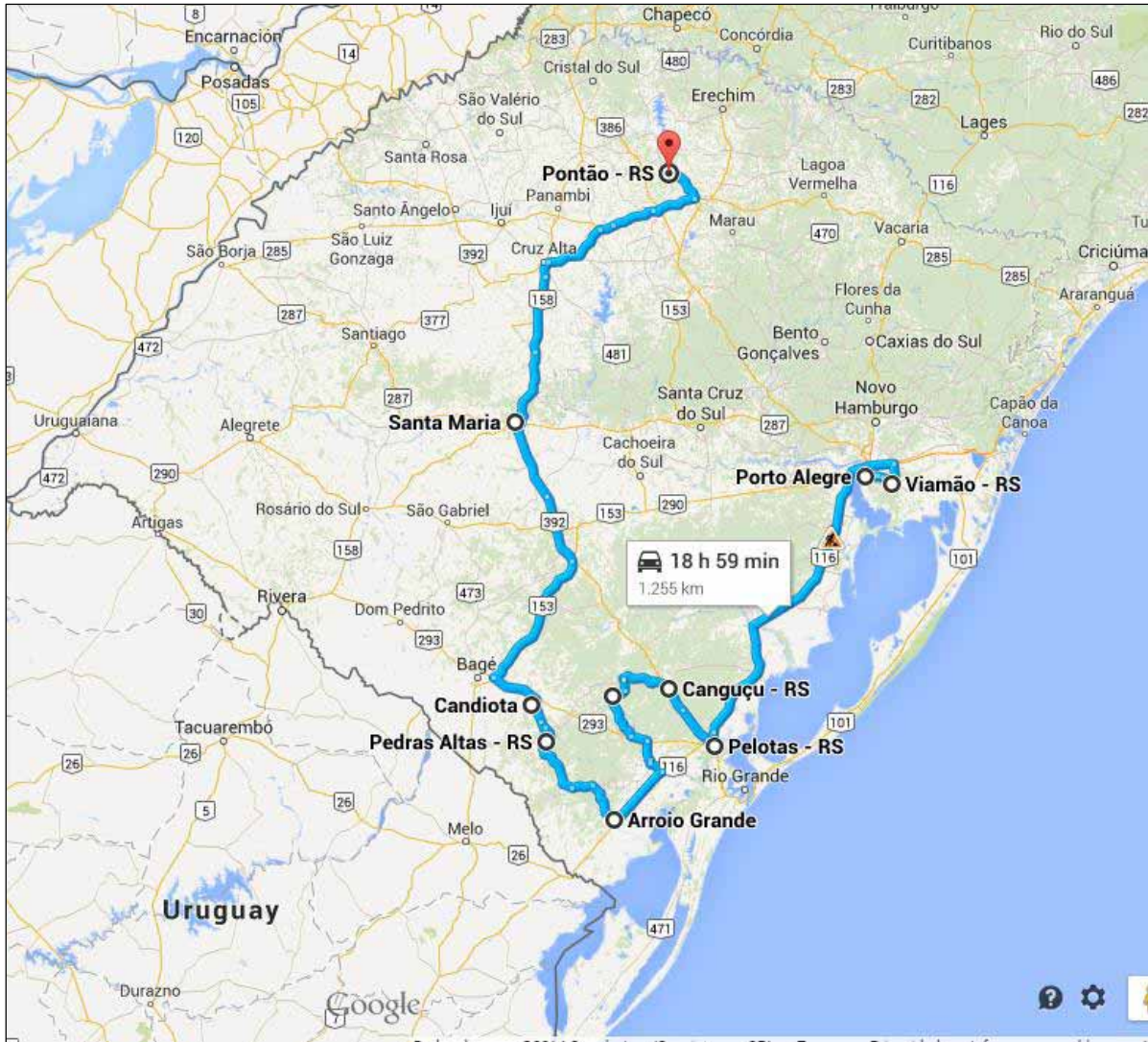


Figura 13 - Croqui com algumas das rotas percorridas durante pesquisa de campo

Parte II
Geografia Política,
Teoria dos Campos e
Abordagem Territorial

Eu digo que a geografia é uma ciência política, porque quem lida com espaço geográfico, território, necessariamente trata de política.

Bertha Becker

CAPÍTULO I

Geografia política: Território, Estado e Poder

Embora a geografia e a política possam ter essa íntima relação, como sugere a geógrafa brasileira Bertha Becker, a política passa a ter maior ênfase na agenda da Geografia somente nos últimos anos. Dentre os motivos, está a “emergência dos processos políticos descentralizantes na face do processo de redemocratização”, que conduzem os Estados do Sul “a reatualizar em suas políticas externas e internas e a requalificar em suas opções a necessidade de ordenação territorial e de desenvolvimento” – conforme análise de Rückert (2005).

Essa recente reaproximação da geografia com a política, sobretudo no Brasil pós os anos de 1980, é evidente em todas as áreas da Geografia e abriu novos horizontes também para a Geografia Política, lançando alguns desafios epistemológicos. Um exemplo a ser citado é a proliferação de estudos e pesquisas que envolvem conceitos-chaves como política, território, poder, bem como reflexões sobre o Estado (mormente quanto à execução de políticas públicas) e, também, o uso de diferentes ferramentas metodológicas, dada a emergência de novos agentes e de novas pautas.

Neste capítulo, temos por intuito apresentar esse revigoramento do campo científico da geografia política no Brasil, tomando como ponto de partida aspectos históricos e a contribuição de alguns autores, sobretudo franceses. Ao percorrer um panorama histórico e geográfico de constituição do pensamento da geografia política, situamos as questões contemporâneas, principalmente a ênfase nos conceitos de política, território e poder, e suas possibilidades analíticas do objeto em estudo a partir da articulação entre a Abordagem Territorial e a Teoria Geral dos Campos. Pretendemos, assim, trabalhar em dois sentidos: um movimento de imersão no campo da geografia política, para buscar ferramentas teórico-metodológicas de análise da realidade – objeto de estudo – e um movimento de emersão, quando nos sentimos impelidos a exercitar uma análise relacional e, para tal, articular com outros autores e concepções, para além das fronteiras da geografia política.

1. Reencantando a geografia política

Iniciamos essa seção usando como subtítulo uma ideia cunhada por Castro (2005) na obra “Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições”, que apresenta nas

primeiras linhas do prefácio “a necessidade de reencantar a política na geografia” (CASTRO, 2005, p. 11). Não só concordamos com tal assertiva, como nos colocamos engajados nesse processo, afinal, nas linhas finais da obra a autora situa, de forma provocativa, o papel dos geógrafos no tocante a compreensão da dimensão política:

Nunca a **dimensão política dos fenômenos teve tanta visibilidade** e nunca se **precisou tanto do olhar geográfico** para desvendar a complexidade de fatos entrelaçados, aparentemente paradoxais, porém identificáveis a partir de escalas espaciais diferenciadas, encaixadas, que o geógrafo é treinado para compreender (CASTRO, 2005, p. 277 – grifos nossos).

Mas, diante dessa assertiva, cabe questionar: os geógrafos têm contribuído para a compreensão da “complexidade de fatos entrelaçados” dos fenômenos políticos? Embora tal dimensão de análise tenha se tornando recorrente nas pesquisas geográficas, ainda há um campo a ser construído.

Na avaliação de Castro (2005), há uma contradição entre “a grande visibilidade do fenômeno político na geografia e a desconfiança em relação à capacidade de a geografia política ser capaz de investigá-las” (*Idem*, p. 30-31). Para a autora, haveria dois fundamentos explicativos para tal desconfiança e desprestígio da disciplina: a primeira ligada à instrumentalização do saber geográfico no pós Segunda Guerra Mundial, servindo aos ideais colonialistas e imperialistas; e o segundo vinculado à incorporação do paradigma marxista e do método materialista dialético, privilegiando a economia política em detrimento da política (CASTRO, 2005, p. 31).

A geografia política é um campo científico ainda em construção no Brasil, conforme Costa (1989) comenta:

Em primeiro lugar, porque me atraiu muito a possibilidade de lidar com conceitos e teorias acerca das relações entre território e política. [...] interessou-me um **campo de estudos** que destaca o **poder político (e suas manifestações)** como um dos motores da formação e das mudanças territoriais.

Além do mais, **essa disciplina não tem tradição** nos meios universitários brasileiros, o que é uma lástima, porque a nossa história de arranjos territoriais pelo poder público justifica um aprofundamento sobre esse tipo de tema [...] (COSTA, 1989, p. 10 – grifos nossos).

Após mais de 20 anos dessa entrevista, a geografia política continua não tendo ‘tradição nos meios universitários brasileiros’. O revigoramento deste campo científico tem se iniciado aos poucos e podemos situar a criação, em 2013, da Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território (REBRAGEO) e a realização do primeiro

Congresso Brasileiro de Geografia Política¹⁹, Geopolítica e Gestão do Território realizado em outubro de 2014 (PUC – RJ) como dois marcos importantes desse processo.

Ao analisar a história e teoria da geografia política sob uma perspectiva internacional, Sanguin (2014) aponta que a geografia política conheceu períodos de progresso e de estagnação, de diversidade e complexidade das teorias e das práticas, assim como de mudanças de perspectivas e de metodologias²⁰. A próxima seção contemplará alguns desses períodos, suas principais concepções e legados para a construção do campo científico da geografia política contemporânea.

2. Geografia e Política: construção histórica de um campo científico internacional

Para Sanguin (2014) a relação da geografia com a política se situa muito antes da sistematização ratzeliana. A partir de uma pesquisa histórica, o autor denomina como *proto-géographies politiques*, no plural, esse corpus heterogêneo de conhecimentos que estabelecem relação entre a política e o espaço – a gestão do espaço e das unidades políticas. O autor percorre as contribuições de alguns intelectuais da Antiguidade e da Idade Média, como por exemplo, Hérodote com sua obra *Histoires*, com conhecimentos sobre o mundo conhecido dos anciãos e a luta entre o mundo grego e o mundo bárbaro. Apresenta também Tucídides e sua concepção da política como *guide la vie des États*, Platão que busca as bases para uma unidade política ideal para o funcionamento do território de Atenas²¹.

¹⁹ O evento tem por base o Simpósio Nacional de Geografia Política, primeira edição realizada em Curitiba (2009), segunda em Foz de Iguaçu (2011) e terceira em Manaus (2013). Na plenária do evento, o geógrafo Augusto César P. Silva (PUC – Rio), organizador e coordenador do evento, iniciou sua avaliação enfatizando que o momento marcou um “re-fundamento da geografia política brasileira”, em que a constituição da Rede é resultado desse processo e uma estratégia a fim de intensificar produção científica e articulação nacional e internacional dos pesquisadores. Revitaliza-se, assim, uma corrente brasileira com ênfase para a Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, começando por agrupar experiências de pesquisadores, professores, estudantes de pós-graduação engajados com pesquisas nessas temáticas e que até então estavam um tanto dispersos.

²⁰ Tradução livre do original: “la géographie politique a connu des périodes de progrès et de stagnation. Elle a expérimenté la diversité et la complexité des théories et des pratiques, ainsi que les changements de perspectives et de méthodologies.” (SANGUIN, 2014, p. 04).

²¹ Ainda assim, o autor situa tais contribuições de forma crítica: “Les proto-géographies politiques évoquées jusqu’ici sont celles des Grecs, des Romains, de l’Europe chrétienne et des Arabes. Or, il existe ailleurs une concentration d’études géographiques inconnues de ces peuples européo-méditerranéens : c’est la Chine. Il faut savoir que, du IIème avant J.C. jusqu’au XVème siècle après J.C. la civilisation chinoise est la plus brillante au monde et les peuples de Chine jouissent très probablement du plus haut niveau de vie de la planète pour cette période concernée » (SANGUIN, 2014, p. 13).

Em uma segunda classificação temporal, o autor considera as proto-geografias políticas da renascença até o século XIX. Um período marcado pelas descobertas, expansão de fronteiras e, sobretudo, de gestão e posse dessas fronteiras, da repartição das terras descobertas exigindo assim *une démarche de géographie politique appliquée* baseada em uma cartografia que ainda era imprecisa. Para Sanguin (2014, p. 15) *le trio Colomb-Gama-Magellan révolutionne la géographie politique du monde* e cita também alguns pensadores, como o filósofo e economista Turgot com a obra *Sur la géographie politique*, publicada em 1751, sendo um marco pela primeira utilização, em obra impressa, da expressão “geografia política”.

É em 1897 que se atribui o nascimento oficial da geografia política com a publicação da obra *Politische Geographie*, de Friedrich Ratzel, professor na Universidade de Leipzig, Alemanha, sendo considerado o pai da geografia política moderna, conferindo a ela o status de uma disciplina universitária. Como lembra Vesentini (2010, p. 127): “Ratzel não foi um pioneiro na incorporação da dimensão espacial no estudo da política e tampouco foi o criador da expressão ‘geografia política’”, ele apenas “teria iniciado uma “nova fase” ou, pelo menos, uma nova abordagem geográfica da política²²”. A Ratzel caberia atribuir uma sistematização, “com uma abordagem sobre a política no interior da (então) recém estruturada ciência geográfica”. E o autor destaca: “O que hoje entendemos como geografia política, destarte, lembra muito não o modelo de Aristóteles, tampouco o de Montesquieu, mas sim a ordenação criada por Ratzel” (VESENTINI, 2010, p. 128).

Na avaliação de Sanguin (2014), é no livro *Volkerkunde* (1885-1886-1888) que Ratzel²³ apresenta os grandes temas da geografia humana, considerando que as sociedades se desenvolvem dentro de um quadro, elas exploram um local, elas precisam de espaço e elas

²² Para Vesentini (2010, p. 128): “Mas foi principalmente Montesquieu, no século XVIII, quem mais valorizou a categoria espaço geográfico na vida política. Sua obra principal, O espírito das Leis, pode mesmo ser vista como uma tentativa de explicação da política pelas condições geográficas, aí incluídas não apenas os aspectos fisiográficos – especialmente posição, relevo, solos e clima –, como também o que hoje denominaríamos geografia cultural: os valores e em especial as religiões de cada povo”.

²³ Para Sanguin (2014, p. 20): “Ratzel est victime de l’usage abusif de courts passages de son oeuvre sortis de leur contexte, de clichés glanés dans l’histoire de la géographie, de quelques mythes mis en circulation au début du XXème siècle ou d’erreurs répétées ad nauseum comme celle de Ratzel père de la Geopolitik nazie. » Em síntese avaliativa e crítica, Sanguin (2014) aponta que a geografia política de Ratzel desenvolveu conceitos nem sempre claros, focalizando o Estado ao ponto de personificá-lo.

estabelecem limites²⁴. Mas ainda assim, para o autor, há um abismo entre o sentido que Ratzel atribuiu aos conceitos e aquele que outros autores passaram a indicar²⁵. Muito embora a geografia política de Ratzel confira centralidade ao Estado e tenha um caráter teórico e normativo, é fundamental reconhecê-la como fundadora da análise espacial dos fatos políticos (SANGUIN, 2014).

São tais bases que endossam o pensamento e reflexão dos geógrafos políticos, sobretudo até a Primeira Guerra Mundial, ou melhor, é o período de 1880 até 1920 que marca a fundação da geografia humana, do interesse dos geógrafos pelos fatos políticos, desenvolvendo três vertentes que se justapõem, sendo a geografia política, a geopolítica e a geografia eleitoral, com pouca articulação entre elas²⁶ (CLAVAL, 2010, p. 40).

No período entreguerras, no âmbito da geografia política, são desenvolvidas três frentes teóricas: (1) *géographie des frontières*, que estará diretamente ligada às negociações dos tratados de paz, sendo que vários geógrafos não só ganharam importância no período como participaram diretamente das comissões de negociação de paz, como foi caso de De Martonne, Demangeon, Chabot e Gallois na França; Bowman e Jefferson nos Estados Unidos (SANGUIN, 2014). Por sua vez, na (2) *géographie de la paix et de la guerre* os expoentes serão Halford Mackinder (1861-1947) – com o *Heartland* prospectando uma geografia imperial; e Isaiah Bowman (1878-1950), que busca soluções concretas aos problemas políticos-geográficos particulares em detrimento das especulações teóricas. Por fim, na (3) *géographie des affaires internationales*, é Charles Colby (1884-1965) que desenvolve três teses, resumidas por Sanguin (2014), na ideia de que as políticas e os planos nacionais

²⁴ Tradução livre do original: « les sociétés se développent dans un cadre (Rahmen), elles exploitent un lieu (Stelle), elles ont besoin d'espace (Raum) et elles cherchent des limites (Grenzen)» (SANGUIN, 2014, p. 21).

²⁵ Conforme Sanguin (2014, p. 23): "Ratzel insiste toujours sur l'idée que les groupes humains appartiennent à une communauté (Gemeinschaft) évoluant non seulement dans un espace de vie ou cadre de vie (Lebensraum) mais dans un morceau d'espace (Lebensräume). Chaque communauté est toujours reliée à une autre. Ratzel est le premier à développer le concept de centre-périphérie. Le centre est le territoire politique où se trouve le lieu de commandement, le pouvoir. [...] Les périphéries sont les territoires politiques exploités et dominés par les centres. Pour Ratzel, une communauté politique, une nation s'appuie sur un support naturel qu'est le sol (Baden). Une société humaine ne peut s'organiser politiquement qui si elle dispose d'un sol. [...] Sur le mis en valeur, un peuple s'adapte à son environnement, s'enracine et développe ses valeurs. [...] Un ensemble d'individus développe sur le sol des traditions, des représentations, des valeurs, des symboles, des techniques, des manières de vivre, des productions et des consommations".

²⁶ Interpretação livre do original: "Entre 1880 et les années 1920, au moment où la géographie humaine se forme, l'intérêt que les géographes manifestent depuis toujours pour les faits politiques s'affirme et prend des formes nouvelles. Trois domaines se développent et se juxtaposent: géographie politique, géopolitique et géographie électorale. Ils s'articulent mal entre eux." (CLAVAL, 2010, p. 40).

precisam ser percebidos não somente nas suas implicações internas, mas também em suas implicações externas. Deste período, podemos guardar duas ideias-chaves apresentadas em Sanguin (2014): a primeira proposta por Richard Hartshorne (1940), no artigo *The concept of raison d'être and maturity of states*, que rejeita a ideia de Estado como organismo biológico e defende que um Estado é politicamente maduro quando ele estabelece sua própria razão de ser. E a outra é de Jacques Ancel (1926), ao considerar que a geografia política deve pesquisar a razão de ser do Estado.

Importante frisar que no período (1910-1970) a geografia política francesa vive um progressivo recesso, como consequência das influências do historiador Lucien Febvre (1878-1956) – que compreendia as dimensões políticas do espaço como sendo do campo da História, de as advertências de Albert Demangeon (1872-1940) – que temia aproximações entre a geografia política e a *Geopolitik* nazista. Por tais influências, por quase sessenta anos a geografia política vai enfrentar recesso no bojo da escola francesa de geografia, seguindo até 1975 entre negações e impasses epistemológicos²⁷. A geografia política, após as guerras, passa por uma fase que Sanguin (2014) define como *remise en question et stagnation*, pois a geografia política vai recuperar o direito de ser citada na Europa somente a partir de 1970, quando se inicia o seu renascimento.

Durante o período de 1945 a 1970, as principais contribuições no campo da geografia política são de origem anglo-saxônica, com destaque para o rigor teórico-metodológico e o diálogo no campo das ciências sociais. Em artigo sobre a evolução do pensamento da geografia política, Sanguin (1975, p. 280-281 – tradução nossa) avalia que:

Homens como Sprout, Whittlesey, Hartshorne, Gottmann e Jones tiveram o mérito de induzir a geografia política rumo a noções mais científicas e, por isso, eles a tiraram da rotina do determinismo e das ambiguidades da *geopolitik*. Deste fato, podemos dizer que é **sobretudo após 1945 que aparecem efetivamente a conceptualização e a metodologia em geografia política**. Até lá, a história dela, como disciplina acadêmica, estava essencialmente dominada pela grandiosa visão panorâmica do mundo; esse tipo de abordagem atraiu, por muito tempo, a atenção dos geógrafos, mas as bases essenciais de sistematização ficaram ignoradas²⁸ (grifos nossos).

²⁷ Tradução livre do original: “[...] pendant près de six décennies, la géographie politique va être complètement absente au sein de l'école française de géographie. En clair, la géographie en France est une discipline qui, face aux phénomènes politiques, évolue jusqu'en 1975 entre refus et impasse épistémologique.” (SANGUIN, 2014, p. 46-47).

²⁸ Tradução livre do original: "Des hommes comme Sprout, Whittlesey, Hartshorne, Gottmann et Jones eurent le mérite d'infléchir la géographie politique vers des notions plus scientifiques et, par là, ils la sortirent de l'ornière du déterminisme et des ambiguïtés de la geopolitik. De ce fait, l'on

A partir de 1970 que se pode destacar um processo de consolidação e estruturação do campo científico da geografia política na França, em diálogo com a economia, sociologia e antropologia política, e aportando conceitos como a governança, a territorialidade e a consideração de outros atores para além do Estado, muito embora a perspectiva da relação território-política continue sendo predominante (SANGUIN, 2014). No Quadro 2 apresentamos uma síntese dos diferentes momentos de sistematização do conhecimento e formação do campo científico da geografia política.

Portanto, pode-se apontar que a geografia política clássica, para Claval (2010), se dedicava à dimensão territorial do Estado, suas fronteiras, a hierarquia das *collectivités territoriales*²⁹, o papel das capitais, com interesse sobre a centralização das decisões e seus limites, o problema do federalismo e da descentralização. Atualmente, a geografia política se dedica às tensões, conflitos e aos equilíbrios destes enfrentamentos que são sempre renovados, tendo uma visão longa do tempo e estando mais centrada sobre a dimensão espacial dos processos políticos e suas consequências³⁰ (CLAVAL, 2010).

Podemos dizer, por fim, que a geografia política tem um campo de estudo e reflexão epistemológica cunhado, principalmente, a partir da interação entre três conceitos-chaves, sendo o território, o poder e a política. Historicamente, eles foram articulados para compreender a organização sócio-espacial das civilizações e, em especial, da formação e consolidação dos Estados modernos. Sobretudo após os anos 1970, com mais ênfase a partir de 1980, se desenvolvem novas perspectivas analíticas, incluindo outros atores, outras escalas, outras relações seguidas do desafio de compreensão teórico-metodológico do mundo contemporâneo.

peut dire que c'est surtout après 1945 que sont vraiment apparues la conceptualisation et la méthodologie en géographie politique. Jusque-là, l'histoire de celle-ci comme discipline académique était essentiellement dominée par des grandioses visions panoramiques du monde ; ce type d'approche capta pendant longtemps l'attention des géographes mais les bases systématiques essentielles restaient ignorées ».

²⁹ *Collectivités territoriales* refere-se, geralmente, ao conjunto organizado da população coincidindo com uma subdivisão territorial (departamento, comuna etc.) que tem uma personalidade “moral” e tem o poder de se administrar por um conselho eleito (Claval, 2010, p. 05).

³⁰ Interpretação livre do original: “La géographie politique s'attache aux tensions, aux conflits et aux équilibres qui résultent de ces confrontations sans cesse renouvelées: elle a une vision plus longue du temps. Elle est plus délibérément centrée sur la dimension spatiale des processus politiques et de leurs conséquences” (CLAVAL, 2010, p. 384).

Quadro 2. Principais características e períodos da Geografia Política

Época	Tendência ou Paradigma	Principais características
Antiguidade clássica ao século XVIII	Precedentes históricos Enfoque 'pré-ecológico' ou 'pré-determinista'	- Grécia clássica: importância de Heródoto, Tucídides, Platão e <i>Aristóteles</i> ; - Renascimento e etapas posteriores: referência a questões político-territoriais e aos condicionantes naturais da política;
Séculos XVIII e XIX	Determinismo ambiental-político	- influência dos descobrimentos geográficos; - Figuras chaves da época: Montesquieu, Kant, <i>Ritter</i> ; - Influências do ambientalismo ilustrado e do idealismo; - Ideia chave: o meio determina o desenvolvimento dos povos; - Impacto do darwinismo e do positivismo determinista;
Séculos XIX e XX	Concepção organicista do Estado	- Contexto científico-filosófico: positivismo, auge das teorias biológicas, determinismo; - Ideia chave: O Estado é um organismo vivo, determinado pelo meio e em constante luta por sua sobrevivência; - Geógrafo chave: <i>Ratzel</i>
Finais do século XIX – princípios do XX	Geografia política anglo-saxônica	- Influências do positivismo e dos interesses político-militares do Império Britânico; - Obra de <i>Mackinder</i> : "Teoria do <i>Heartland</i> "
Décadas anteriores a 2ª Guerra Mundial	Geopolítica alemã e o conceito de 'espaço vital'	- Influência do determinismo, dos discípulos de <i>Ratzel</i> (como <i>Maufl</i>), defensores do organicismo, e da geopolítica de <i>Rudolf Kjellen</i> ; - Ideias chaves: união homem-solo, ou razão-território, visão prática ou aplicada da Geografia (G ^a como arma para a guerra); luta pela sobrevivência entre os Estados; - Justificação 'científica' do expansionismo alemão; - Vinculação ao nazismo; - Doutrina do 'espaço vital';
Segunda metade do século XX Até 1980	A nova geografia	- Renovação da disciplina (sobre tudo nos EUA): análises de estruturas políticas, de áreas e sistemas políticos e das relações sociais; - Modelos geopolíticos de <i>Saul Cohen</i> ; - Outros geógrafos do 'período transitório' dos anos 60: <i>Hartshorne</i> , <i>Gottmann</i> , <i>Jones</i> , etc. - 2ª parte do período transitório: <i>Pounds</i> , <i>De Blij</i> , <i>Kasperson</i> e <i>Minghi</i> ; - Autêntico renascimento e diversificação da G ^a Política nos anos 70 (G ^a eleitoral, G ^a de fronteiras, G ^a do poder,...); - "Novas geografias" nos anos 70: enfoque conducionista, teoria dos sistemas, enfoque radical ou neomarxista, funcionalismo, etc.
Época atual Após 1980	Período de ecletismo e diversidade metodológica	- Época de 'revival' da G ^a Política; - Aparição de algum novo enfoque (geopolítica da pós-modernidade, geopolítica crítica) - Renovada vertente aplicada; - Impacto da globalização e da nova economia, especialmente no estudo das relações internacionais; - Auge da especialização (revistas e estudos especializados), das investigações concretas e de diversos avanços metodológicos; - Variedade de conteúdos e de enfoques: enfoque ecológico ou organicista, enfoque funcional, enfoque behaviorista e enfoque sistêmico.

Fonte: Adaptado de MATEOS (2012a).

Em seguida, daremos ênfase à quatro autores franceses, notadamente *Jean Gottmann*, *Yves Lacoste*, *Paul Claval* e *Claude Raffestin* e algumas de suas obras consideradas clássicas

para esse movimento de consolidação da Geografia Política, cujo revigoramento tem relação, inclusive, com a conjuntura política da França, pós maio de 1968 (CORONADO, 2011). Abordaremos, de forma breve, os quatro autores que nos inspiram nas reflexões e que, mesmo quando não citados diretamente, seus escritos participaram da construção do nosso olhar para a compreensão e reflexões aqui apresentadas.

(i) Jean Gottmann (1952) - *La politique des États et leur géographie*

Jean Gottmann é uma das principais referências francesas, dada suas contribuições pioneiras para a reflexão sobre espaço e política. Ele foi geógrafo³¹, de origem judaica, nasceu em Kharkov – Ucrânia em 1915, chegando a Paris em 1920 após o assassinato de seus pais. Em 1941 ele refugia-se nos Estados Unidos em função da ameaça do antissemitismo nazista. Sua formação universitária na França foi influenciada por Albert Demangeon e André Siegfried. Tinha um olhar atento às questões políticas internacionais e francesas, ainda que suas primeiras publicações tenham sido sobre a questão judaica, a Palestina, ou sobre o Estado de Israel. Suas análises teóricas sobre a geografia política começam a partir de 1949, quando é professor do Instituto de Estudos Políticos de Paris. Para Sanguin e Prevelakis (1996, p. 77), "Jean Gottmann assina as páginas dos escritos mais originais em geografia política no período de 1945-1975"³².

A publicação do livro *La politique des États et leur géographie*, em 1952, será uma das primeiras contribuições para uma teoria da geografia política, centrando sua análise na relação entre o *cloisonnement politique du monde* – processo de “cercamento do mundo habitado”, de sua divisão em nações e Estados, como resultante da dialética entre as forças de circulação e a *iconographie* – são as forças de resistência as mudanças, amparadas nos símbolos e crenças dos grupos territorialmente definidos, conforme Castro (2005); Sanguin e Prevelakis (1996)³³.

³¹ As informações aqui apresentadas tem como fonte principal Sanguin e Prevelakis (1996) e Sanguin (1975).

³² Tradução livre do original: “signe les pages les plus originales écrites en géographie politique durant la période 1945-1975”.

³³ Em relação à Jean Gottmann, Sanguin e Prevelakis (1996, p. 76 – grifos originais) apontam que : « Il fonde son analyse sur ce qui lui paraît représenter le principal objet de la géographie politique, à savoir le cloisonnement politique du monde, en raison des facteurs à la fois matériels et spirituels. L’iconographie, notion nouvelle introduire dans ce livre, permet de sélectionner parmi les facteurs

Jean Gottmann já abordava algumas das temáticas que vieram a ser objetos da geografia política contemporânea, como espaço oceânico, as relações internacionais, a participação política e a política estrangeira, sendo que suas últimas contribuições dedicaram-se ao conceito de território e sobre a teoria centro-periferia. Grande parte de seu trabalho não encontrará repercussão na geografia francesa, fazendo com que o autor se dedicasse a geografia urbana, sem abandonar, no entanto, a problemática da política no mundo (SANGUIN e PREVELAKIS, 1996).

Sanguin (2014) destaca a importância de outras duas obras publicadas por Jean Gottmann, em inglês: *The significance of territory* (1973) e *Centre and periphery, spatial variations in politics* (1980), além da reedição em 2007 da obra *La politique des États et leur géographie*. Para e Sanguin e Prevelakis (1996), a publicação *The Significance of Territory* foi voltada para a discussão entre espaço e política, em que a análise concentra atenção sobre "as relações entre o direito e a geografia política, questão fundamental em um contexto do mundo que se unifica e que está em busca de novas formas de organização política e de instituições internacionais"³⁴. Em complemento, Sanguin (2014) aponta que nessa obra, Gottmann se debruça sobre uma análise histórica do conceito de território, retomando os clássicos da filosofia política e da história, demonstra as diferentes leituras entre os economistas, cientistas políticos, militares, juristas, urbanistas e geógrafos. Apresenta, assim, duas grandes contribuições, conforme Sanguin (2014, p. 64 – tradução nossa): uma destacando duas funções recorrentes do território – como refúgio e como recurso; e outra, inovadora, propondo o território como:

[...] um *dispositif psychosomatique* cuja evolução está estreitamente ligada à luta humana pela segurança, pela oportunidade e pela felicidade. A *psychosomaticité* do território significa a possibilidade de ler através da relação cambiante população-território, na qual prevalecem atitudes psicológicas orientadas pela busca da segurança e da oportunidade³⁵.

culturels ceux qui conditionnent les phénomènes de cloisonnement : les régionalismes. Il a créé ainsi la clé du dialogue entre géographie culturelle et géographie politique ».

³⁴ Tradução livre do original: “les rapports entre droit et géographie politique, question fondamentale dans un monde qui s’unifie et qui est à la recherche de nouvelles formes d’organisations politiques et d’institutions internationales” (SANGUIN e PREVELAKIS, 1996, p. 76).

³⁵ Tradução livre do original: [...] un dispositif psychosomatique et son évolution est étroitement liée à la lutte humaine pour la sécurité, l’opportunité et le bonheur. La psychosomaticité du territoire signifie la possibilité de lire à travers la relation changeante population-territoire et de se prévaloir d’attitudes psychologiques orientées vers la recherche de la sécurité et de l’opportunité (SANGUIN, 2014, p. 64).

Jean Gottmann é ainda hoje uma das principais fontes francesas e ponto de partida para as reflexões que se seguem na geografia política sendo que, com frequência, suas ideias são revisitadas para dialogar e compreender os fatos políticos contemporâneos.

(ii) Yves Lacoste (1976) - *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre*

Com destacada produção na área de geopolítica, a contribuição de Yves Lacoste é de fundamental importância para a reflexão crítica sobre o papel da Geografia, da análise geográfica do poder e da relação espaço e política. Lacoste é geógrafo, nascido em Fez – Marrocos - em 1929, seguiu formação acadêmica na França e depois trabalhou cinco anos em Alger (Argélia). A partir de 1955 retorna à França e em 1968 começa a lecionar na Universidade Paris VIII (Vincennes), onde ganhará destaque pelas abordagens teóricas e críticas em relação à geografia, a partir da criação da revista *Hérodote* (1976), da publicação da obra *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre* (1976) e da criação do *Institut Français de Géopolitique* (1989).

A obra *La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre* traz questões essenciais sobre a função social do saber científico geográfico e, em especial, a que(m) ele tem servido. É por essa via que Yves Lacoste questiona duramente o que ele denomina de ‘geografia dos professores’, a serviço do Estado, que deixara de abordar a questão essencial da Geografia, como um **saber estratégico**, um **poder**, uma vez que envolve a articulação dos conhecimentos relativos ao espaço. Na avaliação de Chaumet (1977, p. 120 – tradução nossa):

Com esse livro, Yves Lacoste quer nos obrigar a abrir os olhos, a olhar ao nosso entorno, à nos “inclinarmos sobre” nossa disciplina e à nos interrogar sobre as questões fundamentais: à quem serve a geografia? Qual é o papel dos geógrafos na nossa sociedade? À serviço de quem eles trabalham? Como ponto de partida de sua análise, o autor tenta demonstrar que o saber geográfico é um saber estratégico, e que, como tal, foi inicialmente um saber militar organizado e dominado pelos militares. [...] Para finalizar, e terminando com o sistema capitalista, Lacoste convoca os geógrafos para refletir sobre seu papel ideológico e a colocar suas capacidades de análise do espaço à serviço da população em luta por sua emancipação³⁶.

³⁶ Tradução livre do original: Avec ce livre, Yves Lacoste veut nous obliger à ouvrir les yeux, à regarder autour de nous, à nous pencher sur notre discipline et à nous interroger sur ces questions fondamentales : à quoi sert la géographie ? Quel rôle jouent les géographes dans notre société ? Au service de qui travaillent-ils ? Au point de départ de son analyse, l’auteur essaie de démontrer que le savoir géographique est un savoir « stratégique », et, qu’en tant que tel, il fut d’abord un savoir militaire, mis en forme et détenu par les militaires. [...] Pour finir, et en finir avec le système

A propósito da terceira edição, Lacoste (1988) comenta que a publicação causou, na França:

[...] um belo escândalo na corporação dos geógrafos universitários, um escândalo tão grande que muitos deles se asfixiavam de indignação [...]. É que para esta corporação aparentemente serena, mas no fundo bastante complexada, tão pouco afeita à reflexão epistemológica, mas tão ansiosa de ser reconhecida como ciência, esse pequeno livro dizia coisas de tal forma chocantes e provocava um mal-estar³⁷... (*Idem*, 1988, p. 15).

As “coisas que esse pequeno livro dizia” podem-nos, atualmente, parecerem um tanto óbvias, mas não o era no contexto da Geografia Francesa dos anos 1950-1970, cuja vertente dominante era a abordagem teórico-metodológica da geografia regional de Vidal de La Blache (1845-1918). Tal perspectiva será analisada criticamente por Yves Lacoste, apontando limitações quanto a ideia de uma representação única das formas de dividir o espaço expressa pelo conceito de região, que se tornou “um poderoso conceito-obstáculo que impediu a consideração de outras representações espaciais e o exame de suas relações” (LACOSTE, 1988, p. 64). O autor também critica o conceito de homem como “homem-habitante”, que “expulsa para fora dos limites da reflexão geográfica o homem nas suas relações sociais” (*Idem*, p. 61) ou ainda, o “homem-vidaliano não habita as cidades, ele mora no campo, ele é sobretudo habitante de paisagens que seus ancestrais longínquos modelaram e organizaram” (*Idem*, p. 61). Por isso, Yves Lacoste demonstra a importância de considerar outros “níveis de análise espacial”, bem como do poder político ligado as formas de representação espacial³⁸ – dedicando-se em especial no âmbito da cartografia.

Para Lacoste (1988), os níveis de análise são “um dos problemas epistemológicos primordiais da geografia” e o autor usa os produtos cartográficos como um exemplo da “operação intelectual” que é a mudança de escala que pode transformar a problemática, pois

capitaliste, Lacoste appelle les géographes à réfléchir à leur rôle idéologique et à mettre leurs capacités d'analyse de l'espace au service des peuples en lutte pour leur émancipation.

³⁷ Segundo Lacoste (1988) esse mal-estar explicaria certo silêncio sobre sua obra, em termos de resenhas críticas. Em nossas pesquisas, também nos deparamos com essa ausência de referências ao autor, sobretudo em obras que discutem a evolução do pensamento da geografia política (SANGUIN, 1975; ROSIÈRE, 2007; DUMONT, 2010), enquanto que ele é uma referência central nas obras que discutem a geopolítica.

³⁸ Em Lacoste (1988, p. 84) “Tudo aquilo que contribuiu para mascarar o problema da escolha das escalas de observação e de representação e o problema de articulação dos diferentes níveis teve graves consequências para a evolução da geografia universitária e para a reflexão teórica sobre os problemas espaciais”.

“corresponde a uma mudança de nível da conceituação” (*Idem*, p. 77), envolve, afinal, “outras características estruturais que permitem delimitar-se os contornos” (*Idem*, p. 79).

Lacoste (1988) concentra sua atenção na questão da ação e do poder – que é um dos caminhos que o leva a dedicar-se ao debate da geopolítica:

Mas dessa geografia estreitamente ligada à ação e ao poder, os geógrafos universitários se abstiveram, quase todos, de falar e fizeram como se ela estivesse morta e enterrada, levando-se em consideração que era preciso exorcizar suas eventuais reparações. Poder-se-ia dizer que a geopolítica é o espectro que ronda a geografia humana há cerca de um século, e o horror e o desgosto que ela provoca se manifestam ainda hoje (LACOSTE, 1988, p. 127)

Para Coronado (2011), Yves Lacoste e o grupo Hérodote são eixos fundamentais da geopolítica crítica francesa³⁹, atribuindo à Lacoste um papel importante para a renovação radical na geografia, uma vez que intima os geógrafos para a análise crítica das estruturas do poder e ao papel político do saber geográfico.

Tais questões não são menos insurgentes no período atual do pensamento geográfico e, muito provavelmente, em uma análise detalhada da produção geográfica contemporânea, poderíamos revisitar e reproduzir algumas das críticas e intimações que Lacoste escreveu na década de 1970.

Seguimos, assim, no desafio lançado por Chaumet (1977, p. 120): *Alors, partisans ou adversaires des thèses de Lacoste, à vos stylos!*

(iii) Paul Claval (1976) - *La géographie et les phénomènes de domination*

...la géographie politique a un destin inégal.
Paul Claval

Paul Claval é geógrafo, nascido em Meudon (França), em 1932, e professor aposentado da Universidade Paris IV – Sorbonne. Em 1976, publicou artigo intitulado *La géographie et les phénomènes de domination* de cunho crítico e propositivo, atentando para o

³⁹ Na avaliação de Coronado (2011, pp. 102), podemos apreender várias lições da geopolítica crítica francesa, dentre elas: “La intención de abrir el conocimiento geográfico a un público más general, eliminar el monopolio de su uso estratégico y prestar atención a metodologías y temas radicales que contribuyan a mejorar nuestra comprensión de las rivalidades de poder entre los distintos actores en diversos entornos y escalas, es una empresa que debe reconocerse en la tradición francófona. Su propuesta de considerar otros espacios, nociones y representaciones, así como la interrelación de escalas y niveles de análisis, es fundamental para la construcción de imaginarios geopolíticos propios”.

fato de que a geografia ignorou por muito tempo os fatos de dominação – "grande parte dos autores não ousam ir além de algumas sugestões sobre as causas das tensões que são observáveis na aparência das coisas" (CLAVAL, 1976, p. 145) . A geografia estaria prisioneira de um formalismo que faz desaparecer o "interesse pelo funcionamento das instituições no interior dos territórios nacionais"(Id., p. 146)⁴⁰.

Como consequência desse silêncio, na avaliação do autor, a geografia não desenvolveu ferramentas para compreender os desequilíbrios regionais e internacionais, sendo que somente a abordagem marxista, após os anos 1950, vai centrar atenção nos fatos de dominação:

Em menos de vinte anos, os fatos de dominação se tornaram objeto de curiosidade generalizada por grande parte dos geógrafos. No começo, o objetivo era de esclarecer certos aspectos da repartição da produção, considerando os limites da teoria econômica clássica em explicá-los. Com o tempo, o campo de questões se ampliou: começamos a observar os *contraintes de domination* do espaço habitado e nos *faits de zonation et de ségrégation* no bojo dos aglomerados urbanos. Nas ciências sociais, a atenção se concentra, progressivamente, sobre a análise das estruturas hierárquicas e de autoridade, como a influência e a repressão que elas autorizam⁴¹ (CLAVAL, 1976, p. 147 – tradução nossa).

Claval (1976) concentra sua análise e reflexão sobre os “fatos de dominação” sob uma perspectiva histórica no âmbito do saber científico das ciências sociais. O papel da geografia é problematizado a partir da questão *Pourquoi ne pas s’interroger sur le jeu du pouvoir, de l’autorité et de l’influence lorsqu’on introduit des variables spatiales ?* Para tal, o autor ensaia uma teoria geográfica da dominação a partir de quatro elementos: 1) entende que, uma forma de exercer o poder sobre qualquer um, é de ter a possibilidade de impor sua vontade, de obrigá-lo a se conformar a um modelo de comportamento que ele não escolheria por si

⁴⁰ Tradução livre do original: « la plupart des auteurs n’osaient pas aller au-delà de quelques suggestions sur les causes des tensions qui se lisent directement à l’apparence des choses » (CLAVAL, 1976, p. 145) - « l’intérêt pour le fonctionnement des institutions à l’intérieur des territoires nationaux » (CLAVAL, 1976, p. 146).

⁴¹ Tradução livre do original: « En moins de vingt ans, les faits de domination sont ainsi devenus l’objet d’une curiosité générale de la part des géographes. Au départ, le but était d’éclairer certains aspects de la répartition de la production que la théorie économique classique est insuffisante à expliquer. Avec le temps, le champ de l’enquête s’est élargi : on a appris à lire les contraintes de domination de l’espace habité et dans les faits de zonation et de ségrégation au sein des agglomérations urbaines. Dans les sciences sociales, l’attention se concentre de plus en plus sur l’analyse des structures hiérarchiques et de l’autorité comme de l’influence et de la répression qu’elles autorisent » (CLAVAL, 1976, p. 147).

mesmo⁴²; 2) estudo dos aspectos espaciais da dominação, considerando principalmente os obstáculos que a distância impõe tanto ao exercício do poder quanto às possibilidades de escolha que estão disponíveis aos agentes econômicos; 3) espaço como um elemento chave, por tratar-se do ponto de partida e de chegada de um grande número de fluxos, problematizando, ele sugere: "Em que medida a hierarquia não é ela, diretamente, um produto do equilíbrio territorial do grupo, bem mais do que um mecanismo independente que assegura a autoridade a partir de outras bases?"⁴³ (CLAVAL, 1976, p. 149).

Para Claval, existem três formas para o exercício do poder: a autoridade, sendo uma forma de poder que é aceita, em que há uma submissão reconhecida; a influência, sendo essa mais indireta, persuasiva, resulta de uma modificação nos sistemas de regras e de valores; e a dominância, ou seja, outros agindo em um contexto no qual suas possibilidades de escolhas são reduzidas, ou, ainda, "as vias mais indiretas da dominação são aquelas que têm por resultado modificar o campo de possibilidades nas quais se realizam as escolhas"⁴⁴ (CLAVAL, 1976, p. 153).

Em resumo, nessa reflexão, Claval (1976) chama a atenção para o papel do espaço na discussão sobre os fatos de dominação, propondo uma leitura sobre o poder e suas variações (autoridade, influência, dominação), um local para estudá-lo (nas instituições, governos, ou locais onde seja possível identificar conflitos de localização) e algumas ferramentas para pensar tais relações no âmbito da análise geográfica.

Claval em outros dois livros nos quais aborda os conceitos chaves para a Geografia Política, sendo *Espace et Pouvoir* publicado em 1979 e *Les espace de la politique*⁴⁵, publicado em 2010. Neste último, apresenta uma leitura panorâmica e sistematizada sobre o pensamento político, a geografia política e a geopolítica, situado no processo histórico, das questões emergentes em cada período histórico, influenciando e sendo influenciado pelas discussões científicas nesse campo.

⁴² Tradução livre do original: «une façon d'exercer un pouvoir sur quelqu'un, c'est avoir la possibilité de lui imposer sa volonté, de l'obliger à se conformer à un modèle de comportement qu'il n'aurait pas choisi de lui-même ».

⁴³ Tradução livre do original: « Dans quelle mesure la hiérarchie n'est-elle pas directement un produit de l'équilibre territorial du groupe, bien plus que d'un mécanisme indépendant qui assoierait l'autorité à partir d'autres bases ? ».

⁴⁴ Tradução livre do original: « les voies les plus indirectes de la domination sont celles qui ont pour résultat de modifier le champ des possibilités dans lesquelles s'effectuent les choix » (CLAVAL, 1976, p. 150).

⁴⁵ Paul Claval situa essa obra como um prolongamento de *Espace et pouvoir* e de *Géopolitique et géostratégie*, publicada em 1996.

(iv) Claude Raffestin (1980) - Pour une Géographie du Pouvoir

Outro autor que tem papel relevante na discussão sobre espaço e poder é Raffestin, cuja obra *Pour une Géographie du Pouvoir* representa um conjunto de proposições pioneiras para análise geográfica da dimensão espacial do poder, sob uma perspectiva relacional: “se optamos por uma problemática relacional, é porque pensamos que **as relações** são capazes de tornar **inteligíveis o poder político e suas manifestações espaciais**” (RAFFESTIN, 1993, p. 31 – grifos nossos). E reconhece que “a complexidade das relações é talvez o que torna tão difícil a abordagem relacional” (*Idem*, p. 32).

Raffestin (1993) inova não somente por sua capacidade de perceber uma lacuna no pensamento geográfico, quanto aos conceitos e categorias de análise⁴⁶, em especial no campo político, mas principalmente por lançar contribuições pioneiras a esse respeito. Lança passos para discutir aquilo que denomina de **elementos da relação**: os atores, a política dos atores, as estratégias, os mediatos da relação, os códigos e os componentes espaciais e temporais da relação. A partir destes elementos e, principalmente, por serem relacionais, que o poder ganha destaque no pensamento do autor: “o poder está presente, faz parte de todo o processo relacional” (RAFFESTIN, 1993, p. 38).

Raffestin (1993) considera que o espaço:

[...] tem duas faces: uma é o **plano da expressão**, constituída por superfícies, distâncias e propriedades, e a outra é o **plano do conteúdo**, constituído pelas superfícies, pelas distâncias e propriedades reorganizadas, que têm seu **significado dado pelos atores sociais**. Dessa forma, em estreita relação com o espaço real, há um ‘espaço abstrato’ **simbólico**, ligado à ação das organizações. É, de certa forma, o espaço relacional ‘inventado’ pelos homens e cuja permanência se inscreve em escalas de tempo diferentes do espaço real ‘dado’. (RAFFESTIN, 1993, p. 38 – grifos nossos).

A partir das concepções foucaultianas de poder, Raffestin compreende o poder como parte intrínseca de toda relação, como “um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças que se dispõem os dois parceiros [...] criam um campo: o campo do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 53). Para o autor, “o poder não pode ser definido pelos seus meios, mas quando se dá a relação no interior da qual ele surgiu” e, sobretudo “o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”, sendo que a população “está na origem de todo poder”,

⁴⁶ Em entrevista, Raffestin comenta: Eu sempre achei que a fraqueza da geografia enquanto corpus científico vinha de sua incapacidade de forjar conceitos que pudessem articular-se uns aos outros (SAQUET, 2008, p. 03).

pois “nela residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação” (RAFFESTIN, 1993, p. 58). O território terá um papel central, pois é “a cena do poder e o lugar de todas as relações” (*Idem*, p. 58) ou, como ele explora um pouco adiante, “O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” (*Idem*, p. 158).

Também inova ao apontar a necessidade de considerar outras escalas de análise e de outros atores – embora sua análise concentre-se na ação dos atores hegemônicos, ou como ele prefere, nos atores sintagmáticos. A terceira parte da obra – intitulada “Território e Poder” – acabou por tornar-se a mais difundida na geografia brasileira, resultando uma impressão de que o conceito de território, territorialidade e poder sejam centrais na análise de Raffestin. A proposição do autor envolve a preocupação em estabelecer a relação entre os conceitos, em fomentar uma geografia humana preocupada com a prática e o conhecimento que “os homens têm dessa realidade que chamamos de espaço”, em recolocar o homem “na sua qualidade de membro de uma coletividade, na sua existência cotidiana”, em “fornecer os meios para aprender as relações de poder e procurar os conceitos para compreendê-los num quadro espaço-temporal” (RAFFESTIN, 1993, p. 267).

Na avaliação de Lévy (1983), Raffestin propõe uma nova concepção das relações entre poder e espaço, não hesitando em se engajar, em correr os riscos que envolvem uma construção teórica séria, sendo que o ponto central da problemática raffestiana é a noção de relação entre os *acteurs* e o campo das relações de dominação. Por outro lado, a crítica de Lévy (1983) refere-se a dificuldade de Raffestin em articular a noção de poder e o conteúdo real dos processos sociais, ainda que o autor tenha empreendido esforços para compreender o poder: “No texto, o poder aparece tanto como um meio (um preâmbulo para outra coisa), tanto como um modo de existência (toda relação é uma relação de poder), tanto, enfim, como um objetivo (um “impulso” primário do homem)”⁴⁷ (LÉVY, 1983, p. 722).

Para Dumont (2010), a construção de uma discussão sobre a « geografia do poder » por Raffestin enfrentou pelo menos três dificuldades: a falta de um debate sobre interdisciplinaridade, temática ainda emergente nos anos 1970; a dependência e relação direta da questão da política ao pensamento ratzeliano, ou seja, a geografia política era, diretamente, uma geografia do Estado; e, por fim, a complexidade colocada pela política, espaço e poder e sua necessidade de conceitualização. Ou seja, é ao tentar fazer um esboço da relação entre

⁴⁷ Tradução livre do original: « Dans le texte, le pouvoir apparaît tantôt comme un moyen (un préalable pour autre chose), tantôt enfin comme un mode d'existence (tout rapport est rapport de pouvoir), tantôt enfin comme un but (un « appétit » primaire de l'homme). »

poder e informação que Claude Raffestin vai considerar seriamente o pensamento foucaultiano, propondo-se a pensar a questão do político e do poder geograficamente (DUMONT, 2010).

Na avaliação de Rosière (2007), o autor contribuiu com uma visão dinâmica e evolutiva de um território que é construído por atores, colocando assim em evidência a dimensão espacial. Assim, Raffestin "forneceu um primeiro quadro para determinar as dimensões do território úteis para a compreensão dos comportamentos políticos"⁴⁸ (ROSIÈRE, 2007, p. 09).

2.1. Síntese das contribuições e relação com objeto em estudo

Em esforço sintético, podemos incluir alguns apontamentos dessa seção e que serão relevantes ao longo do trabalho:

- Jean Gottmann traz a reflexão sobre o Estado para o campo da Geografia, cunhando conceitos como a iconografia e as ideias sobre esse “cercamento político do mundo”, que move a dinâmica geopolítica global. As concepções de iconografia e de território contribuem para nossa reflexão sobre a organização do MST no Rio Grande do Sul e sobre os processos que envolvem a formulação de concepções sobre o desenvolvimento de determinados assentamentos;

- Yves Lacoste, por sua vez, marcou a ciência geográfica mundial com a problematização do saber-fazer científico dessa geografia um tanto despolitizada. Lacoste situa o papel da Geografia na geografia, ou seja, o papel estratégico do saber geográfico na gestão dos espaços (terrestre, marítimo, aéreo) e, sobretudo na política do Estado em ação. Nesse exercício ele realiza um esforço do que Pierre Bourdieu vai denominar de “objetivação do sujeito objetivante”, resultante em significativas contribuições tanto para cunhar exaustivamente a relevância da perspectiva relacional escalar, a partir do que ele denomina como níveis de análise geográfica. Lacoste nos inspira na vigilância metodológica, sobretudo quando aos esforços para uma análise efetivamente relacional, atenta aos diferentes níveis escalares;

- Paul Claval, no mesmo ímpeto de Lacoste, com olhar crítico sobre o saber-fazer científico da geografia, chama a atenção para os fatos de dominação e dos mecanismos de

⁴⁸ Tradução livre do original: “[...] a fourni un premier cadre pour déterminer les dimensions du territoire utiles à la compréhension des comportements politiques”.

funcionamento do poder (influência, autoridade, dominação), demonstrando também certa revolta pela ausência deste debate na Geografia – em especial sobre a ausência de uma teoria da dominação. Suas contribuições tem fundamento sociológico, a partir de Max Weber. Nos dois livros lançados em 1993 e 2010, o autor faz um esforço de síntese, de contextualização histórica sobre os conceitos de poder e política na Geografia – ainda mais nessa geografia como produto e produtora de ações, na escala global. Claval intima e motiva a reflexão sobre poder, lançando algumas questões provocativas – a começar por essa releitura weberiana – que merecem reflexão crítica diante das questões contemporâneas.

- Claude Raffestin aporta a abordagem relacional para reflexão geográfica. Se Lacoste chama atenção para a importância estratégica da análise relacional, considerando como foco as escalas de análise e as representações cartográficas, Raffestin trará esse debate para o campo epistemológico, tentando exercitar uma análise relacional conceitual. Essa questão de base metodológica é de fundamental importância para entendermos os fatos políticos como imersos em um campo, em jogos de influência, em relações. Tal pressuposto está presente na sua concepção de território, formado pela relação entre pontos, nós e áreas. Também está presente quando ele identifica dois grupos de atores – os sintagmáticos e paradigmáticos. Temos assim, em Raffestin, uma proposição teórica e metodológica para analisar não só o processo de formação de um território, mas também de como identificar sua natureza (*raison d'être*), os agentes e conceber o território como um campo de disputa por projetos. O território é um projeto em disputa, ainda que possa estar dominado pelo programa de um ator sintagmático, isto não é *ad eternaum*. Portanto, Raffestin nos ajuda a compreender o território como **conteúdo** e produto de um **determinado campo de relações**. Dentre as várias questões que ainda estão em *standby*, está a de: **Como esse campo funciona em diferentes escalas?** Nesse sentido, podemos situar a contribuição do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert ao discutir a multiterritorialidade, os territórios-rede e os territórios-zona, buscando desenvolver uma leitura integrada do território e dos processos que envolvem sua estruturação e desestruturação.

3. Geografia Política no Brasil

...la géographie politique a toujours été le miroir de son époque...
André-Louis Sanguin

Discutimos nessa seção o campo da geografia política a partir dos anos 1980, principais temáticas e questões de pesquisa. Abordamos a contribuição de três geógrafos brasileiros, notadamente os professores Bertha Becker, Iná Elias de Castro e Wanderley Messias da Costa. De forma a articular com a seção anterior, discutiremos os conceitos de poder e de política, introduzindo a abordagem territorial em sua perspectiva relacional e integradora para compreensão do Estado contemporâneo e do processo que envolve a gestão e execução de políticas públicas.

No cenário internacional, os anos 1980 representam a expansão do campo científico da geografia política, cuja marca principal será um processo de abertura para novos objetos e outras escalas – superando a centralidade, até então dominante, no Estado e no cenário internacional. A partir da análise das abordagens teóricas sobre o político a partir de 1980, Claval (2010) aponta que "a agenda dos geógrafos que se interessam, hoje, pelos fatos políticos é muito diferente daquela de um século (ou de meio século) atrás", se preocupando menos com a "materialidade das fronteiras" e mais aos autores. Os geógrafos se fascinam, hoje, "pelas representações e os mapas mentais", os movimentos de opinião pública, as redes que as alimentam, os suportes que elas articulam⁴⁹ (CLAVAL, 2010, p. 54 – tradução nossa).

Para Claval (2010) essa mudança de perspectiva está ligada a influência de quatro abordagens no campo da geografia política, após 1980, sendo aquelas: 1) ligadas ao pensamento radical, sobretudo da esquerda anglo-saxônica, com reflexões sobre os sistemas e as estruturas – *structurationnistes* de Antonio Giddens e Pierre Bourdieu⁵⁰; 2) perspectiva desconstrucionista *la géographie s'est développée comme une science du regard*; 3) perspectiva pós-modernidade e pós-colonial⁵¹; 4) e sobre os impactos da globalização.

⁴⁹ No original: "L'agenda des géographes qui s'intéressent aujourd'hui aux faits politiques est très différent de celui de leurs prédécesseurs d'il y a un demi-siècle ou un siècle. Ils s'attachent moins à la matérialité des frontières et davantage aux acteurs. Ils se passionnent pour les représentations et les cartes mentales que ceux-ci mobilisent. Les mouvements d'opinion publique, les réseaux qui l'aliment, les supports qu'elle mobilise les fascinent également".

⁵⁰ Para Peters (2005, p. 54) "A relação de inter-determinação entre ação e estrutura implica, nas visões de Giddens e Bourdieu, a tese de que as estruturas sociais não constituem realidades exclusivamente externas às ações individuais, ou seja, restrições à iniciativa agencial de sujeitos já constituídos, mas, ao contrário, consistem em elementos constitutivos (e, dessa forma, ao mesmo tempo restritivos e capacitadores) das práticas de qualquer agente socialmente situado, o que implica o reconhecimento de que tais práticas estão sempre submetidas a alguma forma de estruturação, mesmo em momentos de mudança societária".

⁵¹ « Pour se réformer, il ne suffit pas que les géographes reconnaissent la responsabilité que leur discipline a eue dans la conquête du monde par les puissances occidentales. Il leur échoit de se montrer plus attentifs aux injustices et de donner à leur discipline une orientation plus humaine » (Claval, 2010, p. 53).

Na análise de Castro (2005, p. 21), a renovação do pensamento no âmbito da geografia política vem acompanhada com a renovação da própria ciência Geográfica:

Se, por um lado, a renovação da disciplina nas décadas de 1970, 1980 e 1990 preservou um polêmico pluralismo temático e metodológico, por outro possibilitou um novo interesse pelas questões políticas na geografia e indica que a disciplina tem estado presente nos debates que se fundamentam no território como fonte ou estratégia do poder.

O pluralismo temático e metodológico deve-se, em muito, pela influência de outras áreas do conhecimento e de intelectuais que têm se destacado em novas perspectivas, a exemplo daquelas citadas por Vesentini (2010, p. 134 – grifos nossos):

Nesta nova fase, inúmeros filósofos ou cientistas sociais se tornaram importantes para as redefinições desta modalidade da geografia: Michel Foucault com a sua nova **concepção de poder** (ou melhor, poderes, que são indissociáveis do uso ou da reorganização dos espaços); Henri Lefebvre e a sua ideia de **produção do espaço** (social); Claude Lefort e o enigma do político, além da “invenção democrática”; Cornelius Castoriadis com a sua crítica ao marxismo juntamente com a ideia (neoanarquista, com forte influência de Kropotkin) de **autonomia**; a escola de Frankfurt com a sua “teoria crítica”, lida principalmente a partir das contribuições de Habermas; além das contribuições de Antony Giddens, de Manuel Castells, dos geógrafos anarquistas Elisée Reclus e Prior Kropotkin (que foram e são relidos sob novas perspectivas).

Na América Latina, a emergência tardia da geografia política tem relação com a importância e predominância de uma “geopolítica dos militares”, ligada aos Institutos Geográficos Militares (SANGUIN, 2014). Portanto, ao analisar o caso brasileiro, Costa (2013) afirma que aqui a geopolítica não se desenvolveu a partir da geografia política, como ocorreu no “hemisfério norte”, sendo que “importou-se prontamente e exclusivamente a geopolítica, desde os seus primeiros movimentos na Europa” (COSTA, 2013, p. 179), com presença hegemônica do pensamento militar e de suas instituições. Na avaliação do autor, “não há no Brasil um pensamento geopolítico, e muito menos geográfico-político, que possa ser referido como produto de um ambiente de reflexão acadêmico especificamente universitário” (*Idem*, p. 180). Para o autor, os casos de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro (vinculados ao IBGE) seriam raras exceções. Portanto, a geografia política no Brasil se inicia tardiamente, somente após os anos 1980, sob influência francesa e norte-americana: “situada no *carrefour* das influências culturais da geografia francesa e da geografia

americana, os geógrafos brasileiros experimentam atualmente um aumento no vigor na esfera da geografia política”⁵² (SANGUIN, 2014, p. 69).

Os trabalhos que marcam esse início da geografia política são citados por Costa (2013), como sendo as obras de Bertha Becker “Geopolítica da Amazônia”, de 1982, e “Tecnologia e gestão do território”, de 1988 (obra coletiva); a obra de José William Vesentini, “A Capital da Geopolítica”, publicado em 1986; e a obra de Wanderley Messias da Costa, “O Estado e as políticas territoriais no Brasil”, publicada em 1988.

A título de atualização, após estas, foram publicadas as obras “Geografia política e geopolítica”, em 1992, de Wanderley Messias da Costa e a obra “Geografia política: território, escalas de ação e instituições” de Iná de Castro, em 2005. São basicamente essas obras que sistematizam e inauguram uma análise geográfica centrada sobre a questão da política, do poder e do território no Brasil. São, também, esses autores os que fundam algumas das principais concepções ainda hoje vigentes no país e a eles juntam-se outros, sobretudo após 1990, como Aldomar Arnaldo Rückert (UFRGS), com temas sobre a reforma do Estado e políticas territoriais contemporâneas, Adriana Dorfman (UFRGS), com pesquisas sobre contrabando e fronteiras, e Antonio Angelo Martins da Fonseca (UFBA), com pesquisas sobre federalismo, descentralização e dinâmicas locais e regionais, dentre outros.

São pioneiras, portanto, as contribuições de Becker que introduziu a análise política na geografia, com ênfase para a geopolítica. A autora colabora não somente por incluir a Amazônia no mapa político e geográfico do Brasil, mas também, a partir de suas pesquisas de campo e análises teóricas, inaugurou uma prática científica que considera outras vozes, destes outros atores, geralmente invisíveis nas concepções clássicas da geopolítica e da geografia política. Além disso, ela se coloca profundamente engajada com a discussão de uma geografia **como projeto**, um projeto político sobre e para o mundo, e para tal, os conceitos de território e de poder serão centrais. O território representa, portanto, a base concreta da ação política e a expressão do controle do poder. Em suas análises sobre a Amazônia brasileira, Becker (2004) analisa questões que abordam tanto a problemática social, quanto econômica da expansão do capital e cujas estratégias de uso do espaço e de distribuição de bens têm um fundamento político inegável. O político, para a autora, tem relação com as decisões de ação sobre o espaço e entende a geografia política como o campo de reflexão sobre essa “ação sobre o espaço”, que divide o espaço (como o caso das macrorregiões) ou os territórios:

⁵² Tradução livre do original: « Situés au carrefour des influences culturelles de la géographie française et de la géographie américaine, les géographes brésiliens opèrent actuellement une montée en puissance dans la sphère de la géographie politique ».

“reconhecimento do território pode ser uma saída para estabelecer diferentes prioridades políticas” (BECKER, 2004, p. 35) – portanto, está clara a importância de problematizar a dimensão territorial.

Já a obra de Costa (2013) tem objetivo de analisar a evolução da geografia política e da geopolítica, com ênfase para o modo como os geógrafos têm concebido e interpretado as questões da política. A obra segue o percurso de construção do campo científico da geografia política, partindo dos clássicos – notadamente Ratzel e Vallaux, a institucionalização do discurso geopolítico, o período do interguerras e, por fim, a afirmação da geografia política como disciplina científica e a sua estruturação no Brasil. A obra é um ponto de partida fundamental para compreender a geopolítica e a geografia política como *miroir de son époque* e os desafios para sua consolidação no contexto contemporâneo, tendo em vista que as “transformações recentes do quadro mundial, acompanha a irreversível tendência à interdisciplinaridade no âmbito das ciências sociais, constituem sérios desafios teóricos e metodológicos à geografia e à geografia política em particular” (COSTA, 2013, p. 313).

Por sua vez, a obra de Castro (2005) parte da motivação de “reencantar a política na geografia” conforme já mencionamos na abertura da seção, a partir da sistematização de material bibliográfico a fim de “superar a falta de textos” atualizados em português sobre os conteúdos “essenciais da geografia política”. Ao lançar como intuito “reintroduzir a política na geografia”, vinte anos após os primeiros trabalhos para a articulação da geografia política no Brasil, podemos perceber que a consolidação desse campo científico ainda está incompleta e, ainda assim, já vive suas primeiras crises marcadas pelo desafio para compreensão dos conflitos, do poder, da globalização, da dimensão escalar dos fenômenos. É na relação entre a “política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e o território – base material e simbólica da sociedade” que Castro (2005, p. 15) vai definir o campo da geografia política.

Aliás, tal discussão situa-se de forma inédita no Brasil: a definição do campo científico da geografia política, entendendo-a tanto como “um conjunto de ideias políticas e acadêmicas sobre as relações entre geografia e política” (CASTRO, 2005, p. 17). Ao fazer um sobrevoo do processo de renovação temático no campo da geografia política, a autora situa, por fim, o campo da geografia política a partir da articulação de três dimensões fundamentais – a política, o poder, o território, conforme segue:

1) **o pressuposto da política**, em seu sentido restrito, como central ao controle e à definição dos limites do cotidiano das sociedades; 2) **o território** como materialidade e arena dos interesses e das disputas dos atores sociais; e 3) **o poder** como exercício resultante de relações assimétricas que se organizam no interespaço do mundo social. Em

síntese, a centralidade do território como arena política define dois níveis de questões: aquelas produzidas pelas tensões oriundas dos conflitos de interesses que se materializam na inércia dinâmica dos espaços territorializados pelas ações e usos da sociedade e aquelas oriundas das ações de diferentes atores institucionais em escalas diferenciadas que afetam o território (grifos nossos).

Mas, na objetivação dos processos sociais e suas implicações espaciais: **O que significa compreender o território como materialidade e arena de interesses e o poder como exercício de relações?** Como operacionalizar tais conceitos em uma abordagem relacional (em termos escalares e conceituais), de forma a considerar a pluralidade de agentes, de lógicas e de disputas que compõem a complexidade do mundo contemporâneo? Tais questões nos conduzem a refletir sobre o *lugar da política* na produção do espaço geográfico e exigem, necessariamente, a revisão da agenda de pesquisa, como nos sugere Horta (2006). Para o autor, a Geografia Política contemporânea deveria incorporar:

[...] temas que tratem, por exemplo, **das relações de poder num latifúndio**, em pequeno município brasileiro, numa micro bacia hidrográfica, etc., merecem ser estudados. Em síntese, **outras instâncias de poder, outras territorialidades e diferentes formas de gestão da sociedade** – e que em muitos casos estão, inclusive, conectados aos aparelhos de Estado – constituem ‘objetos’ de investigação que podem ser abordados em geopolítica ou em geografia política. É importante reconhecer que a relação espaço-poder, muitas vezes, **transcende o Estado** (HORTA, 2006, p. 62 – grifos nossos).

Portanto, embora marcada por um processo de “renovação”, trata-se fundamentalmente da construção do campo científico no Brasil após os anos 1980. Mesmo assim, atualmente, a Geografia Política tem dificuldades para incorporar problemáticas contemporâneas, exigentes de ferramentas teórico-metodológicas a fim de perceber e apreender essas outras instâncias de poder, outras territorialidades e essas diferentes formas de gestão da sociedade. A análise geográfica destes “novos objetos” implica, no campo da geografia política, uma elucubração teórico-metodológica que auspiciamos estar em gestação.

A partir das contribuições dos autores abordados e do movimento de renovação da geografia política, partimos para breve discussão sobre o conceito de poder e de política na geografia e, a partir deles, uma leitura integrada e relacional do território.

Para finalizar, algumas indagações: No âmbito do pluralismo temático e metodológico, como a Geografia Política pode nos auxiliar na compreensão do Estado, especificamente na sua relação com o Movimento Social e gestão/execução de políticas públicas voltados ao

desenvolvimento dos assentamentos? Quais são os conceitos pertinentes e as relações fundamentais?

CAPÍTULO II

Geografia do Poder: para que(m)?

Cabe a vocês, que estão diretamente ligados ao que se passa na geografia, que se deparam com todos esses confrontos de poder em que a geografia está envolvida, cabe a vocês enfrentá-los, forjar os instrumentos para este combate.
Michel Foucault

O título é propositivo e provocativo. Ao falar em Geografia do Poder temos duas intencionalidades: a primeira delas é fazer alusão à obra de Claude Raffestin, que se tornou um clássico. Pretendemos, também, recuperar alguns elementos da relação geografia e poder, de modo a refletir sobre a política, o poder e o território. Tanto no Brasil como na França, a Geografia Política ainda é um campo em desenvolvimento, cuja retomada foi recente, após os anos 1980, muito embora existam as pesquisas e publicações científicas no campo geográfico que historicamente abordaram questões relativas ao Estado, as políticas, a ação pública, a governança etc.

Após contemplar aspectos históricos e a necessidade contemporânea de reencantamento da política na geografia, discutimos aqui reflexões sobre o poder, a política e o território e, sobretudo, ensaiamos uma perspectiva relacional destes conceitos-chaves da geografia política, a partir da Abordagem Territorial e da Teoria Geral dos Campos de Pierre Bourdieu.

1. O poder e a política na Geografia

Il y a politique de l'espace parce que l'espace est politique.
Henri Lefebvre

Partimos do princípio de que é necessária uma perspectiva relacional sobre poder e política para estudá-los sob um olhar geográfico: poder e política estão intrinsecamente relacionados um ao outro pelo fato de que só o podem **ser** mutuamente – essência condicionada à existência de uma relação. Por sua vez, uma relação pressupõe uma **situação** e um **sentido**. Esse movimento da reflexão do poder, da política ao território e deste ao campo, tem por objetivo apresentar nossa concepção sobre cada um destes conceitos e sua articulação para compreender o objeto em estudo.

1.1. Sobre o poder

Pourquoi tant de gens soulèvent-ils la question du pouvoir aujourd'hui ? Est-ce là un sujet si important ? Et si indépendant qu'on puisse en parler sans tenir compte des autres problèmes ?
Michel Foucault

As questões apresentadas nessa epígrafe foram escritas por um “jornalista de um grande jornal francês” e registradas por Michel Foucault em seu artigo *Le sujet et le pouvoir*, no qual o filósofo francês discute essa “nova economia das relações de poder” em seu sentido prático e teórico, a relação entre a racionalização e o poder político, esse poder que se exerce sobre a vida cotidiana e que classifica/categoriza os indivíduos. De forma reflexiva e desafiadora, o filósofo responde ao jornalista: *Pour nous, de toute façon, le pouvoir n'est pas seulement une question théorique, mais quelque chose qui fait partie de notre expérience*(FOUCAULT, 1982 – grifos nossos). Um olhar para o poder como algo que faz parte da nossa experiência é um dos eixos que debatemos aqui.

Passaram-se mais de vinte anos e ainda há mais questões por responder do que respostas propriamente ditas, sobre o poder e sua ontologia na sociedade contemporânea. Sobre o poder, seus mecanismos, funcionamento e no âmbito da geografia, sobre a **dimensão espacial do poder** ou, ainda, como os poderes implicam nas geografias [ambos no plural] – essas são algumas das questões por serem investigadas. Na avaliação provocativa de Claval (2010), o poder é um elemento de explicação indispensável, mas é muito mais invocado do que analisado, aparece nos conflitos e tensões que até então eram vistos como harmônicos⁵³.

Assim, qual é a pertinência do conceito de poder na análise geográfica? Ou, melhor, o que os geógrafos têm a dizer sobre esse conceito? O **que** e **como** a comunidade geográfica analisa o poder? **Por que** é pertinente discutir e utilizar esse conceito na Geografia? **Onde** ele está? E, “para quê” e “para quem”⁵⁴ serve o poder? Essas são algumas indagações que nos motivam a estudar o conceito de poder, sobretudo suas possibilidades, tanto para auxiliar na compreensão dos fatos geográficos, quanto do papel do espaço geográfico na constituição e

⁵³ No original: « Le pouvoir apparaît ainsi comme un élément d'explication indispensable, **mais qu'on invoque plutôt qu'on ne l'analyse** : des conflits et des tensions existent là où ne voyait naguère qu'harmonie et bonne entente » (CLAVAL, 2010, p. 56 – grifos nossos).

⁵⁴ Cabe aqui uma aproximação com a reflexão de Bernardes (2012, p. 29): “Indagar por que o mundo é de tal ou qual maneira é **perguntar quem o organiza** ou **o desorganiza** tendo-se, um parâmetro prévio, certa organização; afinal, dizer que certo lugar está organizado ou desorganizado é, antes de tudo, perguntar para quem ele está desta maneira. Podemos considerar que **estas indagações são fundamentais** na medida em que **indicam certo modo de relação entre certo homem e o mundo**, pois para perguntar *o que é o mundo* é necessário perguntar *quem eu sou no mundo*” (Grifos nossos).

reprodução do **poder** ou de **poderes**. Relevante advertir que todas essas questões são especulativas e, aqui, temos a pretensão de desenvolver algumas delas, sob um olhar que contemple nosso objeto de estudo.

O poder – enquanto uma categoria da filosofia política e que, no século XX ganhou importância nas ciências sociais – chega à geografia relacionando-se com os fatos políticos e, sobretudo na França, a partir das reflexões de Michel Foucault. Muito embora já tenham se passado alguns anos, as discussões sobre a dimensão espacial do poder ou, ainda, do poder e sua imbricação com a política, são problemáticas vigentes na Ciência Geográfica. Daí, deriva um sentimento ainda atual de que, como disse Michel Foucault em 1979. “[...] foi preciso esperar o século XIX para saber o que era a exploração; mas talvez ainda não se saiba o que é o poder” (*Idem*, p. 75).

No campo da geografia são Paul Claval e Claude Raffestin que discutem o conceito de poder, sobretudo, a partir da influência do pensamento foucaultiano (SANGUIN, 2014). Aliás, Dumont (2010) analisa as influências do filósofo na Geografia a partir da revista *Hérodote*, de Claude Raffestin e de Michel Lussault, demonstrando também as mudanças na forma de conceber o *lugar do poder* no pensamento geográfico dos anos 1970 e dos anos 1990:

[...] os primeiros [revista *Hérodote* e Claude Raffestin] evoluem em um contexto de uma concepção “centrada no Estado” do poder dos anos 1970 (guerra fria), enquanto que o último [Michel Lussault] sobre uma concepção “centrada no indivíduo” dos anos 1990. [...] Efetivamente, eles expressam a passagem de uma concepção que abordava o **espaço e política**, para uma outra na qual o **espaço é política** ou, de forma ampliada, substituindo uma abordagem dissociando as relações sociais e o espaço por uma outra, estimulando a considerar **o espaço como relação**⁵⁵ (DUMONT, 2010, p. 03 – grifos nossos).

Tal mudança de uma perspectiva “centrada no Estado”, para uma perspectiva “centrada no indivíduo”, passando a conceber o político como sendo diretamente ligado ao espaço (*l'espace est politique*) é um marco teórico-metodológico para a reflexão e discussão da relação entre espaço e política e espaço e poder. Marca, igualmente, o questionamento

⁵⁵ Tradução livre do original : “[...] les premiers [Revista *Hérodote* e Claude Raffestin] évoluent dans le contexte d’une conception « stato-centrée » du pouvoir des années 1970 (guerre froide), le dernier dans celle « individu-centrée » des années 1990. [...] En effet, elles expriment le passage d’une démarche visant à saisir espace *et* politique, à une autre pour laquelle l’espace *est* politique ou, plus largement, substituant une approche dissociant les relations (ou rapports sociaux) et l’espace par une autre incitant à considérer l’espace comme relation”.

sobre as dimensões espaciais da política e do poder, ou sobre quais as possíveis contribuições da geografia para a compreensão dos fenômenos ligados ao poder e a política.

Assim, desenvolvemos uma leitura geográfica do poder e da política sob um viés relacional [espaço como relação], caminhando em duas perspectivas complementares: na primeira, é o **poder que atualiza a política, que a mune de conteúdo** – a partir das proposituras de Enrique Dussel e Hannah Arendt; na segunda perspectiva, consideramos que **é através da política que se põe em disputa o poder** para dizer/fazer/induzir algo, dar **sentido** a um determinado assunto.

Se o poder atualiza a política, é imprescindível pensar sua dimensão simbólica: o poder simbólico, como essa capacidade de influenciar na formulação das ideias, nas visões de mundo, nas crenças e na ação sobre o mundo, como diz Bourdieu (2006, p. 14 – grifos nossos):

O poder simbólico como **poder de constituir o dado pela enunciação**, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a **visão** de mundo e, deste modo, a **ação** sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, **só se exerce se for reconhecido**, quer dizer, ignorado como arbitrário. [...] se define numa relação determinada – e por meio desta – **entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos**, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença.

Aqui, o poder simbólico assume-se objetivado a partir da ação de um representante – de um indivíduo investido de poder, delegado pela comunidade – e cuja visão de mundo antes singular, passa a ser particular sendo que está em uma posição que implica em “poder obediencial” para evitar a “fetichização do poder” (DUSSEL, 2007). Estabelece-se uma relação complementar, uma vez que o poder fez-se política (a partir da objetivação e legitimação de uma determinada leitura de mundo) e a política movimenta o poder (a partir da operacionalização desta leitura de mundo e que muda, por sua vez, o mundo), mas a política é, sobretudo, um campo de e em disputa.

Temos aqui duas observações importantes: 1) o poder **está** representado por um indivíduo, mas isso não quer dizer que **é** o indivíduo – lembramos da terceira precaução metodológica de Foucault (1976, p. 144), ao dizer que “[...] El individuo es un efecto del poder, y al mismo tiempo, o justamente en la medida en que es un efecto, el elemento de conexión. El poder circula a través del individuo que ha constituido”. Essa é uma premissa fundamental do poder, uma vez que é invariável se o analisamos sob a perspectiva de um

Estado opressor, ou se o analisamos sob uma perspectiva emancipatória: **a posição de poder é temporária, investida, delegada – poder como efeito e conexão, poder não se tem, se exerce** (FOUCAULT, 1980). Além disso, (2) se o poder está representado por um indivíduo, este é um *corpo posto no mundo*, afinal “Os sujeitos do mundo são os sujeitos dos lugares onde se existe” na reflexão de Hissa (2009, p. 38), portanto, essencialmente, **o poder depende da situação e da posição.**

Observa-se assim, a necessidade de refletir relacionalmente sobre o poder, permitindo apreender as conexões, o modo como circula e os “lugares onde se existe” que nos indicam como ele é produzido e legitimado. Para tanto, um dos caminhos é estabelecer outras perguntas, ensaiar outros modos de pensar e as proposituras de Pierre Bourdieu nos auxiliam nesse processo, sobretudo, a partir do conceito de campo e da noção de “campo de poder”:

[...] a respeito do poder, põem-se questões de localização em termos substancialistas e realistas [...]: alguns perguntar-se-ão onde está ele, quem o detém [...], outros se ele vem de cima ou de baixo etc., [...]. É para romper com este modo de pensamento – e não pelo prazer de colar um novo rótulo em velhos frascos teóricos – que empregarei o termo **campo de poder** [...] entendendo por tal as **relações de forças** entre as **posições sociais** que garantem aos seus ocupantes um **quantum suficiente de força social** – ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem uma **dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima do poder** (BOURDIEU, 2005, p. 29 – grifos nossos).

O campo de poder que se constitui a partir de determinadas posições sociais em permanente disputa e se movimenta a partir da ação de seus agentes: ou seja, estes sujeitos dos lugares onde se existe, em sua condição de *posto* em um determinado mundo, **indicam uma situação**, leituras, acesso, participação nesse e em outros mundos. Afinal, o “corpo também fala” pois ele “[...] está no mundo social, mas o mundo social está no corpo (sob forma de *hexis* e de *eidos*). As próprias estruturas do mundo estão presentes nas estruturas (ou melhor, os esquemas cognitivos) que os agentes empregam para compreendê-lo [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 185).

Deste modo, **entre o indivíduo singular em seus esquemas cognitivos para compreender seu mundo e a posição social particular no campo como agente, há mediações fundamentais cujas racionalidades são específicas a cada grupo social.** O cotidiano e o lugar que compõem o mundo imediato são, assim, universos que nos auxiliam nessa leitura do poder e dos indivíduos investidos de poder – que assumem posições, como

agentes, em determinado campo. Retomaremos esses pontos logo adiante, antes disso é importante apontar o que alguns autores nos dizem sobre o poder.

Em sua obra, Castro (2005) desenvolve uma discussão sobre poder, seguindo o legado do sociólogo Max Weber, tal como o fez Claval (1976). Deriva dessa perspectiva tanto uma concepção de poder, mormente vinculada ao Estado ou aos atores hegemônicos, quanto uma visada do poder sob um viés negativo, afinal, autoridade, dominação, coerção – para citar alguns dos conceitos usados para explicá-lo – dificultam um *approche* diferenciado do poder.

O filósofo francês Michel Foucault reflete sobre o poder em sua relação com a dominação – do poder em rede, produtor de saberes, presente nas práticas, nos corpos (incorporado ao *habitus*, ao modo proposto por Bourdieu). Dentre suas contribuições para reflexão sobre o poder, está a necessidade de indagar sobre **onde** está o poder e, até então, o campo científico das ciências sociais – sobretudo a Geografia – localizava-o no **Estado**. Foucault chama atenção para desconstruir tal ideia, a partir da propositura de outras escalas do poder:

Quels Corps?: Você estuda sobretudo os micro poderes que se exercem ao nível do cotidiano. Você não negligencia o aparelho de Estado?

M. F.: Realmente, os movimentos revolucionários marxistas ou influenciados pelo marxismo, a partir do final do século XIX, privilegiaram o aparelho de Estado como alvo da luta.

A que foi que isto levou? Para poder lutar contra um Estado que não é apenas um governo, é preciso que o movimento revolucionário se atribua o equivalente em termos de forças político-militares, que ele se constitua, portanto, como partido, organizado – interiormente – como um aparelho de Estado, com os mesmos mecanismos de disciplina, as mesmas hierarquias, a mesma organização de poderes. Esta consequência é grave. [...] uma das primeiras coisas a compreender é que o **poder** não está localizado no aparelho do Estado e **que nada mudará na sociedade se os mecanismos do poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados** (FOUCAULT, 2010, p. 149 – grifos nossos).

Os mecanismos do poder podem estar fora, abaixo, ao lado e, inclusive, dentro do próprio Estado e, estão, sobretudo, incorporados aos *corpos* dos sujeitos. Mas podem, também, estar [presentes] a partir dos sujeitos – e, nessa perspectiva, uma das escalas dos micro-poderes é a vida cotidiana, como **um dos lugares de legitimação** de determinadas redes que sustentam poderes e como uma das possibilidades da Geografia em contribuir na discussão sobre poder.

Ao discutir o poder e a política, o filósofo político argentino, Enrique Dussel (2007), na obra “20 teses de política”, apresenta uma concepção de poder pertinente para o debate

geográfico e que propõe a inversão da análise, começando a pensar o poder “de baixo”. Para ele, “o ser humano é um ser vivente” e este “*querer-viver* dos seres humanos em comunidade denomina-se vontade. A *vontade-de-vida* é a tendência originária de todos os seres humanos” (DUSSEL, 2007, p. 25 – grifos originais). Em Dussel a vontade-de-viver é a essência positiva do poder, uma vez que move o ser humano – vivente – a buscar, inventar ou desenvolver, meios de sobrevivência para satisfazer suas necessidades. É a partir da comunidade, como origem de todo poder – *potentia*⁵⁶, que se constitui a política, a *potestas*⁵⁷ – desenvolvimento do poder político, poder como mediação – como atividade que organiza a vida. Logo, se o poder é originário na comunidade e dessa capacidade de sobreviver, a política será a atividade coletiva que institucionaliza o acontecer da vida:

[...] quanto ao *conteúdo* e à *motivação* do poder, a ‘vontade-de-vida’ dos membros da comunidade, ou do povo, já é a determinação *material* fundamental da definição de poder político. Isto é, a política é uma atividade que organiza e promove a produção e a reprodução e o aumento da vida de seus membros (DUSSEL, 2007, p. 26 – grifos originais).

Aceitando tal acepção, concordamos que o poder tem relação direta com a situação geográfica⁵⁸ (**relação do homem com o meio**) e com a capacidade de organização da comunidade a fim de institucionalizar suas necessidades – através da política.

As concepções dusselrianas vêm ao encontro das observações de Dumont (2010)⁵⁹ que apontam a necessidade de dois movimentos: um primeiro de desconstrução do “poder e da

⁵⁶ Em Dussel (2007, p. 29), *potentia* refere-se “ao poder que tem a comunidade como faculdade ou a capacidade que é inerente a um povo enquanto última instância da soberania, da autoridade, da governabilidade, do político.”

⁵⁷ Por Dussel (2007, p. 20), *potestas* refere-se « a necessária institucionalização do poder da comunidade, do povo”.

⁵⁸ Pressupõe a relação entre o sujeito e o meio – sendo esse sujeito individual ou coletivo. A situação é estruturada e estruturante das relações que os sujeitos estabelecem com seu meio em movimento dialético. Em Abbagnano (1998, p. 921) o verbete situação refere-se “A relação do homem com o mundo, na medida em que limita, condiciona e, ao mesmo tempo, fundamenta e determina as possibilidades humanas como tais”. Em Silva (1988, p. 10) “...o equilíbrio de uma situação dada é resultado de um processo; a atividade dos elementos de uma situação, modificando as relações entre os elementos dessa situação, provoca o aparecimento de uma nova relação de equilíbrio; a duração de uma situação de equilíbrio depende da natureza das relações dos seres entre si e o meio”. “Uma situação é a resultante, num dado momento – que é, por definição, o momento presente, em geografia – de um conjunto de ações que se contrariam, se moderam ou se reforçam e sofrem os efeitos de acelerações, de freios ou de inibições por parte dos elementos duráveis do meio e das sequelas das situações anteriores. Esta situação é frequentemente caracterizada pela totalidade de dados e fatores específicos de uma porção do espaço que é, salvo nos casos-limites de margens inocuadas pelo homem, um espaço ordenado, uma herança, isto é, um espaço natural humanizado” (GEORGE, 1966, p. 23-4 apud Silva, 1988, p. 116).

política” ao modo compreendido pela [velha] geopolítica e, um segundo, marcado pela importância de uma problemática relacional do espaço, do poder e do político.

Tendo apresentado uma leitura do poder como originário na comunidade e na sua luta pela vida e da necessidade de uma desconstrução do poder, concordamos também com as reflexões da filósofa judia Hannah Arendt, nas quais o poder não implica, necessariamente, em violência. Em uma reflexão sobre poder, sob a perspectiva geográfica, é fundamental começar por *limpar o campo*, dissociá-lo de algumas concepções que nos impedem, por vezes, de visualizar outros potenciais explicativos. Em Arendt (1969, p. 27):

O “poder” corresponde à habilidade humana de não apenas **agir**, mas **de agir em uníssono**, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a **um grupo** e **existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido**. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa **investida de poder**, por um certo número de pessoas, para atuarem em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, “o seu poder” também desaparece (grifos nossos).

É justamente a partir de relações de poder entre sujeitos – individuais ou coletivos – que chegamos ao espaço *da* política (como atividade): esse lugar de possibilidades, de formulação de projetos [que são projeções] sobre o mundo e para o mundo. Relações e sujeitos que estão situados geograficamente, que versam sobre o futuro, sobre a vida, sobre a continuidade de sua existência. Assim, o poder e a política são essenciais para instaurar novas relações e para conceber um [outro] mundo em comum. Tal assertiva tem por base o pensamento arendtiano, uma vez que a

[...] autora propõe a recuperação da **política** como **instância de fundação do mundo comum** e de resistência à sua destruição. Ligar **poder a mundo comum** é compreendê-lo como **condição** para o **florescimento dos homens** e não como uma função da dominação ou a serviço do extermínio humano⁶⁰ (AGUIAR, 2011, p. 120 – grifos nossos).

⁵⁹ Tradução livre do original: « Penser pouvoir et politique, et les penser notamment par Foucault, consistera pour le géographe à mener simultanément une déconstruction d’un « savoir » spécifique jusque-là constitué par sa discipline, celui de la géopolitique, à élucider ses insuffisances et ses impasses pour s’attacher à partir de là, à poser les linéaments d’une problématique relationnelle de l’espace, du pouvoir et du politique » (DUMONT, 2010, p. 06).

⁶⁰ O autor prossegue: “Arendt defende o cuidado com o mundo comum, o *amor mundi*, o respeito aos espaços onde os homens podem circular e se sentir amparados pela presença dos iguais e dos diferentes. As categorias que emergem nessa recuperação da política, em Arendt, são: condição

Por outro lado, Arendt (1969, p. 27) analisa criticamente o fato de que a “questão política mais crucial é, e sempre foi a questão de: Quem governa Quem? Poder, força, autoridade, violência – nada mais são do que palavras a indicar os meios pelos quais o homem governa o homem”. Em ensaio crítico sobre o poder e a violência no pensamento político de Hannah Arendt, o filósofo brasileiro André de Macedo Duarte (2009) complementa que “O **poder** só pode ser **gerado e atualizado** a partir de um **discutir uns com os outros**, no qual as palavras e os atos não se separam” ou, resumindo “somente há poder quando se preserva a **pluralidade humana** com sua vasta gama de interesses, opiniões e pontos de vista distintos e mesmo conflitantes” (DUARTE, 2009, p. 143 – grifos nossos). Interessa-nos, assim, compreender esse processo de “discutir uns com outros”, que indica como esses homens plurais, ao organizarem-se em determinados grupos e hierarquias, decidem sobre o *devoir*, sobre seu mundo em comum e objetivam projetos.

Pensar o poder e a política imersos e sendo parte do cotidiano – da geografia da vida – exige uma ruptura metodológica e teórica com as concepções de poder que o buscam e o analisam nas formas institucionalizadas, nos agentes hegemônicos. Essa perspectiva, além de já explorada, mostra-se incapaz de apreender os novos processos que se desencadeiam a partir da descentralização de algumas políticas públicas, da criação de espaços para consultas e participação popular, ou mesmo, para explicar o fenômeno da ‘não-participação’ em assembleias, consultas públicas etc.

Deste modo, torna-se pertinente o uso da abordagem territorial, pois ela permite compreender a relação do espaço e o poder, do espaço e a política – ou, sobretudo, para *desvendar* o espaço como poder, o espaço como política. O território, sendo relacional e conteúdo do *campo*, estruturante e estruturado pelos sujeitos políticos que o compõem. Mesmo que algum indivíduo possa **estar em situação** de exercício de poder, no qual a pessoa está investida de poder, como sugere Arendt ou em Dussel (2007, p. 41) “delega-se a alguém o poder para que ‘re-presente’ no nível do exercício institucional do poder a comunidade, o povo”, o poder é tributo do grupo, produto e processo social, envolve **legitimação**, uma expressão de relações sociais conectadas, em diferentes escalas, e cuja dimensão espacial exerce um papel fundamental.

humana, espaço público, liberdade, pluralidade, fundação, iniciativa, resistência, desobediência civil, participação e aparição.” (AGUIAR, 2011, p. 120).

Em uma perspectiva geográfica do poder, apresentamos duas leituras que são igualmente complementares: na primeira o meio geográfico⁶¹ é o elemento fundamental na construção do ser social, enquanto uma **fração do espaço** no mundo, de **onde** lançamos nosso olhar para o mundo e construímos nossas concepções sobre o mundo. Como bem nota Hissa (2009, p. 40), “Os lugares são os sujeitos dos lugares, sujeitos do mundo. Não há lugar, assim como não há território, sem os sujeitos do lugar”. Também em Dussel e Arendt, o poder é construído e fundamentado a partir do coletivo, da comunidade ou do mundo comum, “*Poder empunhar, usar, cumprir os meios para a sobrevivência é já o poder.*” (DUSSEL, 2007, p. 26).

E esse mundo comum (e, porque não, imediato) é o espaço coletivo, que impõe o convívio com a pluralidade, com a necessidade de discutir uns com os outros sobre concepções acerca desse mundo e, conseqüentemente, das formas de agir sobre ele. Esse mundo comum, a comunidade política, são os **fundamentos do território como fenômeno e como conceito**. É nesse sentido que adentramos na política, entendendo-a relacionada com o poder, e ambos em relação à construção de projetos, sobre a articulação e configuração de territórios em gestão.

Em uma segunda perspectiva geográfica do poder, direcionamos o olhar para a política, sendo uma de suas dimensões **a ação sobre o espaço** e, portanto, a objetivação do poder, a construção dos contornos dessa “prisão que os homens constroem para si” – como nos diz Raffestin (1993) sobre o território. Entendemos, assim, que a política refere-se tanto a organização quanto a capacidade de ação, conforme discutiremos a seguir.

1.2. Sobre a política

A política é um serviço, não é um usufruto de direitos mal havidos.
Enrique Dussel

Partimos da concepção de política discutida pelo geógrafo espanhol Joan-Eugeni Sánchez (1992), a partir de dois pontos: o primeiro, por compreender a política como um “jogo de interesses sociais contrapostos” e o segundo é a relação entre política e poder, entendendo o poder como a “capacidade de intervir sobre o espaço, de modificá-lo”. Logo, a

⁶¹ Em Silva (1988, p. 10): “o meio natural e o meio cultural formam o meio geográfico. Este modifica-se no decorrer do tempo à medida que se desenvolvem a história natural e a história humana”. Em concordância com Geraldino (2010, p. 119): “Utiliza-se, portanto, o termo meio geográfico a fim de dizer que os seres que estão envolvidos por este meio são determinados pelas características geográficas”.

dimensão espacial da política realiza-se nessa capacidade de intervir sobre o espaço, objetivando, deste modo, uma determinada configuração do poder: esse **poder de ação** sobre os outros – ou entre homens – que resulta na sua **objetivação sobre o espaço**. Qual seria a pertinência de um poder sem que seja objetivado? E essa objetivação tem como um dos focos o corpo humano, que é – como diz Bourdieu ao discutir sobre a noção de *habitus* – “um corpo socializado, investido na prática dos princípios organizadores socialmente construídos e adquiridos no curso de uma experiência social situada e datada” (BOUDIEU, 2007, p. 167). Ou, como fala Dussel (2007, p. 52 - grifos nossos), a política conduz a uma determinada ação que é “*estratégica*, não meramente instrumental (como a técnica que transforma a natureza), uma vez que **se dirige a outros sujeitos humanos** que, como atores, **ocupam espaços práticos**, hierarquizam-se, oferecem resistência ou ajudam na ação uns dos outros...”.

O espaço, portanto, é o ponto de partida e de retorno, como sugere Claval (1976). Não somente como suporte da vida, mas também como condição objetiva de determinado grupo social, impõe possibilidades e restrições sobre o futuro – estas últimas, muitas vezes, superadas de acordo com as capacidades políticas do grupo. A política envolve a discussão sobre o *devoir*, trata-se de um processo de interação, de imbricação de leituras de mundo e da formulação de ações prospectivas.

É recorrente nas ciências políticas e, de forma geral, nas ciências sociais o fato de que os estudos sobre política se reportem ao campo político (ações, instituições, princípios etc.) e centrem a análise nas formas partidos políticos e Estado. Na geografia, isso não é diferente, conforme demonstra definição apresentada por Mello-Théry (2011, p. 12):

A política diz respeito a um conjunto de atividades que faz referência ao Estado, como tal está estreitamente vinculada ao poder, podendo ser entendida como “um conjunto de procedimentos/marcos institucionais, pactos que expressam relações de poder e que se orienta à resolução de conflitos no que se refere a bens públicos”. É, portanto, intencional e abrangente e **terá sempre caráter estatal**, ainda que sua execução possa envolver agentes privados, constituindo o que Frey (2000) considerou como *polity*. Para a autora, se a política está relacionada ao Estado, a política pública é entendida como “o processo pelo qual os diversos grupos tomam decisões coletivas, as quais se convertem em uma política comum (algo compartilhado) (MELLO-THÉRY, 2011, p. 12 – grifos nossos).

Da mesma forma, Romano (2009, p. 13), ao discutir as questões políticas nas políticas públicas, sugere que “Toda política pública, de alguma forma, entranha um processo conflituoso de alocação pública de recursos e oportunidades entre os diferentes grupos sociais com interesses e preferências, por sua vez, em disputa.” Para Romano (2009, p. 126-127), a

trajetória de um campo das políticas públicas no Brasil é marcada por uma “escassa acumulação de conhecimento na área, derivada da proliferação horizontal de estudos de caso e da ausência de uma agenda de pesquisa” e, por outro lado, “a trajetória aponta uma presença significativa de estudos desenvolvidos por instituições governamentais [...] tem criado outro tipo de problemas, como o de influenciar fortemente a pauta da agenda de pesquisa e do incremento de trabalhos normativos ou prescritivos”.

A opção por abordar a política, institucionalizada e vinculada ao Estado, ainda que importante pela contribuição de cunho avaliativo e crítico dos mecanismos de execução das políticas públicas acaba, por outro lado, menosprezando a **dimensão da política como atividade entre homens e que fundamenta concepções sobre o mundo comum**. Deixa de abordar, portanto, os processos políticos que fundamentam pautas que, geralmente, são o sentido da existência dos programas de governo – executados em forma de políticas públicas e cujo público beneficiário são esses sujeitos que habitam um determinado local, como tal, singulares.

O movimento de repensar o **lugar da política** ou o **lugar que atribuímos à política** na pesquisa implica um desafio de inversão do pensamento científico, a começar por mudar o ponto de partida – das formas convencionais “partidos políticos” ou “aparato estatal”, para outro olhar, igualmente importante, porém, atento à diversidade social e geográfica de formulação de pautas. Inclui também a dificuldade que é inerente à característica principal das políticas públicas: constituem-se enquanto processos decisórios, que preveem ações revestidas da autoridade soberana do Estado [e dos seus agentes] e incorporam as contradições e conflitos no campo do poder estatal.

Portanto, o que “a política significa aqui e agora é resultado de um longo processo histórico”, que fez com que se firmasse “como uma atividade na vida social dos homens” (MAAR, 1984, p. 29). Trata-se de uma atividade que versa sobre o futuro, no presente e a partir da relação com o mundo:

A própria atividade política, longe de ser apenas voltada a uma transformação do ‘mundo objetivo’ com vistas ao futuro, significa, no presente, **o exercício de uma atividade transformadora da consciência e das suas relações com o mundo**. Assim as próprias propostas políticas são repensadas em cima do que elas têm a oferecer já, aqui e agora (MAAR, 1984, p. 22 – grifos nossos).

Tal assertiva – da atividade política como transformadora da consciência e das suas relações com o mundo – vem ao encontro dos pressupostos que foram antes apresentados

sobre a relação entre poder e política: (1) o poder como conteúdo da política e (2) a política que põe em disputa o poder. A política envolve não somente um **aqui e agora**. Implica em um depois, em pensar o tempo longo. Indica também determinada **expertise** ou um *habitus* do político, ou seja, essa capacidade de inserção em determinadas redes que podem potencializar determinadas causas ou pautas demandadas pelo grupo⁶².

Para pensar a questão da política, como atividade, partimos das reflexões de Enrique Dussel, para quem a constituição da política representa uma passagem:

O processo de passagem de um momento fundamental (*potentia*) a sua constituição como poder organizado (*potestas*) começa quando a comunidade política se afirma a si mesma como poder instituinte [...]. Decide dar-se uma organização heterogênea de suas funções para alcançar fins diferenciados (DUSSEL, 2007, p. 32 – grifos originais).

Essa passagem da *potentia* para a *potestas* é fundamental, caso contrário temos somente a *potentia* que, como princípio, guarda em si o potencial, “de ser uma possibilidade futura” (DUSSEL, 2007, p. 32). Como o próprio autor destaca: “o poder como *potentia* [...], embora seja o fundamento de todo poder político, se não fosse **atualizado** (por meio da ação política com poder) ou **institucionalizado** (por meio de todas as mediações políticas para poder cumprir as funções do político), ficaria em potência, como uma mera possibilidade inexistente.” Portanto, é a política, em seu exercício, que institucionaliza o poder – lembrando sempre que o compreendemos como essa capacidade da comunidade em sobreviver ao meio, em definir suas prioridades e necessidades.

Como desenvolve Dussel (2007, p. 34) no âmbito da sua terceira tese – o poder institucional como *potestas* – “a comunidade atua por meio de cada um de seus membros de maneira diferenciada” e que é o fundamento do exercício delegado do poder político. Assim, “a política será a longa aventura do uso devido (ou corrompido) da *potestas*” (DUSSEL, 2007, p. 33). Mas a atividade política, embora necessariamente coletiva e fundada nesse espaço do “discutir uns com os outros”, é executada por um representante⁶³ e pode apresentar

⁶² Muito embora essas pautas possam não ser reconhecidas como legítimas em outras escalas de análise, ou diante de outros grupos, sua difusão e adesão depende das formas de inserção em determinadas redes políticas e o uso de estratégias de comunicação – sobretudo vinculadas as redes sociais virtuais]. É assim que, na contemporaneidade, muitos grupos projetam mundialmente suas lutas por reconhecimento. E é assim que muitos deles ganham notoriedade internacional e chamam atenção para problemas locais que não estão isolados pois encontram similaridades em outros pontos do globo – como é o caso da exploração do trabalho, ou dos recursos naturais, dentre outros, por empresas multinacionais.

⁶³ Que é uma delegação do poder “para que seja exercido ou completo em ‘serviço’ dos representados que o escolheram...” (DUSSEL, 2007, p. 41)

uma cisão caminhando, ora para o poder obediencial (em obediência aos interesses da comunidade) ora para uma fetichização do poder. Esta última será a função política exacerbada e sua inversão, ou seja: “a ação do representante, do governante [...], indevidamente, é uma ação *dominadora*, e não um exercício *delegado* do poder da comunidade” (*Idem*, p. 45). Na Figura 14 é reproduzido o esquema proposto por Dussel (2007, p. 29) para ilustrar esse processo da *potentia* para a *potestas* e, desta, para a cisão entre poder obediencial e ou poder fetichizado.

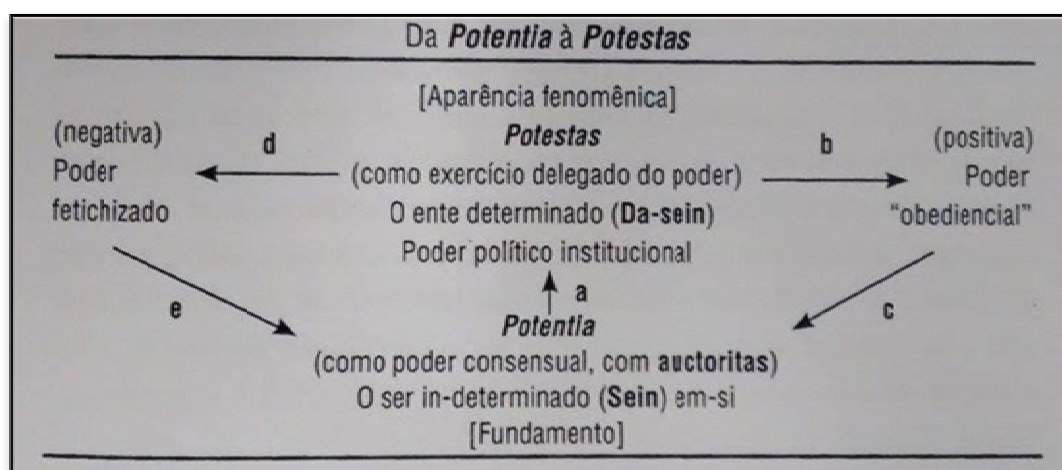


Figura 14 - Esquema da *Potentia à Potestas* em Dussel (2007).

Anotações de Dussel (2007, p. 29): a. Disjunção ou desdobramento originário (ontológico) do primeiro poder (potentia) da comunidade política que institui a delegação do exercício do poder por instituições e representantes (potestas) (“os que mandam”); b. Exercício positivo do poder como fortalecimento da potentia; c. os que “mandam obedecendo” (poder obediencial). d. fetichização da potestas (afirma-se a si mesmo como origem soberana do poder sobre a potentia). e. o poder se exerce como dominação ou debilitação da potência: os que “mandam mandando”; a-b-c: circulação do poder como regeneração; a-d-e: círculo corrupto do poder.

A aparência fenomênica do poder se expressa a partir da *potestas* – esse poder organizado, a política como institucionalização do poder. Ou seja, a política *em-si*, a atividade, em seu campo, é uma objetivação do poder, cuja ação sobre o espaço implica objetivação dessas relações que são seu fundamento. Portanto, quando em pesquisas nas ciências sociais nos detemos somente ao nível fenomênico da política – sobretudo das políticas públicas que resultam do “Estado em ação” – acabamos por tornar invisíveis os fundamentos, esquecemo-nos que o próprio Estado constitui-se enquanto uma instituição que enseja um campo de lutas e de contradições.

Enfim, para compreender as relações entre a política (como atividade), a ação política (como estratégica), do poder (fundamento), do espaço e o território (prisão que os homens constroem para si) exige-se uma perspectiva relacional. Esse será o objetivo na próxima seção.

2. O território como conteúdo de um *Campo*

[...] em toda parte em que os homens se agrupam – seja na vida privada, na social ou na público-política –, surge um espaço que os reúne e ao mesmo tempo os separa uns dos outros.

Hannah Arendt

A partir das anotações sobre poder e política inferimos que eles exigem uma perspectiva relacional e de um determinado campo (forças/luta/ação). A existência de um campo indica a presença de um **objeto em específico**, de **leis** e de **agentes** que possuem determinado *habitus*, mantêm/lutam por posições sociais a partir de determinado quantum de capital específico. Essa concepção de campo é de inspiração bourdieusiana e pretendemos aproximá-la com a concepção de território, numa abordagem relacional – apresentada em Raffestin (1993) e discutida por Haesbaert (2006). Neste exercício de leitura e análise, o território é apreendido enquanto o conteúdo de um campo, com seu respectivo objeto, leis e agentes, em situação de conflito porque disputam concepções sobre projetos e sobre leituras de mundo, consentimentos e práticas espaciais que objetivam determinada territorialidade em territorialização.

Para desenvolver essa proposição, começamos por situar o conceito de campo na trajetória e perspectiva bourdieusiana e, em seguida, discutiremos sua aproximação e potencialidades analíticas em relação ao conceito de território.

2.1. Pierre Bourdieu e a Teoria Geral dos Campos

Há muitos campos em um mundo.

Enrique Dussel.

Na obra “Esboço de autoanálise”⁶⁴, que se propõe a analisar sua trajetória aplicando, a si mesmo, os conceitos e a concatenação de ideias com as quais analisa os outros, Pierre Bourdieu inicia com uma advertência:

Sob pena de surpreender um leitor que espera talvez me ver começar pelo começo, isto é, pela evocação de meus primeiros anos e do universo social da minha infância, **eis porque devo, como exige o bom método, examinar de início o estado do campo** no momento

⁶⁴ Publicada no Brasil em 2005, no original, em francês *Esquisse pour une auto-analyse* (1972).

em que nele ingressei, por volta dos anos 50 (BOURDIEU, 2005, p. 40 – grifos nossos).

Apreende-se desta fala inicial que o conceito de campo está para além de um instrumento somente aplicável ao mundo científico e que o nosso olhar analítico tem por base um determinado campo, à saber, o científico. Portanto, um princípio básico no pensamento de Bourdieu é que, além da necessária objetivação da ciência [do saber fazer científico], é imperioso uma objetivação dos que a fazem (os intelectuais como agentes), além da compreensão de suas regras, dos diferentes capitais, dentre outros.

Pierre Bourdieu (1930-2002) nasceu em Denguin (Pirineus Atlânticos), França. Sua adolescência foi marcada pela passagem em um internato, seguida da formação em Filosofia (1954) na *Ecole Normale Supérieure* em Paris. De 1955 a 1958, prestou serviço militar na Argélia e ficou mais dois anos como professor na Faculdade de Letras de Argel. Em 1981, é aprovado para o *Collège de France* como professor titular da cadeira de Sociologia (BOURDIEU, 2005; CATANI, 2004). Bourdieu – por ele mesmo – avalia que:

A transformação de minha visão de mundo correlata à minha passagem da filosofia para a sociologia, e da qual minha experiência argelina representa justo o momento crítico, não é nada fácil de descrever, como já disse, na certa porque se fez pela **acumulação insensível de mudanças que me foram sendo impostas**, pouco a pouco, **pelas experiências da vida**, ou, então, que eu próprio fui operando ao preço de **um trabalho exigente comigo mesmo, inseparável do trabalho que empreendia sobre o mundo social** (BOURDIEU, 2005, p. 86-87 – grifos nossos).

As experiências de vida conduziram Bourdieu a se interessar por diferentes temáticas, como a dominação masculina, o papel da escola na reprodução de determinados valores, o celibato entre jovens camponeses na Argélia, o Estado, a política, dentre outros. Aliás, a construção do conceito de campo por Bourdieu busca tanto possibilitar a compreensão destes diferentes microcosmos, quanto tentar superar as duas vias exclusivas dominantes na França, marcadas pela confrontação entre o estruturalismo e o marxismo (PINTO, 1998).

Ao referir-se ao “trabalho exigente comigo mesmo, inseparável do trabalho que empreendia sobre o mundo social”, Bourdieu exprime um compromisso social científico que permitiram ao autor desenvolver críticas ao campo científico, estando nele e falando a partir dele. Com frequência, encontramos em seu legado bibliográfico, reflexões, advertências e provocações quanto à necessidade de uma constante objetivação da ciência e do fazer científico [sobretudo no desenvolvimento de pesquisas sobre o mundo social, em que as

pesquisas, geralmente, correm o risco de legitimar determinadas estruturas sem perceberem-se como produto delas]. Na análise de Catani (2004, p. 11), “ao menos três aspectos centrais necessitam ser estudados para a compreensão do arcabouço epistemológico do trabalho sociológico de Bourdieu: o conceito de prática (ou o conhecimento praxiológico) e as noções de *habitus* e de *campo*” (grifos originais). Ainda assim, é importante contextualizar que o modo de reflexão relacional de Bourdieu nos exige, a todo tempo, recorrer aos outros conceitos complementares como o é de capital, poder, estratégia etc.

Ainda sobre o modo de reflexão de Bourdieu, Loïq Wacquant ao comentar sobre o trabalho de construção da obra “Um convite à sociologia reflexiva”, escrita com Pierre Bourdieu, destaca que um dos desafios foi tentar

[...] “linearizar” um pensamento que é de **fato recursivo e espiralado**, sem o desfigurar, para estendê-lo ao longo de vetores que se interceptam mas que são separáveis, ao mesmo tempo respeitando suas **articulações internas**. Se o **modo de argumentar de Bourdieu é como uma teia**, com ramificações, e seus conceitos-chaves são relacionais (*habitus*, campo e capital são todos constituídos de “feixes” de **laços sociais em diferentes estados – personificados, objetivados, institucionalizados** – e funcionam muito mais eficazmente uns em relação aos outros), é porque o universo social é constituído dessa maneira, segundo ele (WACQUANT, 2002, p. 102 - grifos nossos).

O modo de pensar e de fazer ciência em Bourdieu tem por característica tanto a perspectiva relacional, quanto a vigilância com as condições objetivas de produção e reprodução de determinadas visões de mundo e estruturas de pensamento. Deste modo, um dos produtos desses esforços é a Teoria Geral dos Campos, elaborada progressivamente e articulando conceitos como de *habitus* e de capital. A teoria se propõe a explicar o processo de diferenciação social que tende a dividir a sociedade em múltiplos microcosmos especializados (CHAMPAGNE, 2008). Na proposição teórico e metodológica de Bourdieu:

A noção de campo é, em certo sentido, uma estenografia conceptual de um **modo de construção do objeto** que vai comandar – ou orientar – todas as opções práticas de pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, **verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial de suas propriedades**. Por meio dela, torna-se presente o primeiro preceito de método, que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista ou, para dizer como Cassirer, *substancialista*: é preciso pensar *relacionalmente* (BOURDIEU, 2005, p. 28 – grifos nossos).

Pensar os campos em nosso objeto de estudo impõe um desafio teórico e metodológico ao qual não estamos habituados. Bourdieu propõe um modo de construção do objeto de forma relacional e o conceito de campo apresenta-se, assim, como uma síntese para compreender as relações, a partir da identificação dos agentes, o mapeamento de suas lógicas e das regras que compõem o jogo no campo. Um ponto de partida para entender quais as concepções de mundo e como elas repercutem na produção do próprio campo. Indicam, assim, conflitos em função das diferentes perspectivas dos agentes que têm relação com as posições ocupadas no campo, por isso:

En términos analíticos, un campo puede definir-se como una **trama o configuración de relaciones objetivas entre posiciones**. Esas posiciones se definen objetivamente en su existencia y en las determinaciones que imponen a sus ocupantes, agentes o instituciones, por su **situación (situs) actual y potencial** en la estructura de la distribución de las diferentes **especies de poder** (o de capital), cuya disposición comanda el **acceso a los beneficios específicos** que están en juego en el campo, y, al mismo tiempo, por sus relaciones objetivas con las otras posiciones (dominación, subordinación, homología, etc.) (BOURDIEU, 1993, p. 02 – grifos nossos).

Essa trama de configuração de relações objetivas indica, sobretudo, uma determinada forma de ser e de conhecer o mundo social: “a cada um dos campos corresponde um ponto de vista fundamental sobre o mundo que cria seu próprio objeto e encontra nele mesmo o princípio de compreensão e explicação conveniente a esse objeto” (BOURDIEU, 2007, p. 120), ou seja, “cada campo é a institucionalização de um ponto de vista nas coisas e nos habitus” (*Idem*, p. 121). É a partir da compreensão de que o **campo**, como um microcosmo social, que implica em **relações de disputa pela imposição de determinadas visões de mundo** que articulamos com o conceito de **território** na Geografia.

Uma das possibilidades para articular o *campo-território* está na escala local, no cotidiano⁶⁵, neste homem como ser vivente em comunidade, fundamento da *potentia*. Aliás, na condição de *estar posto no mundo*, o sujeito participa da construção dele, ainda que representado ou deliberadamente ausente – dimensão da *potestas*. Portanto, não é somente os espaços políticos, de cunho deliberativo, que legitimam e constroem o mundo vivido. Há uma

⁶⁵ Ripoll e Veschambre (2002) também indicam que o estudo dos territórios é, de certa forma, um retorno ao local, ao cotidiano, ao vivido dos homens-habitantes, uma forma dos geógrafos reencontrarem aquilo que vários pesquisadores nas ciências sociais têm abordado como a “questão do sentido”.

série de decisões cotidianas que indicam adesões⁶⁶ à certas práticas espaciais – entendendo-as ao modo proposto por Souza (2013, p. 238): prática espacial como “a ponte conceitual entre as relações sociais e o espaço”. Portanto, determinada prática espacial sugere adesão à determinadas concepções sobre o mundo, sobre a sociedade e, por sua vez, legitimam relações de poder, endossam o *quantum* de capital daqueles agentes que se assumem representantes dessa concepção e que se utilizam dos diferentes meios – em especial publicitários – para difundi-las. Essa adesão via a participação, consciente ou inconsciente, indica que pode-se, eventualmente, não só *estar* como *ser* trunfo⁶⁷.

Desta forma, ao articular o campo à uma análise geográfica, constrói-se uma leitura com base teórica e metodológica em que se interpenetram relações sociais e “substrato espacial material” articulada por duas pontas – que podem ser aqui lidas como hipóteses: 1) considera-se que as **relações sociais** que endossam determinado “microcosmo social” e, portanto, o campo, estão **situadas geograficamente**, ou seja, é imprescindível aqui considerar as particularidades inerentes ao “onde estão” – convoca-se, assim, uma ruptura com o espaço abstrato, das relações sociais sem materialidade; 2) se as relações sociais estão situadas, isso nos indica que podemos **diferenciá-las em sua relação com o meio**, sendo que o território vem a ser um dos indicativos dessa diferenciação, pois indica não somente uma determinada relação com o meio (e suas influências recíprocas), mas sobretudo, determinadas práticas espaciais e concepções (leitura sobre seu mundo), relações de *potentia* e *potestas*, que objetivam projeções sobre o devir. Como bem indicam Ripoll e Veschambre (2002, p. 23), uma das razões do retorno ao território é justamente o fato de que ele permite relembrar – no

⁶⁶ Ir ao trabalho de carro, de ônibus, de bicicleta – implica em adesão a determinada concepção de sociedade. Jogar lixo na rua. Acompanhar projetos de determinada figura política. Comer em restaurante local ou em uma franquia. Entendemos que nem sempre a *adesão* a determinadas práticas sociais e espaciais é evidente para o sujeito em questão. O poder simbólico desempenha um importante papel nesse sentido, a fim de forjar estratégias de adesão sem que estas sejam percebidas como tais. Um exemplo desse processo é a formação da classe média brasileira, extremamente meritocrática, conforme analisou Renato Souza: <http://jornalggn.com.br/fora-pauta/desvendando-a-espuma-o-enigma-da-classe-media-brasileira>

⁶⁷ Estamos trunfos na medida em que somos *população*, esse ente genérico. Para Raffestin (1993, p. 58), os trunfos do poder são a população, o território (dimensão jurídica) e os recursos. O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Portanto, Raffestin analisa a população como origem de todo poder: “nela residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação. [...] O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação”.

campo das ciências sociais – que não existe sociedade *hors-sol* e que toda sociedade tem uma dimensão geográfica e espacial⁶⁸.

Desta feita, ao estarmos imersos em determinado território-campo, compartilhamos de determinada igualdade, mas somos ontologicamente diferentes e tal diferença, no campo, se mensura a partir de *quantuns* diferentes de capital, um conceito fundamental que qualifica os agentes. O conceito de capital é entendido, em Bourdieu, como

[...] **todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social**. Assim, além do **capital econômico** (renda, salários, imóveis), é decisivo para o sociólogo a compreensão do **capital cultural** (saberes e conhecimento reconhecidos por diplomas e títulos), **capital social** (relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação). Em resumo, refere-se a um **capital simbólico** (aquilo que chamamos de prestígio ou honra e que permite identificar os agentes no espaço social) (SOCHA, 2008, p. 46 – grifos nossos).

Deste modo, em Bourdieu (2007, p. 295/6 - grifos nossos), todo tipo de capital...

[...] **tende** (em graus diferentes) **a funcionar como capital simbólico** (de modo que talvez valesse mais a pena falar, a rigor, em *efeitos simbólicos do capital*) **quando alcança um reconhecimento explícito ou prático**, o de um habitus estruturado segundo as mesmas estruturas do espaço em que foi engendrado.

Portanto, conforme a lógica do campo haverá definição de qual tipo de capital válido no jogo. Ao refletir sobre os assentamentos de reforma agrária, o Estado em ação, a organização do MST, pode-se inferir que a diferenciação e **reconhecimento de determinado capital, além das formas como são usados** nas disputa em cada campo, têm um **fundamento baseado na situação geográfica** – pois expressa esse poder como *potentia*, discutida por Dussel (2007), essa primeira capacidade de sobreviver ao meio, transformando-o e a si mesmo.

Se em uma determinada escala há relativa coesão que fundamenta o território-campo, em outra escala imediata podemos ter outro território-campo sobreposto – tal diferenciação tem relação, também, com a ação dos agentes. Adentramos, assim, em um movimento escalar, em que poderíamos simular diferentes territórios-campo (cada qual com territorialidades

⁶⁸ Tradução livre do original: “L’une des raisons de son succès en géographie est peut-être qu’elle permet de réaffirmer l’intérêt si ce n’est la singularité de la discipline et son importance dans le champ des sciences sociales. Elle permet en effet de rappeler à tous qu’il n’existe pas de société « hors-sol », que toute société a une dimension géographique/spatiale et qu’il revient en toute logique à la géographie de l’étudier.”

específicas), que em alguns momentos se conectam por pontos, de forma a constituir outro campo, cuja lógica territorial pode ser ao modo de uma rede ou de um rizoma.

2.2. Sobre o território

Ao fazer menção ao território há que se considerar a polissemia que o termo ganhou no mundo acadêmico. Como diz Souza (2013, p. 77-78), a palavra território é usada de modo “excessivamente amplo, indistinto mesmo, seria lícito dizer” ou o que é mais grave: “para muita gente [...] o vocábulo “território” é, ainda hoje, quase que sinônimo de espaço geográfico”.

Em relação à hegemonia do território no campo científico, Ripoll e Veschambre (2002)⁶⁹ propõe uma necessária reflexão crítica tanto sobre seus efeitos científicos, quanto sociais, afinal, nessa pretensão de “querer tudo dizer, tudo explicar, ver tudo regrado a partir de um conceito-mestre, uma única entrada, uma única chave” de forçar que a riqueza e complexidade do mundo caibam em um único conceito, pode se acabar produzindo leituras reducionistas e confusas. As consequências sociais têm a ver com a influência desta leitura nas decisões políticas.

Em um esforço de “emancipar a categoria território” de forma a construir um conceito sem confundir a projeção espacial do poder e os objetos geográficos materiais, Souza (2013) propõe duas aproximações: 1) a definição de território passa pelo *poder*, pela dimensão política das relações sociais “compreendendo essa dimensão no sentido amplo de o político (*le politique, das Politische*), e não no sentido de a política (*la politique, die Politik*).” (*Idem*, 2013, p. 88) e; 2) o território como projeção espacial de relações de poder indica que o “exercício do poder tem a ver com desafios e situações que remetem ao substrato espacial e às suas formas, aos objetos geográficos visíveis e tangíveis...” (*Id.*, 2013, p. 95).

⁶⁹ No original: “Cette hégémonie de territoire doit donc poser question quant à ses effets scientifiques mais aussi sociaux qu’il est important d’essayer de cerner à défaut de les maîtriser. Elle porte en elle un certain nombre de risques majeurs, à commencer par celui de vouloir tout dire, tout expliquer, voire tout régler avec un seul « maître-mot », une seule entrée, une seule clé. Autrement dit, à faire entrer la richesse et la complexité du monde dans un seul concept, on prend le risque de retrouver ce que l’on avait tenté de fuir : le réductionnisme et la confusion (les deux n’étant pas incompatibles). Si les conséquences intellectuelles sont importantes, que dire des conséquences sociales des décisions politiques guidées par tel ou tel schéma d’analyse plus ou moins simpliste ? Plus largement, « que fait-on au nom du territoire et au nom d’une certaine définition du territoire ? Voilà qui est beaucoup plus douloureux, et malheureusement parfois sanglant.”(RIPOLL e VESCHAMBRE, 2002, p. 12).

As considerações de Souza (2013) articuladas as nossas reflexões sobre poder e política, permitem indicar que há íntima relação entre território, poder e política, tendo em vista que o território é a projeção espacial de relações de poder, ele também é, conseqüentemente, produtor e produto da política. Constitui-se assim, um movimento fundamental, dialético, na relação entre território-poder-política, cada qual sendo produto-produtor-produzido. O território e, especificamente, uma determinada territorialidade, expressará uma dada configuração desse movimento, que é colocado em marcha pelas relações sociais. Assim entendido, **o território é sempre abertura, potencialidades, projeções...** Se partimos do pressuposto de que o território é um **projeto em disputa**, ainda que o projeto de um ator sintagmático possa **estar** hegemônico, isto não é *ad eternaum*. É a partir das ideias de Raffestin que desenvolvemos uma perspectiva de território como projeto, sendo **conteúdo** de um **determinado campo**.

Em nossa leitura, uma das contribuições de Raffestin está ao estabelecer a relação entre território e programa. O autor extrai o conceito da seara exclusiva do Estado-nação e o analisa como forma de ação de outros atores hegemônicos. Para Raffestin há toda uma escala de atores, embora sua análise seja centralizada nos atores coletivos classificando-os em dois tipos: os **atores sintagmáticos**, sendo aqueles que organizam e executam um programa e que exprime “[...] a ideia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo”, esse ator “combina todas as espécies de elementos para produzir, *latu sensu*, uma ou várias coisas” (RAFFESTIN, 1993, p. 40); e os que os **atores paradigmáticos**, ou seja, aquele “ator coletivo sem programa a realizar” e que, por isso torna-se “como um trunfo em relação aos atores sintagmáticos” (RAFFESTIN, 1993, p. 40).

Como estratégia para se manter hegemônico, o ator sintagmático se utiliza de trunfos: os **recursos**, sendo estratégicos aqueles de ordem energética, tecnológicos e alimentos; a **população**, analisando o papel da língua, da religião e do processo de discriminação das diferenças; e o **território**, considerando-o a partir dos elementos do sistema territorial – tessituras, nós, redes – analisa as relações entre os atores sintagmáticos e suas implicações espaciais, usando outros conceitos complementares, como nodosidade, centralidade, marginalidade, limites e fronteiras. Tais trunfos estão assim ligados a uma perspectiva escalar em sua análise: território como projeto de produção e reprodução de um determinado conjunto de interesses visando determinados fins:

O território se forma a partir do espaço, é **o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível**. Ao se apropriar de um espaço,

concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço. [...] O território, nessa perspectiva, **é um espaço onde se projetou** um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143 – grifos nossos).

Quais implicações ao considerar o território como resultado de **uma ação conduzida por um ator sintagmático**? Em nossa leitura, uma primeira consequência é “abrir a caixa preta” dos territórios, que pressupõe olhar para o território (como fenômeno e como conceito) como um espaço de disputas, de lutas, de conflitos sobre concepções de mundo, sobre projetos para esse mundo. Desenvolvendo essa perspectiva, podemos dizer **que cada território contém em si diferentes territorialidades**⁷⁰ e que a dimensão hegemônica de um determinado território é produto das relações de força em disputa. Assim, ao observar determinado território e suas dinâmicas internas, pode-se identificar um *campo* com suas regras, agentes, objeto.

Portanto, pressupomos que um território, além de não ser uno *{Que tem unidade interior; indiviso, individido}*, também não é homogêneo *{idêntico no seu todo}*, nem representa uma apropriação exclusiva de determinado espaço geográfico. Está intrínseca à noção de território, o movimento permanente de disputa, de determinação sobre “qual projeto/programa” a ser executado – indicando, portanto, a visão de mundo hegemônica em determinada circunstância. Assim, a capacidade de produzir **territorialidades** tem a ver com a capacidade de fazer-se hegemônico no espaço e no tempo. Tem a ver com capacidade de

⁷⁰ Podemos desenvolver aqui, como exemplo, o programa/projeto da produção agroecológica que há muito tempo vem sendo gestado entre atores paradigmáticos, mas esse programa – enquanto um território que propõe outra relação com a natureza, com a produção, com alimentos, com as pessoas, com a vida – ainda está sendo gestado e construído para que talvez um dia possa se tornar hegemônico. Mesmo dentro desse Território, há uma infinidade de outros territórios, que se ganham expressão nas diferentes propriedades que aderem ao modelo, na forma com a qual os diferentes agricultores vão encontrar formas para aliar suas crenças e saberes, àquilo que é apresentado como as técnicas para produção agroecológica e, portanto, suas concepções de mundo. Importante lembrar que agroecologia é uma concepção de mundo, pois implica não somente em uma produção responsável e em harmonia com o meio, mas sobretudo, na construção de uma relação de consumo consciente e de proximidade entre produtores e consumidores. Tais valores são, sem dúvida, tão difíceis de serem incorporados quanto o são as novas técnicas para os cultivos. Não é somente a terra e o meio que precisam de tempo para se desintoxicar das práticas agrícolas intensivas: precisam de tempo também, os agricultores para exercitar novos aprendizados, mudar suas conexões e valores em relação ao meio do qual sobrevivem e em relação à sociedade que os rodeia (e que, em grande medida, continua a lhes demandar adesão à outra prática – como a produção de soja transgênica, que difunde entre os agricultores a ideia de que é mais “fácil” e mais “barato” do que outro cultivo).

articulação, de mobilização, de exercício do poder simbólico e da política como atividade. Sendo assim, ao nível dos fenômenos, não há um território em seu formato puro⁷¹.

Ainda assim, é preciso abrir a “caixa” do território como fenômeno. Isso significa reconhecer que há uma diversidade de programas também nesse nível escalar. Como caso exemplar, pode-se dizer que os agricultores assentados que seriam potenciais representantes de um determinado *território-camponês* indicam também disputas internas, por concepções sobre o devir, com leituras de mundo das questões que têm implicação direta sobre seu cotidiano e, também, para a sociedade. Portanto, quando algum movimento social apresenta seu programa, seu projeto de sociedade, com as linhas gerais, isso indica que estamos acessando um território, cujo **projeto** se propõe **hegemônico**, pautado e construído a partir de determinados valores, perpassando pelo movimento da *potentia* para a *potestas*, a construção de um ideal de sociedade, de futuro, de sistemas produtivos etc. No entanto, **em outras escalas** (sobretudo local ou regional) **podem ser inviáveis** naquele momento, pelo enfrentamento com outras lógicas, outras necessidades que se fazem imediatas. Tais condições objetivas indicam que a “materialidade jamais poderia ser desimportante” (SOUZA, 2013, p. 95) e indicam a condição dos sujeitos, como postos no mundo (HISSA, 2009).

Assim, um determinado território representa uma hegemonia, um programa de operações ainda que *em disputa* e pleno de resistências dos atores paradigmáticos – tais resistências, na leitura de Raffestin (1993), se fazem no cotidiano⁷² e é por isso que ele conclama os geógrafos a olharem para essa realidade:

[...] O **trunfo** da geografia política é o **homem**, na sua **qualidade** de membro de uma **coletividade**, na sua **existência cotidiana**. [...] Não se trata de privilegiar o indivíduo, mas de lhe permitir **conservar sua identidade e sua diferença na coletividade** à qual pertence. Para tanto, ele deve poder dispor dos instrumentos teóricos que lhe

⁷¹ Por exemplo, ainda que se alegue a existência de um território do campesinato e que o mesmo tenha um projeto hegemônico alternativo, ele participa do território do agronegócio na medida em que, muitas vezes, os agricultores precisam aderir a sistemas produtivos ligados a essa cadeia produtiva, para garantir sua reprodução social, muito embora não compactuem com a ideologia do agronegócio. Essa contradição está presente em grande parte dos assentamentos de reforma agrária no Brasil, que dadas as várias dificuldades para construção de sistemas alternativos para produção de alimentos, exige que muitas famílias acabem aderindo aos mesmos modelos produtivos que as excluíram do mundo rural em um período anterior.

⁷² Raffestin contribui ao reconhecer a importância de uma Geografia que considere o cotidiano enquanto espaço constituinte de territorialidades relevantes para: “[...] retomar o poder pela base, por meio do cotidiano e, sobretudo, recuperar uma malha territorial que possa permitir o exercício desse poder. Em resumo, trata-se de redescobrir, para as coletividades, malhas concretas que se oponham às malhas abstratas propostas pelo Estado” (RAFFESTIN, 1993, p. 185).

permitem analisar as relações de poder que caracterizam o corpo social do qual é membro (RAFFESTIN, 1993, p. 168 – grifos nossos).

O autor prossegue e atenta para a dominação como uma naturalização dessas relações de poder e que nos propomos ler enquanto **hegemonia de um determinado território-projeto** – que representa, por sua vez, uma determinada visão de mundo, constituída a partir do poder simbólico. Em Raffestin (1993, p. 268 – grifos nossos), é preciso questionar essa naturalização que envolve a gestão dos trunfos:

Quer se trate de **relações com os homens, com os territórios ou com os recursos, há sempre a criação de regras e de normas**, cuja finalidade é aumentar a **eficácia do controle e da gestão** dos seres e das coisas. [...] A geografia política, como reveladora do poder, pode contribuir para questionar esse processo de naturalização e para salientar seu caráter desnecessário.

Assim, sendo o **território conteúdo de um campo**, pressupõe entender que os **agentes estão situados**, que determinadas relações somente são possíveis em **determinados lugares**, e que por tal característica resguardam particularidades. É a partir das relações de poder, inclusive simbólicas, que se fundamentam as lógicas de um determinado campo. O poder político é expressão aqui dessa capacidade de direcionar a ação, dar-lhe algum sentido e é por isso, mais uma vez, que o território nos auxilia, como discute Haesbaert (2006, p. 92 - grifos nossos):

De qualquer forma, uma noção de território que despreze sua dimensão simbólica, mesmo entre aquelas que enfatizam seu caráter eminentemente político, está fadada a compreender apenas uma parte dos complexos meandros dos laços entre espaço e poder. O poder não pode de maneira alguma ficar restrito a uma leitura materialista, como se pudesse ser devidamente localizado e objetificado. [...] o poder como relação [...] envolve não apenas as relações sociais concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, **não há como separar o poder político num sentido mais estrito e o poder simbólico**.

Por ser inseparável que tentamos desenvolver uma análise relacional, uma vez que o território é sobretudo relacional – tanto por ser **objeto de disputas**⁷³ quanto por estabelecer **mediações entre singular e universal**. Além disso, também é pertinente uma abordagem relacional do território, **a fim de enfatizar sua inserção no conjunto de relações**, pois

⁷³ Afinal, ele é produto e “define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido” (HAESBAERT, 2006, p. 78).

“justamente por ser relacional, o território é também movimento, fluidez, interconexão – em síntese e num sentido mais amplo, temporalidade” (HAESBAERT, 2006, p. 82).

O território é, por assim dizer, objeto em disputa tanto ao nível fenomênico (da realidade vivida) quanto ao nível conceitual. Cabe aqui recorrer, novamente, as observações de Bourdieu⁷⁴ (2006, p. 113 - grifos nossos):

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das **lutas das classificações**, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por meio deste, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o **poder de impor uma visão do mundo social** através dos princípios de *di-visão* que, quando se impõe ao conjunto do grupo, realizam o **sentido e o consenso** sobre o sentido e, em particular, sobre a **identidade e a unidade** do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo.

Em uma segunda assertiva, pensar o território como mediação entre o singular e o universal nos permite desenvolver uma perspectiva relacional do ponto de vista escalar e, sobretudo, de como as múltiplas relações de poder, em diferentes campos, atravessam e, portanto, influenciam determinado território. Ainda de forma complementar, é preciso considerar as dimensões que estão horizontalmente postas quando discutimos determinado território:

[...] o território, relacionalmente falando, ou seja, enquanto mediação espacial do poder, resulta da interação diferenciada entre **as múltiplas dimensões desse poder**, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico, passando pelas relações dentro do chamado poder econômico, indissociáveis da esfera jurídico-política” (HAESBAERT, 2006, p. 93 - grifos nossos).

Quando falamos em território, sobretudo a partir de uma abordagem relacional e a fim de evitar uso exaustivo e cansativo de adjetivações, indicamos que: 1) ao refletir sobre o território – como conceito e como fenômeno – uma primeira questão é a necessidade de

⁷⁴ As observações – da qual retiramos uma pequena parte – referem-se a uma perspectiva crítica ao uso generalizado do conceito de região e das representações vinculadas a ele nos diferentes campos (literário, universitário etc). Por meio desta digressão, entendemos que Bourdieu acaba por desafiar a Geografia a realizar o exercício de objetivação do sujeito objetivante – tarefa que será empreendida pelas reflexões de Lacoste (1976), Raffestin (1980) e outros.

relembrar que o *real*⁷⁵ comporta em si complexidades que são tangenciáveis, porém não totalmente apreensíveis ao intento científico e que, deste modo, é preciso reconhecer tanto a ciência como um movimento dialético de aproximação-afastamento, quanto admitir que tal complexidade indica necessidade de pensar “aberturas” – ao modo que o filósofo Edgar Morin nos convoca a refletir. Se partirmos do pressuposto de que a complexidade é inerente à vida, aquilo que a ciência denomina como *real*, então podemos desde já antecipar que o território como conceito será sempre uma leitura posicional e parcial de um determinado território-fenômeno, ou seja: muito embora possa-se fazer uso de infinitas adjetivações, na prática, efetivamente, temos limitações para fazê-las comparecerem ao *modo de pensamento* que integre a *complexidade* do fenômeno. Tal empreendimento ainda exige outras capacidades, como a de interagir, de construir pontes, estabelecer diálogos no campo das ciências sociais, da filosofia e com outros saberes, mormente fracionados no fazer científico.

Uma vez exposta essa precaução, a segunda nos remete aos pressupostos do território. Primeira questão, que ainda é recorrente em algumas discussões na Geografia, refere-se à diferença entre espaço e território. Ao nosso ver, a melhor definição que até então conhecemos para diferenciá-los, como conceitos e como fenômenos, é aquela proposta por Raffestin, ao dizer que o “território é a prisão que os homens constroem para si”. Ou seja, se os homens podem construir qualquer coisa é porque estão em algum lugar, que oferece as condições objetivas para que os processos aconteçam. O espaço geográfico indica essas condições objetivas, que são sempre dialéticas, apresentam particularidades e indicam estruturas-estruturadas-estruturantes – para uma leitura do espaço geográfico é imprescindível superarmos a dicotomia estrutura-ação. Portanto, se o espaço geográfico oferece as condições objetivas para que os “homens construam prisões para si”, isso nos indica que o território emerge a partir das relações sociais situadas (e isso não tem a ver somente com o meio – com a geografia, tem a ver também com o momento histórico – com o tempo, portanto é redundante falar em espaço-tempo-território). A territorialidade daí decorrente expressará um determinado momento desse movimento (que não quer dizer, necessariamente, evolução ou retrocesso) de arranjo das condições objetivas. Para compreendermos esses movimentos (de

⁷⁵ Conforme Abbagnano (1998, p. 831): REAL [...] 1. Que se refere à coisa. P. ex.. "definição R. é a definição da coisa e não do seu nome. 2. Aquilo que existe de fato ou atualmente. Corresponde aos vários sentidos do termo realidade (x.). 3. I lerhart chamou de Reais os seres efetivamente existentes, "cuja natureza simples e própria desconhecemos, mas sobre cujas condições interiores e exteriores é possível adquirir uma soma de conhecimentos que podem aumentar infinitamente". Tais entes são irrelativos entre si e por isso qualquer das suas relações deve ser considerada uma constatação acidental (*zùjallige Ansicl.il*) que não qualifica não modifica sua natureza (*Hiileituiif*) in die Pbilosopbie. 1813. §§ 1S2 ss.).

construir prisões, de como elas estão expressas em dado espaço geográfico) é que exercitamos um olhar escalar uma vez que a dinâmica da vida exige conexões várias. Então, conforme a situação ter-se-á diferentes combinações dialéticas e tais especificidades que permitem entender a complexidade do espaço geográfico – que não é produzido, tão somente, por atores hegemônicos.

Portanto, não há como falar em território – como conceito e como fenômeno – sem pensá-lo relacionamente. Pensar a relação é uma tarefa conceitual, que indica esforço de tentar apreender as diferentes relações que caracterizam determinado território-fenômeno. Para tal, é importante entender que não se faz uma “prisão” sem reconhecimento e sem conflitos: a sua construção pressupõe tanto reconhecimento dos “de dentro” quanto dos “de fora” – é um fator de diferenciação socialmente reconhecido sendo que a objetivação no espaço geográfico é uma das suas formas de expressão; também não se faz sem conflitos, pois o território é um movimento, é um programa (Raffestin), executado por um agente (que **está** hegemônico), mas que contém em si contradições, resistências, diferenças, que indicam outros movimentos. Portanto, um território não é *ad eternaum*. Como fenômeno ele também obedece ao pulsar da vida e das dinâmicas inerentes à existência.

Sem pretensões exaustivas, atendemos aqui ao propósito de apresentar como propomos a articulação conceitual entre território e campo. Instaura-se assim um duplo movimento: 1) entender que o território-fenômeno é complexo, cujas possibilidades de compreensão teórica perpassam pela necessidade de uma abordagem relacional e, deste modo, a concepção de campo nos auxilia, sobretudo do ponto de vista metodológico, na identificação do campo, dos seus agentes, das suas leis e regras, seus objetivos e estratégias; 2) entender que o campo precisa de um território indica que as relações sociais de determinado campo estão localizadas, ou seja, estão em interação com o meio e isso lhes confere especificidades ainda que imersas em dinâmicas regionais ou globais. Ao lermos o território como campo, visualizamos nele seus movimentos internos e dos quais apreendemos alguns traços que podem ser os mais relevantes em determinada situação. Ao lermos o campo como território, visualizamos nele especificidades decorrentes de “onde está”, suas conexões com outros espaços sociais e como isso influencia na sua dinâmica interna.

Estes são os embasamentos teóricos e metodológicos que fundamentam nosso modo de pensar e analisar a agroindustrialização em assentamentos de reforma agrária e sua relação com o Estado.

Parte III

Estado e o MST: concepções de desenvolvimento

[...] o mundo não foi feito apenas para uma meia dúzia de privilegiados que podem efetivamente escolher em que território(s) prefere(m) a cada dia viver.

Rogério Haesbaert

CAPÍTULO III

Estado, Reforma Agrária e Política em Assentamentos

...o Estado não é um bloco, é um campo. O campo administrativo, como setor particular do campo de poder, é um campo, isto é, um espaço estruturado segundo oposições ligadas a formas de capital específico, interesses diferentes.
Pierre Bourdieu

Nesta seção tem-se por intuito discutir alguns elementos, a fim de contextualizar as disputas e conflitos no *campo* da Reforma Agrária e seus reflexos na execução de políticas em assentamentos. Para analisar este *campo*, no Brasil, seguimos algumas das proposituras de Pierre Bourdieu, porém não de forma exaustiva, já que este debate é apenas transversal neste trabalho. Situamos o campo da Reforma Agrária a fim de contextualizar o que poderíamos denominar como “subcampo”, que é a execução do Programa Terra Sol no estado do Rio Grande do Sul – este sim, um dos nossos pilares.

Para a análise do Estado, especialmente em suas formas de ação, através de políticas públicas, encontramos algumas dificuldades decorrentes da ausência de um corpo teórico-metodológico estabelecido no Brasil. Para Romano (2009), isso tem a ver com o fato de que “a reflexão que enfatize as questões políticas, na análise das políticas públicas na agricultura, ainda está em desenvolvimento” e, há ainda um “estado incipiente maior – se comparado com as realidades norte-americana e europeia – daquilo que se poderia denominar como campo de análise das políticas públicas no Brasil” (ROMANO, 2009, p. 19-22). Para o autor, os estudos têm se preocupado com os “impactos – principalmente em termos de eficácia dos resultados – e, em alguns casos, sobre os processos de implementação, em termos de eficiência da gestão, do que com os **processos políticos das políticas, como reveladores da dinâmica das relações Estado/sociedade civil/mercado**” (ROMANO, 2009, p. 19 – grifos nossos). É na tentativa de compreender os processos políticos das políticas, que situamos as discussões que seguem.

1. Políticas e desenvolvimentos para as áreas reformadas

Afinal, a realidade é constituída não só pelo que é, mas também, pelo que pode ser e, por alguma razão, está impedido de ser.
Carlos Walter Porto-Gonçalves

Conforme a Associação Brasileira de Reforma Agrária houve, ao menos, dois momentos históricos no Brasil para a realização da reforma agrária: “Em 1964 descartou-se a existência da necessidade [...]. Em 1988, a Constituinte [...] definiu a terra como um bem social. Mas a ação concreta dos poderes da República, desde então, obsta a explicitação dos direitos sociais agrários...” (ABRA, 2007, p. 26). Dentre as questões que impediram uma efetiva redistribuição fundiária, a despeito das ações dos movimentos sociais, está a disputa por projetos, ou melhor, por concepções sobre os modelos de desenvolvimento para o país, conforme aponta Sabourin (2008, p. 17 – grifos nossos):

O debate sobre a política de reforma agrária no Brasil se assemelha às discussões sobre **o projeto de sociedade, o desenvolvimento rural, o lugar da agricultura na sociedade** e o futuro da agricultura familiar. O debate político, muitas vezes, **limita-se ao confronto entre grupos de interesse** e também provoca alianças inesperadas.

O confronto entre grupos com diferentes interesses nos remete a refletir sobre a reforma agrária como um campo, em disputa. Indica, igualmente, articulação de diferentes capitais (econômico, político, simbólico etc.), objetivos e concepções sobre as funções do espaço rural para o desenvolvimento do país. Articulam-se interesses em prol de um modelo hegemônico de desenvolvimento, em detrimento da diversidade do espaço rural que potencializaria a pluralidade, outros *desenvolvimentos* possíveis.

Sendo assim, ao emprendermos uma leitura sobre a reforma agrária como um campo de disputas, no âmbito do Estado brasileiro, propomos caracterizá-lo a partir de três pontos que são complementares e contribuem para contextualizar algumas das contradições que envolvem a execução de políticas públicas para assentamentos: (1) o Estado é uma relação em disputa e, assim, a reforma agrária embora presente nas pautas sociais, nunca foi efetivamente implementada; (2) a ausência de condições objetivas para a realização da reforma agrária, exigiu adoção de políticas, com teor compensatório, voltadas à inclusão produtiva e social das famílias assentadas, ainda que careçam de infraestruturas básicas; (3) não obstante as questões que envolvem a escala de ação do Estado, há ainda aquelas referentes às restrições e potencialidades do meio geográfico em que vivem as famílias assentadas, que indicam a

necessidade de refletir sobre as diferentes possibilidades para o desenvolvimento dos assentamentos. Apresentaremos uma breve discussão sobre cada um destes pontos.

1.1. Reforma Agrária como expressão das disputas pelo Estado

Na avaliação de Souza Filho (2007, p. 69), “O que se tem feito no Brasil é colonização sem dar condições aos chegantes de promover a atividade econômica de forma efetiva, resultando em fracassos que, não raros, são atribuídos de forma equivocada aos próprios assentados e a ineficácia da reforma agrária”. Por outro lado, de forma ideal, um efetivo programa de reforma agrária poderia contemplar o que o autor sugere como “um instituto de reordenamento territorial, destinado a melhorar as condições de vida da população e a incrementar a produção agrícola” (SOUZA FILHO, 2007, p. 69). Um ideário que parece cada vez mais longe e, para alguns, superado, tendo em vista a nova dinâmica da agricultura brasileira, empreendida a partir da ampla expansão de setores ligados ao modelo do agronegócio.

Ao pesquisar sobre “reforma agrária” no Brasil é recorrente encontrar adjetivações ligadas às ideias de ausência, ineficiência, falhas, resultados etc. Ainda que já tenham sido executados dois Planos de Reforma Agrária (1985 e 2003), eles abarcaram também as contradições, tanto no que se refere às concepções sobre o papel da reforma agrária no desenvolvimento no campo brasileiro, quanto às dificuldades impostas para reprodução social dos agricultores assentados. Contradições que expressam os conflitos em torno do campo da reforma agrária e de sua realização enquanto política pública, afinal

O Programa de Reforma Agrária sempre enfrentou dificuldades para sua efetivação principalmente às relacionadas com a desapropriação de terras, contingenciamentos orçamentários, insuficiência de quadros técnicos, criminalização dos movimentos sociais, e mesmo o **enfrentamento ideológico com setores sociais politicamente articulados e detentores de poder econômico**, que empenham **esforços para inibir as demandas** e conquistas dos movimentos sociais rurais (VALADARES *et. al.* 2011, p. 262 – grifos nossos).

O enfrentamento ideológico tem relação direta com os constrangimentos políticos, administrativos, orçamentários etc. instaurados de forma a retardar as ações vinculadas a uma efetiva política de reforma agrária. Uma das dimensões desse processo é a desconexão entre o ideário propositivo nos planos de reforma agrária com o que é, de fato, implementado: o I Plano Nacional de Reforma Agrária, lançado em 1985, apresentava um discurso que

considerava a reforma agrária como uma das “prioridades absolutas no contexto da política de desenvolvimento do País, caracterizando-se como programa da área social orientado para atender a população de baixa renda, migrantes ou moradores de zonas de tensão social e, de um modo geral, os produtores rurais” (I PNRA, 1985, p. 16). Nasceu com perspectiva de atender ao Estatuto da Terra, em que o acesso à terra por trabalhadores rurais e a mudança nas relações sociais de produção eram proposições proeminentes. Para tal, por um lado o Programa defendia a ocupação de “terras ociosas” e, por outro, garantia a proteção à pequena e média propriedade, bem como àquelas consideradas como empresas rurais. Por fim, acabou por preconizar processos de colonização e expansão da fronteira agrícola.

Ainda assim, uma das principais ações no âmbito do I PNRA foi a criação do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (PROCERA), em 1985, com aplicações a partir de 1989. Ele inaugurou um mecanismo de apoio aos assentados de forma diferenciada, voltado para a produção e a comercialização, propiciando a:

[...] formação de novos produtores – individuais ou em formas associativas – devidamente emancipados, capazes de se beneficiarem, oportunamente, dos diferentes instrumentos da política de desenvolvimento rural, inclusive do crédito rural regular, a serem acionados pelo Poder Público, quando organizados e consolidados tais assentamentos (SOUZA *et. al.*, 2009, p. 24).

Se por um lado o PROCERA foi uma das primeiras políticas de crédito para agricultores assentados, por outro lado, os vários problemas ligados tanto às exigências para acesso (formação de grupos, entidade jurídica etc.), quanto às dificuldades de gestão, implicaram em um massivo endividamento que ainda hoje tem repercussão⁷⁶ em alguns assentamentos no país.

Com a redemocratização do país, gerou-se uma expectativa mais favorável para a realização da reforma agrária, entendida em sua relevância econômica, social e política. Na avaliação de Mattei (2005, p. 171) “ao longo da década de 1990, e especialmente durante os mandatos FHC (1995-2002), o debate sobre reforma agrária, [...], ficou limitado ao horizonte

⁷⁶ Em setembro de 2003, uma breve nota no Jornal Agência Brasil (circulação virtual) anuncia no título “INCRA alerta assentados gaúchos sobre refinanciamentos do Procera”. A reportagem aponta que as agências do Banco do Brasil estariam renegociando dívidas de agricultores assentados com o Procera, sendo que as “regras para repactuação oferecem rebate de até 90% se o pagamento da dívida for antecipado...” também permitia que “as dívidas contraídas em grupos formais e informais” pudessem ser individualizadas (sendo este um dos fatores que impedia o pagamento ou renegociação das dívidas). Em agosto de 2014 é aprovada com vetos parciais a medida provisória 636/2013 que “Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária...” (Congresso Nacional, 2014). Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=152445&tp=1>

quantitativo, resumindo-se quase sempre ao número de famílias assentadas e ao volume de terras desapropriadas”. No entanto, embora envolto de expectativas, o Governo Lula se mostrou incapaz de intervir na questão agrária, conforme analisa Sabourin (2008, p. 06 – grifos nossos):

O Plano de Reforma Agrária foi confiado à Secretaria de Reorganização Agrária (SRA) (a palavra reforma desaparece) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que tutela o Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária (INCRA). O principal debate no seio do governo em torno das modalidades de reforma agrária se **limitou a uma polêmica entre acesso à terra por redistribuição** (após a expropriação) ou **acesso à terra pelo mercado** (por meio de crédito fundiário e de assistência técnica privada e paga pelos agricultores ao término de dois anos).

A discussão sobre a função social da terra e a intervenção do Estado na regulamentação da estrutura fundiária ficou oculta na escala da gestão pública – ela mesma como expressão das contradições e dos conflitos que envolvem o Estado brasileiro. De uma questão estrutural, restringiu-se a ações contingenciais por meio de estratégias para contornar estritamente o problema do acesso à terra. Segue-se, assim, um progressivo desmantelamento de uma das principais pautas de um governo que é eleito a partir do apoio dos movimentos sociais. Muito disso tem a ver com as alianças e acordos ao longo do processo eleitoral que, se por um lado, angariou sucesso com a tomada do Governo, por outro lado, exigiu vários ajustes na plataforma política do Partido dos Trabalhadores (PT) (HEINEN, 2004). Mesmo assim e apesar da revisão na proposta original do II PNRA, ele é lançado em 2003, alicerçado:

...na visão de que a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar são essenciais na implantação de um novo padrão de desenvolvimento para o meio rural, o 2º PNRA se propõe a mudar a estrutura agrária excludente, cujos dados apontam a mais alta concentração de terras do mundo (HEINEN, 2004, p. 07).

Porém, a existência do II PNRA e seu discurso em prol do “fortalecimento da agricultura familiar” não foram suficientes para resguardar outras possibilidades de desenvolvimento, sobretudo em um cenário político-econômico marcado pela disputa por dois modelos de desenvolvimento para o espaço rural no Brasil: um deles baseado na ideologia do *agribusiness*, com foco na monocultura e exportação, estratégico em termos de balança comercial e, o outro modelo ligado aos

[...] defensores da reforma agrária como prioridade número um e alternativa para a produção viável do ponto de vista econômico,

ambiental e social. Para estes, o **desenvolvimento rural sustentável** passa necessariamente por uma reforma agrária que **altere efetivamente** a atual estrutura fundiária, excludente e mais concentrada do mundo, **democratizando o acesso à terra e fortalecendo a agricultura familiar** (HEINEN, 2004, p. 08 - grifos nossos).

A construção e defesa de projetos de desenvolvimento rural, que perpassem pelo compromisso com a produção viável econômica, social e ambientalmente, sobretudo, de alimentos saudáveis para o consumo da população, ficou à cargo da sociedade civil organizada, em especial dos movimentos sociais. Tal perspectiva incorpora uma pauta política que reivindica necessidade de atentar para a diversidade de modos de vida, seja dos povos da floresta, do campo, das águas, seja qual for sua concepção sobre o devir. Indica, portanto, imperativas rupturas com as concepções hegemônicas de um único modelo de desenvolvimento para todo território nacional, baseado, ingenuamente, em uma concepção de espaço abstrato e vazio (de gentes, de vida) e na supremacia da tecnologia em relação às restrições e especificidades dos meios.

A contraposição de projetos, que indicam a necessidade de pensar outros desenvolvimentos, tem reflexos na execução das políticas: se por um lado há a formulação de programas que se esforçam para abarcar outras possibilidades (como a produção agroecológica), por outro lado, sua execução acaba enfrentando diferentes dificuldades que atravessam a gestão pública (questão administrativas, jurídicas etc.) desde a formulação até a execução. Portanto, tecer um “ambiente favorável”, sobretudo no campo político, ainda é um dos principais desafios, conforme comenta Carvalho (2004, p. 114), ao se reportar aos PNRA:

[...] tanto a elaboração de anteprojeto do I Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República (I PNRA) em 1985, como a apresentação da Proposta de PNRA para o Governo Lula em outubro de 2003, continham estratégias de ação para a concretização de mudanças da estrutura fundiária brasileira, ainda que conservadoras, mas capazes de desencadear, se implantadas, um ambiente favorável à consecução de uma reforma agrária de interesse popular.

A leitura de Carvalho (2004) indica justamente as contradições que confluem para um “ambiente nada favorável” à execução da reforma agrária de interesse popular. Os dois PNRA (que incorporaram algumas pautas sociais) foram propostas com quase 20 anos entre elas e acabaram sendo “abortadas pelas pressões políticas das classes dominantes dentro do

próprio Poder Executivo” (*Idem*, 2004, p. 114). Ou seja, de “Programas” resultaram nada mais que uma “minguada política de assentamentos rurais” (*Id.*, p. 114).

No entanto, mesmo com uma “minguada política de assentamentos”, é importante considerar que “tipo” de política está sendo direcionada para as áreas reformadas. Neste sentido, é relevante um dos apontamentos de Sauer (2006) sobre a pesquisa “A qualidade dos assentamentos da Reforma Agrária Brasileira”⁷⁷:

[...] uma das principais conclusões deste levantamento foi a constatação do **descompasso** entre os investimentos para a aquisição de áreas e o assentamento de famílias e as demais ações governamentais voltadas para melhorar as condições de vida ou preservar o meio ambiente nos projetos. Esse descompasso já foi amplamente constatado e é resultado de uma **opção governamental de investir no ‘cumprimento de metas’**, realizando ações de **visibilidade pública** capazes de serem expressas em números (SAUER, 2005, p. 66 – grifos nossos).

O *descompasso*, em diferentes dimensões, é uma característica recorrente no âmbito das políticas voltadas para as áreas reformadas. Ao contemplar uma estratégia em que alia cumprimento de metas com visibilidade pública, as políticas no campo da reforma agrária acabam por gerar outras contradições, acentuam conflitos no espaço rural e desmobilizam a pauta política dos movimentos sociais – e tais questões produzem descompassos que também são recorrentes no caso em análise neste trabalho, conforme abordaremos a seguir.

Observa-se assim uma ação do Estado a fim de contemporizar interesses divergentes no que envolve a estrutura fundiária e, sobretudo, a questão agrária no Brasil. Reverbera a contradição destacada por Mattei (2005, p. 182 – grifos nossos): “o governo tenta **equacionar a questão agrária com uma política de assentamentos** que nem sequer é capaz de abrandar os efeitos perversos do modelo de desenvolvimento agropecuário que, na última década, expulsou do campo mais de 500 mil pequenos proprietários”. Na análise realizada pelo autor, no Brasil “não existe efetivamente uma política de reforma agrária”⁷⁸, sendo algumas das razões:

1. A política de assentamento dos últimos períodos está direcionada, fundamentalmente, ao processo de **regularização fundiária** e ao **atendimento seletivo** das regiões de maior conflito agrário;

⁷⁷ Pesquisa que resultou em publicação de livro: SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003.

⁷⁸ Para Mattei (2005, p. 182) “[...] a política de assentamentos, além de não modificar em quase nada a estrutura agrária, nem sequer está sendo capaz de atender aquelas camadas de agricultores que são expulsos do setor agropecuário. Este cenário nos obriga a afirmar que não existe efetivamente uma política de reforma agrária em curso no Brasil”.

2. A política agrícola em curso não impede a **contínua expulsão de trabalhadores rurais do setor agropecuário**, o processo que nas últimas décadas representou numericamente a mesma proporção e/ou até mais que as ‘famílias assentadas’ pelos governos;
3. A criação de assentamentos rurais, geralmente em **áreas extremamente inóspitas e não acompanhada por uma rede de infraestrutura básica**, tem levado ao fracasso de muitas iniciativas governamentais;
4. O incentivo ao uso do mecanismo de campo em substituição aos instrumentos constitucionais de desapropriação das terras para fins de reforma agrária acaba privilegiando os movimentos especulativos, que se expressam na elevação dos preços das terras em praticamente todas as regiões do país (MATTEI, 2005, p. 182 - grifos nossos).

As observações de Mattei (2005) são pertinentes, sobretudo, ao destacar que: a regularização fundiária – tão urgente – acaba por ser uma ação pontual em que o Estado contemporiza interesses; a adesão estatal ao modelo do agronegócio, cuja proeminência produtivista supervaloriza a dimensão econômica, em detrimento da relevância social e ambiental – ambas resguardadas no Estatuto da Terra; a aquisição de áreas para Reforma Agrária, ou enfrentam-se problemas decorrentes da inaptidão agropecuária, ou com a ausência de infraestrutura básica, ambas tornam inviável qualquer iniciativa para reprodução social das famílias – trata-se de quesitos fundamentais no tocante à questão agrária. Deste modo, reforça-se a argumentação de que, efetivamente, as disputas político-ideológico no campo da Reforma Agrária não somente impedem a execução de concepções alternativas de desenvolvimento para o espaço rural, como influenciam também na execução de “políticas minguadas” que revestem-se de caráter compensatório, tal como foi apontado pela Revista ABRA:

A análise comparativa dos principais documentos governamentais do governo Lula sobre a reforma agrária [...] mostra a mudança do caráter da reforma proposta: **de estrutural para meramente compensatória** tal qual as "reformas" dos governos anteriores. Hoje, não mais se fala - ou se fala vagamente - de várias questões relevantes que constavam de documentos anteriores (ABRA, 2007, p. 28 – grifos nossos).

Por fim, o caráter compensatório das políticas indica ações que reproduzem o dilema presença-ausência do Estado nos assentamentos. Tais políticas tentam compensar ausências, mas não estão imunes às contradições do modelo de desenvolvimento rural, das disputas no campo da Reforma Agrária e das particularidades locais-regionais.

1.2. Políticas para compensar ausências

Não é possível discutir políticas para áreas reformadas sem fazer referência ao INCRA, como órgão responsável pela coordenação e execução da política de Reforma Agrária. Em termos organizacionais, as ações realizadas pelo INCRA estão inseridas em nove grandes programas que contemplam os eixos Reforma Agrária, Projetos de Assentamentos e Quilombolas. Esses programas, abaixo relacionados, são executados a partir de “divisões” internas, ao modo de departamentos: 1) Divisão de ordenamento da estrutura fundiária; 2) Divisão de obtenção de terras; 3) Divisão de desenvolvimento; 4) Divisão de administração:

1. Programa 0135 – Assentamento de Trabalhadores Rurais: envolve ações de cadastro e seleção de famílias; vistoria e avaliação para obtenção de imóveis rurais; licenciamento ambiental de assentamentos; obtenção de imóveis rurais; gestão e administração do Programa.
2. Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária: compreende ações como a implantação e recuperação de infraestrutura básica em PAs; demarcações topográficas em PAs; **fomento a agroindustrialização e à comercialização – Terra Sol**; titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em PAs; consolidação e emancipação de assentamentos de RA; manejo de recursos naturais em PAs; concessão de crédito-instalação às famílias assentadas; gestão e administração do programa;
3. Programa 0138 – Gerenciamento da estrutura fundiária: com ações de gerenciamento e fiscalização do cadastro rural; sistema de cadastro rural; georreferenciamento da malha fundiária nacional; regularização fundiária de imóveis rurais e urbanos; retomada de terras públicas; ações preparatórias para destinação de terras públicas.
4. Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário: voltada para a capacitação dos servidores federais
5. Programa 1120 – Paz no Campo: assistência social, técnica e jurídica às famílias acampadas.
6. Programa 1336 – Brasil Quilombola: com ações de reconhecimento e demarcação e titulação de áreas remanescentes de Quilombos; pagamento de indenização aos ocupantes das terras demarcadas.
7. Programa 1350 – Educação no Campo: com ações para educação de jovens e adultos; concessão de bolsas de capacitação e formação profissional em assistência técnica, pedagógica e social; capacitação e formação profissional de nível médio e superior para a RA.
8. Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura: com ações de assistência técnica e capacitação de assentados;
9. Programa 0750 – Apoio administrativo: voltado para a administração das unidades.

Como se observa, o Programa Terra Sol está vinculado ao *Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária* sendo executado pela Divisão de Desenvolvimento, conforme discutiremos à seguir.

Para Delgado (2007, p. 61), a atuação do INCRA e “a sua estruturação, experiência e demandas estão fortemente concentradas na redistribuição e fiscalização de terras” indicando

que “**as funções de desenvolvimento** dos assentamentos já constituídos, **escapam à competência** mais especializada desta instituição” (grifos nossos). Uma das implicações disso é que, quando se discute os fatores restritivos ao desenvolvimento dos assentamentos, geralmente, o INCRA tem “baixa capacidade de resposta institucional”, lançando mão de convênios e parcerias com outras instituições, no âmbito de políticas complementares.

Essa necessidade de buscar apoio em outras instituições tem ao menos duas implicações: 1) indica necessidade e o desafio de estabelecer diálogo com a sociedade civil (no geral, incluso entidades públicas de pesquisa como a Embrapa, ou mesmo as Universidades etc.) a fim de discutir e atuar em assentamentos; 2) tal abertura, quando é do interesse dos gestores da superintendência regional do INCRA, tem várias exigências tanto de trabalho, quanto de gestão e articulação das diferentes concepções sobre as ações para o *desenvolvimento* dos assentamentos. Em um dos casos analisados por Delgado (2007), esse segundo elemento é um dos que indica significativas dificuldades, uma vez que envolve a construção de consensos sobre *o que fazer* ou mesmo *como fazer*:

Por vez, as funções de fomento produtivo e comercial dos assentamentos – hoje repartidos entre o MDS, CONAB (MA) e MDA (INCRA), sob o abrigo do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) **não conseguem estabelecer um foco nos assentamentos e nem na estratégia de desenvolvimento alternativo**. Há **múltiplas e confusas disputas de recursos, objetivos e competências institucionais** nestes dois Programas, que combinadas com a fragilidade institucional do INCRA para formular e executar política de desenvolvimento para os assentamentos – resultam nessa visível lacuna de ação na política agrária (DELGADO, 2007, p. 62 – grifos nossos).

Não obstante a criação de “lacunas de ação”, há também, muitas vezes, sobreposição de ações. Importante lembrar a consideração de Romano (2009, p. 13), ao indicar que, toda política pública, do ponto de vista do Estado, entra em um processo conflituoso de alocação pública de recursos e de oportunidades entre os diferentes grupos sociais. Esse processo se torna ainda mais delicado quando é preciso transcender cada ministério, de forma a articular as ações:

Tratando-se de políticas públicas, a primeira grande questão é referente à **ação multi-institucional**, o que requer um processo de transversalização que abranja a todas as agências que atuam nos mesmos temas. Vários ministérios e muitas instituições públicas do Estado e da sociedade **têm na reforma agrária a interface para seus trabalhos**. Ocorre que historicamente cada um ou cada uma tem tentado cumprir **um papel de forma isolada**, resultando em **ação**

desconexa e perda de energia, para não falar de **pulverização de recursos** (GOMES, 2005, p. 166 - grifos nossos).

A ação multi-institucional e a construção de um processo de transversalização são fronteiras que indicam tanto conflitos administrativos quanto políticos e estão cotidianamente presentes na gestão pública. Doutra modo, ainda há muito que avançar em termos de programas que contemplem as particularidades regionais, considere a especificidade do seu público beneficiário (seja assentados, mulheres, quilombolas, jovens, etc.) e as muitas restrições que o meio geográfico impõe, tornando o acesso ao Estado ainda mais difícil.

Além disso, somadas as contradições no Estado e decorrentes do campo da Reforma Agrária, que repercutem em políticas com teor compensatório, há que se considerar outra dimensão fundamental: **os assentamentos são espaços políticos feitos territórios com respectivas territorialidades**, em que atuam diferentes sujeitos e organizações. Essa vitalidade social e política favorece diferentes compreensões e avaliações sobre as restrições e potencialidades para o desenvolvimento, indicando **diferentes visões de mundo** sobre os possíveis projetos e modelos. Fernandes (2005, p. 128 - grifos nossos) também aponta tal singularidade:

Além dos movimentos camponeses, há outras instituições que trabalham nos assentamentos e também influenciam as opiniões dos moradores, como por exemplo, os órgãos públicos [...] e as organizações não governamentais. **Todas essas instituições defendem projetos de desenvolvimento que representam diferentes modelos** no que se refere à localização dos serviços (campo ou cidade) e o tempo de implantação dos recursos.

Se, por um lado, há diferentes instituições que atuam em assentamentos, e tem determinadas leituras e prospecções sobre o devir, por outro lado, há também as instituições dos assentamentos – ou seja, as organizações políticas autônomas, ou vinculadas à estrutura organizacional do MST. Por exemplo, que indicam outras leituras, muitas vezes divergentes em relação às instituições externas (sobretudo quando se refere ao Estado) e que são elaboradas a partir da contraposição dialética entre as necessidades locais impostas na relação com essa fração do espaço geográfico, que é um assentamento imerso em uma determinada sociedade rural (ainda que em espaços próximos as manchas urbanas). Aprofundaremos essa discussão no Capítulo V.

Por fim, as questões aqui apresentadas indicam complexidades tanto ao nível de gestão da política governamental e dos processos políticos que envolvem a formulação e execução das políticas públicas, quanto dos diferentes atores, instituições e realidades das áreas

reformadas. Complexidades que endossam diferenças nas concepções para o devir dos assentamentos.

1.3. Disputas sobre concepções do devir para assentamentos

Falar em “concepções de desenvolvimento” significa reconhecer que há diferentes visões de mundo, diferentes mundos e, portanto, diferentes formas de projetar o futuro *desses mundos*, de idealizar seu devir. Embora a noção de desenvolvimento esteja mormente associada ao ideário do modo de produção capitalista, conectada com a dimensão econômica do crescimento e do progresso, cabe igualmente considerar o desenvolvimento de forma aberta, a fim de contemplar outras visões, outras possibilidades. Tal posição política é fundamental quando se considera a complexidade que envolve os assentamentos de reforma agrária. Pode-se dizer que essas realidades desafiam e produzem outros paradigmas e “com eles novos sujeitos que reivindicam um lugar no mundo” conforme ressalta Porto-Gonçalves (2002, p. 220). Pontuada essa perspectiva, atentamos para o que nos dizem as leituras sobre o desenvolvimento dos assentamentos.

Para Delgado (2007), há pelo menos duas concepções em disputa sobre o desenvolvimento dos assentamentos, que têm por base diferentes projetos de sociedade. Para o autor, um desenvolvimento alternativo dos assentamentos,

[...] no sentido **econômico**, requer necessariamente **elevação da produtividade do trabalho** e produção de **excedente** econômico por parte das unidades econômicas do assentamento. Tal processo solicita um arranjo de organização produtiva, relação de trabalho e práticas ecológicas, susceptíveis de gerar um produto/renda potenciais, inteiramente distintas da economia do agronegócio. Nesse processo, de organização social, protagonizado pelos Movimentos Sociais, forjam-se as **bases éticas-políticas de um projeto de desenvolvimento. Mas para viabilizar este projeto é preciso política pública** (DELGADO, 2007, p. 60 - grifos nossos).

Por outro lado,

[...] há os que negam ou desqualificam a necessidade de construção de um projeto de desenvolvimento alternativo - com organização dos produtores, bases técnicas e ecológicas próprias e relações de trabalho distintas da economia do agronegócio. Para estes, nem sequer reestruturação fundiária teria que haver, e ali onde esta de fato houve, bastaria adotar o modelo produtivo e tecnológico do agronegócio. **Desenvolvimento nesta acepção seria mera acumulação de capital em regime de competição, com assentamentos "integrados" de**

forma marginal aos setores dinâmicos da agroindústria
(DELGADO, 2007, p. 60 - grifos nossos).

São duas leituras sobre o desenvolvimento que se fazem presente, ainda que contraditoriamente, na realidade dos assentamentos. Além disso, normalmente são consideradas algumas variáveis como indicativos do desenvolvimento, a fim de avaliar os processos de mudança socioproductiva, como é o caso de itens como condições de vida, acessos (infraestrutura, políticas etc.), produção (subsistência, mas sobretudo integrada ao mercado), atendimento ou acesso à serviços básicos. Mas, quais são os assentamentos que reuniram tais indicativos? E qual seria a perspectiva das famílias assentadas?

No estudo coordenado por Guanzioli (1998)⁷⁹, os projetos de assentamentos que atingiram um “bom desenvolvimento” são aqueles que garantiram “para as famílias assentadas a geração de empregos e a produção de alimentos para a subsistência e obtenção de renda monetária” (*Idem*, p. 07). O estudo ainda aproxima a ideia de desenvolvimento de assentamentos com o atendimento dos objetivos da Reforma Agrária, que poderiam ser avaliados a partir das condições em que os assentamentos efetivamente se encontram:

Isto é, **como estão as famílias** em relação aos fatores centrais que afetam o seu desenvolvimento, tais como quadro natural [...], infraestrutura produtiva [...], sistema de produção adotado, crédito, assistência técnica e o acesso em relação aos serviços básicos, como educação, saúde e moradia (GUANZIOLI, 1998, p. 09 – grifos nossos).

Se indagarmos “como estão as famílias?” quais indicativos podemos apontar sobre o que seria o desenvolvimento?

Para respondê-la é imprescindível complementar com outra indagação sobre o “onde?” afinal, não é possível dizer sobre o “como estão” sem considerar o **lugar onde estão**. Tal especificidade indica singularidades não somente na capacidade de reprodução social (diretamente relacionada com as possibilidades de adaptação ao meio), mas principalmente nos remete a considerar em qual **situação geográfica** estas famílias estão imersas – suas respectivas expectativas e projetos.

Além disso, essa questão geralmente é respondida por aqueles que **não estão nos assentamentos**. Deste modo, o “como estão” é expresso a partir de números, de dados que generalizam a realidade, que permitem “um certo como estão”, interpretado a partir da eficiência (e não, necessariamente da eficácia) deste rol de “minguadas políticas” que

⁷⁹ Refere-se à publicação *Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil*.

preocupam-se com a produção de números: beneficiários (esse objeto genérico); rendas; produções – ainda que considerados no plano especulativo, já que são de difícil apreensão, ou não há efetivamente qualquer tipo de censo específico para os assentamentos, dentre outros.

Para um desenvolvimento alternativo das áreas reformadas, Delgado (2007) apresenta dois grupos de fatores restritivos no tocante a questão técnica, embora reconhecendo que a principal restrição ao desenvolvimento dos assentamentos refere-se à necessidade de ruptura com o modelo agrário hegemônico:

O nó górdio do modelo alternativo são dois conjuntos de fatores restritivos ora presentes na economia dos assentamentos: 1) uma gama de **restrições técnicas, locacionais, infraestruturais e de recursos naturais** que bloqueiam a elevação da produtividade do trabalho; 2) **dificuldades para comercialização** da produção nos mercados, que obstam a geração do produto potencial dessas novas forças produtivas. Obviamente estas restrições não são apenas "técnicas", mas a **expressão técnico-econômica de um certo bloqueio às mudanças do modelo agrário, imposto pelo sistema de forças políticas conservadoras** (DELGADO, 2007, p. 61 – grifos nossos).

Em outra pesquisa, realizada por Leite *et. al.* (2004), a discussão aborda os impactos dos assentamentos a partir de amostras em todo território nacional, considerando elementos de cunho social, político e econômico. Tal perspectiva inaugura uma ideia mais abrangente sobre o processo e mudanças sociais desencadeadas a partir dos assentamentos. Para os autores, o impacto se torna importante "...pela possibilidade de transformação de um amplo setor de 'excluídos' em sujeitos políticos, novos atores em cena" (LEITE *et. al.*, 2004, p. 23). Além disso,

Os resultados da pesquisa⁸⁰ mostraram que o programa de assentamentos do INCRA foi eficaz na promoção do desenvolvimento rural e fixação do homem ao campo. [...] Apesar dos obstáculos infraestruturais e da relativamente baixa produtividade, a pesquisa ressaltou a importância dos assentamentos **no desenvolvimento de um setor de agricultura comercial** (LEITE *et. al.*, 2004, p. 23 – grifos nossos).

Aparece aqui à relação do assentamento com o mercado, via prática de uma "agricultura comercial". A dimensão produtiva e sua consolidação é um dos elementos centrais para a permanência das famílias e, portanto, 'fixação do homem no campo', com geração de emprego e renda – ideias-chaves, mormente utilizadas para qualificar e mensurar processos de desenvolvimento. No entanto, geração de emprego e renda seria suficiente para

⁸⁰ Refere-se ao estudo patrocinado pela FAO, Guanziroli (2004).

saber “como estão as famílias?” nos assentamentos? Não haveria outras dimensões do desenvolvimento que implicam em considerar, efetivamente, a qualidade de vida, as especificidades regionais, os projetos do devir ou mesmo os projetos de vida?

Ao abordar a qualidade de vida, a pesquisa organizada por Sparovek (2003), apresenta como conclusões:

As conclusões gerais da análise do índice de qualidade de vida foram: a) os valores médios de QV para o Brasil foram baixos e apenas alguns fatores estão relativamente bem atendidos; b) há ainda um **grande número de fatores importantes** que comprometem a qualidade de vida nos assentamentos; c) **as variações regionais foram marcantes em todos os aspectos** e fatores que compõem o índice. **Essa tendência é um indicativo de que as políticas e ações nesse sentido devem ser regionalizadas.** A sua eficiência em regiões naturalmente pouco supridas de infraestrutura foi menor; d) **a melhoria da qualidade de vida com o tempo não ocorreu em todos os fatores considerados e foi geralmente pequena** (NEAD, 2005, p. 24 - grifos nossos).

Essas conclusões contrapõem duas perspectivas convencionalmente reproduzidas no âmbito das políticas públicas: 1) reforça a importância de reconhecer as variações regionais e, portanto, já aponta a ineficiência daquelas políticas que pretendem atingir público beneficiário a partir de características generalistas (como bem demonstram os termos “assentado” e “beneficiário”); 2) problematiza a concepção etapista de que é necessário um tempo mínimo para atingir qualidade de vida. O tempo, nesse caso, tem muito mais a ver com a demora no atendimento às condições básicas – função do Estado – do que necessariamente com a resposta da família assentada. Tal visão em relação ao “tempo”, considerando a necessidade de um “tempo mínimo”, avaliado por vezes em dez anos, é inclusive reproduzida entre as lideranças do Movimento Social, conforme discutiremos no Capítulo V.

Sobre isso, é relevante apontar que a consolidação de um assentamento é um processo de médio e longo prazo. No entanto, o dilema presença-ausência do Estado torna tal processo de adaptação ainda mais penoso e, por outro lado, utiliza-se deste discurso como uma forma de esvair-se de suas responsabilidades. Como diz Mattei (2005, p. 166) o “[...] sucesso não depende somente do ‘novo agricultor’, mas também de outros fatores correlatos, como é o caso da localização geográfica, do acesso aos mercados, das condições estruturais das antigas propriedades, etc.” Em geral, as áreas reformadas estão aquém de agregar esses fatores. Sem contar que “qualidade de vida” envolve outras dimensões, para além das condições básicas. Há que se considerar o modo de vida (saberes, tradições, valores, relação com meio, hábitos alimentares, etc.) e as adaptações que o local impõe. Em crítica a concepção restrita de

qualidade de vida da pesquisa (SPAROVEK, 2003), Fernandes (2005, p. 127 – grifos nossos) comenta que:

Para o tema assentamentos rurais não é suficiente trabalhar somente com a existência dos serviços, mas também com a relação espaços e tempos políticos dos projetos. [...] **Qualidade de vida implica em compreender a diversidade de interesse dos assentados, suas histórias e suas culturas.** Não há plena qualidade de vida com projetos impostos por instituições não representativas.

E há significativas divergências entre os projetos políticos, voltados ao desenvolvimento dos assentamentos, que cada instituição envolvida direta ou indiretamente com a Reforma Agrária concebe. O MST, por exemplo, defende um modelo alternativo ao que está vigente no campo brasileiro, de base agroecológica, fundado na articulação da pequena produção (lotes individuais ou coletivos), beneficiamento e comercialização direta ou institucional. Sobre a concepção de desenvolvimento e o “modelo” proposto pelo movimento social, passamos a palavra aos agricultores assentados: ao longo de uma conversa⁸¹, uma das lideranças explica:

[...] na verdade nós sempre sonhamos com um modelo de desenvolvimento onde a **terra fosse democratizada**, feita reforma agrária, dada **oportunidade de trabalho e de acesso à terra**, às famílias e aos jovens que quisessem permanecer no campo. E fazer essa terra produzir, não somente produzir, **mas produzir alimento para a massa, para o povão**. Não para o estrangeiro que está precisando de soja. É pensar um modelo de desenvolvimento onde tivesse toda a **população da cidade, acesso a comer três vezes por dia**, quer dizer, tu tinha (sic) que **produzir mais comida**, porque mais gente ia ter o que comer, e ia ter oportunidade de comprar o que comer. É esse que ainda continua sendo o nosso entendimento de uma sociedade que é boa para todos. **Hoje o modelo de desenvolvimento que se pensa, que quer dizer, é uma sociedade basicamente urbanizada**, modelo de desenvolvimento aonde não importa quantas famílias é dona da terra, o que importa é que a terra esteja produzindo, para taxa de exportação, para fazer divisa econômica do país... (Direção Cooperativa 09, 2012 – grifos nossos).

Ao longo da realização dos grupos focais, na pesquisa de campo, um dos momentos do entrevistar dialogando, um dos agricultores assentado nos apresenta o que seria um “modelo de desenvolvimento” ao modo concebido por eles e que é defendido no âmbito do Movimento: quem nos fala é um dos atuais presidentes da cooperativa e liderança regional:

⁸¹ Entrevista – ao modo de um dialogar entrevistando – realizada em um sábado de verão, à tarde, na varanda da casa do agricultor assentado, que é também presidente da cooperativa e já foi liderança regional.

Pergunta ao grupo focal (M) – Podem me dar exemplos de autores que fazem parte do modelo capitalista, agronegócio...

AAP – [...] **o que nós temos de diferente para ofertar à sociedade?**

Nós temos um modelo em que os **pequenos agricultores, os assentados da reforma agrária, produzem sua matéria prima e controlam o processo, essa é a diferença.** Você já imaginou o que seria da Camil, da BlueVille, da Basf que produz venenos, da Monsanto que controla sementes... O que seria deles se cada produtor produzisse sua semente, não usasse o veneno da Basf, não mandar o arroz para a indústria?

[Há pequenas intervenções dos outros presentes e a mesma pessoa continua...]

AAP – [...] Esse pequeno modelo em que cada comunidade teria essa autonomia, dispensa essas grandes empresas, dispensa esses grandes proprietários de terra, dispensa o grande produtor de veneno, dispensa o produtor de semente, dispensa o controle da Monsanto sobre a semente, do grão, dispensa a indústria que está aqui do lado. Porque é **um modelo perfeitamente viável e economicamente mais barato tanto na produção quanto no consumo final e que é perfeitamente autossustentável.** [...]. E que também **dispensa grandes agentes...** [corte]. É obvio que precisamos de infraestrutura, mas dispensa... como nós economizamos na produção, então dispensa financiamento de banco, porque você não precisa comprar adubo, então você não precisa fazer um “x” de custeio da lavoura para comprar adubo... Então são vários atores e se nós implementasse (sic) isso no Brasil, definitivamente não precisava dos grandes grupos econômicos...

Pergunta ao grupo focal (M) – Poderiam me dar mais exemplos de como vocês lidam com as ameaças do agronegócio...

AAP – Na verdade, agora é obvio que nós organizamos lutas a nível nacional e que nós já entendemos que nosso inimigo não é mais o latifúndio, que nosso inimigo são grandes grupos inclusive proprietários, [...], não consigo entender como os bancos são proprietários. Então nosso inimigo é muito bem identificado, são essas grandes corporações e essas grandes empresas. Nós organizamos lutas, mas nós entendemos que é um período de ascensão do Brasil, da economia brasileira, com a porcentagem muito importante do agronegócio por conta da exportação. Essa é a compreensão que o governo tem – que é preciso exportar, e que todo governo progressista deve ter.... Mas que o agronegócio é uma grande referência nessa área de exportação e na balança comercial. Mas agora nós entendemos **que é um período de plantar árvores, [...], como exemplo é consolidar esse modelo, consolidar esse sistema, é fazer criar corpo** ao ponto de que... nós, por exemplo, temos hoje cerca de 3 mil sacas de arroz orgânico, a previsão para a próxima safra é em torno de 6 mil sacas, isso é muito pouco perto da produção de grão. Mas quando ela pega uma conotação regional, então hoje nós temos 11 municípios, que têm 16 assentamentos que produzem arroz orgânico, depois nós temos várias cooperativas, quando começamos a criar referência seja para o governo A ou governo B, para os consumidores de produto orgânico, quando nós conseguimos vender para São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, Brasília, Santa Catarina, Paraná e **quando esse produto da Reforma Agrária começa a girar nas prateleiras e aí começa a tomar corpo uma proposta que é bem vista por qualquer sistema organizado de comércio.** É nisso que estamos nos esforçando. Por exemplo, agora estamos nos inserindo no comércio de varejo, que para

nós é uma novidade e que pretendemos colocar 25% da nossa produção lá e aí contratamos uma equipe de comercialização, vendedores, montamos um grupo de gestão e supervisão e estamos nos inserindo nesse mercado de varejo. **Vocês devem imaginar que isso leva muitos anos, então definitivamente é um período de plantar árvores.** Assim como o MST é uma referência de luta, é uma referência de resistência, também, é referência de luta e resistência no campo, nos assentamentos, e **com certeza vai ser referência de produção da pequena agricultura, na produção de alimentos, e quiçá em produtos orgânicos,** no caso do arroz é a maior referência no Brasil hoje, na verdade não conheço nenhuma experiência no mundo de agricultores assentados que tenham esse nível de cooperação e que produzam tantos grãos de produto orgânico, ecológico, e tenha esse caráter social e revolucionário. É obvio que o agronegócio já está chegando aí, porque é uma pressão dos atores, do governo, das pessoas, dos consumidores, dos grupos [...] entorno da produção de orgânico. Então já deve estar estourando aí o agronegócio com produção de arroz orgânico e o **diferencial nosso está muito claro, que é produzido orgânico por nós, cooperativa, por assentados de reforma agrária,** com essa história que vocês ouviram aí, num **processo de transformação da vida social das famílias** que tem evoluído, aí que o arroz orgânico é importante...⁸² (grifos nossos).

Ou seja, um modelo de desenvolvimento que considera diferentes dimensões: desde o acesso à terra, passando por uma produção com responsabilidade social (produção para consumo da população brasileira, sem nichos de mercado) e ambiental (orgânico), independente dos “grandes agentes” (sejam as empresas do setor agroalimentar, sejam os bancos etc.). Uma concepção de desenvolvimento que tem por estratégia o “tempo longo” considerando que agora é o momento para “plantar árvores”, ou seja, para criar as condições objetivas de modo a expandir esse modelo para outros assentamentos ao mesmo tempo em que estabelece o diálogo com a sociedade (a partir da disponibilização dos produtos da reforma agrária para comercialização, com qualidade e a preços acessíveis).

Para isso, apostam na articulação entre assentamentos, a partir das cooperativas e de empreendimentos agroindustriais atuando em diferentes escalas, nas mais variadas linhas de produção. Contempla mulheres⁸³ e jovens, inclui sejam famílias em lotes individuais

⁸² Este trecho é um exemplo sobre a crítica que tecemos sobre a condução do grupo focal no PA Lagoa do Junco, Tapes.

⁸³ Não necessariamente somente os homens, tal como ocorre com o modelo vinculado ao agronegócio, conforme demonstrou pesquisa realizada por Campos (2009, p. 181): “Em Cruz Alta, a exclusão social, ainda que afete uma significativa parcela da população, é muito mais severa entre as mulheres, uma vez que elas têm mais dificuldade de acesso a postos de trabalho. Na economia do município, o agronegócio, direta ou indiretamente, é o maior responsável pela criação de vagas de trabalho. No entanto, há uma grande desigualdade de gênero na ocupação das vagas. A exclusão feminina do mundo do trabalho engendra não apenas a pobreza, no sentido da escassez de

(produção de leite, arroz, feijão, milho, etc.), sejam as organizadas coletivamente. Por fim, são diferentes linhas de ação, com diferentes sujeitos, diferentes lógicas produtivas (escala, gestão, mercado, etc.), com o intuito de gerar trabalho e renda, produzir alimentos de qualidade e acessíveis à população. Trata-se, definitivamente, de uma perspectiva sobre os caminhos para o desenvolvimento que estão para além do espaço rural, contemplam uma visão de mundo sobre a sociedade brasileira e sobre a responsabilidade com a saúde humana e ambiental.

Na perspectiva do Estado, no Brasil, o desenvolvimento dos assentamentos é alcançado quando da transformação dos agricultores sem terra em agricultores familiares. Seu resultado é expresso no acesso aos direitos e deveres previstos pelo exercício da cidadania que, de forma objetiva, representa a mudança de categoria na linha de financiamento para produção agrícola. Nessa perspectiva, a ênfase do “assentamento desenvolvido” é baseada no sujeito ou no grupo familiar. Emancipação de uma área a partir de mudança de categoria dos seus sujeitos que, para o Estado, perpassa pela disponibilização de infraestrutura, base de qualquer projeto ou programa desenvolvimentista, conforme comenta Mello (2006, p. 165 – grifos nossos):

Para o desenvolvimento propriamente de assentamentos, entendido como o ato de implantar, consolidar e emancipar, o INCRA lança mão de um **método geral (ainda que vago)**, onde, basicamente, os **assentados devem acessar à infraestrutura básica** (estradas, água, luz) e **aos créditos de instalação** (modalidade apoio, dois mil e quatrocentos reais, e modalidade materiais de construção, cinco mil reais).

Em documento avaliativo sobre o PROCERA, Rezende (1999, p. 12 - grifos nossos) também nos fornece indicativos sobre a concepção de “emancipação” ou “consolidação” dos assentamentos:

[...] o Procera foi instituído, em 1985, com o objetivo de viabilizar a “emancipação” dos assentados da reforma agrária, ou seja, torná-los independentes da ajuda do governo, com a conseqüente titulação definitiva. O gasto do governo com o programa seria compensado com a redução de despesas decorrente dessa “emancipação”. Ora, essa “emancipação” **supõe**, obviamente, que **a atividade agrícola do assentado tenha se tornado viável economicamente**, gerando **renda** capaz de satisfazer as necessidades do agricultor e sua família, e assim permitir uma poupança necessária para novos investimentos e **contínua modernização produtiva**.

rendimentos monetários, mas produz impactos em múltiplas dimensões da vida das mulheres e das crianças pelas quais elas são responsáveis diretamente”.

Conforme registram Mello (2006) e Rezende (1999), na visão do Estado, o ato de desenvolver determinada área reformada consiste em disponibilizar infraestrutura básica e os créditos iniciais que se supõem suficientes para iniciar uma atividade agrícola economicamente viável, de modo a “consolidar” o assentamento – objetivo final da política estatal. Em uma perspectiva um pouco ampliada – e que depende da atuação de cada superintendência regional – a criação de um PA está vinculada com a concomitante elaboração do PDA, que se supõe participativa, cabendo ao coletivo beneficiado definir as principais linhas produtivas, as metas e as prioridades, inclusive no atendimento da ATES. No entanto, há muitos casos em que os PDAs legitimaram um processo administrativo, sem necessariamente tornarem-se operacionais. Nestes casos, as decisões pouco orientam a implantação das infraestruturas físicas e do crédito produtivo, corroborando o fato de “que o **Estado prioriza os aspectos formais e quantitativos** em detrimento dos aspectos qualitativos. E essa opção nem sempre é visível ou coerente com o discurso vigente” (ANDRADE, 2006, p. 262 – grifos nossos). Tal procedimento fomenta descrédito das famílias assentadas em relação ao planejamento e as ações estatais nos assentamentos, ratificando o que denominamos aqui como dilema presença-ausência do Estado.

Além disso, outras questões contribuem para que a discussão sobre qual “concepção de desenvolvimento para o assentamento” seja colocada à margem do processo. Em pesquisa realizada por Mello (2006), são destacadas a ação da assistência técnica, a letargia na liberação dos créditos de instalação e outras infraestruturas, inclusive o recurso destinado para viabilizar a produção, o PRONAF A que, em 48 assentamentos analisados (criados entre 1999 a 2002) a espera em média durou 326 dias. Problemáticas que levam o autor a concluir que o “processo de implantação de assentamentos apresenta diversos gargalos, fazendo com que, na prática, quase todos tenham **sérias pendências** para o prosseguimento de seu **desenvolvimento**” (MELLO, 2006, p. 168 – grifos nossos).

Portanto, apresentamos neste terceiro ponto algumas das concepções sobre o desenvolvimento das áreas reformadas e que indicam conflitos sobre o devir, uma vez que confrontam diferentes projetos de sociedade. Não obstante tais questões há que relembrar ainda as próprias disputas no campo da reforma agrária e as limitações decorrentes na execução de políticas públicas geralmente compensatórias.

A principal questão que permanece é a necessidade de considerar as diferenças regionais, suas especificidades baseadas no meio geográfico e na trajetória dos sujeitos *sem-terra* e, geralmente, as políticas públicas não têm contemplado tais particularidades. Tratam o agricultor sem-terra como um “beneficiário”: um termo generalista, como algo que está *hors-*

sol, ou seja, não situado, nem no espaço, nem no tempo, ou melhor, sem lugar e sem trajetória. Encerramos em concordância com Medeiros (2007, p. 134 - grifos nossos):

Assim, embora se coloquem em cena como **produtores** demandando políticas públicas, os protagonistas das lutas por terra hoje se colocam também como **portadores de direitos**, alguns consagrados pelo costume, outros que o afrontam, questionam e renovam, como é o caso da igualdade de gênero. Há outros ainda que implicam acesso a benefícios já desfrutados por outros grupos, mas que estão distantes dessas populações rurais. Com isso, revelam a **presença de grupos sociais ativos**, que desmentem as profecias sobre seu desaparecimento econômico e social e **que lutam por um lugar na sociedade**, onde **possam colocar-se como cidadãos e não objeto de políticas que os ignoram**. Assim, **disputam o espaço público, politizam o cotidiano, buscam aprender as regras do jogo da política, mudar sua posição social e buscar caminhos para romper a subalternidade**.

Portanto, esses sujeitos sem-terra participam também do campo de disputas tanto pela reforma agrária – tão evidente quando um agricultor assentado nos fala convicto sobre o modelo de desenvolvimento que indique a produção de alimentos por assentados da reforma agrária –, mas também disputam e lutam por um “lugar na sociedade”, lutam por uma oportunidade de trabalho e de vida, ao não calar-se, ao tomar para si o desafio de “plantar árvores” com a sabedoria de que é preciso tempo para vê-las crescer.... Estes sujeitos produzem outros paradigmas e indicam-nos que a realidade pode ser construída pelo “que pode ser e, por alguma razão, está impedido de ser” – como registramos no início desta seção.

2. Agroindustrialização nos assentamentos do Rio Grande do Sul

Nesta seção, apresenta-se a relação entre agroindustrialização e assentamentos no estado do Rio Grande do Sul, tomando como referência a ação do Estado a partir de políticas públicas como o PROCERA e o Programa Terra Sol. O eixo central da análise perpassa por uma breve contextualização da execução do PROCERA – Teto 2 e algumas repercussões na execução do Terra Sol. Ao cabo deste movimento analítico, pretendemos construir progressivamente o que denominaremos de “Campo Terra Sol”. Ao referirmo-nos à execução do Programa Terra Sol no Rio Grande do Sul, entendendo-o como um espaço estruturado de ação de agentes, com diferentes capitais cuja disputa sobre “onde investir” denota concepções tanto sobre o papel da agroindustrialização em assentamentos, quanto sobre o desenvolvimento destes.

2.1. A experiência com o PROCERA: 1985-1999

O PROCERA foi criado no ano de 1985 e foi extinto em 1999, quando os agricultores assentados passaram a ser atendidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na modalidade A (REZENDE, 1999).

Conforme análise sobre o Procera, apresentado por Souza, Gebara e Jorge (2009), o acesso ao programa “para o assentado rural se estabelecia a partir da apresentação e aprovação dos projetos técnicos de investimento e custeio, bem como aquisição de quota-parte das cooperativas de produção...” (*Idem*, p. 5-6). Havia um “descompasso técnico e administrativo e se somavam questões relativas aos períodos de liberação e disponibilidade dos recursos frente aos anos agrícolas e as diversas etapas da produção agropecuária” (*Idem*, p. 6). Além disso, os investimentos do PROCERA tiveram outros impactos, conforme apontam Souza, Gebara e Jorge (2009), os contratos coletivos fizeram com que o limite de crédito (PROCERA) para assentado passasse de R\$ 7.500,00 para R\$ 15.000,00 estimulando duas realidades:

[...] de um lado, um aumento do número de cooperativas nos assentamentos, e de outro, a elaboração de projetos coletivos formais, dada indução de técnicos em realizar tais projetos sem construir efetivamente, junto aos assentados, um programa ou plano de trabalho em que atividades estivessem integradas, com formação sobre a produção coletiva, tornando essa forma de liberação de créditos mera formalidade burocrática (SOUZA, GEBARA e JORGE, 2009, p. 37).

Ao fragilizar a construção da cooperação, centrando sua função no acesso ao crédito, confere um: “grande prejuízo ao desenvolvimento das comunidades assentadas, pois a formação de grupos de trabalho, associações e cooperativas é fator de mudança das condições socioprodutiva dos assentados e implica também em uma mudança conceptual...” (SOUZA, GEBARA e JORGE, 2009, p. 41). Conforme relato de um dos dirigentes executivos do MST, esse

Foi um período histórico em que a **cooperação agrícola foi muito estimulada**, também em **função do crédito**, existia processo do Teto 2, mas também internamente tinha uma visão política, [...]também um recorte bastante ideológico, de perspectiva da coletividade. Nós temos grupos que foram formados numa visão política, e teve outras cooperativas de comercialização estimulada muito pelo crédito. Nós passamos [...] um período que deixamos de discutir as cooperativas, mas o Movimento nunca abandonou a ideia da cooperação... (Direção Executiva 19, 2012 - grifos nossos).

No Rio Grande do Sul, a experiência com investimentos em empreendimentos agroindustriais por parte da superintendência regional do INCRA (SR 11) inicia junto com as linhas especiais no PROCERA, como é o caso do “Teto 2”, que vem ao encontro da necessidade de uma política voltada, em especial, para as cooperativas.

Ao dialogar entrevistando com um dos servidores que participou da gestão do PROCERA – Teto 2, o mesmo comentou sobre a conjuntura na década de 1990, que indicava a agroindustrialização como um dos caminhos para mudança de “patamar” dos assentamentos – sobretudo no que tange a geração de renda:

A questão, a discussão sobre a qualidade dos assentamentos, é uma discussão antiga, tanto do ponto de vista da assistência técnica, do ponto de vista das lideranças do Movimento Social, quanto dos dirigentes da autarquia e se tinha uma percepção absolutamente clara na época, que os assentamentos, e não eram muitos, que estavam **de fato mudando de patamar**, enquanto **geração de renda, eram os que estavam investindo em processo de verticalização da produção e agregação de renda através das agroindústrias** (Servidor 04, 2012 – grifos nossos).

Em termos operacionais, a gestão do PROCERA no Rio Grande do Sul funcionou a partir da Comissão Estadual do PROCERA (CEPRO) que recebia as demandas do Teto 02, referentes às agroindústrias e discutia as prioridades. Ainda conforme o servidor entrevistado, a comissão tinha relativa autonomia no processo e buscava decidir de forma democrática sobre os investimentos, além disso, “antes de chegar na comissão do Procera, todos os projetos passavam por uma análise técnica e financeira, da viabilidade técnica e financeira do projeto” (Servidor 04, 2012).

No entanto, em análise de algumas Atas da CEPRO, referentes ao período de 1992 a 1999, com ênfase nos recursos do Teto 02, pode-se observar várias divergências, conflitos e disputas que envolviam a questão de “onde investir” e, conseqüentemente, sobre qual papel da agroindustrialização nos assentamentos. Participavam da Comissão a EMATER, o MST/COCEARGS, o Banco do Brasil, a FETAG e, geralmente, dois representantes do INCRA, envolvidos com a execução do PROCERA e com o Programa Lumiar.

A partir da análise das atas, identificamos as questões mais recorrentes sendo elas: 1) com carência de recursos para atender toda a demanda, a CEPRO recorria à escala federal, no entanto, o Rio Grande do Sul era “a unidade da federação melhor aquinhoadada com recursos do PROCERA, em detrimento, inclusive, de outros Estados com maior número de assentados” (CEPRO, 1991); 2) a discussão sobre os critérios e prioridades sempre está presente nas atas e, geralmente, são definidos em **função da falta de recursos** (prioriza-se o que “cabe” no

orçamento, ou ajustam-se os projetos para “caber”) e **não das condições operacionais** do investimento; 3) junto à discussão sobre os critérios, é recorrente também o assunto sobre quais os canais para apresentação de projetos à Comissão. São exemplares destas questões duas situações: uma em que a autonomia da Comissão, no tocante a seleção dos projetos, se via ameaçada pela interferência do Superintendente Regional, em prol de um determinado caso e; em outra situação, uma experiência de descentralização das decisões da Comissão acabou sendo abortada, conforme demonstra o trecho extraído de uma Ata de 1992:

Ficou decidido por unanimidade dos presentes na reunião que: a) distribuição dos recursos futuros e a escolha dos assentamentos a serem beneficiados **será por critérios e decisão da Comissão Estadual, sem consulta às regionais**, devido aos problemas criados como **pulverização dos recursos, demora na escolha dos assentamentos**, defasagem dos recursos, cortes de assentamentos considerados prioritários pela Comissão, corte de parte de assentados em assentamentos por **critérios estranhos** à Comissão. Ficou estabelecido pelos componentes presentes que **os assentamentos estão representados na CEMPRO/RS pelo Movimento Sem Terra** e que este deve ser o canal de participação dos mesmos nas decisões (CEPRO, 1992 - grifos nossos).

Reforçando o fato de que o MST/COCEARGS passa a ser reconhecido como o (4) único representante legítimo dos assentados, em outro trecho de Ata, dois anos depois, a CEPRO legitima a própria estrutura de organização política do MST, delegando a ela o poder de decisão sobre as prioridades de investimentos:

Todos os projetos elaborados pelas entidades a serem beneficiadas, deverão ser **discutidos e priorizados** na **assembleia de Conselheiros da COCEARGS**, com a aprovação lavrada em Ata. Ficou decidido que os **recursos existentes serão distribuídos conforme ata de reunião do Conselho da COCEARGS**, datada de 26.08.94, realizada na sede daquela entidade, tendo em vista que nenhuma cooperativa ou associação possui plano de desenvolvimento global (CEPRO, 1994 – grifos nossos).

Essas duas decisões, subsequentes em dois anos, reforçam o capital político e simbólico do MST/COCEARGS como **representante exclusivo e legítimo** das famílias assentadas no Rio Grande do Sul. No entanto, se por um lado reconhece a atuação do Movimento e a capacidade de mobilização e organização (política e econômica), por outro lado, trata-se de uma ação do Estado que reforça a invisibilidade das famílias que não estão vinculadas ao Movimento, ainda mais quando são de assentamentos de outras origens como, por exemplo, os atingidos por barragens.

Desta forma, (5) os investimentos foram, predominantemente, direcionados para cooperativas (marco jurídico exigente no Programa) e significativa maioria delas vinculadas ao MST. Também em sua grande maioria, os recursos foram destinados para a aquisição de infraestrutura para produção agrícola ou pecuária (equipamentos agrícolas, rebanho leiteiro, veículos, insumos para recuperação de solos, dentre outros). Tivemos dificuldade em identificar os empreendimentos agroindustriais⁸⁴ que receberam investimentos, pois os dados disponíveis no INCRA – SR 11 referem-se aos valores repassados às entidades jurídicas em termos globais, muito embora nas atas constem exigências quanto à apresentação de projetos.

De modo geral, poderemos perceber que a tensão e conflitos sobre os critérios para a decisão de “onde investir” incluí o descompasso entre o número de propostas e os recursos disponíveis. A CEPRO na execução do PROCERA se conformou enquanto um campo de atuação de diferentes agentes na definição das prioridades de investimentos, com uma significativa influência do “Campo MST” na delimitação dos critérios de seleção dos investimentos a se concluir pelo capital político ao legitimar a estrutura política do MST como espaço decisório para a definição de prioridades de investimentos dos recursos públicos.

Ainda assim, é imprescindível reconhecer que o PROCERA representou uma primeira e fundamental iniciativa do Estado no atendimento aos “beneficiários” da Reforma Agrária, em termos de linhas de crédito para custeio e investimento, beneficiando agricultores assentados e cooperativas. É a partir das experiências de gestão e de compreensão dos processos políticos que envolvem a execução de determinada política pública que é possível aperfeiçoá-la. Por isso, finalizamos essa seção com a conclusão de Rezende (1999, p. 15), ao avaliar os resultados do PROCERA:

A conclusão principal deste trabalho é de que é muito provável que o Procera, após tantos anos em operação, esteja longe de atingir seus objetivos de crescimento da produção e da produtividade agrícolas, aumentar a inserção do assentado no mercado em geral e no mercado financeiro em particular e, assim, **torná-lo independente da tutela do Estado, com sua “emancipação”**. Na verdade, a hipótese mais provável é de que ele tenha gerado uma melhoria artificial de consumo, porque não baseada na melhoria das condições de produção e da inserção do assentado no mercado (grifos nossos).

⁸⁴ Os dados disponíveis no INCRA – SR 11 sobre os investimentos do PROCERA – Teto 2 apresentam somente o nome da cooperativa, número de famílias beneficiadas e o valor global do recurso recebido, em alguns casos, há tabelas com valores fragmentados, porém ainda assim não foi possível identificar qual havia sido o destino, em específico, do recurso. Por tais questões – e lembrando que o PROCERA não é nossa prioridade nesta pesquisa – que optamos por não apresentar dados com risco de serem parciais ou incompletos dos investimentos (para tal intento, exige-se uma pesquisa em profundidade e com mais tempo junto aos arquivos do INCRA – SR 11).

Tal avaliação nos remete a refletir sobre as dificuldades desde a concepção até a execução de políticas públicas para áreas reformadas. Ainda que o horizonte de ação do Estado seja sempre a “emancipação” dos assentamentos, esse processo apresenta várias dimensões que são por vezes, intangíveis à política, em especial no contexto das diversidades (ou, adversidades) regionais e das disputas nas quais está imerso o campo da reforma agrária e o campo do Estado no Brasil.

2.2. A partir de 2006... o Programa Terra Sol

O Programa Terra Sol, como parte do II PNRA, é elaborado em 2004 e passa a ser executado, a partir de 2006 com nome de “Projetos de Ação de Fomento a Agroindustrialização, a Comercialização e a Atividades Pluriativas Solidárias”, com o objetivo de “propiciar o incremento de renda dos Projetos de Assentamento, através de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais” (NE nº 76, 2008, p. 02).

No Rio Grande do Sul, conforme um dos servidores entrevistados, o Terra Sol:

...inicia assim, muito tímido com **recursos pequeníssimos** [...] por **conveniência** aqui da superintendência foi criada uma [...] coordenação de **projetos especiais** que envolviam o Terra Sol, o principal programa da coordenação era a regularização dos territórios remanescentes dos quilombos, documentação da mulher e PRONERA (Servidor 04, 2012 – grifos nossos).

Ao estabelecer o Terra Sol no conjunto de “projetos especiais” em que a execução assume teor de “conveniência” da superintendência regional, podemos levantar hipóteses sobre como a execução de determinada política exige, muitas vezes, empenho e posição político-ideológico daqueles que são os agentes do Estado. Outro indicativo dessa “decisão” política é a reorganização interna do INCRA – SR 11, a fim de criar condições para a operacionalização do Programa. Importante frisar que tais “movimentos” na gestão pública estão ligados a externalidades, sendo uma delas a atuação e pressão do movimento social (notadamente, o MST/COCEARGS). Desta forma, uma das “condições” para a execução foi a delegação de um servidor, já que o Terra Sol vinha a ser “[...] **um dos principais programas da divisão e na época não tinha ninguém** ainda...”, embora os primeiros investimentos já estivessem em andamento, sendo eles “o **prédio** da Bionatur, em , e uma **unidade de leite** lá em Pontão” (Servidor 03, 2012 – grifos nossos). Enfim, em 2006, a situação institucional

relatada pelo servidor indicava um cenário em que havia recursos públicos para realizar investimentos, porém, da outra parte, ainda não havia discussão suficiente sobre a temática da agroindustrialização em assentamentos.

O Programa Terra Sol (PTS) passou a ser executado considerando cinco eixos prioritários: 1) resgate da utilização de moinhos coloniais; 2) desenvolvimento da cadeia produtiva do arroz ecológico; 3) desenvolvimento da cadeia produtiva do leite; 4) divulgação e implementação de feiras; 5) desenvolvimento da fruticultura. Os investimentos foram direcionados para empreendimentos agroindustriais e equipamentos sejam para complementação de estruturas já existentes, seja específicos para a cadeia produtiva do leite como resfriadores, tanques de armazenamento (estacionários e rodoviários) etc. Continuou como problemática a definição de critérios e a seleção de projetos – sobretudo que atendessem a legislação vigente, com viabilidade social e econômica, conforme nos conta um dos servidores do INCRA, referindo-se ao trabalho realizado nos anos de 2006 e 2007:

No quadro nacional, **existiam recursos**, mas **não existia Estados ou com capacidade ou com interesse em operacionalizar**. Então a gente partiu, **meio que tateando, não existia uma discussão** maior aqui no INCRA, e **chamamos o movimento para discutir**, de fato. [...] uma demanda evidentemente maior do que era possível, mas nós aproveitamos algumas sugestões, que foi baseada também um pouco [na existência de] obras completas, dentro da **legislação sanitária vigente**, que isso acabou encarecendo muito os empreendimentos, a outra tinha **algumas estruturas que já existiam** nos assentamentos e não estavam funcionando, foi o caso dos moinhos, pegamos os moinhos, reformamos os prédios, completamos o maquinário, também **fizemos uma experiência** com Casa do Mel que foi em Canguçu, uma demanda da região de Joia, que foi a empacotadeira de grãos, de feijão, que era uma demanda antiga deles lá. E assim, oh, optamos também, e aí teve **discordâncias**, investir em duas **unidades de arroz ecológico** aqui da região... (Servidor 03, 2012 - grifos nossos).

Muito embora o ProCera – Teto 2 contemplasse investimentos na linha de processamento de produtos agropecuários, o Terra Sol aportou um fator diferencial que é o direcionamento, em específico, para a agroindustrialização. Tal mudança de concepção da política pública exige outras, a começar por estabelecer uma “discussão que até então não existia” e um diálogo com os assentamentos, a fim de diagnosticar estruturas e experiências já existentes. Consequentemente, os primeiros recursos do Terra Sol foram executados com certo teor de “experimento” envolvendo diferentes agentes – desde os agricultores assentados, as lideranças do MST, os gestores do INCRA, as prefeituras, empresas de assistência técnica etc. Esse ponto de partida marca o início da formação do “Campo Terra Sol”, em que se

estabelece um processo de definição de “quem” participa, dos critérios de decisão, dos objetivos, dos capitais enfim, sobre as especificidades do seu funcionamento no estado (ou seja, as regras do jogo).

Se por um lado, a criação de uma política indica a institucionalização de algumas demandas da sociedade civil interessada, por outro lado, a execução desta política desencadeia várias consequências que vão desde a mudança de alguns *habitus* operacionais, no âmbito administrativo, até aquelas que envolvem a discussão das demandas nas escalas local e regional.

Portanto, apresentamos as particularidades do Campo Terra Sol no Rio Grande do Sul, considerando os agentes e como se estabeleceram as formas de acesso ao Programa.

(i) Particularidades do Campo Terra Sol no Rio Grande do Sul

A título de lembrete, discutimos anteriormente que a existência de um campo indica a presença de um **objeto em específico**, de **leis** e de **agentes** que possuem determinado *habitus*, mantêm/lutam por posições sociais, a partir de determinado *quantum* de capital específico. Também propomos a aproximação do conceito de campo ao conceito de território. Portanto, ao analisar uma determinada política pública em que nos interessa os processos políticos de formulação e, também, de execução sob o ponto de vista das contradições inerentes à ação do Estado, é mister, nesse momento, tomar o território sob o olhar do Estado, ou seja, como um espaço apropriado, delimitado, voltado à gestão – sob uma abordagem jurídico-política. Do ponto de vista do Estado, pode-se inquirir que os assentamentos são territórios particulares em que ainda faz-se necessária uma gestão diferenciada muito embora tal perspectiva apresente diferentes problemas em termos operacionais, seja pela carência de recursos humanos; seja pelo dilema presença-ausência em função dos conflitos no campo da reforma agrária.

Iniciamos essa seção com uma problematização a partir da Figura 15, na qual apresentamos um o mapa com a localização dos empreendimentos Terra Sol no Rio Grande do Sul, tomando por base a regionalização adotada pelo INCRA. Ao analisar o referido mapa, pode-se visualizar uma relativa concentração dos empreendimentos, sendo sete na região de Porto Alegre, seis no Território Zona Sul e seis na região centro-norte-nordeste, enquanto a Fronteira Oeste e as Missões somam juntas três empreendimentos. Mesmo regionalmente, há diferenças na distribuição espacial dos investimentos, sendo concentrados em alguns pólos ao entorno de Porto Alegre (com investimentos em cinco empreendimentos) e ao entorno de Pontão (com investimentos em três empreendimentos).

Afinal, o que a localização dos empreendimentos nos indica sobre as disputas no Campo Terra Sol? Quais são os processos políticos que produzem essa geografia da política pública? O que confere a determinados agentes um diferencial no poder simbólico, de modo que seus projetos sejam efetivamente executados nos assentados?

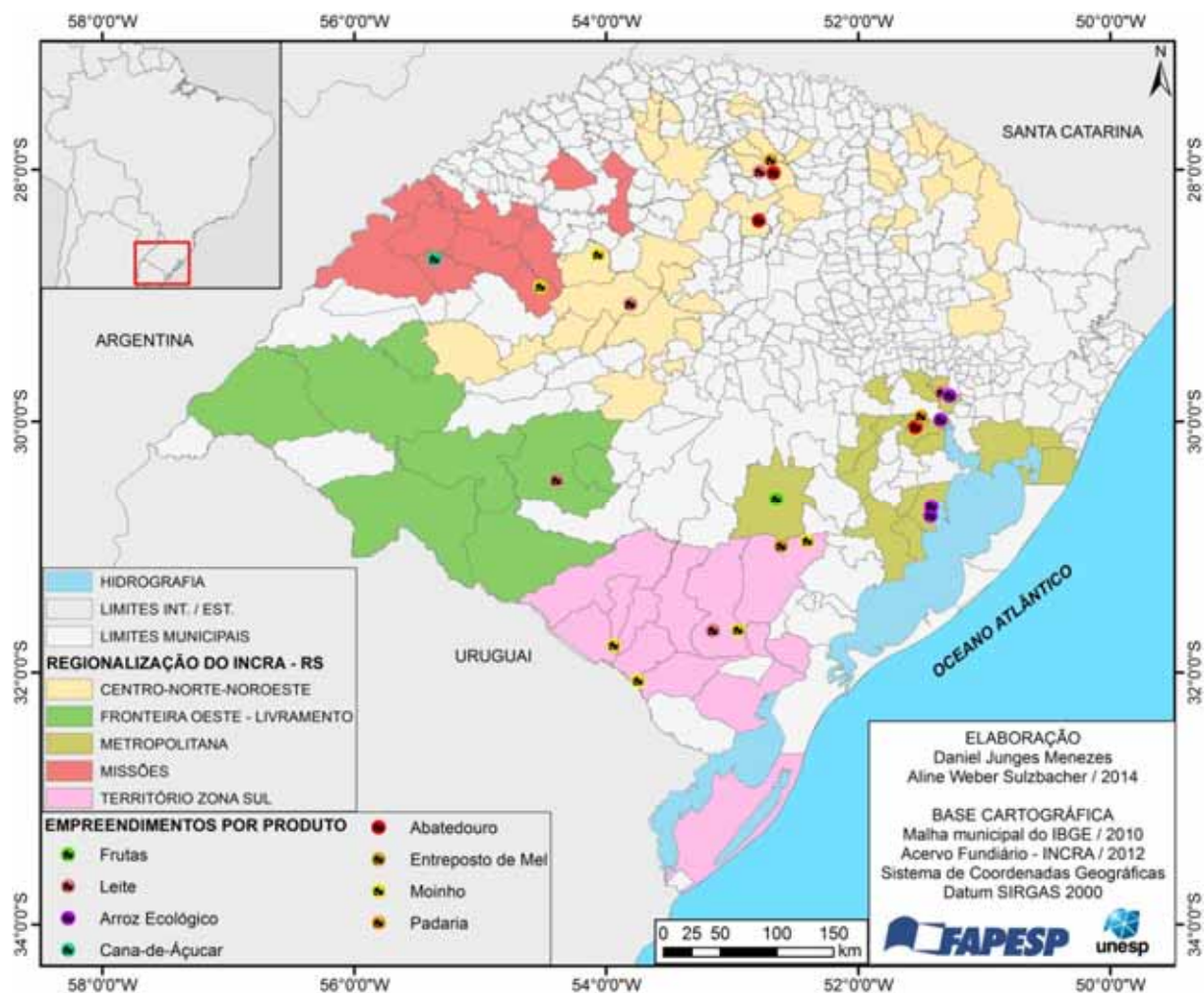


Figura 15 - Mapa com a regionalização adotada pelo INCRA e a localização dos empreendimentos Terra Sol (2006-2010).

Em termos do Campo Terra Sol, pode-se dizer que há dois agentes principais: o Estado, representado pelos agentes do INCRA, e o MST/COCEARGS, representado pelas lideranças, em destaque para aquelas que atuam na escala estadual. Também interagem no Campo, embora com menor capital e expressão, outros agentes resultantes dos convênios do INCRA, tal como as Universidades, as Prefeituras Municipais, as Empresas de Assistência Técnica, dentre outros. Cada qual destes agentes – expressos aqui ao modo de instituições – resguarda uma forma de ação e concepção sobre a reforma agrária, os assentamentos, as famílias assentadas, as diferenças regionais e, enfim, sobre perspectivas para o

desenvolvimento. Além disso, na escala micro de cada instituição, podemos dizer que determinados indivíduos agem como agentes, que por sua vez, em suas subjetividades, também aportam concepções que são igualmente relevantes pois são estes que executam diretamente as políticas, estabelecem as pontes entre as instituições e os assentados, convivem com as contradições dos campos que atravessam a realidade dos assentamentos (campo do Estado, campo da reforma agrária, campo das políticas públicas, campo do Terra Sol, campo do MST etc.).

Desta forma, a partir destes agentes, a execução do Terra Sol incluiu debate sobre os critérios para seleção de projetos e, pode-se dizer que a cada ano houve alterações tanto nos critérios quanto na forma de apresentação dos projetos. Por exemplo, se em 2006/2007 foram priorizadas as estruturas que já estavam em funcionamento ou então projetos que apresentam determinada qualidade em atendimento à legislação vigente, nos anos 2009/2010 ainda que com a existência da Equipe Somar, a definição de prioridades não contemplou a realização de um diagnóstico de potencialidades em assentamentos. A opção política do INCRA continuou tomando por base as demandas apresentadas ou diagnosticadas no processo interno do MST cujo funcionamento nos relata um dos agricultores assentados com larga experiência de militância e liderança nas diferentes instâncias organizativas do movimento:

O processo de definição dos critérios ocorre dentro da estrutura orgânica do MST, através do setor de produção. Nesta estrutura tem um participante por região que tem assentamentos. Nestas reuniões se discutem as prioridades e critérios para quem vai acessar. Geralmente, os critérios são de necessidade de desenvolvimento do assentamento, organização existente para tocar o projeto e disponibilidade de matéria-prima (Direção de Cooperativa 04, 2011 - grifos nossos).

Quando reportamo-nos à COCEARGS, necessariamente incluímos as cooperativas do MST vinculadas a ela. Portanto, a COCEARGS é um agente que congrega em si diferentes instituições jurídicas, cada qual com uma trajetória e com demandas próprias, o que suscita outros conflitos na disputa por recursos. Nem sempre a estrutura orgânica do MST garante a definição de prioridades que, de fato, estejam alicerçadas em um processo de construção e avaliação sobre as estratégias de desenvolvimento para os assentamentos – tal como discutiremos no Capítulo V. Em conversa com um dos agentes vinculados a convênios do INCRA, o entrevistado comenta de forma crítica os processos políticos que envolviam a definição de critérios e de demandas para o Terra Sol. Tal avaliação nos indica alguns cenários sobre como funcionava o Campo Terra Sol:

Percebe-se que nos projetos mais antigos, existe **total desconexão entre as perspectivas dos assentados e os empreendimentos viabilizados com recursos** Terra Sol. Tais demandas foram definidas segundo expectativas do INCRA em fornecer instrumento para segurança alimentar, como moinhos ditos coloniais, o que é discrepante da perspectiva da COCEARGS\MST, os quais têm preferido investir em agroindústrias voltadas a produção em larga escala para consolidar o espaço dos assentamentos de reforma agrária em determinadas cadeias produtivas, principalmente arroz e leite. Nos últimos anos, o **INCRA tem buscado atender demandas das prefeituras** e politicamente tem buscado **contemporizar com a COCEARGS**, atendendo algumas de suas demandas. Não existem critérios técnicos sobre a viabilidade econômica dos empreendimentos, apesar do discurso do INCRA dizer que deve considerá-la (Convênios 01, 2011 - grifos nossos).

Portanto, ainda que a definição de critérios possa ser tomada como prioridade, são as articulações e negociações no Campo Terra Sol que, por vezes, alteram as “regras” de forma a contemporizar com os diferentes interesses atuando sobre o campo. Tal é o caso da intervenção de Prefeituras Municipais ou outros agentes que não têm participação direta, mas cujo capital político e econômico, por vezes, podem influenciar na execução da política. As prefeituras acabam assumindo papel importante no processo pois a aplicação dos recursos passa por elas, o que lhes incrementa o *quantum* de capital político e econômico – elas agregam, ao mesmo tempo, certa barganha já que os assentamentos dependem de sua anuência e da estrutura de recursos humanos para a gestão do recurso, na forma de contrapartida ao investimento federal (e todo processo de licitação, contatos etc.). Tal estratégia tem gerado ao menos duas consequências, conforme avaliação apontada no relatório de gestão do INCRA – SR 11 (2010, p. 41):

[...] a quase totalidade da aplicação dos recursos é operacionalizada na forma de convênios com municípios. Este instrumento, se por um lado potencializa a ação do INCRA com o envolvimento técnico e operacional das prefeituras municipais, por outro lado tem ocasionado atrasos significativos na finalização das obras, devido a problemas estruturais e administrativos das prefeituras.

Portanto, se por um lado, a ação das prefeituras permite superar a limitação técnica – pela escassez de recursos humanos – do INCRA, por outro lado, em muitos casos, gera problemas adicionais pela morosidade nas obras, pouco envolvimento e dificuldade de participação proativa do funcionalismo municipal, exigindo do INCRA permanente acompanhamento e fiscalização (Gestor Terra Sol 06, 2011).

Outro agente importante, ainda que indireto, são as equipes técnicas da ATES cuja responsabilidade perpassa pela assessoria no circuito espacial de produção dos

empreendimentos agroindustriais. No entanto, enfrentam-se aí dois níveis de problemas: um deles é a falta de formação dos técnicos em termos de conhecimento, tanto sobre as especificidades da agroindustrialização de pequena escala, quanto em termos técnicos (legislação sanitária, ambiental, tecnológica etc.) e, em outro nível, é a sobrecarga de trabalho ou com outras demandas vinculadas diretamente ao setor produtivo dos assentamentos. Essas e outras questões são relatadas por técnicos que trabalham diretamente a campo, conforme registramos em uma das conversas:

Eu acho que a ATES sofre de alguns problemas semelhantes aos dos assentados. A descontinuidade da ação dos técnicos e das prestadoras de ATES. Outro aspecto é que a ATES em geral não possui qualificação suficiente para pensar e gestar este tipo de empreendimento. Outro aspecto relevante com relação a ATES é a sobrecarga de tarefas por conta das metas mal dimensionadas e/ou da falta de técnicos e isto não permite uma adequada atenção aos projetos (ATES 01, 2011).

Para acessar o Programa Terra Sol, um dos critérios é que os grupos interessados estejam juridicamente constituídos e legalmente ativos em forma de cooperativa ou associação. Em geral, uma das formas mais tradicionais de acesso aos recursos Terra Sol é via o debate interno do MST, conforme a hierarquia da organização política e das prioridades estabelecidas nas regionais e na escala estadual. Esta alternativa é a mais comum, sendo que os representantes políticos de cada regional apresentam seus projetos, que são submetidos à avaliação coletiva, para posterior formulação de um banco de projetos (ou demandas) e que serão apresentados pela COCEARGS ao INCRA. Tal sistemática iniciou com o Procera – Teto 2 e foi muito utilizada.

A segunda opção é a situação em que a Prefeitura Municipal demanda investimentos a partir de um projeto dos assentamentos. Tal caminho é menos frequente e, geralmente, são casos específicos em que a correlação de forças políticas na escala municipal estimula a administração pública a reivindicar investimentos junto ao INCRA. Houve apenas dois casos, o empreendimento de Não-Me-Toque (abatedouro) e de Itacurubi (micro usina de cana-de-açúcar, neste caso, parte do recurso tem origem em emenda parlamentar e o PTS complementou com obra civil e equipamentos).

A terceira via é a partir do trabalho das equipes técnicas de ATES – pode ser apresentado durante o processo de elaboração dos PDAs ou PRAS, ou ainda, mediante correlação de forças que permite uma assistência técnica comprometida com a formação de um grupo de interesse, voltado para beneficiamento de algum produto. Em muitos casos, tais

projetos entram na discussão interna do MST ou, em outros, são apresentados diretamente ao grupo gestor do Terra Sol. Nesse último caso, são outros fatores que passam a vigorar – sendo um deles a qualidade técnica do projeto e a experiência do grupo proponente – uma vez que o projeto não terá um “representante” para defendê-lo nos espaços de decisão em que se reúnem os principais agentes do Campo Terra Sol.

A partir deste delineamento inicial do Campo Terra Sol, com a identificação dos agentes (MST e INCRA) e de algumas “regras do jogo” que indicam acordos na forma de apresentação de demandas, de definição de prioridades etc. apresentar-se-á a seguir os investimentos realizados pelo programa com breve contextualização que contribuirá para compreender o funcionamento do Campo Terra Sol.

(ii) Os investimentos de 2006 a 2010

Importante situar que se dará ênfase aqui aos investimentos realizados em empreendimentos agroindustriais, muito embora parte dos recursos – em menor expressão – terem sido direcionados para feiras, ou equipamentos específicos e outra parte para a equipe técnica de assessoria ao Programa.

Os primeiros anos acabam sendo, de alguma forma, os mais difíceis em termos de gestão, sendo este o caso dos projetos e investimentos realizados em 2006/2007⁸⁵ pelo PTS no Rio Grande do Sul. Em pesquisa que desenvolvemos noutra oportunidade, concluímos que os principais pontos de estrangulamento dos convênios firmados em 2006 estiveram relacionados às deficiências na elaboração dos projetos dos empreendimentos agroindustriais⁸⁶. Essa questão não passou despercebida na avaliação interna do INCRA. Porém, por outro lado, foi em grande medida resultante de uma situação nova, em que havia recursos disponíveis e uma série de demandas, mas que ainda careciam de discussões para qualificação (sobretudo, em termos técnicos), como demonstra o relato do entrevistado:

Nós começamos pelo lado inverso, existia um **programa novo**, existia o recurso, nós partimos de algumas premissas [citadas anteriormente] e **a partir de então que o debate passou a se acentuar mais**,

⁸⁵ Indicam-se os dois anos, por normalmente a aprovação do projeto é no ano corrente, com execução no ano subsequente.

⁸⁶ Na oportunidade, avaliamos que essa situação tinha por base a dificuldade de gestão de algumas entidades políticas, representativas dos assentamentos. Fator que compromete a qualificação ou mesmo a concepção estratégica referente “ao que fazer” (linha de produção coerente com a disponibilidade de matéria-prima ou de potencial produtivo na região) e ao “como fazer” (implica na discussão descentralizada sobre as estratégias para o desenvolvimento do assentamento) (SULZBACHER, 2011, p. 54).

começou a mostrar **algumas falhas do processo**, o próprio convênio que a gente fez com o Somar veio no intuito de suprir algumas carências, **nós tínhamos a obra, mas não tinha feito uma discussão maior, no intuito de preparação para a produção, preparação do pessoal para assumir a gestão** [...] é uma coisa que é produção de alimento, é bastante complexo. Vem nesse sentido e acho que ainda não está bem resolvido... (Servidor 03, 2012 - grifos nossos).

Os pré-projetos, cujos recursos foram empenhados em 2006, resultaram na aplicação de pouco mais de dois milhões em 2007 pelo Terra Sol. No Quadro 3, apresentamos a relação dos municípios, empreendimentos e valor investido, sendo que 25% dos recursos foram aplicados no abatedouro no município de Não-Me-Toque, 15% no moinho colonial em Pedras Altas e 14% no moinho colonial em Piratini. Estes três empreendimentos respondem por 54% do valor investido no período, com expectativa de beneficiar 237 famílias assentadas. Além disso, em seis casos os investimentos foram voltados para a reforma de estruturas já existentes e/ou complementação de equipamentos, indicando a priorização por investimentos em locais em que já havia alguma estrutura em funcionamento, conforme já mencionamos.

Quadro 3. Relação dos pré-projetos aprovados em 2006/2007

Mun.	Investimento	Famílias	Assentamento	Valor
Canguçu	Casa do Mel (N)	111	PE Renascer	R\$ 163.047,35
	Moinho Colonial (R)	23	PA Pitangueiras	R\$ 273.511,67
Capão do Cipó	Moinho Colonial (R)	43	PA Santa Rita	R\$ 218.207,19
Joia	Unidade de Beneficiamento de Grãos (R)	128	PA Ceres	R\$ 249.133,42
Não-Me-Toque	Abatedouro (N)	31	PA Libertação Camponesa	R\$ 647.388,34
Nova Santa Rita	Unidade de Beneficiamento de Arroz Ecológico (R)	100	PA Capela	R\$ 116.985,34
Pedras Altas	Moinho Colonial (N)	131	PA Glória	R\$ 378.577,94
Piratini	Moinho Colonial (R)	75	PA Floresta/Lagoa	R\$ 358.928,89
Tapes	Unidade de Beneficiamento de Arroz Ecológico (R)	35	PA Lagoa do Junco	R\$ 175.232,08
Total	9 empreendimentos	677		R\$ 2.581.012,22

(N) – Novo; (R) - Reforma

Fonte: INCRA – SR 11, dados até maio de 2011 – Pesquisa de Campo (fevereiro 2012).

Elaboração: Sulzbacher, 2012.

Conforme Sulzbacher (2011), os moinhos coloniais têm sua origem em ações realizadas pelo Governo do Estado, em meados dos anos 2000, distribuindo alguns equipamentos na linha de beneficiamento de grãos em assentamentos rurais. Na oportunidade,

foram adquiridos oito equipamentos do tipo “moinho colonial” e que foram repassados para assentamentos majoritariamente situados na metade sul do RS. Em alguns casos, o investimento incluiu a reforma da estrutura existente e a complementação com outros equipamentos, como secador ou classificador de grãos.

É pertinente citar um caso exemplar, referente a um dos moinhos coloniais que recebeu investimentos do Terra Sol em 2008. O projeto foi elaborado pela associação (com assessoria da equipe de ATES) a fim de demandar recursos do Terra Sol para construção da estrutura física visando acondicionar os equipamentos, apresenta uma descrição do histórico e da situação do moinho colonial:

Os equipamentos que compõem o moinho são: moinho, triturador, secador [leito fixo] e quebrador. Atualmente o moinho processa farinha de trigo, milho e quirela de milho. O maquinário foi instalado em 2001, com financiamento da CESA (Companhia Estadual de Silos e Armazéns) em um prédio já existente na sede do assentamento. Na época **as máquinas foram deixadas no assentamento e a comunidade local se organizou para juntar o dinheiro necessário** para adquirir o material elétrico para que ele pudesse ser utilizado. O senhor que administra atualmente o moinho é o mesmo desde o início de seu funcionamento, o que se deu **por iniciativa do próprio que o montou e começou a nele trabalhar** por possuir um conhecimento anterior e vontade de ver a estrutura funcional em prol do assentamento (Associação Conquista do Jaguarão, 2008, p. 03 - grifos nossos)

Tal relato demonstra a situação precária e fragmentada que caracterizam a execução de algumas políticas estatais, exigindo dos “beneficiários” muito mais do que organização política a fim de viabilizar o uso da estrutura. Mesmo em tais condições, o moinho colonial funcionava atendendo necessidades das famílias assentadas em termos de produção de farinha de milho e, em alguns anos, de farinha de trigo (depende da qualidade do produto na colheita). Em conversas com o agricultor assentado, que se empenhou pessoalmente para garantir funcionamento da estrutura – sem retorno financeiro –, o mesmo relata e contemporiza as diferentes dificuldades e relata que em alguns anos chegou-se a comercializar farinha de milho para mercado institucional no município.



Em 2007, foram aprovados três projetos de empreendimentos para execução em 2008, sendo que destes apenas a Micro-Usina de Beneficiamento de Cana-de-açúcar refere-se a uma obra nova em assentamento criado em 2006, conforme mostra o Quadro 4.

Quadro 4. Relação dos pré-projetos aprovados em 2007/2008

Mun.	Investimento	Famílias	Assentamento	Valor
Pontão	Complementação de Obras no Laticínio (R)	333	PA Encruzilhada Natalino – Fase IV	R\$ 351.631,50
Itacurubi	Micro Usina de Beneficiamento de Cana-de-açúcar (N)	175	PA Conquista da Luta	R\$ 309.061,57
Pontão	Padaria no Instituto Educar (R)	243	PA Encruzilhada Natalino – Fase IV	R\$ 82.500,00
Total	3 empreendimentos	751		R\$ 743.193,07

(N) – Novo; (R) - Reforma

Fonte: INCRA – SR 11, dados até maio de 2011 – Pesquisa de Campo (fevereiro 2012).

Elaboração: Sulzbacher, 2012.

No ano de 2008, ocorreram várias mudanças internas no INCRA, dentre elas a definição da “modalidade de contrato⁸⁷” para regulamentar a relação entre a instituição e as empresas prestadoras do serviço de ATES e a articulação com outras entidades, na finalidade de promover ações de desenvolvimento nos assentamentos, sendo exemplar os cinco convênios interinstitucionais com a EMBRAPA⁸⁸, com a COPTEC⁸⁹, com o Ipê-Campos⁹⁰ e com a UFSM⁹¹. Com esta última oficializaram-se dois convênios intitulados “Programa de Acompanhamento, Planejamento e Articulação das Ações de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – Articuladores de ATES” e o “Programa Sistema de Orientação e Mobilização Assistida com Responsabilidade Técnica” (SOMAR) em Agroindustrialização de produtos de origem animal e vegetal em assentamentos de reforma agrária – RS, ambos com vigência entre os anos 2008 e 2011. Em especial, a criação do Programa Somar teve o intuito de prestar

⁸⁷ “[...] regimentada pela Lei N°. 8666/93. A contratação das prestadoras foi realizada mediante concorrência pública, levando em consideração a modalidade técnica e preço...” (ZARNOTT et al, 2011, p. 07). Outras informações conferir Diesel, Neumann e Sá (2012).

⁸⁸ Com vigência 2008-2011, o convênio INCRA-FAPEG-EMBRAPA (CONFIE), sob cognome de “Desenvolvimento Sustentável da Reforma Agrária, teve por objeto a transferência de tecnologias e a capacitação de assentados(as) e de técnicos que atuam na Assessoria Técnica, Social e Ambiental aos assentamentos.

⁸⁹ O convênio com a COPTEC foi denominado “Leite Sul” e tinha por objeto a assessoria técnica especializada para capacitação de técnicos e agricultores assentados em produção de leite à base de pasto em sistema de Pastoreio Racional Voisin (PRV).

⁹⁰ O convênio com o Instituto Ipê-Campos, voltado para a realização de Oficinas de Capacitação Tecnológica na área de produção e processamento da matéria-prima, agregando-lhe qualidade e valor.

⁹¹ Em 2007, a Superintendência Regional do INCRA (SR 11 – RS) apresenta ao Núcleo de Estudos em Agricultura Familiar (NESAF – UFSM) uma relação de demandas com nove itens: 1) manejo de áreas de várzea; 2) produção de alimentos para consumo; 3) produção agroecológica; 4) recuperação de solos; 5) agroindústrias; 6) articuladores de ATES; 7) produção leiteira; 8) manejo de pastagens; 9) fruticultura. Com a falta de recursos para atendimento de todas essas prioridades, foram desenvolvidos convênios para atender duas demandas: as agroindústrias e os articuladores de ATES.

assessoria técnica à execução do Programa Terra Sol, no tocante à discussão e qualificação de projetos, além de acompanhamento aos investimentos já realizados.

Conforme relaciona o Quadro 5, em 2008, pelo Terra Sol foram aprovados sete pré-projetos para execução em 2009.

Quadro 5. Relação dos pré-projetos aprovados em 2008/2009

Mun.	Investimento	Famílias	Assentamento	Valor
Nova Santa Rita	Unidade de beneficiamento de arroz ecológico (R)	100	PA Capela	R\$ 290.256,00
	Unidade de beneficiamento de leite (N)			R\$ 273.423,00
Aceguá	Construção de Moinho Colonial (R)	116	PA Jaguarão	R\$ 429.481,00
Tupanciretã	Agroindústria de pasteurização de leite e derivados (N)	139	PA Santa Rosa	R\$ 205.168,49
São Gabriel	Posto de resfriamento de leite (N)	500	07 assentamentos	R\$ 839.685,00
Piratini	Unidade de Beneficiamento de Leite (N)	60	PA Conquista da Liberdade	R\$ 392.763,72
Eldorado do Sul	Unidade de recepção -controle de arroz (N)	74	PA Integração Gaúcha	R\$ 314.262,00
Total	07 empreendimentos	989		R\$ 2.745.039,21

(N) – Novo; (R) - Reforma

Fonte: INCRA – SR 11, dados até maio de 2011 – Pesquisa de Campo (fevereiro 2012).

Elaboração: Sulzbacher, 2012.

As mudanças de 2008 no INCRA repercutiram, a partir de 2009, afinal, incluíram-se novos agentes, metas a cumprir e resultados a apresentar, todos com foco nas famílias assentadas. Para a ATES, coube a elaboração dos PDA's e PRA's, a partir da participação das famílias na definição das prioridades e metas das ações nos assentamentos. Esses documentos foram objeto de várias discussões, em diferentes escalas (assentamentos, municípios, conselhos regionais etc.) e passaram a nortear o Plano de Metas para o trabalho da ATES no ano seguinte (2010) – tal procedimento foi recorrente nos anos subsequentes. A elaboração dos planos previa a utilização de metodologias participativas, para discussão com as famílias e, além disso, passou por várias revisões⁹² e, mesmo assim, a temática da agroindustrialização compareceu poucas vezes.

Os convênios e, em especial, a mudança na forma de contrato se, por um lado, trouxeram novos agentes para trabalhar com os assentamentos, por outro lado, implicaram também na sobrecarga de trabalho dos gestores no INCRA. Na divisão de desenvolvimento

⁹² Revisões, sobretudo de cunho técnico, em que agentes do INCRA reuniam-se com agentes da ATES a fim de discutir sobre objetivos, metas e resultados previstos nos planos. Havia, igualmente, problemas com redação e organização do material.

atuavam, como efetivos apenas três servidores, sendo que os outros dois eram terceirizados, caracterizando a permanente carência de recursos humanos, conforme também indica o relatório de gestão referente ao ano de 2009:

[...] a desigual expansão no número de famílias assentadas, ao longo dos últimos 20 anos face à recuperação de quadros funcionais do INCRA (ocorrida apenas durante o governo Lula) determinou uma relação que **passou de aproximadamente 6 famílias/funcionário**, em 1990, **para 107 famílias/funcionário** em 2008. Neste último exercício as circunstâncias pouco se alteraram, como agravante de que alguns dos funcionários contratados pediram demissão em função de novas e melhores oportunidades salariais (INCRA, 2010, p. 11 – grifos nossos).

Além da sobrecarga de trabalho em função do descompasso entre número de assentamentos e número de gestores, outras atividades passam a ser incluídas no rol cotidiano dos funcionários, conforme descreve o relatório de gestão: “[...] janeiro e dezembro de 2009 nossa SR/11 elaborou respostas a 120 solicitações do Ministério Público e outros órgãos de controladoria, que envolveram desde prestações de contas até demarcação de terras de comunidades remanescentes de quilombos (INCRA-SR 11, 2010, p. 11)”. Parte desses processos tem relação direta com as disputas políticas no âmbito do campo da reforma agrária, conforme prossegue no mesmo relatório:

[...] cabe informar que as **limitações à consecução das políticas públicas sob responsabilidade do INCRA** concentraram-se em reações de parte da classe ruralista, articulada com formadores de opinião estabelecidos junto à grande mídia, em circunstância agravada por limitações no quadro de pessoal da SR-11, pela sobrecarga de demandas que, embora alheias às rotinas internas, se revelam prioritárias em função da origem (auditorias da CGU e TCU, respostas a demandas do Ministério Público), bem como pela manutenção de normas e índices desatualizados, que na prática limitam o atendimento de uma demanda por terras que cresce com o número de famílias acampadas e com a pressão/tensão social no entorno dos acampamentos (INCRA-SR 11, 2010, p. 13 – grifos nossos).

Não obstante, a ausência de recursos humanos, a sobrecarga de trabalho com questões judiciais, houve ainda outros adendos causados por outra disputa no campo da reforma agrária que se refere a ausência de ação do Governo⁹³ do Estado do Rio Grande do Sul no atendimento aos projetos estaduais de assentamento:

⁹³ Sucederam-se na gestão do estado: 2003-2007 Governo de Germano Rigotto (PMDB); 2007-2011 Governo de Yeda Crusius (PSDB). Nos dois governos não houve atenção ao público da

Assim é que desde 2002 a reforma agrária e as ações correlatas ao desenvolvimento dos assentamentos deixou de figurar, na prática, entre as responsabilidades do executivo estadual, cabendo ao INCRA também as tarefas de desenvolvimento (estradas, casas, água, créditos) e assistência técnica daqueles 152 PEs. Como consequência, **aquelas famílias se somam as mais de 12 mil que procuram esta autarquia, em busca de soluções para seus problemas.** Merece destaque o fato de que, **em 2009, graves problemas climáticos**, notadamente excesso de chuvas, causaram tamanho dano aos agricultores assentados que o **INCRA precisou recuperar dezenas de pontes, centenas de bueiros e pontilhões, casas e de quilômetros de estradas, alocando a quase totalidade de seus recursos**, que estavam destinados para novos investimentos, em processos de recuperação de obras já concluídas, praticamente sem qualquer apoio orçamentário do governo do Estado e das prefeituras em questão (INCRA, 2010, p. 09 – grifos nossos).

A restrição orçamentária sempre configurou como uma das dificuldades no âmbito do INCRA. Em anos marcados por extremos climáticos (chuva ou seca), a situação torna-se mais grave e as reformas de infraestruturas (como pontes, estradas etc.) acabam por comprometer os recursos que deveriam ser destinados a novos investimentos.

Apesar deste cenário de 2009, a avaliação dos gestores é que “em que pese o contexto desfavorável, o INCRA obteve resultados de extrema relevância para o desenvolvimento das políticas públicas sob sua responsabilidade” (INCRA-SR 11, 2010, p. 13). No ano, houve cerca de 90 iniciativas do Programa Terra Sol em andamento, incluindo 23 convênios com municípios, nas áreas de: produção de leite (empreendimentos, resfriados e tanques para transporte), abatedouros e processamento de carne, moinhos coloniais, cultura do arroz irrigado, armazenamento e processamento de grãos, produção de mel, padarias comunitárias, beneficiamento de frutas e hortaliças e o apoio às feiras de produtos da reforma agrária. Segundo o relatório:

As metas físicas realizadas no exercício 2009 referem-se a viabilização de feira de produtos da reforma agrária na região sul do RS (...) a ação mais importante ocorreu na construção e/ou reforma de agroindústrias para o atendimento de famílias assentadas. Os recursos orçamentários empenhados no exercício 2009 atenderam ações em andamento (convênios iniciados em anos anteriores e ainda não finalizados), correspondendo a cerca de 16% dos recursos, atenderam novos convênios de implantação de agroindústrias, com cerca de 78% dos recursos empenhados, e atenderam também licitações para aquisição de equipamentos, com cerca de 6% dos recursos empenhados (INCRA – SR 11, 2010, p. 40)

reforma agrária e as estruturas existentes foram desmanteladas (a exemplo do Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo).

É importante frisar que a partir de 2009, os investimentos Terra Sol passam a ter assessoria da Equipe Somar, seja daqueles já existentes, seja na elaboração de novos projetos. No relatório anual do Programa Somar (2009), as primeiras atividades desenvolvidas pela Equipe Somar foram direcionadas para a contextualização da situação dos investimentos realizados pelo Terra Sol nos assentamentos. Esta primeira aproximação exigiu revisão da proposta original de ação prevista pelo Programa Somar, baseada na realização de diagnósticos e estudos sobre as potencialidades de beneficiamento e ou processamento de produtos de origem animal ou vegetal nos assentamentos rurais⁹⁴. O relatório parcial de 2009 descreve as ações realizadas:

Em um primeiro momento, a equipe buscou apropriar-se da situação de cada empreendimento Terra Sol, visitando-os e reunindo com as cooperativas, assentados, representantes do INCRA-RS, Prefeituras Municipais e prestadoras de serviço de ATES. Tal diagnóstico foi realizado em dezesseis empreendimentos, envolvendo cinco moinhos coloniais, um entreposto de mel, dois abatedouros, um entreposto de leite, uma unidade de beneficiamento de cana-de-açúcar, uma unidade de beneficiamento de grãos, duas unidades de beneficiamento de leite, dois engenhos de arroz e uma padaria comunitária (SOMAR, 2009, p. 03).

Estes dezesseis casos, além de apresentarem diferentes tipos de entraves ou dificuldades para a finalização dos convênios, também se referiam a convênios realizados nos anos de 2006, 2007 e 2008 representando, especialmente, nos dois primeiros casos, um ônus administrativo ao INCRA – SR 11. Por outro lado, os níveis e tipos de problemas enfrentados variavam, abrangendo desde projetos ainda sem licitação de obra ou equipamento, até obras civis em fase de conclusão, com dificuldades de regularização sanitária e ambiental ou, ainda, empreendimentos nos quais os equipamentos previstos estavam aquém das necessidades operacionais e legais (SOMAR, 2009). Ainda no ano de 2009 foram aprovados cinco projetos para execução em 2010 com recursos do Terra Sol (Quadro 6).

Para o ano de 2010, há pequena mudança de cenário, porém continua a “omissão do Governo Estadual e pelo tom de criminalização com que o tema, os agentes e o público da reforma agrária são referidos por formadores de opinião com permanente acesso à grande mídia” (INCRA – SR 11, 2011, p. 10). Da parte do INCRA, a estratégia da superintendência segue na:

⁹⁴ Tal mudança foi em função da demora da liberação dos recursos, inicialmente, previstos para 2008 e, também, pela urgência do INCRA-SR 11 em agilizar o andamento dos convênios.

[...]concentração de energia dos agentes do INCRA, em **ações de apoio ao desenvolvimento dos assentamentos** já estabelecidos, bem como a abertura e a continuidade de processos administrativos buscando a retomada de lotes ocupados irregularmente (e o sucesso destas medidas em 2010), e a consolidação de importantes parcerias institucionais, podem compensar, em parte, as frustrações associadas à expansão horizontal da reforma agrária, no Estado (INCRA – SR 11, 2011, p. 10 – grifos nossos).

Quadro 6. Relação dos pré-projetos aprovados em 2009/2010

Mun.	Investimento	Famílias	Assentamento	Valor
Charqueadas	Abatedouro	46	PE Trinta de Maio	R\$ 357.017,39
Pontão	Abatedouro	243	PA Encruzilhada Natalino – Fase IV	R\$ 349.022,58
Tapes	Unidade de beneficiamento e armazenamento de arroz	35	PA Lagoa do Junco	R\$ 334.305,10
Charqueadas	Padaria	46	PE Trinta de Maio	R\$ 269.816,52
Encruzilhada do Sul	Unidade de Beneficiamento de Frutas	118	PA Farroupilha	R\$ 340.294,34
Total	5 empreendimentos	488		R\$ 1.650.455,93

Fonte: INCRA – SR 11, dados até maio de 2011 – Pesquisa de Campo (fevereiro 2012).

Elaboração: Sulzbacher, 2012.

No tocante aos recursos do Terra Sol, além das ações, o relatório de gestão também relaciona alguns dos entraves para eficiência do Programa:

[...] compreenderam a realização de feiras e agroindústrias, beneficiando cerca de 5 mil famílias, em 250 assentamentos (com repetições). Boa parte destas atividades foram desenvolvidas com parcerias, mobilizando associações e prefeituras, além do Programa Somar [...]. Como entraves, em que pese os resultados, devemos destacar – novamente – **dificuldades com a escassez de recursos humanos na SR**, bem como com a **obtenção das licenças ambientais** na FEPAM e os **atrasos no pagamento das parcelas de convênios com municípios**, em decorrência da escassez de recursos financeiros do governo federal, para honrar os empenhos orçamentários do ano de 2010 e de anos anteriores que permanecem inscritos em “restos a pagar” (INCRA – SR 11, 2011, p. 13 – grifos nossos).

O ano de 2010 é encerrado com previsão de investimentos no valor de quase R\$ 4 milhões em 10 empreendimentos (Quadro 7), uma feira e um projeto piloto de compra de material para feiras da reforma agrária (kits-feira).

Quadro 7. Relação dos pré-projetos aprovados em 2010/2011

Município	Empreendimento	Fam.	Assentamento	Valor
Arroio Grande	Cozinha Comunitária com Padaria	85	Chasqueiro Santa Rosa	R\$ 250.000,00
Chiapetta	Unidade de beneficiamento e processamento para alimentação de gado leiteiro	66	PRB Conquista de Chiapetta	R\$300.000,00
Hulha Negra	Feira da Agrobiodiversidade	91	Conquista da Fronteira	R\$40.000,00
Jóia	Cozinha Comunitária com Padaria	230	PA Rondinha	R\$250.000,00
Manoel Vianna	Cozinha Comunitária com Padaria	227	PA Santa Maria	R\$300.000,00
Nova Santa Rita	Cozinha Comunitária com Padaria	103	Santa Rita de Cassia 2	R\$250.000,00
Porto Alegre	Kits feiras	S/R	Todos os PA's	R\$50.000,00
São Borja	Cozinha Comunitária com Padaria	17	PA São Marcos	R\$250.000,00
São Jerônimo	Cozinha Comunitária com Padaria	59	PE Janio Guedes	R\$250.000,00
Tupanciretã	Cozinha Comunitária com Padaria	62	PE Conceição	R\$250.000,00
Viamão	Unidade de recepção e Secagem de arroz	376	PA Viamão	R\$1.000.000,00
Sant.do Livramento	Moinho Colonial	44	PA Jupira São Leopoldo	R\$ 450.000,00
Total		1360		R\$ 3.640.000,00

Fonte: INCRA – SR 11, dados até maio de 2011 – Pesquisa de Campo (fevereiro 2012).

Elaboração: Sulzbacher, 2012.

A elaboração destes projetos contou com a assessoria do Programa Somar, porém o processo de definição das demandas ainda manteve-se vinculado àquelas já existentes e, portanto, seguindo rotinas dos anos anteriores. A conclusão do relatório 2010 do Somar recomenda que “Deve-se mudar a **forma de definição de demandas**, sendo consideradas variáveis como viabilidade econômica e produção de matéria-prima, capital social organizativo acumulado, **aproveitando as experiências desenvolvidas desde 2004**” (SOMAR, 2010, p. 38 – grifos nossos). Portanto, ainda que com uma equipe de assessoria técnica ao Terra Sol, a possibilidade de realização de um diagnóstico das potencialidades e experiências dos assentamentos no estado foi paulatinamente descartada frente à outras demandas consideradas prioritárias – como a regularização e ajustes de empreendimentos a fim atenderem a legislação sanitária e ambiental, a formação de grupos gestores, dentre outros.

A forma de definição de demandas – apesar da assessoria técnica contratada para auxiliar o Grupo Gestor do Terra Sol na decisão sobre “onde investir” e na qualificação dos

projetos (a partir da assessoria aos grupos com projetos iniciais) – continuou vinculada com a estrutura e organização do MST: as prioridades para investimentos do Terra Sol seguiram em grande medida as recomendações da COCEARGS (construídas em reuniões estaduais do MST). Evidencia-se assim uma forte atuação do “Campo MST” no âmbito da ação do Estado, sobretudo no que tange ao direcionamento dos investimentos.

Mesmo com 10 pré-projetos aprovados em 2010 para execução em 2011, estes não foram executados. Também não foram concluídos convênios em andamento. Conforme o relatório de gestão do INCRA – SR 11 (2011), havia no período “13 convênios em vigência, o que demanda uma grande ação de acompanhamento e fiscalização das obras. [...]. Dificuldades na disponibilidade de novo orçamento, obtenção das **licenças ambientais das agroindústrias** [...] são entraves importantes para o andamento adequado do programa” (INCRA – SR 11, 2011, p. 27 – grifos nossos). As licenças ambientais trouxeram graves implicações na liberação para funcionamento de grande parte dos empreendimentos. Em muitos casos, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) estabeleceu um vínculo entre as licenças dos assentamentos e as licenças dos empreendimentos, de tal forma que os assentamentos que estavam em situação irregular, não recebiam a Licença de Instalação e Operação (LIO) para as agroindústrias. Sem a licença ambiental⁹⁵, não é possível dar entrada na documentação para a licença sanitária que, por sua vez, impede qualquer tipo de registro dos produtos e, conseqüentemente, sua comercialização.

Na realização dos trabalhos de campo, fomos informados que, em 2011, não houve investimentos do Terra Sol e o convênio com o Programa Somar foi finalizado. Para o período 2012/2013, estimava-se a aplicação de cerca de dois milhões em seis ações, sendo que cinco eram obras novas, além da aquisição de equipamentos para a cadeia produtiva do leite. Tal cenário foi resultado, também, do ônus administrativo com convênios de anos anteriores que não estavam finalizados (a exemplo dos de 2006) e que repercutiam negativamente na gestão interna do INCRA.

A partir de 2012, com mudanças internas na SR 11, outro grupo assume o Terra Sol no estado e redefine algumas estratégias de ação, dentre elas a aproximação com as equipes técnicas para qualificação de projetos e definição de outros canais para acesso ao Programa.

⁹⁵ Conforme dados da FEPAM até 2005 havia 291 assentamentos criados no Rio Grande do Sul (inclusos estaduais e federais) e destes apenas seis contavam com licença de instalação e operação, sendo que dois com licença prévia e outros oito processos estavam em tramitação. (Fonte: http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/arquivos/46_07112008094149.pdf Acesso em 26 dez. 2014.) A simplificação do processo de licenciamento passa a entrar em vigor, somente em 2013 com a Resolução 458 do CONAMA estabelecendo procedimentos para licenciamento ambiental em assentamentos de reforma agrária.

Um integrante do grupo gestor do Terra Sol, em diálogo conosco, comentou algumas das estratégias, a começar pela necessidade de organizar “[...] um grupo gestor, para discutir o Programa **para que não ficasse centralizado em um ou duas pessoas**. [...] resgatamos umas pessoas que estavam meio a margem, [...], e não é um grupo fechado, **estamos avaliando a necessidade de trazer o Governo do Estado**.” (INCRA/ATP 09, 2012 – grifos nossos). A centralização de decisões e as dificuldades com a elaboração de projetos com viabilidade social e econômica foram apenas alguns dos estrangulamentos do Terra Sol, sendo que os questionamentos – apresentados com certo teor de indignação pelo gestor – são recorrentes entre os diferentes agentes:

Porque essas coisas não estão funcionando? Foi investido dinheiro, foi feito um convênio com o Somar, tem equipe técnica consolidada nos núcleos, tem todo um cenário favorável, tem PAA, enfim, e **porque essas estruturas não estão efetivamente funcionando?** **Porque não estão gerando o resultado esperado?** (INCRA/ATP 09, 2012 - grifos nossos).

Na hipótese discutida neste trabalho, aponta-se que essas “estruturas não estão efetivamente funcionando” em função das disputas e contraposições que começam pelo campo da reforma agrária e se agravam no Campo Terra Sol que, na escala estadual, inclui diferentes agentes com diferentes concepções sobre o devir dos assentamentos e o papel da agroindustrialização. Sem considerar que muitos assentamentos sequer angariam condições mínimas para garantir produção e nesta situação a discussão sobre processamento é quase uma utopia. A execução do Terra Sol demonstra que, em primeiro momento, não é necessariamente a existência de uma infraestrutura que garantirá a organização da produção – sobretudo, quando não há produção suficiente para consumo das famílias, quando os solos estão exauridos, ou quando vive-se em locais com condições edafoclimáticas que restringem a produção agrícola e impõem limites mesmo à pecuária. Tais restrições têm a ver com os projetos de assentamento, com a desapropriação de áreas que são improdutivas em função das restrições impostas pelo meio natural.

Retomando a conversa com o gestor do Terra Sol, outra linha estratégica passou a ser a aproximação com as equipes de ATES:

Então nós temos um entendimento, de que a primeira estratégia é vincular as Equipes e os Núcleos Operacionais de ATES nesse **debate de viabilidade das agroindústrias** nas áreas de assentamentos. Então **todos os debates...** os debates feitos para os investimentos em 2012, eles **envolveram efetivamente as equipes de ATES** e nós estamos

avaliando isso como extremamente positivo (INCRA/ATP 09, 2012 – grifos nossos).

Essa nova estratégia de execução do Terra Sol visa criar outras redes de suporte dos investimentos, começando por uma discussão ampliada sobre a “viabilidade das agroindústrias” que exige refletir sobre sua pertinência em determinadas realidades, sua escala e linha de produção. A perspectiva dos gestores passa a apostar na estrutura criada em torno da prestação de serviços da ATES: os Planos apresentam as demandas, a assistência técnica qualifica e assessora as famílias, se a experiência ou projeto apresentar boas condições para consolidação, os agentes do Terra Sol avaliam as possibilidades de investimentos. De alguma forma, tal procedimento contorna um pouco a influência do Campo MST e, também, passa a considerar as experiências e potencialidades que o meio permite à produção e processamento.

Para finalizar, é fundamental frisar que não atribui-se ao Campo MST as dificuldades operacionais do Terra Sol, mas questiona-se tão somente o fato do Estado tornar o MST o representante exclusivo das famílias assentadas, sabendo-se que efetivamente a estrutura abarca somente cerca de 60% dos agricultores assentados, conforme analisaremos no Capítulo V.

(iii) Um balanço geral do Terra Sol: o que são e onde estão “essas coisas que não funcionam”

No Quadro 8 é apresentada uma síntese dos investimentos do PTS no período de 2006 a 2010, sendo: 24 empreendimentos agroindustriais, valor total de R\$ 7 milhões de reais. Destes, nove continuavam com pendência para a finalização dos convênios em 2012.

Considerando as questões apresentadas até então, pode-se inquirir que as dificuldades com a finalização dos convênios e o início de operação dos empreendimentos apontam tanto para um ônus administrativo à SR – 11 e, sobretudo, têm um efeito perverso para as entidades gestoras (cooperativas ou associações) e, conseqüentemente, às famílias assentadas, que tomam tais investimentos como uma possibilidade para dinamizar a produção. Tais questões repercutem de forma negativa entre todos os agentes envolvidos e, na escala local, um reforço do descrédito em relação as ações do Estado nas áreas reformadas. Neste cenário, torna-se claro que o Programa Terra Sol, no período em análise, não logrou plenamente o estímulo a processos de integração regional, geração de emprego e renda nos assentamentos de reforma agrária.

Quadro 8. Relação dos municípios, valores e situação dos convênios Terra Sol

Municípios	Anos	Obras	Valor total	Situação	Origem da demanda/Forma de Acesso
Não-Me-Toque	2006	1	R\$ 290.256,00	Finalizado	Prefeitura Municipal
Canguçu	2006	2	R\$ 436.470,35	Finalizado	Cooperativa
Pedras Altas	2006	1	R\$ 351.631,50	Finalizado	Associação/Estrutura política MST
Joia	2006	1	R\$ 349.022,58	Finalizado	Cooperativa
Capão do Cipó	2006	1	R\$ 357.017,39	Finalizado	Cooperativa
Itacurubi	2007	1	R\$ 429.481,00	Em andamento	Emenda parlamentar e Prefeitura Municipal
São Gabriel	2008	1	R\$ 309.061,57	Sem referencia	INCRA
Aceguá	2008	1	R\$ 269.816,52	Finalizado	Associação/Estrutura política MST
Eldorado do Sul	2008	1	R\$ 218.207,19	Em andamento	Cooperativa
Tupanciretã	2008	1	R\$ 358.928,89	Finalizado	Cooperativa
Charqueadas	2009	2	R\$ 515.526,42	Em andamento	Cooperativa
Encruzilhada do Sul	2009	1	R\$ 249.133,42	Em andamento	Cooperativa
Piratini	2006 e 2008	2	R\$ 416.805,10	1 Finalizado / 1 em andamento	Cooperativa
Nova Santa Rita	2006 e 2008	3	R\$ 769.074,95	2 Finalizado / 1 em andamento	Cooperativa
Tapes	2006 e 2009	2	R\$ 1.040.152,06	1 Finalizado / 1 em andamento	Cooperativa
Pontão	2007 e 2009	3	R\$1.359.115,49	2 Finalizado / 1 em andamento	Cooperativa
16	2006-2009	24	R\$ 7.719.700,43	13 finalizados / 9 em andamento	19 Cooperativas 5 outros

Fonte: INCRA – SR 11, dados até maio de 2011 – Pesquisa de Campo (fevereiro 2012).
Elaboração: Sulzbacher, 2012.

Observando de forma detalhada para os investimentos a partir dos eixos, conforme é demonstrado na Tabela 1, pode-se verificar que atenderam, de forma direta, 19% das 13 mil famílias assentadas no Rio Grande do Sul. O eixo “outros” refere-se a sete obras: três abatedouros, duas padarias, um entreposto de mel e uma micro usina de cana-de-açúcar, totalizando 28% do valor investido no período.

Tabela 1 - Relação dos investimentos 2009-2010 por eixo de desenvolvimento

Eixos	Obras	Famílias	Valor	% investido
Outros	8	849	R\$2.177.853,75	28%
Leite	5	1032	R\$2.079.504,71	27%
Moinhos	6	516	R\$1.907.840,11	25%
Arroz Ecológico	4	109	R\$1.214.207,52	16%
Frutas	1	118	R\$340.294,34	4%
Total	24	2624	R\$7.719.700,43	100%

Fonte: INCRA – SR 11, dados até maio de 2011 – Pesquisa de Campo (fevereiro 2012).
Elaboração: Sulzbacher, 2012.

Em segundo lugar, a linha voltada ao desenvolvimento da cadeia produtiva do leite foi beneficiada com 27%, correspondendo a cinco empreendimentos. No montante total dos recursos do Terra Sol, a linha do leite foi beneficiada com R\$ 3 milhões, incluindo os empreendimentos e os equipamentos voltados para a qualificação do recolhimento do produto, conforme se verifica nas Tabelas 2 e 3.

Tabela 2 - Número e valor dos investimentos realizados na cadeia produtiva do leite

Item	Quantidade	Famílias beneficiadas*	Valor
Resfriadores	50	417	R\$ 299.245,00
	62	1033	R\$ 542.717,00
	3	100	R\$ 35.705,25
Tanques rodoviários	1	67	R\$ 25.730,00
	2	200	R\$ 60.266,00
	9	1350	R\$ 271.197,00
Tanque Estacionário	1	167	R\$ 49.329,00
Total	128	3333	R\$ 1.284.189,25

Fonte: INCRA – SR 11, dados até maio de 2011. Obs.: * Para famílias atendidas pelos resfriadores de leite, usamos a produção média de 60 litros/dia por produtor, com 6 vacas em lactação.
Elaboração: Sulzbacher, 2012.

Tabela 3 - Investimentos realizados no desenvolvimento da cadeia produtiva do leite

Objeto	Quantidade	Valor	Percentual
Empreendimentos	5	R\$ 2.079.504,71	27%*
Tanques e Resfriadores	128	R\$ 1.284.189,25	38%**
Total Investido Leite		R\$ 3.363.693,96	33%***

Fonte: INCRA – SR 11, dados até maio de 2011 – Pesquisa de Campo (fevereiro 2012).
Obs.: *Calculado a partir do investimento parcial em empreendimentos. **Calculado a partir dos investimentos na linha de leite. ***Estimado a partir do valor total, Terra Sol, no período 2006-2010.
Elaboração: Sulzbacher, 2012.

Por fim, no período de 2006 a 2010, foram investidos R\$ 10.216.356,75 nos cinco eixos previstos para o Terra Sol. No Quadro 9 apresentamos a decomposição por item dos

recursos investidos. Conforme já mencionamos, os investimentos em empreendimentos (76%) ainda estão inconclusos (dados 2012), desafiando os agentes envolvidos na busca por soluções para finalização e início de operação.

Quadro 9. Decomposição do montante de recursos investidos (2006-2010)

Item	Valor (em R\$)	%
Empreendimentos/Obras	7.719.700,43	76%
Resfriadores e Tanques	1.284.189,25	13%
Complementação Moinhos	81.747,00	1%
SOMAR	1.130.720,07	11%
TOTAL	10.216.356,75	100%

Fonte: INCRA – SR 11, dados de 2011 – Pesquisa de Campo (fevereiro 2012) Atualizados em abril 2013.
Elaboração: Sulzbacher, 2014.

Por fim, como aponta o relatório de gestão da SR-11, no ano de 2011, não houve novos investimentos do Programa Terra Sol, “em virtude da reduzida disponibilidade orçamentária para a ação em nível nacional”, sendo que “o valor descentralizado e empenhado pela SR – 11, em 2011, foi utilizado para atender três convênios em andamento [...]. Na SR – 11 são 13 convênios em execução, [...], no ano de 2011 não foi dado como concluído nenhum empreendimento conveniado...” (INCRA – SR 11, 2011, p. 13). Importa mencionar que, na avaliação do INCRA – SR 11 (2012, p. 49), o Programa Terra Sol “é uma ação que em geral extrapola o prazo de um ano fiscal (janeiro a dezembro), sendo que várias obras iniciam-se em um ano e somente vão ser finalizadas em outro” – o que acaba exigindo aditivos nos convênios com as Prefeituras Municipais. Mas, mesmo com dificuldades, a superintendência destaca que “há grande passivo nos assentamentos para a viabilização de agroindústrias e outras iniciativas que agreguem renda à produção agropecuária” sendo, portanto, o programa de “vital importância para a viabilização dos assentamentos e a melhoria das condições de vida das famílias assentadas” (*Idem*, 2012, p. 49). Essa situação foi recorrente na avaliação nacional, já que a “meta realizada em 2011 permitiu beneficiar 3549 famílias, representando 21,5% do estabelecido na Programação Operacional, que era de 16.533 famílias beneficiadas” (INCRA – SEDE, 2012, p. 44).

Da forma como desenvolvemos a análise do Terra Sol, pode-se indicar que a execução de determinada política pública exige diferentes níveis de ação e articulação de agentes, envolve planejamento e organização, transcendendo, portanto, a simplória aplicação de recursos para a necessidade de conceber projetos de desenvolvimento em consonância com as especificidades do meio geográfico.

2.3. O Campo Terra Sol – esboços para análise do Estado em ação

Por fim, em um exercício de síntese, discutimos alguns elementos que nos permitem compreender algumas das contraposições e disputas que caracterizam o que denominamos como o Campo da reforma agrária e seus desdobramentos – conforme ilustra a Figura 16 – e cujas repercussões envolvem diretamente a execução de políticas públicas para áreas reformadas, como foi o caso do Programa Terra Sol.

No Rio Grande do Sul, o Campo da Reforma Agrária tem suas especificidades marcadas pela formação de um **subcampo regional**, sendo que o INCRA – SR 11 é um dos agentes, com contradições e disputas internas, nas quais muitas concepções sobre as estratégias e políticas para o desenvolvimentos dos assentamentos são acionadas a partir da iniciativa e empenho pessoal de alguns agentes do quadro técnico do INCRA – conforme já demonstramos. Executar uma política pública envolve uma série de riscos e de responsabilidades, que tem a ver com as concepções ideológicas pessoais e profissionais destes agentes internos no INCRA. Assim, na Figura 16 buscamos ilustrar a composição dos diferentes campos: as políticas públicas e as instituições no âmbito da Reforma Agrária participam do campo do Estado e de suas disputas; por sua vez, o INCRA é uma das instituições que participa no campo da Reforma Agrária, com diferencial em termos de capitais, pois é o principal executor; por sua vez, o Programa Terra Sol é uma das políticas executadas no âmbito do INCRA (e embora esteja em destaque no esquema, não é a principal). Também participam nesses campos, ainda que indiretamente e como beneficiários, os agricultores sem terra que estão, em parte, articulados pelo MST (mas nem todos, ao modo de sujeitos sem-terra), os que foram contemplados com política de reforma agrária e outros que podem ser considerados como um “público em potencial” da reforma agrária. Participa também o Campo MST com sua perspectiva particular sobre desenvolvimento dos assentamentos e sobre modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro.

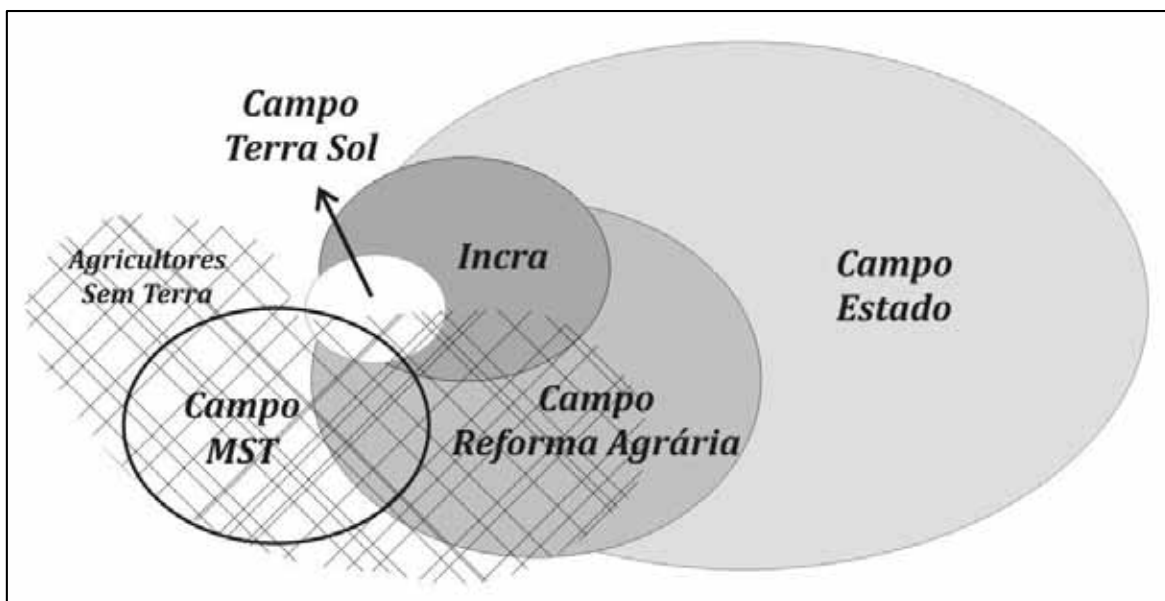


Figura 16 - Esboço de esquema de intersecção dos campos do Estado, da Reforma Agrária, do INCRA, do Terra Sol e do MST

Elaboração: Sulzbacher, 2014.

Assim, o Programa Terra Sol como um subcampo do campo da reforma agrária, que consideramos aqui como “Campo Terra Sol”, tem sua existência efetivada quando se constitui um Grupo Gestor no âmbito da Superintendência.

Se o campo da política pública – do Programa Terra Sol no Rio Grande do Sul – contém em si contradições inerentes ao campo da reforma agrária na escala federal (em termos de orçamento, linhas de financiamento, formas de execução), ele apresenta algumas especificidades tendo em vista a configuração e situação do campo no Rio Grande do Sul. Especificidades que têm relação com o processo histórico de luta pela reforma agrária, com a configuração interna do INCRA – SR 11, com a relação que estabelece com o MST/COCEARGS. A participação de outros agentes, mesmo indiretamente, é uma das externalidades que influenciaram o funcionamento do Campo Terra Sol, à exemplo das Prefeituras Municipais, ainda que apareçam poucas vezes.

Desta forma, pode-se apontar que os principais capitais no Campo Terra Sol são o capital social e o capital econômico, considerando que no âmbito da gestão pública a eficácia de determinada política é mensurada a partir da relação famílias beneficiadas *versus* valor investido. Espera-se, assim, que o valor investido possa repercutir na geração de empregos e renda, como indicativos da melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas e do desenvolvimento dos assentamentos. Trata-se de dois capitais que são contemplados na representação do MST/COCEARGS, já que o Campo MST contempla em sua estrutura um

viés político de organização e representação social, e um viés econômico com papel predominante das cooperativas – conforme discutiremos no Capítulo V.

O grupo gestor do Terra Sol, no Rio Grande do Sul, estabeleceu vínculos com o Campo MST ao considerar necessidade de diálogo com o público beneficiário em potencial e por tratar-se de um Movimento com forte organização e com debate sobre agroindustrialização nos assentamentos. Deste modo, delinea-se o Campo Terra Sol, sendo que sua lógica contempla tanto a preocupação com a relação famílias beneficiadas *versus* valor investido, quanto o fato de que é um campo esporádico, cuja objetivação (em forma de reuniões) ocorre em alguns momentos específicos para discussão e negociação sobre os investimentos ou, nas viagens dos gestores para acompanhamento dos investimentos, fazendo com que parte dos **processos políticos** aconteçam nos *bastidores*, ao modo de articulações, pois em grande parte a decisão sobre “onde investir” foi influenciada pelo Campo MST ou no atendimento às externalidades (outros agentes que eventualmente atuam no campo, como as Prefeituras). Além disso, a existência do campo está condicionada à existência de recursos públicos para investimentos em assentamentos e tal condicionamento indica também a existência de disputas/conflitos pelos recursos. Assim, as decisões sobre “onde investir” atenderam a uma mediação entre os requisitos técnicos, sobretudo relacionados a capacidade de gestão da cooperativa (ou melhor, da equipe à frente da gestão da cooperativa) e entre as prioridades articuladas e debatidas no âmbito da estrutura política e econômica do MST, definindo assim linhas estratégicas de ação para as quais o MST compromete-se, de forma simbólica, a garantir eficácia.

CAPÍTULO IV

Formação sócio-espacial do Rio Grande do Sul

Carlos Drummond de Andrade, em uma interpretação poética do ato de estar-no-mundo questiona-se: “Mas que coisa é homem/ que há sob o nome:/ uma geografia?” (2008, p. 295). De nossa parte, podemos responder: sim, uma geografia. Essa é a sua primeira condição de ser, a geográfica. Daí, também, entender o porquê de Mario Quintana, parodiando Shakespeare, asseverar: “Ser ou estar... eis a questão!” (2006b, p. 313). Pois, o fundamento geográfico do corpo humano é a necessidade de *ser no estar* encontrado na superfície terrestre. Seu estar é um estar específico, determinado. Seu meio vital é, em relação a toda materialidade do corpo terrestre, uma fina película onde se originou e se mantém. As disposições físicas que possibilitam seu viver encontram-se aí. Assim, determinadas variações de temperatura, pressão, misturas de gases, gravidade, incidência solar etc.; permitem sua vida. Não há como escapar desta condição de ser-da-superfície-terrestre, daí a necessidade de compreendê-lo inicialmente neste parâmetro.

Carlos Geraldino

O trecho supracitado, extraído do trabalho realizado pelo geógrafo Carlos Geraldino (2010), justifica a necessidade, que se fez presente ao longo da travessia, de entender a situação dos assentamentos gaúchos no contexto de formação sócio-espacial⁹⁶ do Rio Grande do Sul. Portanto, esta seção⁹⁷ tem um intuito de apontar algumas características que são relevantes quando se discute políticas para áreas reformadas – lembrando aqui que, embora predominantemente estatal, a política também é produzida pelos grupos, conforme discutimos com Dussel (2007) e outros, em suas estratégias para sobrevivência. Portanto, apresenta-se aqui alguns elementos que auxiliam a compreender algumas das especificidades que implicam no devir dos assentamentos e na formulação de diferentes concepções sobre o desenvolvimento.

⁹⁶ “La notion de formation socio-spatiale est un outil méthodologique, une grille d’analyse permettant de tester et d’évaluer la consistance territoriale, la capacité agrégative d’un espace géographique désigné par un nom, mais ne relevant pas d’une échelle particulière (la France, la Bretagne, le Minervois par exemple). [...] Le modèle “formation socio-spatiale” part de l’hypothèse que toute architecture géographique sensible (configuration spatiale signifiante) correspond à une production sociale. [...] Il cherche à mesurer, dans un espace donné, l’intensité des effets de lieux et des effets paysagers (instance géographique), tant sur les pratiques spatiales que sur les rapports sociaux et les valeurs patrimoniales des populations en cause” (LÉVY e LUSSAULT, 2003, p. 375).

⁹⁷ Nesta seção, apresentamos, de forma revisada e ampliada, artigo que foi elaborado para publicação em forma de capítulo no livro “O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e novas institucionalidades” com publicação prevista para março de 2015, organizado por Gisele Guimarães (UFSM).

Os processos de expansão da fronteira agrícola brasileira tiveram dinâmicas particulares conforme as diferentes regiões. No Rio Grande do Sul, sobretudo a partir da década de 1980, a “direção sul” passou a ganhar, progressivamente, uma atenção diferenciada, sobretudo diante das diferentes possibilidades de uso da terra e de “preencher” o vazio demográfico. Há diferentes estudos que mostram tanto processos históricos quanto conflitos e transformações recentes envolvendo a instalação e os impactos dos assentamentos de reforma agrária (ALVES e SILVEIRA, 2008; CHELOTTI, 2010; MEDEIROS e LINDNER, 2013), os impactos da silvicultura (DIESEL *et. al.*, 2006; BRANDÃO *et. al.*, 2014) e da vitivinicultura (FLORES e MEDEIROS, 2011). Há ainda estudos que apresentam os conflitos agrários e a mudança dos modos de vida (FIALHO, 2011; BRITTO, 2011; LOSEKANN e WIZNIEWSKY, 2012, 2013) e a formação e o reconhecimento de territórios a partir das indicações geográficas, dentre outros.

Não temos a pretensão de revisitar todas essas diferentes abordagens, mas, de forma modesta, construir uma reflexão que atente para algumas particularidades desse processo. Procuramos examinar, sobretudo, como os diferentes projetos em disputa, que implicam concepções sobre *como desenvolver*, são colocados em marcha. Muitas vezes, projetos como esses ocorrem sem a aquiescência daqueles que vivem e que fazem da metade sul do Rio Grande do Sul não só um lugar de vida, mas onde depositam suas expectativas, seus projetos, seu futuro, reconstróem seus *habitus* e adaptam sua cultura, na esperança por dias melhores. Por esses prados, o desenvolvimento⁹⁸ passa a ser um processo cuja concepção é construída por outros, pelos *de fora*, pelo forasteiro, que ali nada reconhece como moderno, que por ali só vê ausências.

Partimos, portanto, de uma perspectiva de que os assentamentos de reforma agrária representam não somente a contestação e a mudança de uma estrutura agrária desigual, mas também implicam uma estratégia de ocupação de uma porção do estado até então relativamente marginalizada diante do processo de desenvolvimento *moderno* no campo. Os assentamentos implicam em mudanças não só da paisagem, mas de todas as redes de sociabilidade, dos *habitus*, da organização política, social e econômica. Indicam conflitos para a construção de outros territórios, com novos agentes, regras e, em especial, novas demandas.

Desenvolveremos as reflexões, muitas delas ainda especulativas, em duas partes, começando por uma abordagem geral sobre a formação da geografia agrária gaúcha e a

⁹⁸ Nesse ponto, concordamos com Brandão *et. al.* (2014, p. 232), ao apontar que “Em regiões periféricas do ponto de vista econômico-industrial, como a Metade Sul do estado [...], acredita-se que o caminho para a melhoria das oportunidades e da qualidade de vida das pessoas não virá através de receitas prontas de desenvolvimento”.

interação de fatores como o meio natural, as políticas de colonização e as políticas desenvolvimentistas. Na segunda parte, discutiremos um pouco o cenário em que se instalam os assentamentos de reforma agrária e os conflitos decorrentes desse processo.

1. Projetos em conflito e a geografia agrária gaúcha

No processo histórico-geográfico de formação do território sul-riograndense, destacamos a importância de três fatores: (1) os de ordem natural, uma vez que dois biomas contribuíram na regionalização das aptidões agrícolas e pecuárias; (2) as políticas e estratégias de ocupação e povoamento, como as sesmarias, que foram basilares para a concentração da propriedade da terra, seguida da política de colonização com imigrantes europeus, reforçando o “lugar” marginal dos povos que já ocupavam o território; e, por fim, (3) as políticas recentes de Estado, que incentivam o desenvolvimento do capitalismo no campo, sendo priorizadas áreas com aptidão agrícola, propícias para a modernização da agricultura, a industrialização e a urbanização, aliadas também a estratégias de expansão recentes da fronteira agrícola para a porção sul do Rio Grande do Sul. Tais processos indicaram também a formação de uma identidade regional ligada ao território conforme escreve o sociólogo Marco Antônio Fialho (2011, p. 16 – grifos do autor):

A figura do *gaúcho*, construída ao longo do processo histórico de ocupação e formação do território rio-grandense, incorporou diversas significações até alcançar a atual – habitante do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil. A palavra gaúcho, no decorrer dos anos, passou por um processo de construção do *sentido de identidade*, seguindo dois caminhos que convergiram para o significado atual da palavra. Esses dois caminhos estão identificados com a personalidade dos indivíduos e com o espaço físico que ocupam. Antigamente referido a certa casta de características depreciativas que ocupava determinada região que compreendia parte dos territórios da Argentina, do Brasil e do Uruguai; atualmente, desvinculada das características depreciativas, atribuídas aos habitantes do Rio Grande do Sul.

Ainda que a identidade tenha repercussão estadual, ela tem por base a porção oeste do estado de base fronteiriça com países vizinhos e ligada a um determinado modo de vida referente à “Campanha”, que está em contraposição às “Colônias”. Estes dois modos de vida expressos nas identidades – o *gaúcho peão* e o *colono* –, expressam também diferentes formas de se relacionar com a natureza, com o trabalho, com seus pares, consolidando uma diferenciação nas formas de uso, inserção e transformação do meio geográfico:

Na história da colonização do Rio Grande do Sul, pode-se observar a clara separação étnica, as colônias alemãs e italianas, cada uma no seu *território*, isolamento étnico que ainda hoje se observa (amenizado com os anos) na sociedade rio-grandense. Apesar da segregação racial velada existente no interior da sociedade rio-grandense, a representação do gaúcho reúne as etnias sob um mesmo tipo social – *gaúcho* (FIALHO, 2011, p. 4)

Na prática agrícola do colono, a labuta diária envolve arar a terra para produzir. Por outro lado, a “vida cotidiana do *gaúcho peão brasileiro*, no interior da estância, respeitava o tempo da natureza” (FIALHO, 2011, p. 18 – grifos do autor). Logo, para o gaúcho peão, o solo não é revolvido e o campo nativo é preservado a partir do manejo com o gado, de modo a garantir sua permanência, enfim, para o “*gaúcho peão*, a atividade agrícola não estava entre as suas atribuições” (FIALHO, 2011, p. 18 – grifos do autor).

Para Haesbaert (1988) pode-se identificar uma oposição⁹⁹ entre “o *pele duro* (descendente de luso-brasileiro) x *colono* (geralmente de ascendência italiana ou alemã), manifestando a manutenção da segregação e das raízes ‘culturais’ na explicação do ‘atraso’ dos luso-brasileiros frente aos demais colonizadores europeus” (HAESBAERT, 1988, p. 69). Os dois tipos sociais também representam modelos agrários e projetos diferentes, implicando conflitos e acirrando disputa não somente por terra, mas também pela continuidade de sua existência, principalmente a partir da década de 1980, quando alguns colonos começaram a migrar para a metade sul em busca de novas áreas para produção de arroz e soja.

1.1. O meio, os modos de vida e as políticas de desenvolvimento

A formação geológica e climática do Rio Grande do Sul contribuiu para demarcar uma divisão política e administrativa entre o norte e o sul. Historicamente, no norte, o domínio do Bioma Mata Atlântica foi progressivamente substituído por lavouras, a partir da ocupação de descendentes dos colonos imigrantes. O sul, com predominância do Bioma Pampa, caracterizado pelo campo nativo, foi ocupado pela pecuária extensiva.

Reconstituindo os principais aspectos históricos da instituição desses modelos agrários, pode-se indicar o ano de 1531 como marco para o primeiro contato dos exploradores europeus com a área que atualmente se refere ao Estado do Rio Grande do Sul. As terras já

⁹⁹Haesbaert (1988) analisa documentos da Cooperativa Mista Aceguá, referente aos esforços para formação do ideal de cooperação na Colônia Nova Esperança, situada próxima a Bagé e criada em 1949 por imigrantes alemães de origem ucraniana.

eram povoadas por nativos dos grupos tapes, carijós, minuano, charrua e coroado. A segunda referência temporal, cerca de 100 anos depois, é o período de 1605 a 1633, com a fundação das reduções jesuíticas (de origem espanhola), reorganizadas posteriormente nos Sete Povos das Missões (1682 a 1750).

Na eminente disputa territorial pela demarcação da fronteira entre as colônias espanholas e portuguesas, a partir do século XVIII, a Coroa Portuguesa distribuiu sesmarias e instalou acampamentos militares, visando garantir a posse e a defesa das terras. Instituiu-se assim um marco inicial da questão agrária: a concentração de terras, destinadas a militares e a membros da nobreza. Os campos da “metade sul”, disputados entre Portugal e Espanha, foram povoados por luso-brasileiros em uma lógica ocupacional segregadora, como assinala Haesbaert (1988, p. 34 – grifos nossos):

Muitos autores veem na doação de sesmarias (com área de 13.068 ha) e na expansão da pecuária, marcos originais da formação da estrutura latifundiária gaúcha, a única forma de viabilizar a ocupação e defesa do território, tendo em vista a concessão de terras e escassez de elementos povoadores. Contudo, **raramente atentam para o caráter social da distribuição das terras**, profundamente segregador, privilegiando os **chefes militares** de maior patente [...] e aqueles que, por usucapião, já tivessem algum tipo de instalação, mesmo temporária (as invernadas ou currais). Tratava-se sempre, é óbvio, de uma prática clientelista, onde não se respeitava nenhum preceito legal.

Dessa prática clientelista de distribuição de terras, privilegiando sobretudo o alto escalão de militares surgiram as estâncias e, como afirma Brito (2011, p. 12), o acesso à terra e aos meios de produção esteve “pouco ou nada acessível às camadas menos abastadas de distintas maneiras durante o decorrer dessa história”. Para a autora, a história agrária da metade sul (ou região da campanha) pode ser periodizada a partir de seis ciclos econômicos. O primeiro ciclo corresponde à captura do gado solto, que se reproduziu após a destruição das reduções jesuíticas. O segundo ciclo é marcado pela produção de gado, quando as tropeadas de gado vivo interligaram o Rio Grande do Sul e São Paulo, abrindo as primeiras estradas. O terceiro ciclo tem por característica um “sistema agrário-estância” que se iniciou a partir da redução da mineração e da queda na demanda por carne, fazendo com que as estâncias da campanha passassem a produzir charque. O quarto ciclo marca um processo de desmantelamento da economia do charque, guerras civis (Revolução Farroupilha e Revolução Federalista), a Guerra do Paraguai e a instalação do “sistema agrário de campo”. O quinto ciclo (1900-1930) é marcado pela diversificação, com produção de vitivinicultura, milho e

arroz irrigado. Na pecuária, houve um estímulo para a ovinocultura, principalmente na produção de lã. Ao longo desses ciclos,

O latifúndio e o município constituíram a base territorial mínima de poder que levou os grupos dominantes da Campanha à hegemonia política do território estadual por tantas décadas. Isso não significa que esses grupos tenham, concomitantemente, assegurado seu domínio econômico (HAESBAERT, 1988, p. 53)

A década de 1930 inaugurou o sexto ciclo econômico na metade sul, em que se destacam a produção de gado extensiva “melhorada” e a produção de arroz irrigado. A modernização da pecuária e da agricultura foi incentivada a partir de crédito e financiamentos pelo Estado. Assim, “coube ao arroz, a partir da década de 1920, afirmar a atividade lavoureira e o arrendamento num meio praticamente exclusivo de proprietários pecuaristas” (HAESBAERT, 1988, p. 58). No entanto, “A rizicultura não alterou a estrutura agrária da Campanha” (HAESBAERT, 1988, p. 58) e, além disso, as políticas de desenvolvimento poucas vezes favoreceram a região, como demonstra estudo de Haesbaert (1988, p. 71 – grifos nossos):

A dicotomia Campanha x Serra (Colônia) estaria definitivamente superada com a nova política econômica e de transportes iniciada nos anos 50. **A opção pelas rodovias e a estagnação do transporte ferroviário contribuíram ainda mais para reforçar o pouco dinamismo e o empobrecimento da Campanha.** Desprovida de eixos rodoviário em boas condições de tráfego, e com a desaceleração também das ligações aéreas regionais, deixando de servir várias cidades, a Campanha dos latifundiários ‘fecha-se’ ainda mais em torno do que lhe era possível preservar (à escala local): o poder municipalista e a economia pastoril latifundiária.

Esse cenário começa a mudar – ainda que lentamente – a partir de 1960, quando se inicia um processo de “capitalização dentro da própria pecuária e sua transformação em atividade intensiva, voltada para a exportação [...]”. A proliferação de cabanhas, propriedades especializadas na criação de gado de raça [...]” (HAESBAERT, 1988, p. 62). Associada a essa modernização da pecuária, a “penetração do capital dos ‘colonos’, através da empresa rural agrícola ou ‘granja’, especialmente no setor rizícola, tem sido o agente de mais intensa transformação sócioespacial da Campanha gaúcha nos últimos anos” (*Idem*, p. 63). Essas características passam a moldar o sistema agrário contemporâneo da metade sul.

Enquanto isso, a “metade norte” apresentou uma dinâmica vinculada à propriedade familiar, geralmente de pequeno porte, e a um modo de vida marcado pelas práticas e cultura agrícolas. Do ponto de vista geopolítico, a colonização do Rio Grande do Sul por imigrantes

européus foi deslocada para outras regiões. Como lembra Haesbaert (1988, p. 54), “o governo imperial, sem interesse em tocar diretamente no espaço latifundiário, promoveu a apropriação privada e a colonização das áreas de mata do Rio Grande do Sul, embrião de uma futura expansão tentacular das pequenas e médias propriedades em direção à fronteira”.

A colonização das áreas de mata iniciou-se a partir de 1748. Em especial, imigrantes de origem europeia contribuíram para a formação de identidades regionais ligadas à gastronomia, ao idioma, à religião, à arquitetura e ao processamento artesanal de alimentos. A recepção aos imigrantes iniciou com a chegada de dois mil casais açorianos. Além deles, entre 1824 e 1914, chegaram aproximadamente 45 mil alemães e, entre 1784 e 1914, cerca de 160 mil italianos (MUSEU MEMORIAL DO RS, 2012).

Significativa parte desses imigrantes recebeu colônias de terras e foi responsável pela expansão da fronteira agrícola do Estado, povoando inicialmente os vales, depois as encostas, em direção ao centro. Em seguida, seus descendentes formaram as “colônias novas”, seguindo nas direções norte e noroeste, a partir da substituição das matas por uma prática agropecuária voltada basicamente para a subsistência do grupo familiar. As novas colônias reproduziram a organização socioespacial das antigas, com pequenas e médias propriedades de base familiar, com perfil produtivo baseado na policultura, em trocas mercantis e na adoção do sistema de pousio dos índios e dos caboclos. Sua produção era de milho, mandioca, feijão e batata, para consumo da família, e de banha, como principal produto comercial (LIMA e HENNIG, 2008). Constitui-se, principalmente, um conjunto de características que entram em colapso a partir das décadas de 1960 e 1970, com as partilhas das terras por herança, a perda de fertilidade dos solos e a progressiva diferenciação social entre os colonos, fatores que vão contribuir para a mobilização e constituição do público da Reforma Agrária.

A primeira parte do século XX foi marcada por significativas transformações no tocante a esse perfil produtivo, introduzindo nova dinâmica agrária que se consolidou com a modernização da agricultura. O ingresso nos sistemas “modernos” de produção agrícola com integração à indústria e à produção de soja e trigo, a necessidade de racionalizar os fatores de produção, as características agroecológicas e a busca de mercado foram alguns dos fatores que provocaram grandes mudanças no meio rural e a progressiva desestruturação da agricultura colonial (PICOLOTTO, 2006).

Nesses marcos, a porção centro-norte-nordeste do meio rural gaúcho começou a experimentar as primeiras ondas da especialização produtiva, baseada em sistemas de produção intensivos que, geralmente, integravam grãos com a atividade pecuária, a partir da

formação dos complexos agroindustriais nas cadeias produtivas de leite, suínos, aves, soja e milho – intensivos e exigentes de força de trabalho.

Na metade sul, a crise na pecuária extensiva comprometeu a manutenção das estâncias. Através do arrendamento de terras, a lavoura empresarial penetrou nas áreas de pecuária com a produção de grãos: inicialmente com arroz na década de 1920, com o trigo logo em seguida e com a soja a partir da década de 1970. Essa relativa diversificação, a partir do arrendamento, garantiu a manutenção da renda e a concentração da estrutura fundiária na campanha. Tal processo teve implicações diretas no modo de vida do *gaúcho peão*, conforme analisou Fialho (2011, p. 16 – grifos do autor):

Para o *gaúcho peão* foram séculos de vida (gerações) sob o olhar e cuidado do *gaúcho estancieiro*, a mudança decorrente do processo de desenvolvimento modificou seu estilo de vida levando-o a transformação de peão-empregado a agricultor-proprietário. Este último ainda não totalmente assimilado. Ainda encontra-se angustiado. Por conta do passado e das dificuldades de adaptabilidade é estigmatizado e desprezado.

A contraposição entre os modos de vida está em franca expansão, principalmente com os recentes investimentos na área da vitivinicultura em alguns municípios, a partir da década de 1990, e da silvicultura, principalmente a partir dos anos 2000. Rozalino e Silveira (2012, p. 17) analisam tal processo na metade sul:

[...] com a introdução da soja e eucalipto, observamos mudanças na paisagem pampiana, mas não se consegue vislumbrar mudanças positivas no panorama socioeconômico da região. A estrutura fundiária permanece praticamente inalterada e, em alguns casos, houve até certo aumento da concentração de terras nas áreas com estas culturas.

A estrutura fundiária se manteve concentrada, porém se alteraram aspectos essenciais ligados à paisagem (do campo à floresta plantada, em grande parte exótica), ao tipo de trabalho disponível e ao perfil de trabalhador que passou a ser exigido pela indústria da silvicultura e vitivinícola. Haesbaert (1988, p. 65) já apontava essas iniciativas empresariais como um agente transnacional, de capital privado: “o capital vinculado à agroindústria vitivinicultora é que parece efetivamente se impor como um agente transnacional a acelerar a incorporação da Campanha no espaço global capitalista”, porém dadas suas características:

Altamente mecanizada, sem utilizar mão de obra e alicerçada em grandes propriedades, a vitivinicultura certamente irá acirrar as contradições socioespaciais da Campanha. [...] irão apenas dinamizar

um novo setor econômico, sem alterar significativamente a base da estrutura social local, certamente fortalecendo as desigualdades [...] (HAESBAERT, 1988, p. 66-67)

Para Rozalino e Silveira (2012), o arrendamento de terras transformou-se em uma estratégia de manutenção da concentração fundiária, alavancada principalmente a partir da inserção dos cultivos de arroz e de soja a partir de 1990. Com base na análise de dados do Censo Agropecuário de 2006, os autores destacam:

Percebe-se que os cultivos de trigo e milho, além de pouca participação, ainda sofreram certa redução em sua área plantada, o que pode ser explicado pelos preços pouco atrativos no período. Já para a cultura de arroz, detecta-se um salto na área plantada a partir da segunda metade da década de noventa, ficando estabilizada nos anos posteriores, principalmente pela escassez de áreas agricultáveis. A lavoura de soja, por sua vez, **aparece com sua área de cultivo triplicada em vinte anos**, mostrando o grande interesse obtido por esta cultura, já que a mesma encontra-se em processo de avanços técnicos e preços atrativos devido a sua importância como *commodities* no mercado exportador brasileiro (ROZALINO e SILVEIRA, 2012, p. 16, grifos nossos)

A produção de arroz tem se destacado nos últimos anos, atingindo 14,8% do valor agregado bruto da agropecuária no Rio Grande do Sul, em função da “introdução de novas variedades com maior potencial produtivo, manejo, sistemas produtivos e gerenciamento, que acrescentaram rentabilidade a esta lavoura” (RIO GRANDE DO SUL, 2011). Em 2010, a produção de arroz correspondeu a 62% da produção nacional, e destacaram-se as mesorregiões Sudoeste (44%), Metropolitana (23%) e Sudeste (20%) (IBGE, 2012).

Já a produção de soja, pode-se destacar que, enquanto a metade norte continua se destacando no valor da produção, a metade sul tem se tornado uma área propícia para a expansão da área plantada. Entre os anos 2000 e 2010, houve incremento aproximado de 700% na área plantada na mesorregião metropolitana e de 200% e 100% nas mesorregiões Sudeste e Centro Ocidental (IBGE, 2012), respectivamente.

Por sua vez, na pecuária de corte extensiva, a produção gaúcha vem decrescendo. A concentração de rebanho está na porção oeste e sul do Estado, associada à presença dos campos ou integrada à produção de arroz, com destaque para três regiões: a Fronteira Oeste, com 24,2% do rebanho; a região da Campanha, com 10,6%; e o Sul, com 12,7% (RIO GRANDE DO SUL, 2011). Quanto à produção de leite, o Rio Grande do Sul responde por 12% da produção nacional. No Estado, a quantidade de leite produzida no período de 2000 a

2010 aumentou 73%, enquanto o preço do produto aumentou R\$ 0,34 por litro de leite (de R\$ 0,28 a R\$ 0,61/litro) (IBGE, 2012).

A metade sul mantém a pecuária de corte extensiva como uma atividade importante, mesmo diante de alguns investimentos recentes em fruticultura e silvicultura vinculados, entretanto, a um projeto de modernização que não altera a estrutura fundiária. Por sua vez, a metade norte apresenta uma relativa diversidade na composição de sistemas de produção. Nesses sistemas, a predominância da produção de grãos, soja e milho nas propriedades “consolidadas” é combinada com outras estratégias nas propriedades de agricultura familiar, como é o caso dos sistemas de integração. É principalmente junto a agricultores familiares, em especial àqueles em que a propriedade da terra já é um fator limitante à reprodução social, que a integração ao complexo agroindustrial se tornará uma alternativa para a permanência no meio rural, mesmo com todos os problemas sociais e ambientais que podem ser decorrentes dessa relação.

É diante desses modelos agrários, vinculados a projetos de desenvolvimento rural, que as famílias assentadas tentam recomeçar suas atividades produtivas. Em muitos casos, são igualmente marginalizadas e estigmatizadas, ao mesmo modo dos “gaúchos peões” de outrora, restando à organização política e econômica do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) um enorme desafio no sentido de construir projetos alternativos de inclusão social e econômica, conforme discutimos a seguir.

2. As diferenças regionais e os assentamentos de Reforma Agrária

Em sua maioria, os assentamentos foram criados a partir do deslocamento da população para outras regiões – preponderantemente do norte para o sul do estado. Esse fato desencadeou uma série de mudanças, ainda em processo, sendo que muitas delas são marcadas pelo enfrentamento político-ideológico, pelo contraponto aos modos de vida e às concepções de mundo entre os sujeitos *sem-terra* e os *gaúchos peões* ou *pelo-duro* da região da campanha. Neste exercício analítico, levantamos reflexões hipotéticas sobre como o meio geográfico influencia as concepções sobre o devir dos assentamentos, da região e, principalmente, sobre os processos de participação política, internos ao MST.

Significativa parte dos assentamentos no Rio Grande do Sul tem relação direta com a atuação do MST. O Movimento iniciou o processo de luta pela terra através da ocupação de

grandes propriedades na metade norte, seguindo em direção ao sul. Uma das últimas ocupações (2009) foi realizada em uma propriedade no município de São Gabriel, conhecido como “coração do latifúndio” do Rio Grande do Sul.

A partir da Tabela 4, pode-se observar que, entre 1990 e 2000, foram instalados 60% dos assentamentos que existem atualmente no Estado. Cabe destaque às regiões Território Zona Sul, Fronteira Oeste-Livramento e Metropolitana, sendo que as duas últimas não possuíam, até então, áreas reformadas. Conforme os dados, há atualmente cerca de 13 mil famílias assentadas no Estado.

Tabela 4 - Assentamentos instalados, número de famílias e área.

Regiões INCRA *	Capacidade Famílias	Área (ha)	Assentamentos			
			até 1989	1990-2000	2001-2011	Total
Centro-Norte-Nordeste	4.423	95.687,47	6	55	36	97
Metropolitana	1.066	21.882,96	0	26	06	32
Missões	1.286	26.628,34	2	23	11	36
Território Zona Sul	4.694	99.582,18	6	70	40	116
Fronteira Oeste - Livramento	1.856	38.462,83	0	26	22	48
Total	13.325	282.243,77	14	200	115	329

*Consideramos a regionalização adotada internamente pelo INCRA-SR 11, a fim de facilitar a sistematização dos dados obtidos.

Fonte: INCRA, dados de 2011 – Pesquisa de Campo (fevereiro 2012).

Elaboração: Sulzbacher, 2012.

A instalação de assentamentos rurais contribuiu, ainda que de forma tímida, à desconcentração da estrutura fundiária, ao acréscimo da densidade populacional e ao dinamismo econômico da “metade sul”, já em meados dos anos 1990. Na Figura 17, apresentamos três croquis com o número e a capacidade de famílias dos assentamentos nos municípios gaúchos. Pode-se observar que os municípios situados na metade sul, além de apresentar maior número de assentamentos, indicam também uma maior capacidade, fatores associados à desapropriação de grandes propriedades. Destaca-se também a predominância (70%) no Estado de assentamentos com capacidade inferior a 133 famílias.

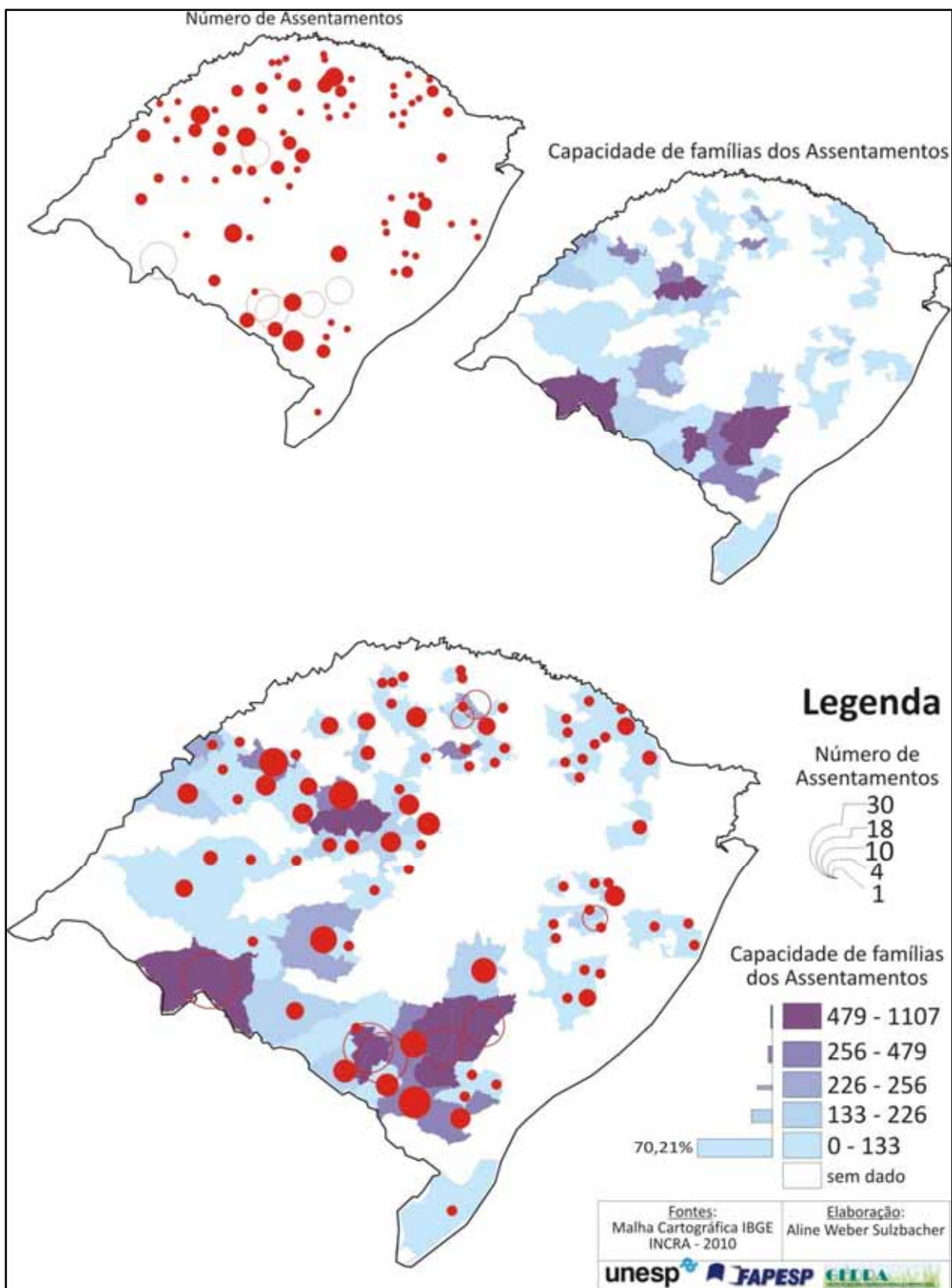


Figura 17 - Mapa dos assentamentos no Rio Grande do Sul.

Fontes: Malha cartográfica do IBGE e Censo Agropecuário 2006.

Elaboração: Sulzbacher, 2012.

A mobilidade populacional, com fluxo principalmente no sentido norte a sul, repercutiu diretamente no processo de reprodução social das famílias assentadas, em especial na dimensão produtiva, como analisa o engenheiro agrônomo João Carlos C. Gomes (2005, p. 163):

Hoje o que se observa em determinadas regiões, como na metade sul do Rio Grande do Sul, é que depois de quase 15 anos de instalação dos primeiros assentamentos muitos agricultores ainda não encontraram uma proposta ou arranjo produtivo que lhes garanta a tão almejada sustentabilidade.

A começar, as famílias assentadas têm dificuldades impostas pelo meio, com condições edafoclimáticas diferentes daquelas a que estavam habituadas e nas quais muitas delas embasavam seu saber-fazer agrícola, conforme relata a cientista social Jaqueline Haas (2013, p. 166 – grifos nossos) em pesquisa realizada junto a uma das cooperativas coletivas do MST:

Quanto às dificuldades retratadas pelos assentados já no assentamento, estão as questões ligadas as limitações físicas e geográficas existentes na região destinada para o assentamento, uma vez que eles desde crianças, conheceram técnicas agrícolas e tipos de produção específicos para serem empregadas em um determinado tipo de solo. Quando assentados, **necessitaram descobrir e aprender como trabalhar com um tipo de solo distinto, a qual encontraram no assentamento, necessitando para tanto outros meios de produção e ainda outras técnicas de produção.** Nesse sentido, percebe-se a partir dos relatos, que as políticas públicas, os processos de intervenção, que ocorrem no campo da Reforma Agrária, **não consideram as trajetórias sociais das famílias a serem atingidas/contempladas.**

Esse processo de adaptação, do “descobrir e aprender” a trabalhar em diferentes condições edafoclimáticas tem sérias implicações na reprodução social das famílias. Em outra pesquisa, o engenheiro agrônomo Leonardo Melgarejo (2000, p. 15), ao analisar a relação homem-ambiente, aponta que, “em mais do que 50% dos assentamentos, a totalidade das famílias não possuía experiência compatível com as exigências do local onde foram assentadas”. Em nossa pesquisa de campo, ao longo da realização do grupo focal, também houve relatos sobre esses processos de adaptação ao meio, de famílias originárias de uma unidade geomorfológica do planalto e foram assentadas na planície costeira:

Mas uma característica aqui, até pelas famílias, que vêm de uma região de muita diversidade, e isso foi refletido aqui. Então o que não tinha aqui na região, nas outras propriedades era ou só arroz ou só

gado... [...] Depois é óbvio, **o tempo foi passando e as famílias vão descobrindo de que “ah, essa plantação aqui a gente consegue produzir para o consumo, essa outra produção consegue comercializar”** (Grupo Focal 2, 2012 – grifos nossos).

Cabe citar ainda o depoimento de um agricultor assentado que relata as mesmas dificuldades com adaptação, tendo em vista sua origem (metade norte – planalto) e que foi assentado na metade sul em área de transição entre a unidade geomorfológica depressão periférica e escudo sul-riograndense:

Nós tivemos dificuldades. Nós éramos de uma região onde se produzia soja, produção tradicional, né. Chegamos aqui e nos deparamos com uma dificuldade porque na época **não tinha estrada** pra ir na Hulha Negra, que dá 34 quilômetros. Muitas vezes nós tinha que ir de a pé, porque não tinha... E a comunidade [os peão por aqui, que faziam aquilo que o patrão dizia] daqui não recebeu nós bem... A visão da comunidade era de que nós era ladrão e vagabundo, que nós era assaltante de fazenda e coisa assim e tal... [...] **nós somos de uma região e somos filhos de pequeno agricultor**, então queira ou não, **cada um tinha uma raiz**, tinha um **capitalzinho lá do pai ou do irmão**, coisa assim... Então a primeira discussão nossa foi “vamos voltar para a casa dos pais”, [...] fazer a discussão com os parentes para ver no que podiam ajudar... (Liderança Local 22, 2012 - grifos nossos)

Estudando o caso do município de Santana do Livramento, o geógrafo Marcelo Chelotti (2003) também relata as dificuldades dos agricultores assentados em adaptar seu saber agrícola às condições locais, apontando, inclusive, que essa falta de conhecimento sobre como manejar o meio comprometeu a segurança alimentar de algumas famílias:

Ao chegarem ao assentamento, as famílias começaram a cultivar feijão, milho, soja, ou seja, os mesmos produtos e na mesma época de plantio que estavam acostumadas em suas áreas de origens, ou seja, em grande parte, na região do Alto Uruguai. [...] aos poucos eles passaram a conhecer as especificidades regionais, como a época do plantio de milho, maneira de arar a terra sem degradá-la, entre outros (CHELOTTI, 2003, p. 193)

Em muitos casos, as famílias levaram ao menos 10 anos para se adaptarem. Isso significa passar por um processo de tentativa de produção das culturas conhecidas e, especialmente, utilizando as práticas agrícolas convencionais, por sucessivas frustrações que desencadeiam a percepção da necessidade de mudança e de dominar novas técnicas. Um caso típico ocorre nos assentamentos com terras baixas, as quais inevitavelmente acabam sendo direcionadas para a produção de arroz, cujo cultivo é desconhecido por grande parte das famílias. Gomes (2005, p. 165) também comentou essa situação:

[...] na metade sul do Rio Grande do Sul, onde os assentados ainda têm dificuldade de obter resultados satisfatórios com culturas que faziam parte da tradição de cultivo em suas regiões de origem e das suas próprias histórias de vida, como é o caso da mandioca ou da soja. Como as condições e aptidões do agroecossistema são diferentes, os resultados negativos aconteceram, gerando decepção e até mesmo abandono do assentamento.

Em geral, para aqueles que ficaram a estratégia se construiu a partir da união das famílias e da definição de pautas de reivindicação para garantir infraestruturas básicas e a liberação dos créditos iniciais. Essas pautas são mediadas pelas lideranças, debatidas no MST e defendidas diante de outras instâncias políticas (como as prefeituras, secretarias regionais do governo estadual, etc.).

Desse modo, o lugar do assentamento passou a ser um lugar de encontro, ao modo proposto por Massey (2000, p. 184): “o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular. [...] Trata-se, na verdade, de um lugar de encontro”. O assentamento constituiu-se enquanto um lugar de encontro de diferentes trajetórias em processo de ressignificação, de redefinição dos projetos de vida e, inclusive, do devir do assentamento. Esse foi um encontro dos diferentes, que compartilham a particularidade de serem sujeitos políticos sem-terra (mas, ainda assim, cada qual singular), em um local diferente a ser transformado em lugar – material para a objetivação de projetos de vida. Esse momento repercute na formação das lideranças, sendo elas a combinação contraditória entre uma posição social no âmbito da estrutura do MST e a situação de um sujeito sem-terra que tem suas próprias aspirações enquanto um agricultor assentado.

Em síntese, a definição das “pautas de luta” tem suas particularidades regionais, por assim dizer. Tais particularidades, ao serem endossadas pelos sujeitos sem-terra em posição social de liderança, são justapostas a outras demandas que participam da disputa por recursos. Em entrevistas realizadas com lideranças do MST, podemos observar algumas das “pautas de luta” consideradas ainda de “necessidade básica” e sem as quais provavelmente se torna muito difícil construir ou discutir projetos para o desenvolvimento regional:

[...] a falta de infraestrutura básica nos assentamentos é ainda uma vergonha para um governo como o nosso, que se diz a favor dos pobres, enche de bolsa família, um monte de ajuda para pobre que não tem emprego e deixa as pessoas que lutaram anos por um pedaço de terra, que não têm estrada, não têm água potável, que têm mais de [?] 5 mil famílias sem água potável. [...]

Agora tão discutindo de novo demanda de estrada, tem gente que não tem acesso a recursos, não tem água potável. Não tem acesso ao programa ‘Minha Casa, Minha Vida’, então quer dizer, há ainda um conjunto de demandas de necessidade básica, né, de famílias nos assentamentos dessa região sul (Direção Cooperativa 9, 2012)

Na metade sul, além do enfrentamento com a ideologia latifundiária do pecuarista tradicional, as famílias assentadas também têm dificuldades de adaptação dadas às restrições agroecológicas para a produção e a pequena extensão dos lotes, o que inviabiliza a produção de gado de corte. A opção para os agricultores assentados tem sido a integração à cadeia produtiva do leite, geralmente viabilizada pelas cooperativas vinculadas ao próprio movimento social: “Pega desde [...] São Gabriel a Livramento, Hulha Negra, Candiota, Piratini, os produtores que produzem leite, quem recolhe o leite são as cooperativas ligadas ao MST” (Direção Cooperativa 9, 2012). Uma frente pioneira, já com dez anos, é a produção de sementes agroecológicas nos assentamentos. No entanto, essa é uma atividade que tem inúmeras dificuldades, devido à limitação da escala de produção, da equipe técnica (falta recursos humanos) e de pesquisas para o desenvolvimento técnico e tecnológico do setor.

Enquanto isso, os assentamentos da metade norte do Estado são diferentes. A liderança comenta: “E o campo, aqui na nossa região, é muito bem servido. Você está dentro do desenvolvimento econômico, tem acesso [...]” (Direção Cooperativa 9, 2012). Esse acesso vai além do mercado – só nos assentamentos da Fazenda Anoni (em Pontão), há pelo menos sete empresas que circulam para recolher leite nos lotes. Faz-se referência também às oportunidades de educação, de lazer e, principalmente, às oportunidades para escolher a qual sistema de integração o agricultor assentado pretende se vincular (soja, leite, aves, suínos). Mesmo que isso talvez não seja o ideal no âmbito do projeto político do MST, com certeza faz muita diferença na formulação de pautas reivindicatórias. Aliás, muitas das pautas propostas no âmbito político do Movimento sequer mobilizam as famílias.

A questão essencial por detrás dessas diferenças regionais – seja no norte, sul, leste ou oeste – é que a realidade local e regional, aliada à trajetória de vida dos sujeitos políticos que ali passaram a viver, constituirá a base para a reivindicação de demandas específicas, para a criação de estratégias de reprodução social que podem potencializar ou comprometer o desenvolvimento dos assentamentos. Fundamentalmente, essas particularidades regionais, muitas vezes, não são contempladas pelo Estado na execução das políticas e, também passam à margem das discussões no Campo MST – em função de sua estrutura e funcionamento, conforme veremos a seguir.

CAPÍTULO V

O MST e a gestão de seus trunfos

Mas agora, nós entendemos que é um período de plantar árvores!
Agricultor Assentado, Tapes

[...] centralidade ficou mais na produção, é onde o Movimento se
encontrou.
Agricultor Assentado, Pontão

Conforme Relatório DATALUTA, em 2012, havia seis movimentos socioterritoriais¹⁰⁰ atuantes no Rio Grande do Sul, sendo eles a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), o MST e a Via Campesina (NEAG, 2012). Desta forma, importa salientar que a relação entre MST e assentamentos não é exclusiva, de forma que existem outros movimentos e outros processos vinculados a luta pela terra, os quais não têm vinculação direta com as ações e organização do MST. Nesse sentido, também escreve Maciel (2009, p. 218):

Ao contrário da ideia preestabelecida pelo senso comum, os assentamentos nem sempre são organizados pelo MST, embora este seja o maior movimento de luta pela terra no país [...]. Sindicatos de trabalhadores rurais, a CPT e uma gama de outros movimentos sociais dissidentes ou não do MST organizam a luta pela terra em várias regiões do país.

Apesar disso, neste trabalho, foi dada ênfase ao MST, visando compreender sua estrutura e organização, tendo em vista a sua importância política e econômica junto aos assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul e, também, pela consequente influência na execução das políticas públicas para assentamentos – relação que inicia com o PROCERA e continua com o Terra Sol.

¹⁰⁰ Conforme propositura de Fernandes (2005, p. 08) "Os movimentos (socioterritoriais) territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização" [...]"No campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território. Na cidade, os movimentos socioterritoriais são predominantemente os movimentos de sem-teto. Constroem seus espaços e espacializam-se para conquistar o território, promovendo assim a territorialização da luta pela terra e pela moradia".

A atuação do MST foi fundamental na execução do Terra Sol por aportar um acúmulo de discussão e experiência sobre a agroindustrialização em assentamentos e por oferecer certa organização social e político-jurídico, via as cooperativas, para elaborar os projetos e atestar ao Estado a viabilidade social e econômica dos empreendimentos. Ainda que esses dois pontos não tenham garantido a eficiência dos empreendimentos financiados pelo Terra Sol, eles foram decisivos na definição de critérios para investimentos e no ordenamento das demandas prioritárias. Por tais aspectos é que se tornou imprescindível compreender os “movimentos” do Movimento – essa capacidade de organização de adaptar-se, a partir do aprendizado político, ao momento histórico – identificando quais são as suas permanências. Ainda com revisões, a estrutura política e econômica segue uma lógica organizacional, que é a “espinha dorsal” do Movimento – e como são gestados os trunfos – as estratégias usadas para a articulação do território, dos agricultores assentados e dos recursos disponíveis.

Assim, ao estudarmos o MST enquanto um Campo, buscamos conhecer seu funcionamento indicado na institucionalização de um “ponto de vista” sobre determinado mundo – do campo à sociedade – e na formação de um *habitus* do político, que nos auxilia a compreender a construção dos pontos de vista, ou seja, da emergência de determinadas leituras/visões de mundo como hegemônicas. É no movimento analítico para compreender os movimentos e permanências do Movimento e a gestão de seus trunfos que serão contempladas as diferentes concepções sobre projetos para o devir dos assentamentos e sobre o papel da agroindustrialização.

1. Os movimentos do Movimento

No âmbito da Geografia Agrária, há vários pesquisadores¹⁰¹ que se dedicam a temática da Reforma Agrária, dos assentamentos e da atuação do MST no Brasil. Portanto, apresentamos de forma breve algumas considerações, a fim de compreender os movimentos que constroem o Movimento enquanto uma organização consolidada e com projeção internacional. Dar-se-á ênfase ao período recente e à realidade gaúcha, incorporando leituras dos agricultores assentados com os quais dialogamos ao longo da pesquisa.

Ao abordar os 20 anos de existência do MST, completados em 2004, Fernandes (2006, p. 02) destaca que se trata de um “movimento camponês de caráter não sindical com vida

¹⁰¹ Verificável com uma rápida busca no diretório do CNPq sobre os Grupos de Pesquisa que têm linhas de pesquisa envolvendo temáticas como a da questão agrária, do campesinato, MST, dos assentamentos de reforma agrária etc. e outras palavras-chave correlatas.

mais longa da história do Brasil. [...] em torno de 25 anos, se considerarmos que a gestação do Movimento começou no ano de 1979, quando aconteceram as primeiras lutas de resistência na terra e ocupações de terra [...]”. Nesta trajetória, o MST passou por diferentes momentos, periodizados por Fernandes (1999), sendo o primeiro período de 1979 a 1985, identificado como a gênese e nascimento do MST e caracterizado pela construção de suas principais simbologias, princípios, concepções teóricas e de uma metodologia de luta popular. Ao dialogar entrevistando, um dos agricultores assentado que participou das primeiras ocupações de terra no Rio Grande do Sul relata duas estratégias empregadas ao longo da década de 1980 e que são essenciais na consolidação do Movimento:

[...] **uma que quem deveria dar direção política para o processo era os próprios trabalhadores**, não copiar os exemplos históricos de outros movimentos sociais que foram muito personalizados em figura políticas [...]. Então o Movimento decidiu **que quem deveria dar a direção eram os próprios trabalhadores que faziam o movimento no dia a dia** e decidiu **que seria um movimento de caráter nacional**, então a capacidade de resistência viria destas duas características. [...] Então nesse período da década de 80 foi isso, se resumiu a constituir o Movimento, em definir os objetivos estratégicos do Movimento, e se definiu por uma **pauta mínima dos assentados e que culminou na criação do PROCERA** (Gestor Cooperativa, 05, 2012 – grifos nossos).

Importa destacar que o princípio de **que quem deveria dar a direção eram os próprios trabalhadores que faziam o movimento no dia a dia** é uma das **permanências essenciais**, pois indicou **a capacidade de se reinventar** historicamente, de fazer o Movimento *em movimento* incorporando aprendizados políticos (sobre como organizar-se enquanto grupo social e construir enfrentamento) e econômicos (como organizar-se nos assentamentos, viabilizar a produção e o Movimento). Ainda, aliou-se uma segunda estratégia, do tipo escalar, não só de articulação entre estados, mas de composição de unidade nacional de um **movimento de caráter nacional** com projeção, tecendo uma identidade que aporta um determinado projeto de sociedade veiculado por simbologias que são, atualmente, reconhecidas internacionalmente. Sendo assim, além de angariar a terra, com o assentamento de milhares de famílias sem-terra, também houve outras várias repercussões, sendo uma delas o reconhecimento pelo Estado da permanência/existência do sujeito social, que o Movimento passou a denominar como “camponês”, no campo brasileiro e a exigência de políticas para atender as **pautas dos assentados**, a fim de assegurar sua reprodução social e a produção agropecuária.

Retomando a periodização proposta por Fernandes (1999), o segundo momento refere-se ao período de 1986 a 1990 e é marcado pela territorialização para outras regiões do Brasil e consolidação do Movimento a partir da: 1) mobilização das famílias, permitindo um acúmulo de aprendizado político, constituindo-se enquanto uma prática sociopolítica; 2) construção de um modelo de desenvolvimento para os assentamentos, baseado na cooperação e na agroindustrialização; 3) preocupação com a formação política dos militantes; 4) formação da estrutura organizativa. Neste período, a ocupação de terras se torna uma das principais formas tanto para a criação de um Movimento na escala nacional, quanto para a problematização pública da questão agrária brasileira, ainda que muitas vezes sequer comentadas nos meios de comunicação¹⁰².

O terceiro período, de 1990 a 1999, é marcado pela territorialização e institucionalização do MST, no qual Fernandes (1999) destaca a consolidação da estrutura organizativa, com um modelo de cooperação agrícola articulando a produção agropecuária, comercialização e agroindustrialização. A década de 1990, conforme nossos interlocutores, “inicia com uma autocrítica do que foi a experiência da década de 80 e com o **início de uma reflexão sobre a organização da produção** nos assentamentos” (Liderança Estadual 05, 2012). Tal movimento de autocrítica e reflexão sobre a organização da produção se intensificará a partir dos anos 2000, conforme retomaremos a seguir.

Na medida em que se organizava nacionalmente, na outra ponta, enfrentavam-se as dificuldades com o “começar a vida” nos assentamentos. A questão evidente era a necessidade de buscar alternativas de reprodução social que aliassem produção agropecuária com qualidade de vida. Assim, o debate sobre a organização e viabilização da produção começa a ganhar espaço nos debates do Movimento, construindo uma pauta interna, de reivindicação e de disputa pelo Estado, marcada por uma progressiva aliança entre o ideal de cooperação e de agroindustrialização, ambos de forma a garantir relativa autonomia e controle de determinada cadeia produtiva, de forma a buscar viabilidade social (emprego, força de trabalho etc.) e econômica (agregação de valor à matéria prima produzida pelos agricultores assentados etc.).

Pode-se dizer que, até 1993, a perspectiva do MST é voltada para o confronto, no campo da reforma agrária, por um projeto de desenvolvimento do campo brasileiro. Portanto, as preocupações e desafios colocavam ao Movimento uma necessidade de revisão constante

¹⁰² Em pesquisas sobre essa temática, o geógrafo Tiago Cubas (2012) e a geógrafa Sônia Souza (2005) analisam discursos e representações que a imprensa constrói sobre a luta pela terra e, também, do MST.

das estratégias de organização interna, inclusive pela abrangência geográfica, a fim de manter a coesão política e social. São esses movimentos, de ajustes, que moldam a estrutura organizativa do MST, como indica Fernandes (2006, p. 10 – grifos nossos):

[...] a estrutura organizativa do MST é um processo que se transforma no **seu próprio movimento**, expandindo com a criação de novas formas e recriação de velhas formas. Tem caráter **informal** e **formal** e uma amplitude que garante os trabalhos em todas as dimensões sociais, econômicas, ambientais e políticas. **A sua consolidação não está na definibilidade da estrutura, mas em seu movimento.**

A capacidade de *movimento* da estrutura é um *trunfo*, fruto de uma constante avaliação e revisão de ações, e tem por fundamento o princípio de que quem faz o Movimento são os sujeitos sem-terra e que, portanto, produzem suas leituras de mundo no enfrentamento político entre o meio geográfico em que habitam e as perspectivas teóricas e leituras políticas construídas nos espaços de formação política do Movimento – de forma ampliada. Nossos diálogos à campo demonstraram que no momento atual, vive-se no âmbito do MST, um processo intenso de reajuste e redefinições, em que se recolocam em pauta questões primordiais tais como os objetivos, metas, ações, linhas prioritárias etc. expressos no fato de que os agricultores assentados sentiram dificuldades para desenhar – de forma rápida e objetiva – a estrutura do Movimento no Rio Grande do Sul e em um dos casos, o agricultor assentado comenta sobre isso com tranquilidade:

[...] nem nós, internamente, não conseguimos mais entender, porque ela **não é mais uma coisa dada**, tudo certinho, assim, tem algumas regiões que funcionam de um jeito, em outras um pouquinho de outro jeito, e tá nessa fase de tu **migrar no processo organizativo**. [...] tem **um esqueleto político básico**, estruturado [...], **mas ele também não é uniforme**, como em outras épocas em que tu vai nos livrinhos lá e tem um diagramazinho de como funciona. [...] o que tem que compreender é que há mudança nessa década na forma organizativa, **mantendo a espinha dorsal, dentro desse contexto de um monte de mudança que há na sociedade!** (Liderança Estadual, 08, 2012 - grifos nossos).

O **migrar no processo organizativo**, mas ainda **mantendo a espinha dorsal**, ou seja, esse **esqueleto político básico**, caracteriza essa capacidade de gestar o *movimento* no Movimento, que foi condição imprescindível para sua consolidação e adaptação às diferentes conjunturas históricas-políticas, alterando inclusive a forma de relação com o Estado e com a sociedade civil.

Ao questionarmos sobre as principais características da última década (2000 a 2010), os entrevistados destacaram a eleição de Lula, seguida da expectativa em relação a efetivação da Reforma Agrária, que repercutiu na massificação do MST. O início de 2000 foi muito significativo em termos de mobilização popular, conforme comenta o agricultor assentado, um ano marcado “de muita crença, de muita coisa que poderia avançar entorno da terra, a ponto que se conseguiu logo em seguida ali, massificar, aumentar a luta pela terra. [...]. Então, de fato, se criou um período que durou aí, 3 ou 4 anos, de muita esperança, de muita crença” (Liderança Estadual 08, 2012). E, em tons avaliativos, o agricultor prossegue falando sobre a conjuntura política até então:

Depois tu começa a entrar num **período** que acho que não é só do Movimento e sim da Esquerda de um modo geral, de muito debate, de muita divergência, **de muita dificuldade de compreender o processo**, do que estava acontecendo, com compreensões diferentes, inclusive nacional, **fruto do tempo histórico de cada estado, de cada região**, então... **Tu perde essa facilidade que o Movimento tinha de ter uma leitura que fosse, que tomasse corpo, que desse uma unidade nacional de forma muito tranquila**, com essa mudança, com essa dificuldade de compreender, com as pessoas olhando o processo histórico e outras tentando compreender as alianças feitas, as mudanças que estavam acontecendo, **cria essa dificuldade do Movimento gestar seu próprio movimento**, como esquerda, de modo geral, por isso há um fracionamento da esquerda, e o Movimento foi ainda um dos poucos que conseguiu se manter, mas de certa forma **se manteve meio que se estagnando**, porque assim, se manteve, mantém unidade, mas não consegue fazer muita coisa, aí fica, fica nessa situação. Então por isso, depois daí, **ele consegue se encontrar aonde? Se encontra na base da produção**, oh ‘**vamos centrar fogo na nossa base, que é os assentados**’ e em alguns estados vai avançando a luta pela terra e tal, **centralidade ficou mais na produção, é onde o Movimento se encontrou** (Liderança Estadual 08, 2012 – grifos nossos).

A **dificuldade do Movimento gestar seu próprio movimento exige uma** revisão tanto da conjuntura política entorno do campo da reforma agrária, mas também sobre a situação em que se encontravam as famílias assentadas – muitas delas ainda em condições precárias em termos de reprodução social. Ainda sobre o período atual e compreendendo as diferenças regionais no Brasil, resultantes do **tempo histórico de cada estado, de cada região**, outro agricultor assentado também avalia que “[...] esse período agora, sobretudo, **nacionalmente, ainda há espaço para o conflito**, luta por assentamento, mas nós aqui [Rio Grande do Sul] é um **período de absorção** de uma situação criada de “**como ser MST**”, fazer **luta política**, sem ter acampamento [...]” (Direção Executiva 19, 2012 - grifos nossos). Esse processo de rearranjo interno, em que o “Movimento tem que saber se recriar dentro dele, esse

é o debate que tem aí, ‘**como tu se recria nesse novo tempo histórico?**’” (Liderança Estadual 08, 2012), caracteriza a atualidade como um período de transição entre concepções e estratégias, tanto para continuidade do Movimento, quanto para o desenvolvimento dos assentamentos.

Desta forma, em meio a disputas e discussões internas, é construído e consolidado um horizonte que supera o modelo anterior, cuja pauta principal era a reivindicação por crédito, por recursos públicos, pela luta pela terra etc. Atualmente, as “lideranças estão, pelo esforço prático, se convencendo de que o discurso, a retórica política deles [referente ao crédito] está equivocada” conforme avalia um dos entrevistados (Direção Executiva 02, 2012), ou seja, para o Movimento no Rio Grande do Sul, a questão de organização da produção passou a ser prioritária e isso indica igualmente “um enfrentamento de lógicas que está se produzindo dentro do Movimento” (*Id.* 2012), que indicam, também, diferentes leituras sobre a realidade considerando a diversidade do meio geográfico nos assentamentos gaúchos – ou seja, enquanto que para alguns a prioridade ainda é crédito ou renegociação de dívidas, para outros a prioridade é escoamento da produção, agroindustrialização e acesso ao mercado (institucional e convencional). Em termos gerais, os movimentos que caracterizam o Movimento, nesse período de transição, apontam uma mudança da pauta da *luta pela terra* para uma pauta da *luta [para ficar] na terra*.

Deste modo, no Rio Grande do Sul, o MST e os assentamentos vinculados ao Movimento vivem o que o agricultor assentado denominou como uma “[...] **nova fase do processo de cooperação agrícola**, de debate de **foco dos assentamentos**, é em função também da conjuntura política, de **amadurecimento político de direção**, de estratégia, e vendo o histórico colocado [...]” (Direção Executiva 19, 2012 - grifos nossos). Portanto, tem-se implícita uma revisão do modelo de cooperação e, sobretudo, da “espinha dorsal da estrutura política” que aponta a direção do movimento. Neste processo, cabe situar que nos últimos anos o Movimento passa a discutir novas concepções e estratégias organizativas, com o fortalecimento da cooperação e acompanhamento às cooperativas em operação. São marcantes aqui a necessidade da organização da produção e o acesso aos mercados institucionais. E tal perspectiva não se encerra somente na dimensão interna do Movimento, mas principalmente na forma de relação com a sociedade e com o Estado, conforme relata o agricultor assentado:

Faz uns 4 ou 5 anos que nós estamos nessa, **de discutir projetos e não dinheiro. E em cima do projeto, nós vamos atrás do dinheiro.** Se tu pegar essa lógica, por exemplo, nós tínhamos no INCRA um

milhão [de reais] para rede de água, nós discutimos de não fazer rede de água, de contratar projeto. Os projetos de rede deu 40 milhões, os 40 milhões nos negociamos. [...] **uma mudança de paradigma!** (Direção Executiva 19, 2012 - grifos nossos).

Essa **mudança de paradigma**, de superação de uma lógica de elaboração de projetos, conforme a disponibilidade de recursos ou, ainda, de projetos que “coubessem” em determinado orçamento – geralmente limitado – da política pública, tem amplas repercussões na estrutura de organização política e econômica do Movimento – sobretudo no movimento de concepção de projetos e na forma de reivindicar recursos. Isso é, na avaliação do agricultor, “[...] **o principal acúmulo político da organização** no período. Com isso nós temos entendido que temos avançado. Agora a **prioridade: fazer viabilidade econômica**, então a prioridade é botar todos esses investimentos em curso...” (Direção Executiva 19, 2012 - grifos nossos). Tais movimentos reforçam a responsabilidade das cooperativas no desenvolvimento dos assentamentos, incluindo a agroindustrialização como estratégia, tendo por resultados a avaliação de que é preciso qualificar a discussão, avaliar a viabilidade de qualquer investimento.

Doutro modo, pode-se perceber que o embate entre diferentes concepções é uma característica fundamental na estrutura de organização do MST e que tais disputas dizem respeito não somente a projetos e perspectivas do Movimento, mas principalmente sobre as prioridades e investimentos regionais. Dizem respeito, em especial, a capacidade de organização social e ao exercício político de mediação dos interesses entre a base (famílias assentadas) e a organização na escala estadual.

Do ponto de vista da relação com o Estado e com a sociedade de forma geral, pode-se apontar dois movimentos sendo que: até os anos 2000 é característica uma relação de enfrentamento com o Estado, de pressão via ocupações pela realização da reforma agrária e a relação com a sociedade se realizava sobretudo via problematização da questão agrária e no diálogo com a população marginalizada. Após os anos 2000, tem-se a experiência de participação no Estado em que algumas lideranças assumem cargos políticos e que configurou casos de “cooptação”. Já no início dos anos 2010, sobretudo no Rio Grande do Sul, o Movimento assume esse processo de transição, no qual a relação com o Estado se dá por meio do embate e de disputas – no campo do Estado e da reforma agrária – em que a *negociação* ganha centralidade. E a relação com a sociedade se estabelece pela produção de alimentos com qualidade, a preços acessíveis e responsabilidade ambiental, com ênfase para construção de uma marca e de um padrão de qualidade que possam vir a ser associados aos resultados da

reforma agrária. Portanto, a luta pela reforma agrária permanece e as estratégias de organização política e econômica são adaptadas de forma a atender as especificidades do período histórico e das especificidades regionais das famílias assentadas e do próprio Movimento.

2. As permanências no Movimento

As permanências indicam “árvores que já foram plantadas” e que oferecem atualmente uma “espinha dorsal” para a organização do MST no Rio Grande do Sul, de modo a manter determinados princípios essenciais mas adaptando-se à conjuntura. Indicamos as permanências na estrutura política – as instâncias de representação – e na estrutura econômica – os grupos de cooperação. A partir delas, o Movimento tece rearranjos internos para atender aos desafios contemporâneos, sendo um deles o desenvolvimento dos assentamentos.

2.1. Movimentos e permanências políticas

Por que nos interessa compreender a estrutura política do Movimento? Porque é nos diferentes níveis de articulação da estrutura política que se discutem e se definem as prioridades para assentamentos, para as regionais e para a ação do Movimento na escala estadual. Além disso, a estrutura política tem por objetivo envolver todas as famílias assentadas, ainda que estas não estejam vinculadas a alguma experiência de cooperação do MST.

A organização da estrutura política do Movimento é articulada a partir de instâncias de representação. De forma geral, “o esqueleto político básico” é estruturado tanto nos assentamentos quanto nos acampamentos a partir dos

[...] núcleos, vai para a coordenação do assentamento, vai para a coordenação regional, cada regional tira um representante para a coordenação estadual do MST, a coordenação tem uma direção executiva estadual, um grupo menor, que acompanha as grandes regiões, e cada estado tem os dois representantes [...] na direção nacional do Movimento (Direção Cooperativa 09, 2012).

No primeiro nível organizacional, os núcleos de base (NB)¹⁰³ são grupos de até 15 famílias, que têm a função de discutir questões de cunho organizativo, social, político, econômico etc. referentes ao assentamento ou acampamento, na escala local. O segundo nível é a coordenação do assentamento ou acampamento. É uma direção constituída a partir de uma representação de cada NB, com função deliberativa referente às dimensões da vida das famílias assentadas (produção, organização social, política etc.), constituindo um importante ponto de conexão dos assentamentos com o MST na escala estadual.

O terceiro nível refere-se aos dirigentes/coordenadores regionais e tem papel de articulação regional, de repasse de questões organizativas referentes ao Movimento ou, mesmo, de centralização de demandas formuladas a partir da base. Cada região organiza um encontro em que, dentre outros temas, é definida a composição da representação regional: “a cada dois anos é escolhido um homem e uma mulher para serem os dirigentes, os coordenadores da região” (Liderança Regional 06, 2012).

Ao mencionar “região” ou “grande região”, recorrente nas falas dos agricultores assentados, eles referem-se a uma regionalização criada pelo Movimento, a partir de critérios como o número de famílias assentadas, proximidade geográfica e, também, **trajetória e coesão política**. A regionalização é uma estratégia geográfica para a representação política equitativa dos assentamentos. No Encontro Estadual, realizado em julho de 2011, houve uma mudança na composição das regiões e microrregiões, conforme explica o agricultor assentado: “[...] agora é **um que acompanha toda a grande região**, que forma um grupo executivo a nível estadual. [...] Aí tu tem uma **direção estadual que é mais ampla**, que é mais **dois de cada microrregião...**” (Liderança Estadual 08, 2012 - grifos nossos). No mapa da Figura 18 estão representadas as oito “grandes regiões” da regionalização do MST no Rio Grande do Sul, tomando por base a divisão político-administrativa municipal. É importante frisar que em função da escala adotada acaba-se por comprometer a representação de assentamentos com pequenas áreas ou mesmo municípios com apenas um assentamento.

¹⁰³ Há casos de assentamentos em que o número de famílias é pequeno e por isso organizam-se bolsões. Outros, recentemente criados, optaram por organizar-se em comunidades, grupos de produção, entre outros. Além disso, nem todos os assentamentos têm NB ativos, aliás, significativa parte das famílias deixa de participar dessa estrutura depois do assentamento.

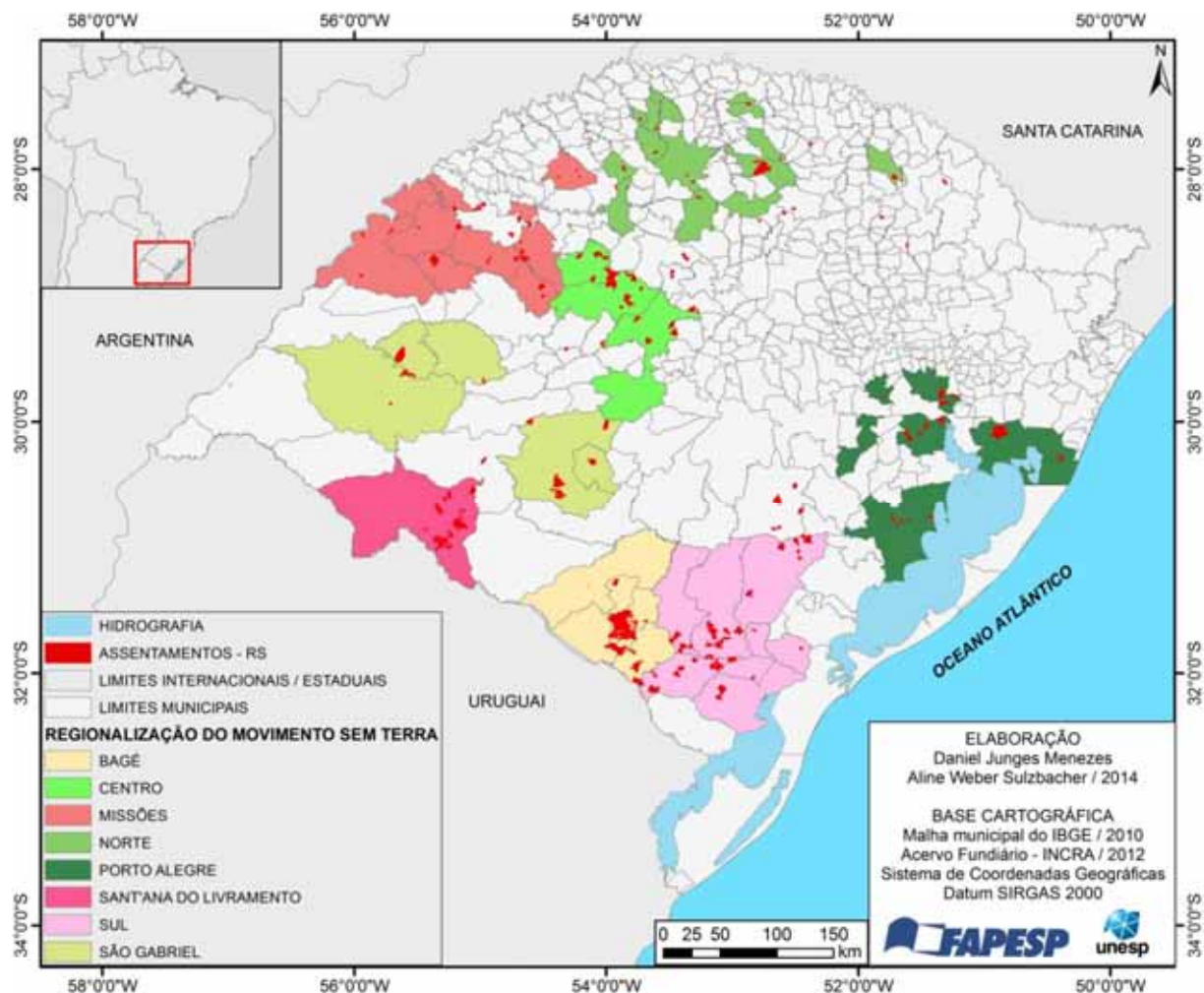


Figura 18 - Mapa com a regionalização do MST no estado do Rio Grande do Sul (Brasil)

Fonte: COCEARGS, 2011 – Pesquisa de Campo (fevereiro de 2012).

Observação: Considerou-se a divisão político-administrativa municipal para delimitar as regiões. Municípios com assentamentos e que não estão inclusos nas regiões referem-se a dados incompletos (assentamentos recentes ou não inclusos na base do INCRA).

Ao dialogar com um assentado que ocupa o cargo de *dirigente* regional, ele nos relata parte das tarefas realizadas na região e/ou microrregião e que caracteriza a função política de liderança e seu papel de mediação:

[...] no Movimento então, cada regional [refere-se aqui a microrregião], tem um companheiro e uma companheira que fazem parte da direção estadual, que se reúnem quando necessário três ou quatro vezes por ano, **para discutir o geral do Movimento**. E também ajuda a discutir a **questão de projeto**, a questão do endividamento, e a nossa tarefa é **sempre estar informando**, na questão do endividamento, negociação de dívida, se tem projeto... Sempre tem que **estar tentando organizar** [...] nós temos agora a questão do poço artesiano e o nosso papel vai ser reunir o assentamento, discutir com as famílias, que aquele poço, quem vai ter que cuidar dele, fazer manutenção, controlar, cuidar, vai ser o próprio assentamento. Outra questão, por exemplo, na estiagem, quando veio a cesta básica **nós tivemos que acompanhar a defesa civil e a**

prefeitura, para entregar em todos assentamentos [...] depois veio o cartão estiagem de 500 reais, entregando, pegando assinatura [...] (Liderança Regional 06, 2012 - grifos nossos)

Portanto, o cargo de dirigente regional ou da microrregião tem implícita uma tarefa de mediação entre assentados – **sempre estar informando** – e o Movimento – **estar tentando organizar**, a fim de manter a vitalidade e a conexão política. Esse é um dos cargos ocupados por lideranças¹⁰⁴ e é estratégico na gestão dos trunfos, conforme analisaremos a seguir.

A partir das representações de cada microrregião, definidas nos encontros regionais, forma-se a direção estadual do MST, composta, atualmente por 46 pessoas, representando 23 microrregiões. A Direção tem atuação nas diferentes linhas de ação do Movimento: os eixos (massificação, assentamentos, relação com sociedade) que são definidos nos encontros regionais e no estadual, correspondendo às principais necessidades de cada momento histórico do Movimento; e os setores (formação, educação, saúde, jovens, gênero, etc.), cuja função “é de como operacionalizar as necessidades objetivas de cada situação” (Direção Cooperativa 09, 2012), com muitas atividades que “vão funcionando com vida própria, a partir das linhas gerais” do Movimento (Liderança Estadual 08, 2012).

Além destes quatro níveis articulados, há a diretoria executiva estadual, composta geralmente por oito pessoas – uma de cada região e indicadas nos encontros regionais –, que passam a ser *liberadas*¹⁰⁵ para o exercício da função. Sua função tem cunho político e executivo, estão à frente nas questões operacionais do cotidiano do Movimento e têm atuação enquanto articulador político na sua respectiva regional.

Por fim, a estrutura política constitui um certo sub-campo específico dentro do Campo MST, sendo sua especificidade a articulação política entre os agricultores assentados – enquanto sujeitos sem-terra – e o Movimento. Funciona, assim, como um campo que apresenta suas próprias leis e, muitas vezes, seus agentes podem se aliar aos do campo econômico para atingir seus objetivos. É nas interrelações entre o campo político e o campo econômico compondo o Campo MST que se fortalecem determinados agentes e que se disputam concepções sobre o devir tanto do Movimento como para os assentamentos e se

¹⁰⁴ Cabe atentar para a diferença entre **cargo** e **posição social**. Em posição social de liderança o sujeito sem-terra pode assumir diferentes cargos na estrutura do Movimento. No entanto, nem todo cargo indica liderança, uma vez que esta é uma posição social no Campo MST na qual, para “assumi-la” o sujeito sem-terra passa por um processo de incorporação do *habitus* político, das regras do Campo etc. tornando-se assim um agente no Campo (com capitais e poder de voz) – conforme discutiremos adiante.

¹⁰⁵ São sujeitos sem-terra que estão lideranças e assumem cargos executivos com dedicação exclusiva.

estabelecem as prioridades estaduais e regionais com influências na forma de execução das políticas públicas pelo Estado.

Na Figura 19 apresentamos um esquema – ao modo de um *Campo* –, com objetivo de mostrar as diferentes instâncias políticas e sua respectiva posição na estrutura. Pode-se estabelecer uma relação entre a **posição da instância** e o **quantum de capitais do agente** que *está* liderança (e ocupa determinado cargo). Pretende-se explorar a correlação entre nível hierárquico e quantum de capital simbólico, ou seja, quanto **mais alta a posição no campo político, maior é o poder simbólico** atribuído ao sujeito sem-terra que *está* agente. Neste campo, o capital social tem significativa importância – sobretudo, nos níveis da microrregião e região – pois indica o número de famílias representadas por determinado agente e, nesse aspecto, a regionalização do Movimento é essencial, já que sugere a representatividade que os grupos têm no Campo.

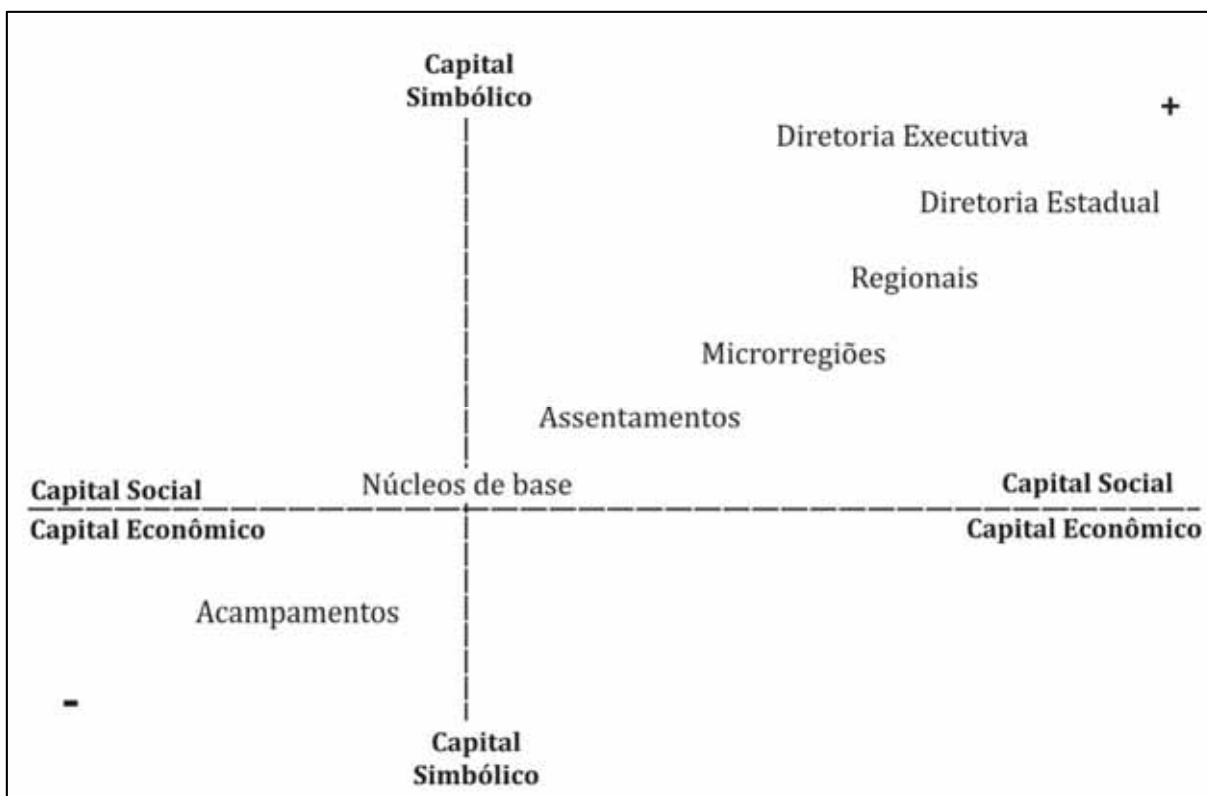


Figura 19 - Esboço de esquema da estrutura política do MST ao modo de um *Campo*
Elaboração: Sulzbacher, 2014.

2.2. Movimentos e permanências econômicas

A experiência de cooperação no âmbito do MST deve ser tomada como uma estratégia econômica e política pois tem por fundamento a viabilização produtiva das famílias assentadas. Também não se pode ignorar suas diferentes formas organizativas, como salienta Scopinho (2007, p. 88 – grifos nossos):

Nos acampamentos e assentamentos, **a cooperação concretiza-se através de uma constelação de formas organizativas diferentes** – de **grupos informais, associações e condomínios** até os diferentes tipos de **cooperativas** que se enquadram em legislação específica –, estruturadas segundo o modo de apropriação da terra, do capital e do trabalho, a gestão da produção, a regulamentação legal e a organização das moradias.

A cooperação é um dos princípios essenciais ao Movimento, sobretudo entre 1989 e 1992, período em que “toda a atenção do MST voltou-se para a consolidação de sua estrutura organizacional e desenvolvimento de seu modelo de cooperação agrícola nos assentamentos” (BORGES, 2010, p. 158). Logo, em função da preocupação com a dimensão econômico-produtiva, as cooperativas passaram a ganhar relativa centralidade – dentre os motivos, o imperativo de uma entidade jurídica com permissão para trâmites de compra e venda de produtos, além de ser o principal meio de acesso às políticas públicas.

As primeiras iniciativas referentes a cooperação entre famílias acampadas ou assentadas, foram desenvolvidas a partir da formação de grupos coletivos informais tendo por alicerce a concepção teórica¹⁰⁶, política e econômica, da inviabilidade da produção individual. Nos grupos coletivos, a cooperação “pressupunha a construção de novas relações de trabalho e a supressão das formas tradicionais de organização da produção” (BORGES, 2010, p. 157). Passam a ser imbricadas as ideias de cooperação e produção, em que as cooperativas têm papel central, estruturando o sistema de cooperação agrícola que é consolidado na década de 1990.

Um dos assentados entrevistados explica que:

¹⁰⁶ Conforme Borges (2009): “A ‘teoria da organização do campo’ foi elaborada por Clodomir de Moraes, um dos mais importantes intelectuais do MST, responsável pela orientação teórica do cooperativismo, dos cursos de formação e laboratórios organizacionais. Sua contribuição possibilitou a construção da proposta cooperativista, baseada na mecanização, divisão do trabalho e produção em escala. Essa condição seria a base de formação do operariado agrícola, sujeito da transformação social. A abordagem teórico-conceitual de Moraes (1986), no Caderno de Formação nº 11, possui como principal referência o pensamento de Karl Kautsky”.

Na época a centralidade dessa reflexão passava pela criação do SCA, que previa uma **estrutura de cooperativas em três níveis**, as **cooperativas singulares**, que eram as cooperativas dos assentamentos. As cooperativas singulares com dois jeitos as CPAs e a outra CPS, que depois virou as cooperativas regionais [...]. Isso num nível, das cooperativas singulares. A criação da **cooperativa central**, que em todos os outros casos é a CCA, então a CCA Santa Catarina, CCA Paraná, CCA Espírito Santo, CCA São Paulo e assim sucessivamente... No nosso caso foi COCEARGS porque fomos a primeira [...]. E a criação da CONCRAB. Foi nesse período aí que, já no início da década de 1990, **com a institucionalização das cooperativas que começa a surgir o debate das agroindústrias...** (Liderança Estadual 05, 2012 - grifos nossos).

Os três níveis têm o propósito de articular a escala local, dos assentamentos, com as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) e Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), com a escala regional e/ou estadual via as Cooperativas Centrais dos Assentados(CCA) e destas com a escala nacional, via as cooperativas nacionais, sendo um exemplo a CONCRAB¹⁰⁷.

Desta forma, as CPAs representavam um tipo de cooperação baseado na socialização dos meios de produção ou das comumente denominadas *cooperativas coletivas*, conforme relembra um dos agricultores assentado ao dizer que a “[...] nossa concepção, da época, passa por essa estratégia da cooperação, de **estabelecer laços na CPA**, mas **a gente sabia que não era para todos**, porque nem todos iam querer trabalhar no coletivo [...]” (Liderança Estadual 05, 2012 – grifos nossos). Foi um modelo organizativo que predominou como um *tipo ideal* durante a década de 1990, com discussões sobretudo entre as famílias acampadas, mas nem todas, após assentadas, chegaram a constituir cooperativas.

Como um modelo de organização social e produtiva, as CPAs tinham por função garantir a reprodução social das famílias assentadas, o que passava pela eficiência econômica no uso dos meios de produção. É por isso que a agroindustrialização está articulada às cooperativas, cujas possibilidades são relatadas nos seguintes termos por um agricultor assentado:

[...]foi uma das oportunidades de produção, de industrialização, que ajudou, **foi decisivo**, digamos, **na geração de renda**, no **faturamento**

¹⁰⁷ A CONCRAB foi criada em 1992 e, em linhas gerais, tinha a função de “[...] coordenar e planejar as diretrizes e objetivos gerais para o desenvolvimento agropecuário das CCAs e das CPAs. Dentre suas tarefas, estavam: projetos de viabilidade financeira; estratégias de otimizar as exportações da produção cooperativa; agroindustrialização e agregação de valor aos produtos dos assentamentos; manter a coerência da organização cooperativa aos princípios político-ideológicos que conformam o MST” (BORGES, 2010, p. 162).

da cooperativa e de **garantir trabalho** para todos, porque se tu olhar na produção tradicional, na agricultura por exemplo, tu não precisa todo mundo, não tem espaço para todo mundo trabalhar (Direção Cooperativa, 09, 2012 – grifos nossos).

Portanto, a agroindustrialização está alicerçada, para o Movimento, como uma estratégia de geração de renda (a partir da agregação de valor à produção primária) e de trabalho para todos (não exclusivamente para homens como é, em muitos casos, o trabalho agrícola). A agroindustrialização insere-se como uma **estratégia de fortalecimento das cooperativas** e, conseqüentemente, das famílias assentadas. No Rio Grande do Sul, até início dos anos 2000, as experiências com agroindustrialização (empreendimentos legais) estavam localizadas em assentamentos com cooperativas coletivas.

Além disso, para a sustentação da luta social e a permanência na terra [a luta na terra] exige-se uma problematização da função atribuída à agricultura na década de 1980 – de produção de matéria-prima e sua integração aos complexos agroindustriais, em franca expansão nesse período. Neste processo, a agroindustrialização terá papel central no modelo de cooperação agrícola, pela articulação entre a produção-processamento-comercialização e o planejamento do circuito produtivo – que, por sua vez, é favorecido em áreas agrícolas coletivas e enfrenta dificuldade nas áreas de lotes individuais:

A perspectiva da CA [cooperação agrícola] correspondente ao período de 85/86 se caracteriza pela **rejeição da integração** a instituições econômicas do sistema capitalista, como forma de preservar seu caráter de alternativa social em sua **relativa independência**. Já a partir de 1989, as CPAs procurarão colocar-se **competitivamente no mercado** através do uso de créditos, da **agroindustrialização integrada** e da **busca de exportação de seus produtos**. A partir deste momento, o uso da eficiência capitalista, mesmo que colaborando com o desempenho do sistema, não será mais visto como contradizente à busca de um sistema social diverso (KLEBA, 1994, p. 134 - grifos nossos).

A integração dos assentamentos ao mercado se constitui num desafio, inclusive pela crítica ao modo de produção capitalista e ao intento da coletivização dos meios de produção como forma “superior” de organização do trabalho e da produção. Além deste, há outros desafios como a gestão das singularidades individuais¹⁰⁸ que é a base da coesão social e política dos projetos coletivos e que indica a capacidade de resistência as adversidades. Tais questões, somadas às dificuldades econômicas para a organização da produção e do

¹⁰⁸ Dentre eles “problemas pessoais, desejo de regular seu próprio horário de trabalho, dificuldade em dividir os lucros da produção, experiências fracassadas, falta de confiança nos líderes” (MACIEL, 2009, p. 225).

processamento, contribuíram significativamente para que muitos assentados desistissem do modelo de cooperação com coletivização dos meios de produção¹⁰⁹. Essas dificuldades também foram apontadas por alguns entrevistados, por exemplo:

[...] essa cooperação quando a gente veio para as áreas foi discutindo com outros grupos que tinham no sentido de criar uma cooperativa, coletiva. E aí foi criada [...] aí alguns saíram, né. **Porque é bem complexo, ser um grupo coletivo é bem difícil**, vamos dizer. Tu tem que realmente ser socialista, porque senão tu não fica. [...] E outros foram saindo porque, na verdade, **no coletivo não prevalece o que tu pensa**, o que eu penso, tu pode achar, e eu posso achar que a minha ideia é a mais correta, o meu jeito de plantar e de organizar a produção é o melhor... Mas lá, **quando vai discutir, tu tem que ouvir todos...** tu tem que organizar os setores de produção, e esses setores tem que ter viabilidade. **Essa produção tem que ter viabilidade...** e aí pode ninguém se agradar, e aí muitos foram saindo [...], porque é bem complexo, e partiu para a agroindustrialização (Direção Cooperativa 09, 2012 - grifos nossos).

As dificuldades envolvendo gestão coletiva e a desistência de algumas famílias evidenciam que o “assentado não é essencialmente um sujeito individual que despreza o coletivo, mas, sim, **que não se sente contemplado na organização de grupos para produção e comercialização coletiva**, como é o caso das cooperativas” (MACIEL, 2009, p. 225 – grifos nossos). Como ressalta o agricultor assentado, **no coletivo não prevalece o que tu pensa e quando vai discutir, tu têm que ouvir todos** além de que as propostas para **produção tem que ter viabilidade**, pois envolve um conjunto de famílias que dela dependem diretamente.

A partir dessa conjuntura o Movimento passa por um processo de revisão da centralidade das cooperativas coletivas no modelo de cooperação, passando a aderir a outros tipos, com ênfase na escala regional e com foco em algumas linhas produtivas de forma a atender grande parte das famílias assentadas. Nesse movimento, as cooperativas permanecem como centrais na estrutura econômica, passando a assumir outros formatos (regionais, prestação de serviços etc.), mas com reforço de seu papel sobretudo quando o MST inicia uma trajetória de atuação mais intensiva nos assentamentos, a fim de reorganizar a base, fomentar estratégias produtivas diversificadas, organizar e articular a produção, dentre outros.

¹⁰⁹ Dentre os problemas Scopinho (2007, p. 9) destaca: “[...] falta de trabalho e renda decorrentes, internamente, da ausência de planejamento e controle administrativo que considerasse também a lógica de mercado e, externamente, da ausência de incentivo econômico por parte do Estado, de uma política agrícola que tornasse o crédito acessível para os pequenos. Um outro importante fator atribuído à crise das CPAs é que este formato de cooperativas, inteiramente coletivo, não foi capaz de absorver a maioria da base social do MST”.

No tocante as CPS, geralmente a ênfase é dada na atuação regional e elas atendem as famílias assentadas no formato individual com a finalidade de articular a produção e a comercialização. Conforme discussão em Scopinho (2007, p. 90), as CPS são estimuladas no sentido de “criar formas de garantir a permanência no lote sem interferir na organização do trabalho ou da vida das pessoas, prover os assentamentos com os serviços necessários para conter a onda de evasão motivada pela falta de perspectiva das famílias de se reproduzirem minimamente ao serem assentadas”. Em muitos assentamentos no Rio Grande do Sul, foram as cooperativas do Movimento que estruturaram as primeiras cadeias produtivas na escala regional, à exemplo da produção de leite, arroz, sementes agroecológicas etc. atuando desde a produção até a comercialização, garantindo assim uma opção (ou a única opção) aos agricultores assentados. Desta forma, as cooperativas exerceram e ainda exercem um papel fundamental na viabilidade produtiva de muitos assentamentos.

Do ponto de vista político, as cooperativas também atuam na mediação de interesses entre as famílias e o MST ao indicarem a presença do Movimento no cotidiano do assentamento, resguardando princípios e mantendo a articulação das famílias assentadas ao Movimento. Essa dimensão política da cooperação “diz respeito à própria continuidade do MST como entidade coletiva, **mediadora da relação entre o indivíduo rural Sem Terra e a sociedade** [...]. A cooperação organizativa e a solidariedade militante garantem a logística que sustenta a luta social pela conquista e **permanência na terra**” (SCOPINHO, 2007, p. 7 – grifos nossos). Consequentemente, as cooperativas, como mediadoras, se tornam estratégicas não somente para a sobrevivência econômica dos assentamentos via a **permanência na terra**, mas principalmente para a manutenção da vitalidade política da organização social.

Por fim, esse período de transição do Movimento indica a necessidade de construir outra relação com a sociedade a partir do acesso à produção dos assentamentos, dando visibilidade aos resultados da Reforma Agrária. Em um primeiro momento, os mercados institucionais são estratégicos, sobretudo como uma experiência de organização da produção, processamento e comercialização. Neste cenário se fortalecem as cooperativas e a agroindustrialização.

(i) Cooperativas e agroindústrias como permanências

Conforme discutimos na seção anterior, as cooperativa e as agroindustrialização continuam sendo as principais estratégias para a organização social e produtiva dos assentamentos. O empreendimento agroindustrial visa garantir tanto a ocupação da força de

trabalho – e é importante considerar uma participação mais ampla das mulheres e dos jovens – quanto a produtividade do trabalho, geração de renda decorrente da agregação de valor à produção agrícola ou pecuária etc. Além disso, as cooperativas, por serem entidades jurídicas habilitadas a realizar operações de compra e venda têm acesso a recursos públicos, sobretudo por meio das políticas executadas pelo INCRA.

Conforme pesquisa de campo junto à COCEARGS, havia, em 2012, cerca de 30 cooperativas vinculadas ao MST (relacionadas no Quadro 10) sendo que destas 24 são singulares, 19 são regionais, cinco são coletivas, quatro são de prestação de serviços, (além da central e da de capital misto) todas vinculadas e articuladas pela cooperativa central (COCEARGS) localizada em Porto Alegre.

Em termos de abrangência social, tomando por base a relação dos sócios e o número de assentados no Rio Grande do Sul, as cooperativas atendem aproximadamente 60% das famílias assentadas. Esse dado deve ser utilizado com restrições em função de três aspectos:

1) algumas cooperativas preveem no estatuto a inclusão de agricultores familiares no seu quadro social e não há dados sobre qual percentagem de participação desse grupo;

2) há prática entre as cooperativas de associar também os filhos dos assentados, jovens a partir dos 18 anos, mesmo não sendo assentados;

3) ao considerarmos o número total de famílias assentadas, fornecido pelo INCRA, estão inclusas também grupos que não têm vinculação com MST, como os reassentados atingidos por barragens etc.

Ou seja, esse dado deve ser relativizado e é, ao mesmo tempo, de difícil cálculo (vide Quadro 11), o que indica que a estimativa de 58,26% pode ser **menor** na relação de famílias assentadas. Indica uma necessária reflexão, tendo em vista que significativa parte dos recursos executados pelo INCRA passam pelas cooperativas.

Quadro 10. Relação das cooperativas do MST, regionais, municípios e número de sócios

Regional	Cooperativa	Tipo	Município	Sócios
Norte	COPERLAT	Regional	Pontão	257
	COPTAR	Coletiva	Pontão	25
	COPTRASUL	Regional	Trindade do Sul	57
Missões	COPERCIPO	Regional	Capão do Cipó	60
	COPERCAMPONESA	Regional	Itacurubi	80
	COPERMISSÕES	Regional	São Luiz Gonzaga	25
Centro	COPERCAMPO	Regional	Joia	Sem dados
	COPERTERRA	Regional	Tupanciretã	360
São Gabriel	COMAV	Regional	Manoel Viana	58
S. Livramento	COPERFORTE	Regional	Santana do Livramento	722
Bagé	COPGRÃOS	Regional	Aceguá	22
	CONATERRA	Nacional	Candiota	350
	COPTIL	Regional	Hulha negra	135
	COPERAL	Regional	Hulha negra	1200
	COPERALTAS	Regional	Pedras Altas	22
Sul	COPERHERVAL	Regional	Herval	120
	COPAVAL	Coletiva	Piratini	58
	COPERSUL	Regional	Piratini	200
	COPERTERRANOVA	Regional	Canguçu	170
Porto Alegre Metropolitana	COPERAV	Regional	Viamão	40
	COPAC	Coletiva	Charqueadas	49
	COTAP	Regional	Eldorado do Sul	1227
	COPAN	Coletiva	Nova santa Rita	51
	COPAT	Coletiva	Tapes	26
Estadual	COPERLIVRE	Cooperativas de Prestação de Serviços	Porto Alegre	Sem dados
	COPTec			57
	COPERTCHÊ			100
	COPESE		Veranópolis	20
	MONTE VÊNETO	Coop. Capital misto	Cotiporã	Sem dados
	COCEARGS	Cooperativa Central	Porto Alegre	Sem dados

Fonte: COCEARGS, 2011 – Pesquisa de Campo (2012).

Observação: A Cooperativa de Sucos Monte Vêneto foi criada em 2010, a partir de uma parceria do MST com empresas locais, voltadas ao beneficiamento de uvas com produção de sucos para exportação (um dos países que receberá os produtos é a Venezuela).

Quadro 11. Cooperativas e famílias assentadas

Total de sócios nas cooperativas do MST/RS	7763
Total de famílias assentadas no RS	13325
Relação Total sócios/famílias assentadas	58,26%

Fonte: COCEARGS, 2011. INCRA, 2012. Pesquisas de Campo (Fevereiro e Novembro de 2012).

Para Scopinho (2007, p. 89), grande parte das experiências de cooperação do Movimento só foi institucionalizada por “imposição do Estado, como forma de controlar o repasse de recursos financeiros legalmente destinados à reforma agrária [...]”. Muito embora, para a execução do Terra Sol, o INCRA tenha estabelecido convênios com as prefeituras municipais, a existência de cooperativa aufere um *quantum* de capital simbólico aos projetos.

Em termos de abrangência espacial, o croqui da Figura 20 é utilizado para pontuar a localização das 26 cooperativas, usando como base de representação a regionalização do MST, classificando-as por tipo (regional, coletiva, nacional e criada em 2012). A existência de cooperativas indica determinada capacidade de organização social e política, além de um poder de voz diferenciado frente ao Estado e ao MST. Portanto, cabe observar no mapa uma relativa concentração de cooperativas, em especial na regional de Porto Alegre com cinco cooperativas, sendo três coletivas (COPAN, COPAT, COPAC) além da cooperativa estadual (COCEARGS); a regional Sul, com cinco cooperativas, sendo uma delas coletiva (COPAVA); as regionais de Bagé e Missões, cada qual com quatro cooperativas.

A quantidade de cooperativas não indica, necessariamente, maior representatividade dos e entre os agricultores assentados, antes disso, pode sugerir processos de diferenciação social e de falta de coesão política nos assentamentos. Além disso, a existência de cooperativas na região é um fator importante no Campo MST, pois ainda que seu capital social e econômico esteja em baixa, constitui-se enquanto outro canal de representação das famílias assentadas, com potencial para pleitear recursos, seja via a estrutura do Movimento, seja por outras vias (como emendas parlamentares etc.).

Há, ainda, nos assentamentos, outros formatos de cooperação, como as associações, embora elas geralmente não tenham o intuito de organização produtiva, desempenhando um papel secundário em termos de discussão sobre projetos de desenvolvimento. Um dado que pode exemplificar a questão é que dos 24 empreendimentos financiados pelo Terra Sol, em **quatro casos não havia entidade jurídica**, mas que com a instalação do empreendimento, os assentados do PA Glória (Pedras Altas) e do PA Jaguarão (Aceguá) iniciaram processo de discussão e constituição de cooperativas, no caso do São Gabriel (envolve sete assentamentos) a COPERFORTE passou a dar suporte, iniciando, inclusive, uma rota de leite nos assentamentos; e no PA Libertação Camponesa a gestão do empreendimento ficou compartilhada com a Prefeitura Municipal.

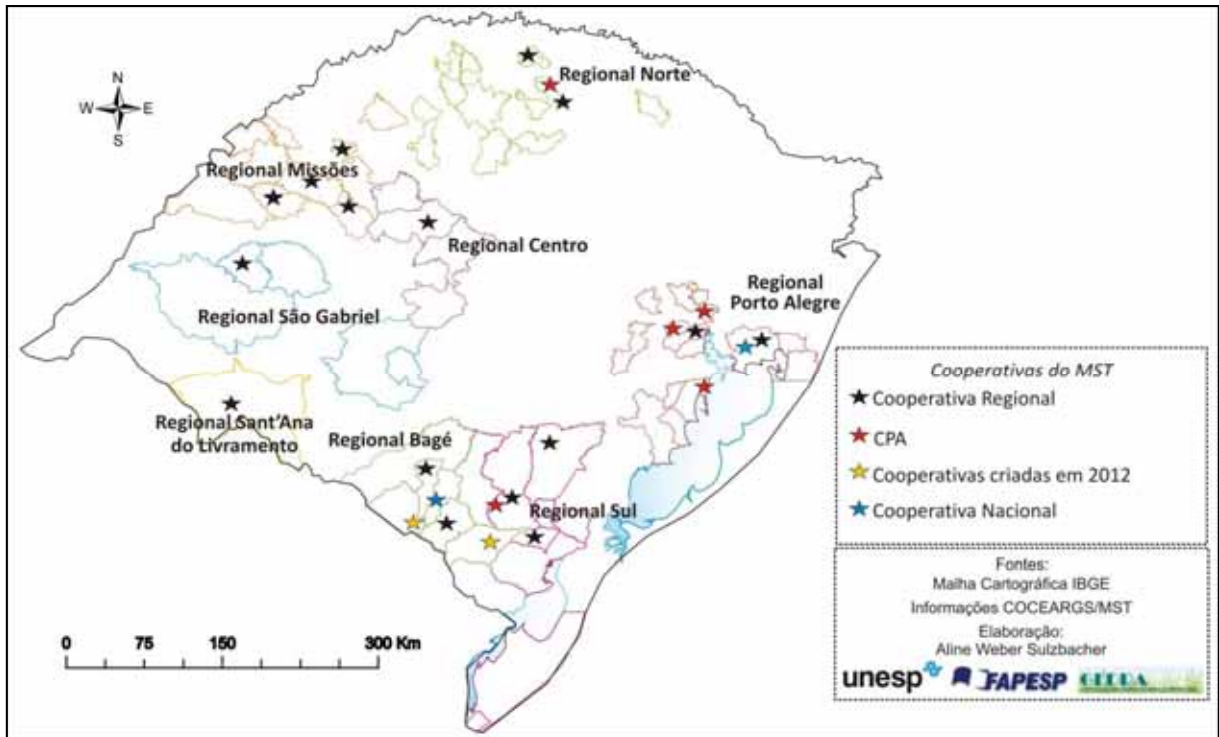


Figura 20 - Croqui com as cooperativas do MST
 Fonte: COCEARGS, 2011 – Pesquisa de Campo (2012).

Em termos de abrangência produtiva, grande parte das cooperativas tem a sua principal atividade ligada à bovinocultura de leite, o que explica o maior investimento nesse setor – como apontam os dados do Terra Sol, em que cerca de 33% dos recursos foram destinados à cadeia produtiva do leite. Embora expressiva e sendo uma atividade que efetivamente tem garantido uma renda regular às famílias assentadas, é imprescindível questionar: e as outras atividades produtivas?

Na avaliação interna do MST, outras duas cadeias produtivas têm merecido atenção especial: o arroz ecológico, concentrado na região metropolitana, com expansão das experiências nas porções sul e oeste do estado; e a produção de sementes agroecológicas concentrada na região metropolitana e com experiências em alguns assentamentos no estado.

No Quadro 12 são apresentados alguns dados sobre cada uma das linhas produtivas, referentes à quantidade, famílias e, sobretudo, as principais cooperativas vinculadas.

Quadro 12. Principais cadeias produtivas dos assentamentos gaúchos

Produto	Quantidade*	Famílias	Cooperativas
Sementes	200 kg (Sementes de hortaliças, forrageiras, milho, feijão, soja orgânica)	200	CONATERRA
	244 kg (Semente de arroz ecológico)	35	COOTAP, COOPAN, COOPAT
Arroz Ecológico	3393 hectares implantados	407	
Leite	50 milhões litros/ano	4400	COOPAVA, COOPERTERRA e COOPERFORTE**

**referente aos períodos de safra 2011-2012*

***todas cooperativas nos assentamentos trabalham com recolhimento de leite, destaque para essas três pois representam mais volume e processam leite.*

Fonte: COCEARGS, 2011 – Pesquisa de Campo (fevereiro de 2012).

Cabe lembrar que a produção de sementes agroecológicas está vinculada a uma cooperativa do tipo “nacional”, a Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida Ltda. (CONATERRA), cuja produção é comercializada sob a marca Bionatur. A CONATERRA articula cerca de 185 famílias e atua em 15 municípios¹¹⁰, grande parte deles localizados na metade sul do Rio Grande do Sul e onde também está sua sede, em Candiota. Esse é um caso exemplar em que as adversidades do meio geográfico estão sendo utilizadas como potencialidade, tendo em vista que a produção agroecológica contempla a produção em pequena escala, intensiva em uso da força de trabalho familiar, mas sobretudo, exige um ambiente sem contaminação com produtos agrotóxicos.

Importa refletir sobre as sete cooperativas que se destacam nas linhas de atuação, conforme consta no Quadro 12, sendo que três delas estão situadas na região metropolitana, três na metade sul e uma no centro do estado. Seus resultados econômicos indicam elevada capacidade de articulação de determinada cadeia produtiva e das famílias assentadas, agregando diferencial de capital econômico e social e, claro, de poder de voz às suas lideranças. São consideradas atualmente como **referência para a implantação de um modelo de gestão**, principalmente no quesito controle de qualidade (como, por exemplo, no planejamento e monitoramento mais eficaz das rotas e produção de leite) e no acesso a mercado (a partir da ampliação das opções de produtos para comercialização nos mercados

¹¹⁰ Atuação nos municípios de Candiota, Hulha Negra, Pinheiro Machado, Piratini, Arroio Grande, Viamão, São José do Norte, Canguçu, Santana do Livramento, Capão do Cipó, Caibaté, São Miguel das Missões, Giruá, Itacurubi e Tupanciretã. Fonte: COCEARGS, 2014. Disponível em: http://www.coceargs.com.br/?page_id=47 Acesso em 02 jan. 2015.

institucionais). Em um dos discursos de uma liderança¹¹¹, a ênfase aponta justamente para esse novo momento em que as cooperativas são desafiadas a construir uma nova relação com o mercado, sobretudo apontando a necessidade de acessar os mercados institucionais:

Tem um elemento central, que é a **autonomia dos agricultores**, uma **nova relação com o mercado**... O problema é que nem sempre a nossa companheirada consegue entender isso e **não abre para essa outra dimensão**. Lá em 2008, **nós tomamos uma definição de que todas as cooperativas tinham que fazer uma experiência de PAA**, porque é o mais fácil de todos... E a gente tomou essa decisão em 2008 e estamos em 2012 e na lista de cooperativas vinculadas aos assentamentos nós **não chegamos a 50% delas operando** (Liderança Estadual 05, 2012 – grifos nossos).

No marco de enfatizar a **autonomia dos agricultores** assentados a partir de uma **nova relação com o mercado**, mais uma vez, a agroindustrialização ganha atenção, pois grande parte dos produtos exige algum tipo de beneficiamento (como hortaliças, frutas, legumes etc.) ou processamento (como biscoitos, pães, cucas etc.) e, também, devem estar devidamente embalados e rotulados. Ao encontro desse processo, a experiência com os empreendimentos do Programa Terra Sol vem ao encontro dessas reflexões e de uma autocrítica leva a pensar sobre qual o modelo de agroindustrialização mais adequado à realidade dos assentamentos gaúchos. Outra questão contemplada na fala da liderança refere-se ao **nós tomamos uma definição** que está em contraposição com **não chegamos a 50% delas operando** ou seja, quais seriam os entraves que impõem dificuldades às demais cooperativas para se “abrirem” **para essa outra dimensão**? O que isso indica quando buscamos entender as relações internas do Movimento? Quando o **nós** toma uma **definição** que recomenda direção para as demais cooperativas, à quem refere-se esse pronome na primeira pessoa do plural? Se a adesão aos programas de comercialização institucionais não chegou a metade das cooperativas do Movimento, quais são os entraves (Produtivo? Gestão? Infraestrutura)? Infelizmente neste trabalho não temos condições de inferir sobre tais questões, pois elas requerem pesquisas complementares.

De qualquer modo, ao tentar delinear um esboço do Campo MST, a partir dos tipos de cooperação, pode-se apontar algumas respostas, à tomar por base o capital simbólico desempenhado pelas cooperativas coletivas, seguidas das cooperativas que se destacam em cada cadeia produtiva (sementes – CONATERRA; leite – COPERTEERRA e COPERFORTE). O esquema apresentado na Figura 21 é um esboço ilustrativo do que poderíamos denominar

¹¹¹ Intervenção realizada durante o Encontro Estadual de ATES, realizado de 10 a 14 de dezembro de 2012.

como o subcampo da estrutura econômica do Movimento e que consideramos aqui como um “campo”. Nesse campo, o capital simbólico está em relação com o capital econômico (proeminente) e o capital social. Sendo estratégias de viabilização produtiva dos assentamentos, as cooperativas têm significativa responsabilidade econômica e constituem num diferencial em termos de *quantum* de capitais. Portanto, dentre as cooperativas coletivas se destacam a COOPAN e a COOPAT¹¹² pois ambas são pioneiras na produção, beneficiamento e comercialização de arroz ecológico e são experiências pilares para a formação do Grupo Gestor do Arroz Ecológico¹¹³. O arroz certificado é um dos principais produtos que o Movimento comercializa tanto no mercado institucional quanto no convencional, incluindo municípios fora do estado do Rio Grande do Sul. Junto com estas, seguem a COOPAVA com diferencial marcado pelo processo de transição agroecológica para produção de leite ecológico, a COOPAC que apresenta diversificação das linhas produtivas (produção de leite, arroz ecológico, peixe, gado corte, embutidos, hortaliças e farináceos) e a COOPTAR, uma das primeiras experiências coletivas do MST – situada em Pontão – e também uma das pioneiras na instalação de um empreendimento agroindustrial do tipo frigorífico produzindo embutidos há cerca de 15 anos.

Finalmente, são as cooperativas que se fortaleceram a partir da experiência com gestão da produção, processamento e comercialização que têm indicado a direção ao modo de “como fazer”, para aquelas que ainda estão centradas na articulação da produção (sobretudo de leite). Portanto, no âmbito do Campo MST, essas cooperativas angariam um *quantum* de capital econômico, que lhes permite um poder de voz diferenciado, sobretudo no que tange a discussão sobre “onde investir”, quando o assunto é destino de recursos públicos. É nesse quadro, também, que se definem as linhas produtivas prioritárias ao Movimento e que passam a receber atenção diferenciada inclusive na negociação de recursos com o Estado. Tomando por base as discussões apresentadas nessa seção, somos instigados a questionar: as cooperativas representam, efetivamente, o melhor canal para a realização de investimentos em assentamentos? Ao tomar as cooperativas, via a COCEARGS, como o único e exclusivo canal de representação das famílias assentadas, o Estado não acaba por tornar invisíveis as demais

¹¹² A COTAP que aparece na relação da produção de arroz refere-se a uma cooperativa regional, com atuação na regional de Porto Alegre.

¹¹³ Trata-se de um espaço coletivo em que participam as cooperativas envolvidas com a cadeia produtiva do arroz ecológico. O “grupo gestor do arroz” coordena as ações de cultivo, industrialização e comercialização do arroz certificado como orgânico ou em processo de certificação na região metropolitana de Porto Alegre. Tem também atuado – a partir da disponibilização de sementes e socialização do conhecimento para produção ecológica – em outros assentamentos.

famílias assentadas? Até que ponto as cooperativas conseguem abarcar a diversidade de possibilidades produtivas dos assentamentos? Neste trabalho há indicativos que permitem formular algumas respostas, mas não são suficientes e exigem outras pesquisas em específico.

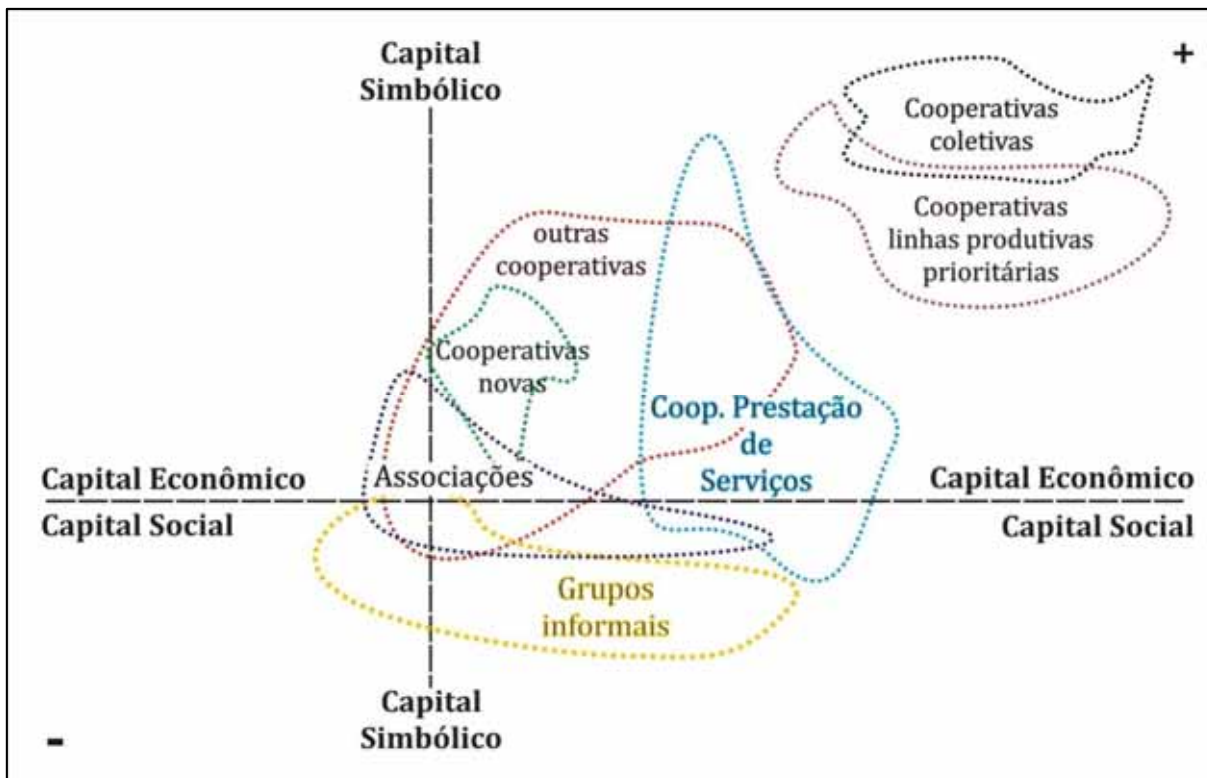


Figura 21 - Esboço ilustrativo dos tipos de cooperação do MST ao modo de um *Campo*
 Elaboração: Sulzbacher, 2014.

3. Lideranças, mediações e trunfos do Movimento

A estrutura política e a estrutura econômica de organização do Movimento no Rio Grande do Sul têm, cada qual, significativa importância na manutenção de uma relativa coesão interna, articulando os assentamentos ao Movimento. Ambos não funcionam separados, ao contrário, estão intimamente relacionadas e para entender seu funcionamento é preciso estudar seus principais elos – os agentes – e as regras que fazem parte do campo de ação. É a partir desses elementos que estabelecemos um primeiro delineamento do Campo do MST.

Assim sendo, dar-se-á atenção **ao sujeito sem-terra que, ao estar liderança, torna-se um agente**¹¹⁴ **com determinada posição social no Campo**. É através dos sujeitos como agentes que o Movimento exerce a gestão de seus trunfos, operacionaliza a articulação dos territórios, sendo essas algumas das dimensões que caracteriza o Campo MST, fundamentam disputas e diferentes leituras sobre o devir dos assentamentos. Importante esclarecer que se concebe como sendo o sujeito sem-terra o indivíduo que passou pelas instâncias de formação política do MST incorporando identidade coletiva e determinado *habitus* que o caracteriza como “sem-terra” ainda que assentado; por sua vez, quando *está* liderança, o sujeito sem-terra torna-se agente pois adentra no Campo MST como *delegado*, representando determinado grupo de famílias assentadas – para transitar de sujeito à agente é preciso passar pelos rituais de iniciação de modo a conhecer as regras de funcionamento do campo, incorporando o *habitus* do político.

Deste modo, estar *liderança* – ou seja, assumir a posição social de... – é uma condição indispensável para que o agente possa participar do Campo MST – ou seja, ter poder de voz nos espaços de decisão. Por isso, entender como funciona o acesso a essa posição, suas funções e dilemas, bem como as particularidades que cada agente aporta à posição social, torna-se importante para compreender como as relações de poder indicam a formulação de políticas e linhas estratégicas de ação (via definição, por exemplo, de cadeias produtivas prioritárias, da decisão de que as cooperativas devem acessar mercados institucionais, dentre outros). A liderança exerce diferentes tipos de mediação, sendo que uma das principais é a de estabelecer conexão entre as famílias e o Movimento. Além disso, o sujeito sem-terra como liderança, incorpora as especificidades de sua leitura particular do mundo dada sua singularidade como agricultor(a) assentado(a) em determinado meio geográfico.

Uma das principais *ferramentas* de uma liderança para a mediação é a fala – o poder de voz. Em estudo realizado por Lima (2008, p. 129), a autora atenta para a “questão de como a liderança sem-terra se constrói por meio desse recurso de poder (o monopólio da fala)”. E, doutro modo, ao fato das “lideranças exercitarem a mediação entre diversos universos de significação: os acampados e outros agentes sociais, inclusive acampados e mediadores e dirigentes do MST” (*Idem*, 2008, p. 131). A identificação e a formação das lideranças iniciam-se no acampamento, como demonstra o relato:

¹¹⁴ Para Bourdieu (2007, p. 169) o agente “nunca é por inteiro o sujeito de suas práticas: por meio das disposições e da crença que estão na raiz do envolvimento no jogo, quaisquer pressupostos constitutivos da axiomática prática do campo (a *doxa* epistêmica, por exemplo) se introduzem até nas intenções aparentemente mais lúcidas”.

[...] **nós somos excluídos de tudo, da terra, da voz, do direito de falar muitas vezes** [...]. Então no acampamento a gente aprende que tem direito a voz e vez, descobre isso também, **direito de falar, de questionar**. [...] Então **as pessoas que se comunicam mais**, que tem facilidade de repassar muitas coisas e aí dentro da organicidade do Movimento, do acampamento é sempre feito um processo de escolha, não é eleição, **mas é um processo de escolha de pessoas que representam um certo grupo**, e assim como representam um acampamento ou uma região. E aí no acampamento eu fui escolhido para representar o acampamento, então passei a ser direção do acampamento (Dirigente Regional 06, 2012 - grifos nossos).

Essa mudança, que indica um determinado processo de formação política, em que os sujeitos se percebem como **excluídos de tudo, da terra, da voz, do direito de falar muitas vezes** para um momento em que tem direito à terra, à voz e ao posicionamento político indica a construção do sujeito sem-terra. Mas há diferenciações internas em que **as pessoas que se comunicam mais** acabam por ser **escolhidas para representar um certo grupo**, passando assim a assumir algum cargo e, geralmente, a atuar como lideranças.

Por conseguinte, capacidades de comunicação, articulação de ideias, mediação são fundamentais para um sujeito sem-terra que adentra no Campo MST para assumir a posição social de liderança (tornando-se agente, no campo). É importante frisar que liderança e dirigente geralmente estão relacionados, mas especificamente a liderança tem a ver com aptidão pessoal (certo carisma), com a capacidade de “comunicar-se mais”, enquanto que o dirigente é um cargo, com responsabilidade e atribuições de representação política: “Liderança, na verdade, **não precisa ser dirigente para ser uma liderança**. Porque existem muitas lideranças que não é dirigente, mas são lideranças dentro dos assentamentos, dentro de um grupo, dentro de uma comunidade, mas mesmo não sendo dirigente” (Dirigente Cooperativa 07, 2012 – grifos nossos). Utilizar-se-á a noção de *liderança*, pois além do diferencial político ligado a subjetividade do sujeito, ela é mais ampla, podendo comportar diferentes cargos (como os de coordenador de assentamento, direção/dirigente regional, direção estadual, direção executiva, dentre outros). Em suma, a *liderança* como uma posição social pode ser ocupada por sujeitos sem-terra nas diferentes instâncias de representação: dos núcleos de base à diretoria executiva. Estes têm um papel fundamental de *mediação*, e apresentam, entre si, particularidades quanto às concepções acerca da realidade dos assentamentos, mesmo que articuladas por princípios e ideais universais do Movimento.

Sobre a questão da mediação, é importante frisar que o Movimento é um primeiro mediador – por participar no campo da reforma agrária – entre as famílias assentadas e o Estado, e é no acampamento que o “próprio MST é apresentado como instituição mediadora

na luta pela distribuição de terra empreendida pelos *sem-terras*” (LIMA, 2008, p. 129). O exercício da mediação, em áreas de reforma agrária, torna-se necessário, uma vez que “não há possibilidade efetiva do cidadão atomizado relacionar-se com o Estado: é sempre necessária uma mediação e dos dois lados” (CARVALHO, 1998, p. 21). E ela se efetiva a partir de “duas mediações básicas: do lado do Estado, ou seja, do espaço público da questão agrária, apresentam-se os organismos governamentais, [...]; do outro lado, o da sociedade civil, as associações gerais e as cooperativas dos assentamentos [...]” (CARVALHO, 1998, p. 20). Em Neves (2008, p. 31 – grifos nossos) o termo mediador “abarca **ações** de indivíduos dotados de **posição** ou função, segundo **atribuições definidas em específicos campos de significação**, investimentos ou na construção de **interdependências entre o pontual e o universal**”. No caso em análise, do Campo MST, os “campos de significação” incluem o repertório político-ideológico que sustenta os movimentos do Movimento enquanto que a construção de “interdependências entre o pontual e o universal” se faz a partir da construção de pautas e prioridades do local ao estadual que são rediscutidas à cada nível de representação.

Dentre as escalas das instâncias representativas, consideramos a **direção regional como um dos principais elos**, pois indica determinado *quantum* de capital simbólico agregado à posição social de liderança: é a regional que articula o interno ao externo, que faz a mediação entre o universal (os princípios, diretrizes, estratégias etc. do Movimento) e o singular (as famílias assentadas, seu cotidiano, modo de vida e diferentes dificuldades, leituras de mundo a partir desta realidade) – como exemplo, reproduzimos a explicação de um agricultor assentado em posição de liderança regional sobre as tarefas de um “dirigente regional”:

Eu não me sinto bem dizer “direção”, porque eu acho que não tem diferença, a única diferença é as **tarefas** que têm: de **negociação**, de **buscar informação**, de **reunir o pessoal**, de **discutir**, é **estar preocupado com a produção e com a desistência das famílias** nos assentamentos... [...] também ajuda a **discutir a questão de projeto** [...] (Direção Regional 06, 2012 - grifos nossos).

Portanto, a mediação ocorre na execução de **tarefas** que envolvem **negociação** e repasse de informações – para as duas pontas – de **reunir o pessoal** para discutir sobre demandas e sobre as questões organizativas que envolvem as famílias assentadas. Assim, o

cargo de direção regional constitui-se enquanto uma **situação particular** e confere um determinado status nos assentamentos aos sujeitos sem-terra que *estão*¹¹⁵ lideranças.

Inspirando-se na reflexão de Bourdieu (2006), podemos dizer que o sujeito sem-terra em posição de liderança conquista um **determinado poder simbólico** a partir de duas formas: 1) do acúmulo histórico e importância que a posição social auferida na estrutura representativa e, que, só faz sentido dentro dela – a partir da consolidação dos campos de significação; 2) do prestígio político (e simbólico) do sujeito, junto à *sua base* (famílias assentadas) e que lhe confere suporte e legitimidade. Portanto, este seria um dos casos comparáveis ao exposto por Bourdieu (2006, p. 94): “Na realidade, trata-se aqui ainda de um caso particular de encontro, mais ou menos ‘bem-sucedido’, entre as posições e as atitudes”, ou seja, entre a história objetivada (estrutura) e a história incorporada (*habitus*). Em referência à Karl Marx, Bourdieu (2006, p. 84) exemplifica: “Quando a herança se apropriou do herdeiro [...] o herdeiro apropria-se da herança”. A herança se apropria do herdeiro quando este incorpora o *habitus* do político e passa a lidar com um tipo de poder simbólico que é “[...] com efeito, esse **poder invisível** o qual só pode ser exercido com a **cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem**” (BOURDIEU, 2006, p. 7 - grifos nossos) ou, conforme já mencionamos, o poder simbólico é essa capacidade de constituir o dado pela enunciação – por meio do direito e do poder de voz – fazendo os outros “ver e crer”, de construir ou transformar a visão de mundo e, portanto, a ação sobre o mundo (BOURDIEU, 2006) sobretudo o seu mundo imediato. Portanto, as lideranças desempenham um papel de mediação na forma de concepção sobre a realidade, sobre o devir (e ações para o devir) tendo, em si, potencialidade de construir pontes ou abismos.

Este poder simbólico associado a posição social do agente que está liderança é relacional na medida em que precisa da relação tanto com as famílias, quanto com o Movimento. Isso indica uma das características dessa posição social no Campo MST, que é o domínio de determinado *habitus* do político em específico. Na explicação de Bourdieu (2006), o *habitus* do político envolve desde um modo de pensamento e de ação até o domínio da linguagem e de certa retórica política que indica essa capacidade de falar em público – do exercício do poder de voz:

Com efeito, nada é menos natural do que **o modo de pensamento e de ação que é exigido pela participação no campo político**: como o *habitus* religioso, artístico ou científico, o *habitus* do político supõe

¹¹⁵ Optamos por destacar uma perspectiva situacional das lideranças, em que está implícita uma delimitação temporal (geralmente de dois anos) e de atuação espacial.

uma preparação especial. É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária **para adquirir o *corpus de saberes específicos*** (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das **capacidades mais gerais** tais com o **domínio de uma certa linguagem** e de **uma certa retórica política**, a **do tribuno**, indispensável nas relações com os profanos, ou a **do debater**, necessária nas relações entre profissionais (BOURDIEU, 2006, p. 169 – grifos nossos).

No Campo MST a herança que sugere um ***corpus de saberes específicos*** tem significativo fundamento simbólico que recomenda determinadas ações e leituras de mundo. Herança que tem relação com a prática sociopolítica construída ao longo da consolidação do Movimento e que está, também, em movimento. Essa preparação especial para incorporação do *habitus* do político – especialmente as capacidades de domínio de certa linguagem e de retórica política do tribuno e do debater – perpassa pela trajetória de formação do sujeito sem-terra, iniciando quando ingressa no MST:

Durante o tempo em que estão acampados, os sem terras passam por um período denominado “formação”. Trata-se da inserção no universo da participação política a partir das “linhas políticas” do MST [...]. Para se tornarem lideranças, os integrantes do MST passam por um **ritual de iniciação constituído por reuniões e cursos**. Esse ritual tem início com a participação nas instâncias organizativas do acampamento: núcleos de base, setores, coordenação. **Ao se destacarem nessas funções**, as futuras lideranças têm a possibilidade de realizar cursos de formação política oferecidos pelo próprio movimento (LIMA, 2006, p. 82-83 – grifos nossos).

Nesse processo de formação, entende-se que *corpus* de saberes específicos não é tão somente adquirido como se fosse um legado histórico fechado: ele é **construído e reinventado**, principalmente a partir das necessidades impostas na geografia do cotidiano, da situação particular de cada assentamento e de sua inserção regional. **É pela geografia** que o *corpus* ganha movimentos e ajustes, pois o assentamento é um lugar de **encontro de diferentes trajetórias** que são revisitadas nos **processos de formação política** para construção do **sujeito sem-terra**. Mas, ainda assim, **sua singularidade é de ser agricultor assentado** vivendo em adaptação ao meio: **são agricultores assentados que estão situados** e essa situação indica tanto a elaboração relacional de sua leitura de mundo (e sua ação sobre esse mundo) quanto suas possibilidades de participação na leitura de mundo construída no Movimento enquanto universalidade. Portanto, tais dimensões, considerando seu movimento dialético, tecem especificidades à luta na terra, **presentes na visão de mundo de cada agricultor assentado/sujeito sem-terra que assume a posição social de liderança**. No

relato a seguir, atentemos à forma como esses processos reconstróem-se dialeticamente e têm implicações diretas sobre a leitura de mundo do agricultor assentado, nos seus projetos de vida e na forma como os concebe fazendo parte de uma coletividade que, por sua vez, tem outros projetos e necessidades – como a da luta na terra e a de se fazer representar no Campo MST:

[...] 2000, 2001... Então nesses acampamentos, todo mundo me conhecia. Quando eu vim para a região aqui, [...] saí do setor de frente de massa e **vim com aquele pensamento** que tinha lá quando eu fui acampado “**agora eu vou para meu lote, vou cuidar de mim, do meu lote, da minha família**”. Mas também tem o processo, [...] **quem vai tocar?** Não existe um salário para dirigente, quem vai dirigir, quem vai **representar a região no estado**. Então é meio que pelo amor à camisa. [...] E depois que eu **vim para o assentamento comecei a entender que tinha que ter alguém sempre organizando a produção**, e ainda **quando fala de organizar a produção, não é só lá no produtor**, no colono, mas também a **viabilidade, né de comercializar...** então tem todo um desafio grande. E aí eu comecei, aqui na região, comecei ajudando no assentamento, como coordenador, ajudando só o nosso assentamento. [...] E aí o pessoal me escolheu para eu ser dirigente, por isso que sou dirigente da região, mas com esse entendimento, que é hoje, **não adianta discutir só a política da reforma agrária, mas sim a produção, a resistência na terra que é muito difícil** (Direção Regional 06, 2012 – grifos nossos).

Na verdade sempre fui dirigente desde que entrei no acampamento... Quando cheguei no lote eu digo “**não vou atuar em nada, eu quero cuidar só do meu lote, da minha vida!**”. Tchê, não durou muito minha alegria, **não deu um ano. O assentamento estava indo água abaixo** e aí a direção regional na época [...] foram umas três ou quatro vezes lá em casa [...] (Cooperativa 07, 2012 – grifos nossos).

Logo, é no assentamento que os sujeitos sem-terra, enquanto agricultores assentados, encontram as condições objetivas que contrapõem seus projetos de vida em particular, com aqueles do coletivo. Do ideal de viver, de cuidar **do meu lote, da minha família**, transita-se para a compreensão de que é preciso **ter alguém sempre organizando a produção e representar a região no estado**, caso contrário o **assentamento** vai por **água abaixo**, o que exemplifica o fato de que a **resistência na terra que é muito difícil**. Portanto, se os rituais de iniciação são similares e indicam a formação de um *tipo de sujeito universal*, por outro lado, **são as condições objetivas do meio geográfico que impõem outras exigências** e atuam sobre esse “sujeito sem-terra” de forma a tornar sua **visão-leitura sobre seu mundo uma combinação dialética** entre os aportes teórico-metodológicos e princípios do Movimento e as possibilidades de resistência no assentamento.

Desta base propositiva, temos a conformação da particularidade que caracteriza cada liderança regional:

Apesar de ser uma das posições no interior de uma estrutura de papéis, entre os autorizados a falar **existiam diferenças de práticas e concepções do exercício dessas funções**, que se **referenciam a representações sobre trajetórias** de *lideranças* construídas no universo social específico ao campo ou à cidade (LIMA, 2008, p. 131 – grifos nossos).

Conforme já argumentamos, essa diferença de práticas e de concepções no exercício da liderança não está tão somente ligada à trajetória do sujeito, ou seja, ao seu passado. Tem relação com o presente, portanto, o local em que está assentado e que passa a desafiá-lo na construção de laços de identidade, de **transformação do local em lugar** para a produção e reprodução da vida.

No esquema da Figura 22, nos apropriamos, de forma genérica, das três instâncias de inteligibilidade do real para refletir sobre a atuação das lideranças ao modo de articulação entre a singularidade, a particularidade e a universalidade. Esse movimento refletivo tem intuito exclusivamente didático, num esforço para aprender a complexidade da posição social de liderança¹¹⁶ como agente de um campo. Assim, a singularidade de todo sujeito sem-terra está no fato dele ser um agricultor assentado articulado ao Movimento pelos princípios políticos-ideológicos universais que o reconhecem/legitimam como sujeito sem-terra. No entanto, ainda que incorpore elementos da universalidade – *corpus* de saberes específicos nas concepções sobre a reforma agrária, sobre seu papel como sujeito político no processo histórica, dentre outros – alegamos aqui que a **singularidade de sua visão de mundo incorpora dialeticamente elementos do universal em contraposição com as especificidades de sua trajetória e do meio geográfico em que vive – tornando-o agente com determinada particularidade no Campo**. Tal leitura nos autoriza a indagar sobre a pluralidade de mundos possíveis nos diferentes assentamentos gaúchos, cuja dimensão espacial poderia ser identificada ao modo de diferentes territorialidades – ou seja, diferentes

¹¹⁶ Aqui cabe aproximação com a definição da função de "delegado" discutida por Dussel (2007, p. 34): "*Delegado* indica que atua em nome do todo (universalidade) em uma função diferenciada (particularidade) empreendida com atenção individual (singularidade). O exercício *singular* (privado) de uma ação é a que se realiza em nome próprio. O exercício *delegado* (público) é a ação que se cumpre em função do todo. O fundamento de tal exercício é o poder da comunidade (como *potentia*). Aquele que exerce o poder o faz por outro (quanto à origem), como mediação (quanto ao conteúdo), para o outro (como finalidade)".

modos da projeção espacial das relações sociais de poder, simbólicas e produzidas nas relações sociais em interação com o meio.

Em suma, quando o agricultor assentado, em sua singularidade, assume determinada posição social no Campo, ao apropriar-se do *habitus* do político que o qualifica como agente, ele passa a exercer um papel de mediação em que transita também “sobre si” entre o ser agricultor assentado e o ser sujeito sem-terra, sendo os dois ao estar liderança. Nesta escala de ação, a liderança articula diferentes territorialidades – muitas vezes sobrepostas – de forma a tecer um território que permita determinada coesão social e política pois é essa capacidade (articular, tecer) somado ao produto (um território) que lhe confere capital social e poder de voz no Campo MST. O controle dos assentamentos que correspondem a sua área de ação indica a construção (ainda que em conflito) de um território que lhe permite manter sua representatividade e legitimidade – seja nos assentamentos, seja no Movimento. Retomaremos essa discussão na próxima seção.

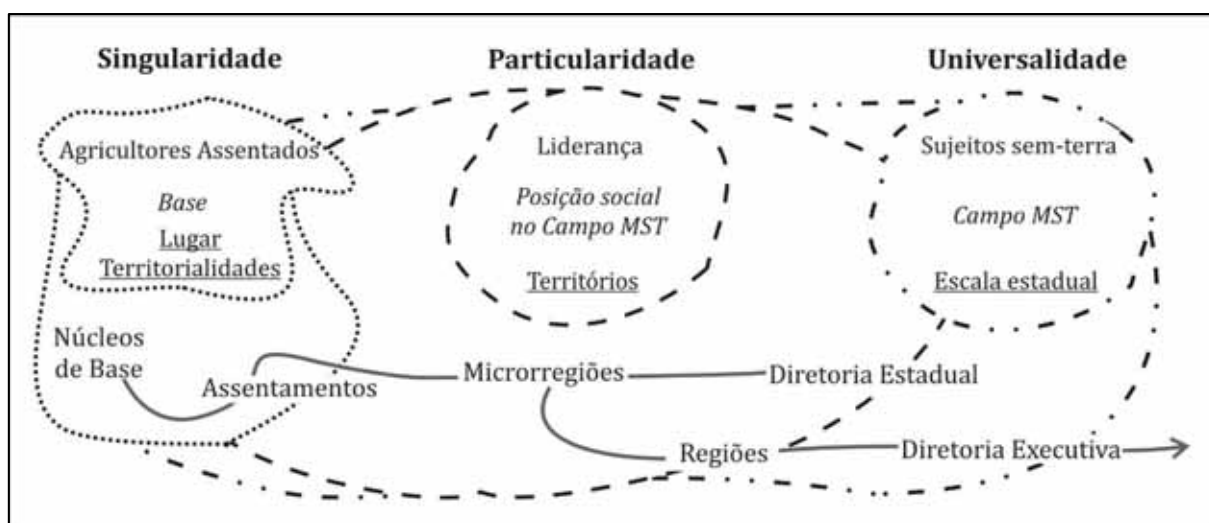


Figura 22 - Esquema das três instâncias de mediação para pensar a atuação das lideranças
Elaboração: Sulzbacher, 2014.

Outro desafio que cabe à liderança é a gestão dos tempos marcados pelo descompasso entre as necessidades e demandas das famílias e a execução de políticas de Estado ou, ainda, dos processos internos de debate do Movimento, conforme também observa Lima (2006, p. 87 – grifos nossos):

[...] a demanda da ‘base’ por soluções concretas está em descompasso com o tempo da política, o qual não é influenciado apenas pelo ritmo das ações do MST, mas também pelas negociações que envolvem outros atores sociais. A liderança sem-terra tem que atuar nesse entremeio das **soluções concretas** e do **tempo da política**.

Esse movimento de mediação, entre necessidades e tempos diferentes, levou Lima (2006, p. 88) a considerar o sujeito sem-terra que *está* liderança, como um sujeito híbrido:

Podemos pensar a liderança sem-terra como um sujeito híbrido, na medida em que é um **acampado como os outros, mas que também mantém um vínculo mais próximo com a ‘organização’ e o universo das preocupações políticas. Detém uma perspectiva diferenciada da ‘base’ em relação à ‘luta pela terra’ por conta dessa posição que ocupa, muito embora também seja um sem-terra.** Assim, ao se colocar no entremeio das preocupações políticas e das soluções concretas, ele se hibridiza (grifos nossos).

Não concordamos que se trata de um sujeito híbrido, pois ele não deixa de ser acampado ou agricultor assentado para estar liderança – exercendo, geralmente, cada uma das funções em momentos diferentes. No entanto, é inegável que ao estar liderança o sujeito sem-terra aporta uma posição diferenciada no grupo, agregando poder simbólico e poder de voz, além de conferir uma visão ampliada do campo em que atua: dos outros agentes, dos grupos, das articulações, dos capitais, das concepções em disputa etc. Permite dominar o *corpus* e o *habitus* do político, articulando-os de modo que venha ao encontro de seus interesses e do grupo que representa.

Por fim, além da trajetória é também o meio geográfico um dos elementos que diferenciam os sujeitos sem-terra em posição de liderança, sendo as demandas regionais um indicativo disso dada a trajetória histórica e geográfica de formação dos assentamentos e de origem das famílias assentadas. Tal diferenciação tem seus efeitos políticos e é recorrente nos diálogos com os agricultores assentados, conforme mostra o trecho a seguir:

[...] então tem regiões [...] se **põem como vítimas de uma situação, de uma característica regional lá, de seca, de solo [...]** e não sai desse discurso: **“precisa de um investimento regional diferenciado, porque a região é diferente”**. Então todas as lideranças lá o discurso é esse: “nós somos vítimas”, “nós precisamos de um olhar diferenciado” e “nós precisamos de crédito” (Direção Executiva 02, 2012 - grifos nossos).

Ao alegar que determinada região se **põem como vítima de uma situação** acaba-se por indicar que as dificuldades para o desenvolvimento dos assentamentos tem também uma causa política em detrimento da observação às especificidades e características que fazem daquele meio geográfico adverso à determinados tipos de atividade agropecuária. É inegável que tais casos precisam **de um investimento regional diferenciado**, afinal, conforme já

discutimos no Capítulo IV há significativas diferenças entre estar assentado na região metropolitana ou na região das missões ou na região sul.

Ao modo aqui proposto, retomando a ideia de que é a combinação de trajetórias que, nos assentamentos, tece uma identidade coletiva submetida à luta na terra, a qual indicará as **singularidades na visão de mundo dos sujeitos sem-terra e estas têm repercussão quando este assume a posição social de liderança**. Portanto, haverá também diferentes formas de entender as prioridades regionais e, sobretudo, diferentes formas na gestão dos trunfos e na execução do programa construído no Movimento.

4. A gestão dos trunfos como lógica do Campo MST

Seria excessivamente pretensioso, da nossa parte, encerrar neste trabalho um esquema que abarcasse a complexidade que envolve o Campo MST tendo em vista suas articulações entre as instâncias representativas políticas, as experiências de cooperação, a atuação em particular de cada liderança como agente no Campo – sem considerar, ainda, a exterioridade que influencia no capital acumulado de cada agente ou grupo interno. Tal pretensão exige outras pesquisa se, sobretudo, o diálogo com os sujeitos sem-terra que fazem o Movimento enquanto agricultores assentados em suas singularidades feitas territorialidades. Feita essa ressalva, nos satisfazemos em lançar algumas questões especulativas que auxiliam a compreender o papel exercido pelas cooperativas e pelas lideranças na construção e definição de projetos, nas concepções sobre o devir dos assentamentos e no papel da agroindustrialização nesse contexto.

Inspirando-se em Raffestin, propomos pensar o Campo MST e suas estratégias de ação a partir da ideia de *gestão dos trunfos* – ou seja, dos recursos, da população e do território. Em uma aproximação para a análise do Movimento, pode-se indicar que a terra é o principal recurso, a população refere-se às famílias assentadas e o território indica a relação entre os sujeitos sem-terra e as implicações espaciais das relações políticas e de poder. O território será particularmente importante, pois: 1) indica o presente e o futuro, a partir da projeção de uma determinada visão de mundo que articula população e recursos; 2) indica diferentes escalas de ação para gestão dos trunfos, acionando diferentes sistemas territoriais (ao modo de Raffestin, as tessituras, nós, redes) que sugerimos sob perspectiva de continuidade e descontinuidade espacial (zonas e rede); 3) indica confrontos e disputas de projetos, uma vez que o Movimento contém diferentes territórios ainda que articulados por um território-rede.

Assim, a territorialização do MST não acontece somente ligada à conquista da terra com a instalação de assentamentos, mas, sobretudo, a partir da construção de uma rede de articulação entre as famílias assentadas e o Movimento que indica a projeção (inscrição social e espacial) do Movimento nos assentamentos e, de alguma forma, das famílias no Movimento – imbricação escalar do singular-universal elaborado sobretudo a partir da atuação das lideranças. Por tal leitura, torna-se relevante entender o território em sua multiplicidade, conforme escreve Haesbaert (2004, p. 42 – grifos nossos):

O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multiescalar e multidimensional que só pode ser **devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade**, tanto no sentido da **convivência de "múltiplos"** (tipos) de território quanto da **construção efetiva da multiterritorialidade**.

A abertura do conceito de território permitindo contemplar a multiplicidade, tanto da **convivência de "múltiplos"** quanto da **construção efetiva da multiterritorialidade** permite entender como funciona o Campo MST em suas disputas internas – muitas delas embasadas nas diferentes leituras de mundo dos sujeitos sem-terra em posição de liderança que, por sua vez, tem relação com sua trajetória e o lugar em que vivem – conforme discutimos anteriormente.

Portanto, para refletir sobre os *múltiplos* que compõem o Movimento é preciso tomar como ponto de partida as escalas local e regional, pois é nelas que estão situados e que atuam os agentes do Campo MST. A construção das singularidades é feita nestas duas escalas, sendo a territorialidade a sua dimensão espacial. Portanto, embasam a formação de diferentes territórios, conforme as especificidades das relações sociais, dadas pela trajetória das famílias e pelo processo de adaptação ao meio. Tal assertiva vem ao encontro das anotações em Souza (2008) que sugere os elementos para compreender a gênese de um território, entender **o que se produz** ou **quem produz** e **quais as ligações afetivas** e de **identidade entre um grupo social e seu espaço**.

Na obra “Mitos da desterritorialização” Haesbaert (2006, p. 40) classifica as noções de território, organizadas a partir de três vertentes: 1) vertente política, sendo a “mais difundida, na qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes [...] relacionado ao poder político do Estado”; 2) vertente cultural, a qual “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”; e, 3) vertente econômica, a qual “ênfatisa a dimensão espacial

das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão ‘territorial’ do trabalho”. Enfim, qual destas vertentes é pertinente ao estudo dos assentamentos vinculados ao MST?

Poderíamos seguir a análise considerando a predominância de uma noção política, sob viés jurídico-político, referente ao Estado, personificado nos agentes do INCRA, que visualizam os assentamentos como áreas circunscritas e que exigem atenção quanto à infraestrutura, políticas especiais (crédito agrícola, habitação, questões ambientais etc.), conflitos fundiários, dentre outros.

Outra alternativa seria conduzir a análise sob o viés cultural, considerando os assentamentos como determinado espaço que fora desterritorializado, para que possa ser ocupado e apropriado, em que vários elementos passam a destacar-se como o simbólico (bandeira, cores, etc.), a mudança na paisagem (presença de casas, áreas com diferentes tipos de produção etc.), a vitalidade social (instalação de pontos de encontro e interação, como escolas, armazéns, igrejas e centros comunitários), dentre outros.

Uma terceira perspectiva poderia nos indicar uma ênfase nas relações econômicas que, aliás, extrapolam a fronteira social e política dos assentamentos. Ela permeia a sobrevivência e a permanência das famílias assentadas, é ‘chave’ de acesso à integração com a sociedade local, endossando fluxos a partir das relações mercantis formais e informais.

Estas vertentes permitem outras simulações para o estudo dos assentamentos, no entanto, nos interessa uma abordagem para construir uma leitura integrada e relacional, de modo a identificar os múltiplos territórios que, articulados, compõem aquilo que denominaremos de “território-rede” do MST e confere lógica ao Campo MST.

Assim, considerar o território relacional permite-nos compreendê-lo em seu movimento e articulação, características intrínsecas à organização do MST nos assentamentos. Traz para o debate a necessidade de considerar as relações sociais, de poder, historicamente construídas e, principalmente, definitivamente influenciadas pela dialética socioespacial¹¹⁷ que caracteriza cada assentamento e confere as lideranças uma particularidade na totalidade.

¹¹⁷ Utiliza-se noção de dialética socioespacial a partir das contribuições de Soja (1993). O autor argumenta em prol de uma análise geográfica que considere a dialética sócioespacial, como superação da dicotomia tempo versus espaço, história versus geografia: “A estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada, como suas leis autônomas de construção e transformação, nem tampouco é simplesmente uma expressão da estrutura de classes que emerge das relações sociais (e, por isso, a-espaciais?) de produção. Ela representa, ao contrário, um componente

Portanto, é na configuração da dialética sócioespacial que se desenham especificidades regionais, que aqui desenvolvemos ao modo de múltiplas territorialidades. Abandona-se, alguma forma, uma abordagem analítica de um único território, em sua exclusividade e limitada à determinada escala cartográfica. Preocupamo-nos em pensar um território cuja essência é a **interação e articulação entre diferentes** escalas, constituindo-se de forma contínua ou descontínua espacialmente: os territórios-zona, geralmente vinculados à organização local e regional dos assentamentos, nos quais o território está objetivado ao modo de diferentes territorialidades – que podem indicar a proeminência seja da estrutura política, seja da estrutura econômica, seja das duas imbricadas, tais combinações têm relação direta com o *quantum* de capital de determinado agente no Campo MST. Tais configurações indicam como as relações de poder se comportam e, por sua vez, indicam como são gestados os trunfos. Em nossa leitura, há uma correlação positiva entre a coesão ou vínculos entre diferentes territorialidades e o quantum de capital deste território – representado por determinados agentes – na disputa por determinadas concepções no Campo MST. É a partir dos territórios-zona – feitos de múltiplas territorialidades – que se estrutura a rede, **o território em forma de rede**, descontínuo, que **indica um programa em execução do Campo MST** como o ator sintagmático.

As territorialidades podem emergir de diferentes formas, sendo impossível abarcá-las nesse trabalho. Cabe, portanto, indicar que elas podem estar circunscritas a um determinado assentamento (sobretudo nos grupos coletivos), mas pode também ser construída a partir da ação de uma cooperativa que articula os diferentes grupos sociais nos assentamentos e imprime uma linha de atuação, um projeto político; ou, ainda, pode estar alicerçada na atuação de uma liderança com cargo de direção estadual, que percorre todos os assentamentos de sua microrregião, conhece todas as famílias e, pela posição social que ocupa, exerce poder de mediar interesses, amenizar conflitos, repassar informações, divulgar pauta política e, principalmente, manter a vitalidade política e social do MST. Logo, as territorialidades podem ser mapeadas como sendo essa outra escala de ação, **micro**, do funcionamento do Campo MST, com suas particularidades. Aliás, as diferentes territorialidades que envolvem as famílias assentadas nem sempre participam do território-rede do Campo MST, tendo em vista que seus respectivos representantes, ainda que lideranças, não tenham um *quantum* suficiente de capital para pôr-se em disputa no Campo. Portanto, a inserção das particularidades de

dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais” (SOJA, 1993, p. 99).

determinada territorialidade no território-rede exige um aporte de capitais para que possa atuar, efetivamente, como delegado.

Em suma, a escala local é o lócus da territorialização destas diferentes dimensões que compõem o território-rede do Campo MST, em seus conflitos e contradições. Nessa escala, podem-se identificar os assentamentos como *lugares*¹¹⁸ que se diferenciam e cujas diferenças estão projetadas espacial e socialmente – sendo essa projeção um modo “de prisões que os homens constroem para si”. É importante não **restringir o lugar aos limites dos assentamentos**, pois a lógica do Campo MST tem implícita determinadas relações com a capacidade de conferir uma relativa **transversalidade**, articulando diferentes interesses em grupos sociais, diferenciando-os internamente, criando ou destruindo determinadas coesões sociais. É a importância das relações que nos incita a pensar os assentamentos como um lugar de encontro e também, como base para territorialização (em movimento) de determinada territorialidade. Um exemplo é a formação de duas cooperativas nos assentamentos PA Glória (Pedras Altas) e no PA Jaguarão (Aceguá): em ambos os casos, as famílias assentadas já são atendidas por outras cooperativas do MST, mas a decisão de criar uma entidade jurídica tem relação com a autonomia e, também, de angariar uma “posição” no campo econômico do Movimento – fazer-se ver, **fazer-se presente** no Campo MST. Essa presença indica a necessidades deste grupo em defender seus interesses, seus projetos, enfim, suas especificidades que, de algum modo, não estão sendo contempladas. De pôr em evidência determinada territorialidade que indica seu mundo.

Portanto, ao refletir sobre a territorialidade e sua expressão no âmbito do MST, pode-se observar o que Saquet (2002) escreveu em relação aos territórios da imigração italiana:

A territorialidade é o desenrolar de todas as atividades diárias que se efetivam, seja no espaço do trabalho, do lazer, na família etc., resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar. Todos somos agentes sociais, não em sistemas, mas numa **dinâmica relacional, de reciprocidades e contínuo movimento**, de contradições sociais, que construímos territórios em diferentes intensidades e formas. **A territorialidade é cotidiana, multifacetada e as relações são múltiplas**, e por isso, os territórios também o são

¹¹⁸ Aqui propomos uma aproximação com a concepção de lugar em Massey (2000), defendida a partir de quatro argumentos: 1) o lugar é não estático, ou seja, os lugares são processos (a partir de interações sociais que agrupam); 2) “os lugares não têm de ter fronteiras no sentido de divisões demarcatórias”, a ligação com o exterior pode vir “por meio da particularidade da ligação com aquele ‘exterior’ que, portanto, faz parte do que constitui o lugar”; 3) “os lugares não têm identidades únicas ou singulares: eles estão cheios de conflitos internos; 4) “a especificidade de um lugar é continuamente reproduzida” e, ela pode derivar do fato “de que cada lugar é o centro de uma mistura distinta das relações sociais mais amplas com as mais locais” (MASSEY, 2000, p. 184-185).

(com territorialidades), **revelando a complexidade social** e ao mesmo tempo as relações de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço relativamente delimitado (grifos nossos).

A territorialidade, sendo cotidiana, abre-nos a possibilidade de compreender cada área reformada como imbricação de relações de poder, em conflito. Talvez o primeiro deles seja em relação ao meio físico, uma vez que grande parte dos grupos familiares assentados tem trajetória de migração em relação ao local de origem. O meio impõe a necessidade de colaboração social, de sobrevivência, de solidariedades, sem contar que a sociedade local geralmente é reativa a intrusão¹¹⁹ social de novos sujeitos sem-terra.

Portanto, determinado assentamento participa e caracteriza determinada territorialidade – um compasso no arranjo espaço-tempo. Por tratar-se de uma área circunscrita também é segmentada, impondo novas rotinas à paisagem local. Um assentamento enquanto um lugar está inscrito, participa, de diferentes dinâmicas territoriais, representa um determinado momento, marcado pela trajetória do grupo que ali convive e que busca meios para reproduzir-se enquanto sujeitos sem-terra e também como agricultores assentados. Cabe a eles construir uma nova função aquele meio rural. O assentamento impõe-se com um futuro em aberto, a ser escrito.

Sua inserção regional justapõe outras territorialidades. Muitas das características são comungadas, uma vez que a configuração regional, potencialidades e restrições do meio, são impostas a todos. Sem contar as dificuldades quanto à infraestrutura e ao processo de instalação. À princípio, entendemos que **cada regional do MST**, apesar de suas possíveis diferenças internas, **constitui-se enquanto um grupo relativamente coeso, que partilha de trajetórias similares** que são reconhecidas na divisão criada pelo Movimento. Isso fundamenta nossa hipótese de que há leituras de mundo compactuadas, em especial sobre suas necessidade e estratégias para o desenvolvimento.

Assim sendo, ao voltar nosso olhar para o que poderíamos denominar território-rede do MST, na escala estadual, pode-se imaginar que não de existir **territorialidades sobrepostas**¹²⁰ ou ainda uma multiterritorialização (HAESBAERT, 2006) que resulta da

¹¹⁹ É intencional fazer uma alusão metafórica ao fenômeno geológico, definido como ‘processo pelo qual a massa eruptiva se intromete em rochas preexistentes’.

¹²⁰ Agnew e Oslender (2010), a partir da perspectiva das Relações Internacionais e da Geografia Política, propõem a noção de “territorialidades sobrepostas”, considerando principalmente o caso latino-americano, em especial a disputa por áreas a partir das ações de grupos indígenas e quilombolas. Para tal, definem a territorialidade como: “[...] la territorialidad por lo general se pone en práctica en varias formas diferentes aunque a menudo complementarias: (1) mediante la aceptación popular de las clasificaciones de espacio (e.g. «nuestro» frente a «tuyo»); (2) a través de

imbricação entre múltiplos tipos territoriais e de sua reconstrução de forma singular pelos agentes, grupos ou instituições. É a imbricação destes múltiplos tipos territoriais que permitiu ao MST manter-se, reproduzir-se e adaptar-se às mudanças sociais e políticas nesses quase 30 anos de existência. Logo, ao falar em território-rede do MST, podemos pensá-lo enquanto uma construção, baseada na “articulação de duas dimensões principais, uma mais material e ligada à esfera político-econômica, outra mais imaterial ou simbólica, ligada, sobretudo à esfera da cultura e do conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social” (HAESBAERT e LIMONAD, 2007, p. 49).

No Quadro 13 é apresentado um exercício síntese da relação Campo MST e Agentes, em que abordamos algumas características das questões até então discutidas.

Quadro 13. Síntese de uma abordagem territorial do MST no RS

	Campo MST	Agentes
Escala	Estadual	Local-Regional
Função	Articulação, Organização e Princípios Gerais	Articulação, operacional para reprodução social dos assentamentos
Lógica	Gestão dos trunfos (territórios, assentados, recursos)	Relativa, conforme as características de quem está liderança
Estratégia	Planejamento, Gestão	Viabilidade socioeconômica
Forma atuação	Estrutura política Estrutura econômica	Mediação (poder simbólico)
Tipo territorial	Rede	Zona

Elaboração: Sulzbacher, 2014.

A capacidade de articulação, de conectar as diferentes territorialidades, trata-se de um dos principais trunfos na estrutura de organização do MST, no Rio Grande do Sul. No entanto, isso não convive imune a conflitos e disputas internas. E elas não são de todo o mal, ao contrário, garantem ao MST, um movimento de superação de si mesmo, tendo em vista que não teria sentido ser uniforme.

Por fim, nesse processo – formação de territorialidades, sua articulação e organização, conformação do Território-Rede MST – a posição social de liderança tem um papel central. Ela é o elo da territorialidade em territorialização e, principalmente, têm implícita uma perspectiva regional, que lhe é singular, porém guarda elementos particulares e lhe permitem

la comunicación de un sentido de lugar (donde las señales y fronteras territoriales evocan significados); y (3) mediante la imposición del control sobre el espacio (mediante la construcción de barreras, la interceptación, la vigilancia, la disposición de cuerpos de policía, la guerra, y la revisión judicial)" (AGNEW e OSLENDER 2010, p. 196).

atuar na territorialização do Território-Rede MST, na formulação de estratégias, de projetos, do devir dos assentamentos.

Doutro modo, acionar, acessar ou conectar diversos territórios sem implicar necessariamente em deslocamento físico parece-nos uma versatilidade a disposição do território-rede que estrutura a organização do MST. Portanto, as relações de poder têm também uma vinculação com a capacidade de atuação escalar. Ou seja, “a eficácia do poder, hoje, passa pela capacidade e a agilidade (velocidade) de atuar nas mais diversas escalas e pelos diferentes tipos de território, articulados em rede (territórios em rede), usufruindo assim das vantagens que cada um deles proporciona” ou, melhor, “o poder pode estar nas mãos de quem é capaz de ‘jogar’ com essas múltiplas escalas: do local ao regional, ao nacional e ao global” (HAESBAERT, 2006, p. 306).

Do mesmo modo, entendemos que as lideranças são um elemento de conexão e que o poder é relativo, acionado muitas vezes a partir da dimensão política, econômica ou, ainda, as duas juntas enquanto suporte da dimensão simbólica. Essa capacidade das lideranças tem repercussões espaciais, conforme podemos visualizar no mapa da Figura 23, que demonstra a relação entre atuação das cooperativas e a execução do Programa Terra Sol. Os investimentos representam, principalmente, a capacidade de articulação regional na conformação de dada territorialidade que sustenta projetos e perspectivas para os assentamentos. Além disso, expressa também o resultado das relações de poder internas, do MST, haja vista que os projetos executados passam pela estrutura política de decisão.

A partir da Figura 23, podemos destacar: 1) relativa concentração regional dos investimentos indica um maior *quantum* de capital, no Campo MST, dos agentes destas regiões. Além disso, são grupos, no exercício de sua territorialidade, que têm influência nas instâncias de decisão do Movimento, fazendo com que suas demandas tenham prioridade no conjunto de investimentos possíveis; 2) a concentração de investimentos em locais com atuação de cooperativas do MST, ou seja, a existência de cooperativa endossa capital simbólico daqueles agentes que propõe determinado projeto para o desenvolvimento dos assentamentos.

Em geral, a priorização de algumas áreas em detrimento de outras tem por base uma preocupação com a viabilidade econômica e social dos investimentos. Conforme estudo que realizamos sobre a execução do Programa Terra Sol¹²¹, pode-se auferir que a priorização de projetos de assentamentos que apresentam um diferencial no desenvolvimento social e

¹²¹ Monografia de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo (via convênio PRONERA-UFSM, 2011).

econômico pode implicar na concentração de recursos públicos. Por outro lado, a instalação de empreendimentos em áreas cujo histórico das famílias assentadas já apresenta significativo grau de risco social, dado principalmente pela dificuldade de adaptação ao meio (ou mesmo de produção), acaba por tornar a consolidação do empreendimento ainda mais lenta, pois passa por um processo de formação (ou rearranjo) de coesão social e política para articular a produção, o processamento e a comercialização.

Além disso, a partir dos dados e da discussão até então realizada, pode-se dizer que atuação das cooperativas e os projetos apresentados ao Programa Terra Sol não contemplam todo quadro social, o que nos indica diferentes frentes de atuação (ou linhas de produção) nas cooperativas. Por fim, observa-se que nem os investimentos, nem as cooperativas contemplam as mais de 13 mil famílias assentadas no Estado. Ou seja, fundamentalmente, o que resta aos ‘espaços vazios’ ou, supostamente ‘sem representação’ na estrutura organizacional? Seriam territorialidades fragilizadas ou em disputa? Quais são a Geografia e a territorialidade que lhes cabe?

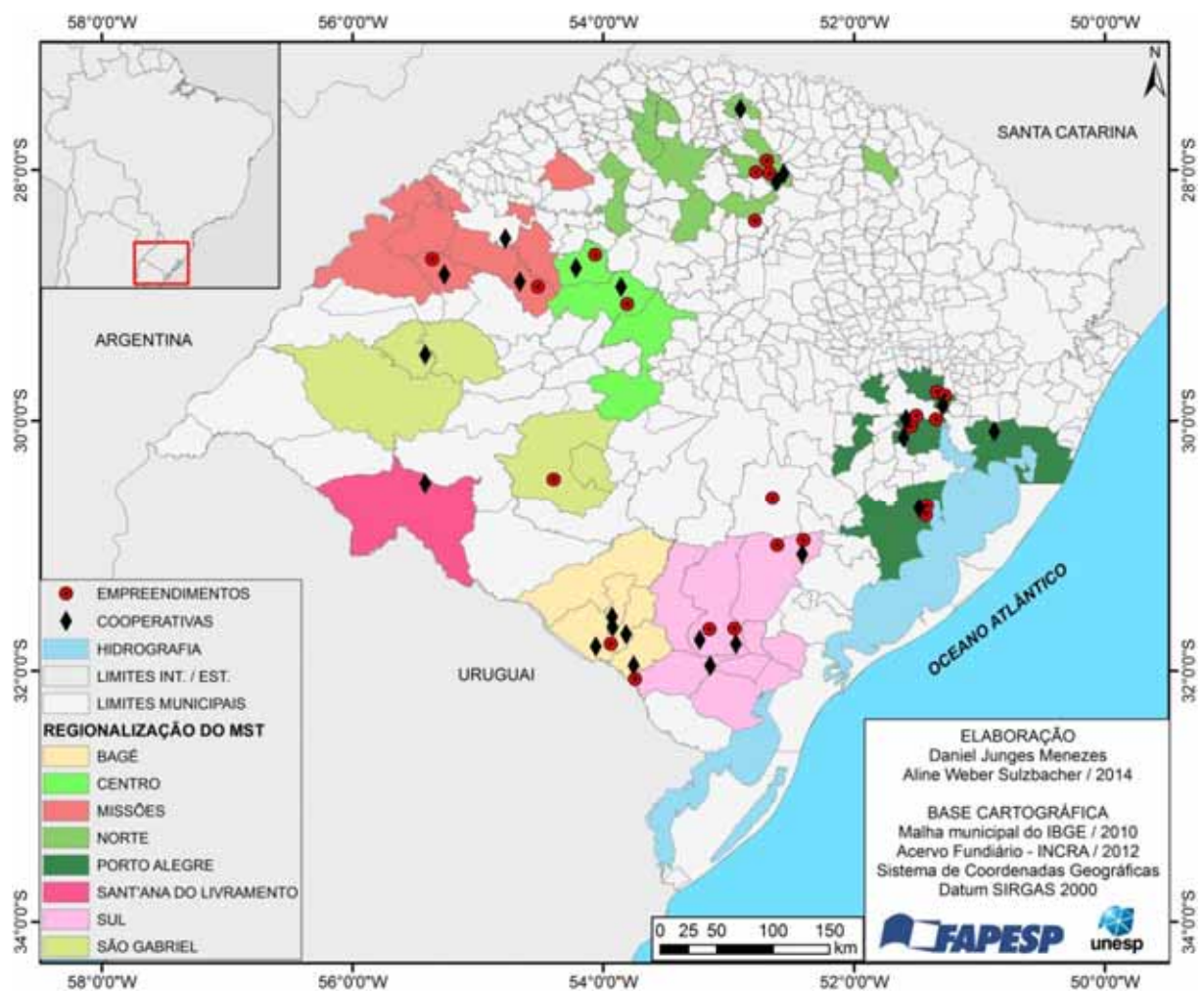


Figura 23 - Mapa com as regionais e cooperativas do MST e empreendimentos Terra Sol

Parte IV

Questões finais

*Pensar com o espaço implica admitir múltiplas temporalidades convivendo
simultaneamente.*

Carlos Walter Porto-Gonçalves

Considerações Finais

O exercício analítico do processo e das transformações da agroindustrialização em assentamentos de reforma agrária nos levou ao estudo da política, do poder, da articulação dos conceitos de território e de campo.

Ao estudar a agroindustrialização em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul, constatamos que se trata de uma temática discutida há pelo menos 20 anos, iniciada com o processo de organização social e político de agricultores sem terra, que culminou na criação do MST. Desde então, ela ganha um fundamento político e econômico algumas experiências aos poucos se consolidam e oferecem um suporte para a discussão e implementação de estratégias de desenvolvimento das áreas reformadas.

A partir de uma determinada leitura que diagnosticava a necessidade de produzir em larga escala e se inserir de forma competitiva no mercado, transita-se para uma leitura contemporânea de que pequenas experiências apresentam significativo potencial para o fomento e organização de outras cadeias produtivas como a do mel, do milho, das frutas etc. ainda que haja certo direcionamento para as linhas de produção prioritárias do MST, tal qual o arroz ecológico, as sementes agroecológicas e o leite. Esses processos, situados historicamente, indicam um longo aprendizado, tanto dos sujeitos sem-terra quanto dos demais agentes envolvidos com a reforma agrária no Rio Grande do Sul. Apontaram também a necessidade de políticas direcionadas ao fomento à agroindustrialização e que repercutiu na criação do Programa Terra Sol, em 2004. Por fim, o momento atual se caracteriza pela ampliação da discussão sobre agroindustrialização e sobre modelos de desenvolvimento, nos quais os agentes envolvidos com assentamentos, no Rio Grande do Sul, passam a compreender a complexidade que envolve a instalação de empreendimentos agroindustriais, de que não é possível um modelo, como um “projeto técnico único”.

Deste modo, para o MST, a pauta política volta-se para a qualificação de demandas e de projetos, além da ênfase em ações estratégicas regionalizadas para acessar mercados institucionais. Isso tem ecoado numa ação mais intensiva junto às cooperativas. Denota também uma preocupação eminente com a viabilidade social e econômica dos empreendimentos de forma geral e com o desenvolvimento dos assentamentos, entendendo-os como progressiva superação das dificuldades de infraestrutura, mas sobretudo, como a articulação entre a produção sustentável de alimentos e a qualidade de vida das famílias assentadas. Nessa mobilização para a construção de projetos viáveis, há um reforço

significativo do papel das cooperativas, sendo elas centrais na execução das políticas do MST e das políticas estatais.

Para o Estado, como um campo em que se disputam modelos de desenvolvimento rural para o Brasil, a Reforma Agrária nunca foi prioritária, desencadeando contradições que se fazem presentes na execução das políticas públicas em assentamentos. No estudo do Programa Terra Sol, no Rio Grande do Sul, concluímos que os problemas têm relação com o fato de que a política pública é também um complexo campo de disputas. Neste campo, a dinâmica predominante se dá a partir das urgências de gestão e de aplicação de recursos, que aceleram a escolha de projetos, atropelando a realização de diagnósticos e de uma discussão qualificada, sobretudo com os agricultores assentados diretamente vinculados. Tal postura indica uma proeminência da eficácia em detrimento da eficiência, o que denota, também, uma concepção “restrita” sobre o papel do empreendimento no desenvolvimento dos assentamentos, mensurada a partir de números de beneficiários, especulações sobre potencial de geração de emprego e renda e em especial, uma concepção de agroindustrialização que se encerra na obra civil e em uma lista de equipamentos.

A ausência de uma visão global da agroindustrialização também repercutiu em outras consequências como no caso das dificuldades para o licenciamento ambiental e de atendimento das normas sanitárias dos empreendimentos e que, em alguns casos, exigiu a emissão de aditivos nos convênios com as prefeituras. Ainda nesse sentido, outra questão foi referente a responsabilidade técnica para a operação dos empreendimentos, seja pelo custo da contratação, seja por não haver esse profissional “disponível” no mercado – há que se considerar o fato de que muitos assentamentos se localizam em áreas interioranas, que distam de 50 a 100km das áreas urbanas (como são os casos de assentamentos na metade sul do estado).

Portanto, podemos apontar que significativa parte das problemáticas que envolveram o Campo Terra Sol e, sobretudo, a agroindustrialização em assentamentos, tem relação tanto com a falta de discussão ampliada com os assentados e com as disputas no Campo Terra Sol – seja por recursos seja por concepções sobre os projetos. Diagnosticamos assim um cenário que comprovou a tese de que o processo de implantação de unidades agroindustriais não tinha gerado transformações capazes de promover a integração regional, a geração de emprego e renda, com a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. Efetivamente, um exemplo objetivo disso é que parte dos empreendimentos, em 2012, ainda não estava com convênios finalizados e que o PTS não realizou outros investimentos em 2010 e 2011 – justamente para concentrar esforços na finalização dos projetos que estavam ainda em

andamento e atrasados. Tal resultado, indesejável principalmente para a gestão pública, gera também um certo efeito simbólico negativo junto às famílias assentadas.

Assim, pode-se dizer que uma das principais contribuições dos investimentos realizados pelo Programa Terra Sol foi a problematização sobre a agroindustrialização, desencadeando reflexões entre todos os agentes envolvidos com a reforma agrária, no Rio Grande do Sul. Estas acabaram sendo canalizadas para os espaços políticos, seja no Campo MST, seja no Campo PTS, de modo que houvesse um processo de abertura para superação, tanto do modelo de agroindustrialização vinculado a experiência coletiva de cooperação, quanto canalização de recursos para os assentamentos com cooperativas constituídas.

Ao longo do trabalho, tentamos demonstrar que desde os agricultores assentados até os gestores da política pública, passando pelas lideranças do Movimento, há diferentes escalas de ação, que indicam leituras sobre a realidade e sobre o dever dos assentamentos. Tais simultaneidades, tão pouco consideradas no âmbito da execução das políticas públicas, acabam por intervir diretamente nos resultados. As urgências, ao tornarem-se rotinas, impediram reflexões para a qualificação de projetos, para o diálogo com público beneficiário, apressaram a realização de diagnósticos identificando potencialidades e outras formas de cooperação que, por vezes, não se fazem presentes no Campo MST. Portanto, seria adequado reconsiderar a pertinência de encontros regionais com discussões ampliadas sobre os investimentos a serem realizados, de forma a oportunizar a participação de outros sujeitos. Parte desse processo já vem sendo realizada com a qualificação dos PDAs e PRAs, vinculados ao trabalho dos ATPs.

Importa dizer que, em parte, essas dimensões estão ao nível fenomênico, observável e passível de levantamento com pesquisas a campo e que fornecem alguns indicativos dos processos políticos que orientaram a execução do Programa Terra Sol. Sendo parte da dimensão fenomênica da realidade, a gestão pública diagnosticou parte destas questões e, de modo a tentar solucioná-las, articulou o convênio com a UFSM para a assessoria técnica especializada, que pudesse ajudar a suprimir problemas como a falta de qualificação dos projetos e a discussão do planejamento e da gestão com os grupos gestores dos empreendimentos. Mas, ainda assim, a ação da equipe técnica não gerou os resultados esperados, de modo que contribuiu para a problematização do debate sobre a agroindustrialização mas, efetivamente, suas ações foram limitadas à algumas dimensões – sobretudo técnicas. Isso nos indica que a solução de alguns problemas referente a execução de políticas públicas não passa, necessariamente, pelo viés exclusivamente técnico. Envolve, sobretudo, a necessidade de compreender as relações sociais – de poder e de política – que

engendram os campos e que uma de suas objetivações está na disputa pelos critérios de definição de investimentos e de linhas prioritárias.

Portanto, refletir para além da dimensão fenomênica foi o desafio que propomos a superar e, apontamos esse como um dos principais resultados, de base teórico-metodológico, desta pesquisa. Deste modo, os conceitos de campo e território foram fecundos pois auxiliaram na problematização das relações de poder que fundamentaram a execução de uma política pública e, também, permitiram elaborar outras reflexões e apontar para outros destinos – como a necessidade de continuar leituras e pesquisas em profundidade – contribuindo no movimento de reflexão epistemológica da ciência pela interlocução entre a Geografia e a Sociologia.

Com os fundamentos teóricos e metodológicos da Teoria Geral dos Campos identificamos pelo menos quatro tipos de campos que atuam diretamente na execução de políticas públicas em áreas reformadas, sendo eles: Campo Estado, Campo Reforma Agrária, Campo MST e o Campo PTS. Ao modo proposto por Bourdieu (2006, 2007, 2008) cada um destes campos agrega em si diferentes agentes, capitais e características próprias que denotam seu funcionamento em particular e em relação aos outros campos. Em cada campo, igualmente, há definição de critérios para participação dos agentes – ao modo de rituais de iniciação, com a aquisição de corpus de saberes específicos e do habitus – e define-se também qual tipo de capital é valorizado. A interlocução com a Abordagem Territorial, sobretudo a partir da reflexão de geógrafos como Raffestin (1993) e Haesbaert (2006), foi fundamental para estabelecer diálogo entre a Sociologia e a Geografia, indicando que podemos analisar cada campo ao modo de um território em que se disputam projeções (programas) para o devir e que um determinado território indica certa visão de mundo que está hegemônica naquele momento, mas que em função dos conflitos no campo, pode vir a ser contestada ou refeita, dialeticamente, no momento posterior. A partir do conceito de campo pôde-se visualizar as contradições e conflitos internos que constroem o território, não como um produto estanque, pronto, mas como um processo que se faz de lutas, resistências, legitimação, enfim, hegemonias. Assim, as particularidades de cada campo têm um fundamento geográfico, enquanto que as particularidades e os movimentos internos do território têm uma lógica ao modo de um campo. Neste exercício analítico, ainda inicial, não pormenorizamos o saber científico de cada disciplina mas, ao contrário, buscamos tecer aproximações e estabelecer diálogos de modo que possamos construir uma leitura da complexidade do real um pouco menos fragmentada.

Assim, ao longo da pesquisa, priorizamos dois campos dadas suas centralidade no debate sobre agroindustrialização e políticas públicas em assentamentos: o Campo Terra Sol e o Campo MST.

O Campo Terra Sol, como um subcampo da reforma agrária e, portanto, do Estado, apresenta especificidades por sua configuração e pela situação geográfica gaúcha. Um dos principais agentes do Campo Terra Sol é o INCRA – SR 11, seguido do MST/COCEARGS (que representa o Campo MST) e eventualmente há participação de agentes como as Prefeituras Municipais, Universidades, Empresas de Assistência Técnica, mas de modo pontual. Os principais capitais no campo são o capital social e o capital econômico, pois a lógica prioriza uma boa relação das variáveis famílias beneficiadas *versus* valor investido, buscando critérios de definição de prioridades que possam oferecer algum tipo de garantia da eficácia da política, mensurada a partir do número de famílias beneficiadas, geração de empregos e renda. Assim, na lógica do campo predomina a relação social *versus* econômico e o fato de que o campo funciona esporadicamente – ao modo de reuniões e encontros – sendo que grande parte dos processos políticos acontecem antes destas reuniões – que tem por objetivo específico a negociação e tomada de decisão. Deste modo, pode-se concluir que a execução da política pública é um processo principalmente político, de confrontação de relações de poder, marcado pela capacidade de influência (que está baseada no quantum de capitais do agente) e de negociação inclusive dos riscos (pois na medida em que o Campo MST apresenta determinadas prioridades, oferece como contrapartida certa garantia de retorno – sobretudo quando refere-se a uma cooperativa ou nas linhas prioritárias que, em grande parte, já estão estruturadas). Tal conclusão, ainda que exigente de pesquisas complementares, permite-se formular questões como: Qual as perspectivas, para acesso ao PTS, das famílias que fazem opção de não participar das estruturas do MST? Até que pontos esses outros grupos sociais assentados podem disputar recursos da política pública quando seu *quantum* de capital é baixo em comparação ao Campo MST? E quais seriam os mecanismos da gestão pública para atentar àquelas iniciativas que, ainda que inclusas na área de atuação do Campo MST, não fazem parte das linhas prioritárias e, portanto, indicam outros projetos para devir dos assentamentos? Essas são algumas das questões que nos fazem indagar sobre as invisibilidades que acabam sendo reforçadas na ação do Estado e que, além disso, corroboram o dilema presença-ausência do Estado nas áreas reformadas.

Por sua vez, no Campo MST, identificamos a liderança como um agente cujas particularidades, alusivas à visão de mundo, têm relação com a sua situação geográfica. Outro indício de sua visão de mundo particular é o exercício da função política de *mediação* entre as

necessidades do agricultor assentado – em suas singularidades – e aquelas do sujeito sem-terra – esse ente universal, expressão do MST. No Campo MST o capital simbólico é a combinação dialética da relação entre o capital social – que refere-se a estrutura política de representação, pois aufer-se delegado das famílias assentadas no estado – e o capital econômico – que refere-se a estrutura econômica da organização, com destaque às cooperativas. O capital simbólico, a partir da posição social de agente, agrega ao agricultor assentado um determinado *status* com um poder simbólico que aufer poder de voz e a capacidade de “fazer crer e fazer ver” de construir, criar e difundir determinadas visões de mundo e, conseqüentemente, formas de ação sobre o mundo.

Isto posto, é a liderança como agente no Campo MST, como delegado da comunidade (DUSSEL, 2007), que atua, não somente em nome de seus representados, mas sobretudo indica a eles quais melhores oportunidades e possibilidades, indica análises de conjuntura e de visão sobre o futuro, sobre os projetos para o devir. Desta maneira, a liderança é tanto produto do poder da comunidade quanto a política da comunidade – pois há aí um movimento de definição de prioridades que se revertem em atividades priorizadas, tal como uma espiral ascendente (a potencia) e uma espiral descendente (a potestas). Esse movimento é produto histórico do aprendizado político construído na formação do sujeito sem-terra e que ainda baliza todas as ações do Movimento.

No Campo MST uma das lógicas principais é a de gestão dos trunfos, sendo eles, notadamente, as famílias assentadas, a terra e o território – este como sendo as relações de poder entre os sujeitos sem-terra e as respectivas implicações espaciais, ao modo de como um determinado projeto que se territorializa e que tem em seu bojo outros projetos em disputa. Portanto, a dinâmica do Campo MST se dá a partir das estratégias de ação para a gestão dos trunfos, sendo que, na nossa leitura inicial, propomos entender as especificidades de cada regional (meio geográfico conjugado à trajetória das famílias assentadas) que culmina na formulação de visões de mundo diferenciadas e que endossam, por sua vez, relações de poder e projeções. Assim, a lógica para a gestão dos trunfos tem um pressuposto territorial de organização, a fim de articular os territórios zonas – assentamentos e ou regionais – ao território-rede (como objetivação do MST na escala estadual). Com a análise da estrutura e organização do MST ao modo de um campo e território, podemos comprovar a hipótese de que as lideranças têm um papel central na definição de projetos e o *quantum* de capitais de cada agente indica sua capacidade de influência, tanto para a definição de estratégias ou prioridades estaduais, quanto na defesa de projetos para o acesso a recursos públicos.

O estudo dos Campos Terra Sol e do Campo MST permitiu ampliar a compreensão dos processos com base nos quais foram formuladas as hipóteses da pesquisa. Assim, foram identificadas, ao menos, duas concepções de desenvolvimento para os assentamentos – sendo uma do Estado e outra do MST – que influenciam na forma como a agroindustrialização é concebida – geralmente como uma estratégia para o desenvolvimento, apontando-se as potencialidades dos empreendimentos, ainda que na execução da política pública as ações indicavam uma visão restrita, ligada tão somente às obras civis e aos equipamentos.

No tocante ao acesso ao Programa Terra Sol, também foi possível comprovar a hipótese de que grande parte dos recursos foram destinados as demandas apresentadas pelo MST/COCEARGS, com ênfase para as cooperativas. Importante lembrar que as cooperativas contemplam menos de 60% das famílias assentadas no estado e que distribuição regional também é desigual. Ao priorizar tais processos, a ação do Estado intensifica a diferenciação social e regional dos assentamentos no Rio Grande do Sul.

Quanto as especificidades regionais, elas desempenham papel fundamental, ainda que ausentes na visão jurídico-política que o Estado tem das áreas reformadas. Comprovamos que, não obstante o fato de não haver um diagnóstico de potencialidades que dificulta a identificação de linhas produtivas estratégicas conforme a situação geográfica dos assentamentos ou da região, há ainda uma representação regional desigual, sobretudo porque o Campo MST é o principal expoente das demandas dos assentamentos – conforme já ressaltamos.

Assim consideramos que outro importante resultado, além da construção teórico-metodológica já destacada, refere-se ao exercício de pesquisa e análise relacional, tanto do fenômeno quanto conceitual, em que buscamos contemplar desde perspectivas dos agentes do Estado, dos do Movimento e, eventualmente, de outras instituições que interagem no campo da reforma agrária. Neste exercício, também nos esforçamos para compreender a política pública como um campo em disputa, em que a atuação de diferentes agentes indica alguns dos processos políticos que envolvem a execução da mesma e as possibilidades de atender seus objetivos. Em termos conceituais, o exercício de uma análise relacional buscou identificar os diferentes campos e territórios em sua articulação, seus agentes e suas lógicas – ainda que, para a escala regional e local faz-se necessárias outras pesquisas. Deste ponto de vista, considera-se que um dos principais resultados está no exercício de uma análise geográfica que priorize as conexões, que visualize os agentes agindo e tencionando as estruturas, de modo a produzir visões de mundo e de ações sobre o mundo. Nestes exercícios, evitamos a todo tempo deslizar para a demonização ou heroicização de qualquer uma das partes.

Por fim, cabe finalizar dizendo que é a simultaneidade, cujo sustentáculo está no espaço geográfico, que indica a pluralidades ao modo de *potentia* e *potesta*. Indica como os diferentes modos de vida, os meios geográficos e as trajetórias fundamentam estratégias de sobrevivência – ao meio, às relações sociais, às estruturas – em que os sujeitos conduzem a sua vida nesse amplo espaço de negociação, de mediações, de disputas e de reconhecimentos. Tais dimensões ainda desafiam a pesquisa e a reflexão no campo das ciências sociais e exigem, especialmente da geografia, o exercício da reflexividade para analisar a realidade levando em conta sua complexidade.

Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. [Tradução Alfredo Bosi]. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ABRA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA. Qual é a Questão Agrária atual? **Revista ABRA**, São Paulo, vol. 34, n. 2, jul/dez 2007, p. 17-40.
- AGNEW, J. e OSLENDER, U. Territorialidades superpuestas, soberania en disputa: lecciones empíricas desde América Latina. **Tabula Rasa**. Bogotá – Colombia, nº13, p. 191-213, jul/dez, 2010.
- AGUIAR, O. A. A dimensão constituinte do poder em Hannah Arendt. **Revista Trans/Form/Ação**, Marília, PR, v. 34, n. 1, 2011, p. 115-130.
- ALVES, F. D. As faces do desenvolvimento rural no sul gaúcho: produção agroecológica familiar e monoculturas empresariais. **Revista Agrária**, São Paulo, nº 7, 2007, p. 66-89.
- ALVES, F. D.; SILVEIRA, V. C. P. Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota, RS. **Ciência e Natura**, v. 30, p. 149-172, 2008.
- ANDRADE, P. L. C. **Planejamento estatal e o processo de produção do espaço em assentamentos de Reforma Agrária**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2006.
- ARAÚJO, F. P.; LUZ, T. F.; NÓBREGA, M. R. Terra: a luta continua depois de conquistá-la, uma visão acerca do assentamento conquista da liberdade. **Anais... XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, São Paulo, 2009, p. 01-16.
- ARENDT, H. **Da violência**. [Tradução Maria Cláudia Drummond]. 1969. Versão digital, 2004. Disponível em: <http://www.libertarianismo.org/livros/harendtdv.pdf> Acesso em 30 out 2013.
- _____. **O que é política?** [Tradução Reinaldo Guarany]. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BAILLY, A. Les représentations en géographie. In: BAILLY, A.; FERRAS, R.; PUMAIN, D. (direction). **Encyclopédie de Géographie**. Paris : Economica, 1995, p. 370-381.
- BARONE, L. A. e FERRANTE, V. L. S. B. As políticas de **assentamentos** em São Paulo: por um balanço da trajetória das experiências em distintas regiões. In: FERRANTE, V. L. S. B. & WHITAKER, Dulce C. A. **Retrato dos Assentamentos**. N. 13. Araraquara, SP: NUPEDOR/UNIARA, 2010, p. 117-136.
- BEAUD, S. e WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. [tradução de Sérgio Joaquim de Almeida]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BECKER, B. K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, Bertha K. *et. al.* **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983, p. 01-20.
- _____. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 99-126, 1988.
- _____. **Cientistas do Brasil**. Produção da TV Cultura e da UNIVESP. Disponível em: <http://univesptv.cmais.com.br/cientistas-do-brasil-bertha-becker> Acesso em 25 set 2014.

- BECKER, H. S. Problemas de inferência e prova na observação participante. In _____ . **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 47-99. (Publicado originalmente em 1958).
- BERNARDES, A. Quanto às categorias e aos conceitos. **Revista Formação Online**, n. 18, volume 2, p. 165-172, jul./dez., 2011.
- _____. **Das perspectivas ontológicas à natureza do internauta: contribuições à epistemologia em Geografia**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- BOND, R. Guaranis desmentem livros e revelam nova história. In: **A nova democracia**. Ano VI, nº 40, fev. 2008. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-40/1515-guaranis-desmentem-livros-e-revelam-nova-historia> Acesso em 28 nov. 2014.
- BORGES, J. L. Bases históricas do cooperativismo no MST. **Revista Fato & Versões**, n. 3, v. 2, 2010, p. 157-173.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma Teoria da Prática. In.: ORTIZ, R. (Org.) **Pierre Bourdieu-Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. Espíritos de Estado. 1993. **Revista Sociedad**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/7202195/Bourdieu-Pierre-Espiritus-de-Estado>.
- _____. La Lógica de los Campos. **Revista Zona Erógena**, nº 16, 1993, p. 01-14.
- _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- _____. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Montessor, 2002.
- _____. **Para uma sociologia da ciência**. [Tradução Pedro Elói Duarte]. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2004.
- _____. **Esboço de autoanálise**. [Tradução Sergio Miceli]. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____. **O poder simbólico**. [Tradução de Fernando Tomaz]. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. **Meditações Pascalianas**. [Tradução Sergio Miceli]. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. Ao leitor. In: Bourdieu, Pierre [*et al.*]. **A Miséria do mundo**. Tradutores: Mateus S. Soares Azevedo ... [*et al.*]. Petrópolis: Vozes, 2008. P. 09-10.
- _____. As duas faces do Estado. **Jornal Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, Jan. 2012, Ano 5, Nro 54, p. 16-17.
- _____. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados** 27 (79), 2013, p. 133-145. [versão original artigo 1991]
- BRANDAO, J. B.; FROEHLICH, J. M.; BREITENBACH, R. Florestas de Eucaliptos na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul – Brasil: promessas e evidências. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 19, p. 216-235, 2014.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **PROMESO**: Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais. Brasília: MIN, 2009.
- BRASIL. Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, e dá outras providências. Brasília, 1985.

- BRITO, A. N. S. **Entre o corredor e a estância: dinâmicas sociais e produtivas na APA do Rio Ibirapuitã**. 2010. 159 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.
- CAMPOS, C. S. S. Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio: o caso de Cruz Alta/RS. **Tese** (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- CAPRON, G. (dir.) *et al.* **La geografía contemporánea y Elisée Reclus. Nouvelle**. Mexico : Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2011. Disponível em: <http://books.openedition.org/cemca/2552> Acesso em 29 setembro 2014.
- CAROU, H. C. Los enfoques actuales de la geografía política. **Revista Espiral**, 1997, VII may/ago. Disponível: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=13870903>> Acesso em 03 abril 2013.
- CARVALHO, H. M. de. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba, Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Agosto, 1998.
- _____. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidades sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. MPF/NEAD/IICA, Curitiba, 1999.
- _____. Política compensatória de assentamentos rurais como negação da Reforma Agrária. **Revista NERA**, ano 7, n. 5, ago/dez. 2004, p. 113-122.
- CASTILHO, C. J. M. Entrevista com Claude Raffestin. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, V. 02, N. 01, 2013. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistamseu/index.php/revista/article/download/44/76> Acesso em 23 de julho de 2013.
- CASTRO, I. E. de. O problema da Escala. In: GOMES, Paulo César da Costa. (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. **Geografia e política: territórios, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CATANI, A. M. Pierre Bourdieu: um estudo da noção de campo e das suas apropriações brasileiras nas produções educacionais. In: V Congresso Português de Sociologia, **Anais...** p. 8-23, 2004, Braga.
- CHAMPAGNE, P. **Pierre Bourdieu**. Toulouse: Milan, 2008.
- CHAUMET, M. Lacoste (Yves) – La géographie, ça sert, d’abord, à faire la guerre et Hérodote. **NOROIS**, 1977, v. 93, n. 01, p. 119-120.
- CHAUVIRÉ, C. e FONTAINE, O. **Le vocabulaire de Bourdieu**. Paris: Ellipses, 2003.
- CHELOTTI, M. C. **A Instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'Ana do Livramento-RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2003.

- CHIVALLON, C. Une vision de la géographie sociale et culturelle en France. In: **Annales de Géographie**, 2003, t. 112, n° 634, pp. 646-657. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geo_0003-4010_2003_num_112_634_985 Acesso 29 set 2014.
- CLAUDINO DE SÁ, V. *et al.* A estrutura organizacional no modelo de ATES utilizado no RS. **Anais...** V Jornada de Estudos e Assentamentos Rurais. Unicamp: Campinas, 2011, p. 01-22.
- CLAVAL, P. La géographie et les phénomènes de domination. **Espace géographique**, t. 5, n° 3, 1976, p. 145-154.
- _____. **Espaço e Poder**. [tradução de Waltensir Dutra]. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- _____. Géographie et sociologie. In.: BAILLY, A.; FERRAS, R.; PUMAIN, D. (direction). **Encyclopédie de Géographie**. Paris : Economica, 1995, p. 57-73.
- _____. **Les espaces de la politique**. Paris: Armand Colin, 2010.
- CONCRAB - CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. Enfrentar os desafios da organização dos assentamentos. **Caderno de Cooperação Agrícola**, n° 07. São Paulo: CONCRAB, 1998.
- _____. O cooperativismo no pensamento marxista. **Caderno das Experiências Históricas de Cooperação n° 02**. São Paulo: CONCRAB, 2000.
- _____. Para debater os desafios internos do MST. **Caderno de Debate**, n° 02. São Paulo: CONCRAB, 2009.
- CORONADO, J. P. Geopolítica crítica francesa: contribuciones a la geografía del poder y a la geografía electoral. In: CAPRON, Guénola (dir.) *et al.* **La geografía contemporánea y Elisée Reclus**. Mexico: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos. Disponível em: <http://books.openedition.org/cemca/2582> Acessado em 30 setembro 2014.
- COSTA, W. M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.
- _____. **Geografia Política e Geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- CRUZ, V. C. A 'teoria como caixa de ferramentas': reflexões sobre o uso dos conceitos na pesquisa em geografia. In: X ENANPEGE - Encontro Nacional Da Associação Brasileira De Pós-Graduação e Pesquisa Em Geografia, 2013, CAMPINAS -SP. **Anais...**, 2013, p. 4454-4466.
- CUBAS, T. E. A. São Paulo Agrário: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.
- DELGADO, G. Uma proposta para desenvolvimento dos assentamentos. **Revista ABRA**, vol. 34, n°2, jul/dez 2007, p. 57 a 62.
- DIAS, C. . Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & Sociedade**, v. 10, n.2, 2000.
- DIESEL, V. e NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. **Extensão rural no contexto do pluralismo institucional**: reflexões a partir dos serviços de ates aos assentamentos de reforma agrária no RS. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

- DIESEL, V. *et. al.* Os impactos sociais dos programas de fomento florestal. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 13, p. 120-146, 2006.
- DOUILLET, A. C. Le territoire objet de politiques publiques: Logiques de constitution des espaces de développement promus par les politiques de développement territorial. In: **Lire les territoires**. Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 2002. Disponível em: <http://books.openedition.org/pufr/1779> Acesso em 20 dez 2014.
- DUARTE, A. Poder e violência no pensamento político de Hannah Arendt: uma reconsideração. In.: ARENDT, Hannah. Sobre a violência. [tradução André de Macedo Duarte]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 131-167.
- DUMONT, M. Aux origines d'une géopolitique et l'action spatiale : Michel Foucault dans les géographies françaises. In: *L'espace politique*, 12, 2010-3. Acesso em 02 setembro 2014. Disponível em: <http://espacepolitique.revues.org/1744>
- DUSSEL, E. **20 teses de política**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. Vivemos uma primavera política. **Captura Criptica: direito, política, atualidade**, n.2, v.1 (jul./dez. 2009). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009, p. 611-628.
- ENCEL, F. Questions de géopolitique ou la géopolitique en question. In : **La revue pour l'histoire du CNRS**, 16, 2007. Disponível em : <http://histoire-cnrs.revues.org/1573>. Acesso em 29 set. 2014.
- ESTEVA, G. Desenvolvimento. In.: WOLFGANG, S. (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. [tradutores Vera L. M. Joscelyne; Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 59-83.
- FABRINI, J. E. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Revista Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 229-242, jul./dez. 2002.
- _____. **Os Assentamentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra do Centro-Oeste/PR enquanto Território de Resistência Camponesa**. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP – Presidente Prudente, SP. 2002.
- FERNANDES, B. M. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro, formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999). Tese (Doutorado em Geografia), Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 1999.
- _____. Impactos sócioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária: uma contribuição crítica a publicação “A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira”. In: FRANÇA, C. G. de; SPAVOREK, G. **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005, p. 113-132.
- _____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais - **VI Encontro da Anpege**. 2005, p. 01-10.
- _____. **20 anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula**. 2006. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/20anosdomsteaperspectivadareforma.pdf> Acesso em 25 out 2012.

- _____. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. **Reforma Agrária** – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). vol. 34, n. 2. jul/dez 2007, p. 77-94.
- FIALHO, M. A. V. Transformações do Modo de Vida do Gaúcho Peão Brasileiro após o Cercamento dos Campos na Segunda Metade do Século XIX: aspectos comportamentais de um grupo social subalterno. In: Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y agroindustriales, 7., 2011, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2011. p. 1-20.
- FLORES, S. S. e MEDEIROS, R. M. V. Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade: uma proposta de abordagem no território dos Vinhos da Campanha. In: Encontro de Grupos de Pesquisa, 6, 2011, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: UNESP, 2011. P. 1-15.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. [organização e tradução de Roberto Machado] Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. Genealogia e poder (curso em 7 de janeiro de 1976). In: _____. **Microfísica do poder**. [organização e tradução de Roberto Machado] Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. El sujeto y el poder. En: HUBERT, L. DREYFOUS – PAUL RABIONOW. Michel Foucault : más allá del estructuralismo y la hermenêutica. Buenos Aires: Nueva Visión, p. 241-259, 2001.
- GALEGO, C. e GOMES, A. Emancipação, ruptura e inovação: o ‘focus group’ como instrumento de investigação. **Revista Lusófona de Educação**, 2005, v. 5, p. 173-184.
- GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 64-89.
- GERALDINO, C. F. G. O conceito de meio na Geografia. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- GOMES, J. C. C. Pesquisa agropecuária e reforma agrária: contribuição para a análise da qualidade dos assentamentos. In: FRANÇA, Caio G. de; SPAVOREK, Gerd. **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005. p. 155-167.
- GUANZIROLI, C. E. **Reforma Agrária e globalização da economia**: o caso do Brasil. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1998, p. 1-24.
- GUIMARÃES, L. de C. A formação de relações sociopolíticas em assentamentos de reforma agrária no contexto da implementação de políticas públicas. In: FERRANTE, Vera L. S. B. & ALY JUNIOR, Osvaldo. **Assentamentos rurais: impasses e dilemas** (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA, 2005, p. 277-293.
- HAESBAERT, R. da C. **RS: latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- _____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. **Territórios Alternativos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- HAESBAERT, R. H. e LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Etc... etc, espaço, tempo e crítica** – Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas, nº2, v. 1, p. 39-52, 2007,

- HEINEN, M. **O plano nacional de reforma agrária do governo Lula**. 2004. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/17929366/1990100000/name/O+plano+nacional+de+reforma+agr%C3%A1ria+do+governo+lula.pdf> Acesso em: 07.02.2013
- HISSA, C. E. V. Território de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, M. T. F. e MILANI, C. R. S. (org.). **Compreendendo a complexidade sócioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 37-84.
- IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/>>. Acesso em: 5 jul. 2012.
- IBGE. SIDRA. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 5 jul. 2012.
- INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Norma de Execução No. 09**. Dispõe sobre o processo de consolidação de projetos de assentamento em áreas de Reforma Agrária. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11, abr. 2001.
- _____. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no meio rural**. Brasília: MDA, 2004. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/>. Publicações. Acesso em: 02 jun 2011.
- _____. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no meio rural**. Brasília: MDA, 2004. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/>. Publicações. Acesso em: 02 jun 2011.
- _____. **Norma de Execução No. 58**. Estabelece critérios e procedimentos referentes à implantação de projetos da ação de fomento a agroindustrialização à comercialização e a atividades pluriativas solidárias – terra sol. 2007, p. 01-08. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=255> Acesso em 10 jun 2011.
- _____. **Manual de ATES 2008**. Brasília: MDA, 2008. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/>. Publicações. Acesso em: 30 mai 2011.
- _____. **Norma de Execução No. 76**. Estabelece critérios e procedimentos referentes à implantação de projetos da ação de fomento a agroindustrialização à comercialização e a atividades pluriativas solidárias – terra sol. 2008, p. 01-14. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=255> Acesso em 10 jun 2011.
- _____. **Relatório de Gestão: Exercício 2009 – SEDE**. Brasília: MDA, 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/relatorios/category/151-relatorios-de-gestao>. Publicações. Acesso em: 02 jun 2011.
- _____. **Relatório de Gestão: Exercício 2009 – SR 11**. Brasília: MDA, 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/relatorios/category/151-relatorios-de-gestao>. Publicações. Acesso em: 02 jun 2011.
- _____. **Relatório de Gestão: Exercício 2010 – SEDE**. Brasília: MDA, 2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/relatorios/category/151-relatorios-de-gestao>. Publicações. Acesso em: 02 jun 2011.
- _____. **Relatório de Gestão: Exercício 2010 – SR 11**. Brasília: MDA, 2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/relatorios/category/151-relatorios-de-gestao>. Publicações. Acesso em: 02 jun 2011.

- _____. **INCRA e BNDES discutem programa de agroindustrialização para assentamentos.** Disponível em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16167:incra-e-bndes-discutem-programa-de-agroindustrias-para-assentamentos&catid=1:ultimas&Itemid=278. Acesso em 29 mai 2011.
- _____. **Relatório de Gestão: Exercício 2011 – SEDE.** Brasília: MDA, 2012. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/relatorios/category/151-relatorios-de-gestao>. Publicações. Acesso em: 02 jun 2011.
- _____. **Relatório de Gestão: Exercício 2011 – SR 11.** Brasília: MDA, 2012. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/relatorios/category/151-relatorios-de-gestao>. Publicações. Acesso em: 02 jun 2011.
- JORNAL Agência Brasil. **INCRA alerta assentados gaúchos sobre refinanciamentos do Procera.** Em 24 set. 2013.
- KLEBA, J. B. Cooperação agrícola e coletivismo em assentamentos de reforma agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA**, vol. 4, n° 3, p.132-139, set/dez, 1994.
- KUNZLER, E. Agroecologia e transformações no espaço rural: o caso do assentamento conquista da liberdade, Piratini, RS. **Dissertação** (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.
- LACOSTE, Y. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** [Tradução Maria Cecília França]. Campinas, SP: Paripus, 1988.
- _____. La géopolitique: une histoire contrastée. **La revue pour l’histoire du CNRS**, 22, 2008. Disponível em: <http://histoire-cnrs.revues.org/8082>. Acesso em 19 setembro 2014.
- LAZZARETTI, M. A. As ações coletivas nos assentamentos do MST relações de poder e subjetividade. Campina Grande: UFCG, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Tese, 2007.
- LEITE, S. *et al* (coord.). **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Brasília: IICA/NEAD, São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- LÉVY J. e LUSSAULT M. **Dictionnaire de géographie et de l’espace des sociétés.** Paris: Belin, 2003.
- LÉVY, J. Claude Raffestin, Pour une Géographie du pouvoir. **Annales de Géographie**, 1983, t. 92, n° 514, p. 720-723.
- LIMA, A. J. P. de; HENNIG, C. de C. **Dinâmica e estratégia de desenvolvimento agrícola do município de Constantina/RS.** Ijuí: Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), 2008.
- LIMA, G. C. D. **A experiência sem terra: uma abordagem antropológica sobre a vida no acampamento.** Dissertação (Mestrado em Antropologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- _____. O “sujeito da reforma agrária” e a constituição de mediadores. In: NEVES, Delma Pessanha (org.) **Desenvolvimento social e mediadores políticos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008, p. 129-154.

- LINDNER, M. e MEDEIROS, R. M. V. A luta pela terra e a recriação dos espaços de vida de assentados na Campanha Gaúcha. **Confinos** (Paris), p. 1-14, 2013.
- LOSEKANN, M. B.; WIZNIEWSKY, C. R. F. Saber e identidade dos agricultores familiares camponeses da Costa do Bica e Paredão, Piratini, RS. **Boletim Goiano de Geografia** (Online), v. 32, p. 33-49, 2012.
- _____. Reprodução e direitos sociais frente ao envelhecimento da população dos camponeses do Alto Camapuã. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 40, p. 128-140, 2013.
- MAAR, W. L. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MACIEL, M. C. O individual e o coletivo nos assentamentos: entre o ideal e o real. In: FERRANTE, Vera L. S. B & WHITAKER, Dulce C. A. **Retrato dos assentamentos**. Araraquara, SP: Publicação periódica do NUPEDOR – UNIARA/INCRA, Araraquara, n. 12, 2009, p. 217-242.
- MARRE, J. A. L. A construção do objeto científico na investigação empírica. Cascavel: Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 1991 (Digitado).
- MARTIN, A. R. A politização da geografia como alternativa à crise dos territórios. In: Pontuschka, N. N.; Oliveira, A. U. (Org.). **Geografia em Perspectiva**. São Paulo: Ed. Contexto, 2002.
- MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176 – 185.
- MATEOS, J. C. R. **Territorio, poder y geografía política: contenidos y evolución de la disciplina**. 2012a. Disponível em: [http://titulaciongeografia-sevilla.es/web/contenidos/profesores/materiales/archivos/Territorio Poder y Geografia Politica.pdf](http://titulaciongeografia-sevilla.es/web/contenidos/profesores/materiales/archivos/Territorio_Poder_y_Geografia_Politica.pdf) Acesso em 20 mar 2013.
- _____. **Las políticas públicas**. 2012b. Disponível em: http://titulaciongeografia-sevilla.es/web/contenidos/profesores/materiales/archivos/2012-10-07Politicas_publicas.pdf Acesso em 20 mar 2013.
- MATTEI, L. Reforma agrária e programas de assentamentos rurais: o dilema atual da questão agrária brasileira. In: FRANÇA, Caio G. de; SPAVOREK, Gerd. **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005, p. 168-183.
- MAULL, O. **Geografía política**. [traducción de la primera edición alemana por Ismael Antich] Barcelona: Omega, 1960.
- MEDEIROS, L. S. de. Dimensões da questão agrária: um olhar a partir dos assentamentos rurais. **Revista ABRA**, vol. 34, nº2, jul/dez 2007, p. 125-134.
- MEDEIROS, L. S. de. e LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. 2 ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 2009.
- _____. Introdução. In: _____ (org.) **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 07-17.
- MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. O território dos assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. **Boletim DATALUTA**, v. 1, p. 2-11, 2013.

- MELGAREJO, L. **Desempenho, Eficiência Multidimensional e Previsão de Possibilidade de Sucesso em Assentamentos de Reforma Agrária, no Rio Grande do Sul**. 2000. 482 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.
- MELLO, P. F. **Evasão e Rotatividade em Assentamentos Rurais do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- _____. As ações de desenvolvimento nos assentamentos: para além da inovação, a velha agenda. In: BOTELHO FILHO (org.) **Complexo agroindustrial e outros estudos**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Rurais, v. 6, n. 26, 2006, p.163-193.
- _____. Coesão social e evasão em assentamentos rurais no Extremo-sul do Brasil. **Cadernos do CRH** (UFBA), v. 21, p. 595/54-610, 2008.
- MELLO-THÉRY, N. A. de. Política (e ação) pública, território e o papel da Geografia. **Revista da Anpege**, v. 7, n. 1, número especial, p. 11-19, out., 2011.
- MILLS, C. W. Do artesanato intelectual. In: _____. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, p. 211-243.
- MONEDERO, J. C. **El Estado capitalista en la tradición marxista clásica**. Material desenvolvido para a disciplina de Teoría y práctica del Estado a comienzos del siglo XXI: riesgos y desafíos, Unidade 06, CLACSO, 2012a.
- MORAES SILVA, M. A. de. Terra: fonte de desenvolvimento como liberdade. In: FERRANTE, Vera L. S. B. & ALY JUNIOR, Osvaldo. **Assentamentos rurais: impasses e dilemas** (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA, 2005, p. 295-320.
- MUSEU MEMORIAL DO RIO GRANDE DO SUL. 2012.
- NEAD – NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Assentamentos em Debate**. Brasília: NEAD, 2005.
- NEAG – NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS. **Relatório DATALUTA Rio Grande do Sul**. 2012. Disponível em: <https://sites.google.com/site/neagagraria/dataluta> Acessado em 20 nov. 2014.
- NEVES, D. P. A reforma agrária esforçada. In: FERRANTE, Vera L. S. B. & ALY JUNIOR, Osvaldo. **Assentamentos rurais: impasses e dilemas** (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA, 2005, p. 71-116.
- _____. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, DelmaPessanha (org.). **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 21-44.
- OLIVEIRA, P. de S. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: _____. (org.). **Metodologia em ciências humanas**. São Paulo: EdUNESP, 1998, p. 17-26.
- OZOUF-MARIGNIER, M. V. Géographie et histoire. In.: BAILLY, Antoine; FERRAS, Robert; PUMAIN, Denise (direction). **Encyclopédie de Géographie**. Paris: Economica, 1995, p. 75-89.
- PETERS, G. A praxiologia estruturacionista de Anthony Giddens e Pierre Bourdieu: um estudo comparativo. In: Congresso Brasileiro de Sociologia - SBS, 2005, Belo Horizonte. **Anais...**, 2005, p. 01-72.

- PICOLOTTO, E. L. “**Sem medo de ser feliz na agricultura familiar**”: o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.
- PINTO, L. **Pierre Bourdieu et la théorie du monde social**. Paris: Albin Michel, 1998.
- PLAGNE, N. Entretien avec Paul Claval. 27 février 2012. Disponível em: <http://www.parutions.com/index.php?pid=1&rid=4&srid=100&ida=14454> Acesso em 30 set 2014.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. In: **Reforma agraria y lucha por la tierra en América Latina**, Revista del Observatorio Social de América Latina (OSAL, Buenos Aires), n. 16, 2005.
- PROGRAMA SOMAR (UFSM-INCRA). Relatório fase 02. Mimeo. 2009. p. 01 – 13.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. [Tradução de Maria Cecília França]. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- RAFFESTIN, C.; LEVY, B. Epistémologie de la géographie humaine. In: **Les concepts de la géographie humaine**. Paris: Armand Colin, 1998, p. 25-36. Disponível em: <http://archive-ouverte.unige.ch/unige:4463> Acesso em 23 jul. 2013.
- RAMOS, P. Políticas públicas e perspectivas de viabilização dos assentamentos rurais. In: FERRANTE, Vera L. S. B & WHITAKER, Dulce C. A. **Retrato dos assentamentos**. Araraquara, SP: Publicação periódica do NUPEDOR – UNIARA/INCRA, Araraquara, n. 12, 2009, p. 69-86.
- REZENDE, G. C. de. **Programa especial de crédito para reforma agrária (PROCERA):** institucionalidade, subsídio e eficácia. Texto para Discussão, n. 648, Brasília: IPEA, 1999.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação. **Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul**. 2011. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/default.asp>>. Acesso em: 2 jul. 2012.
- RIPOLL, F. e VESCHAMBRE, V. Face à l’hégémonie du territoire: éléments pour une réflexion critique In : **Lire les territoires**. Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 2002 Disponível em: <http://books.openedition.org/pufr/1816> Acesso em 20 jun. 2014.
- ROMANO, J. O. **Política nas políticas: um olhar sobre a agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.
- ROSIÈRE, S. Comprendre l’espace politique. **L’espace Politique**, 01, 2007. Disponível em: <http://espacepolitique.revues.org/223> Acesso em 03 set. 2014.
- ROZALINO, L. e SILVEIRA, P. R. C. da. A paisagem do progresso e o progresso da paisagem: uma análise sistêmica do desenvolvimento rural gaúcho. In: Seminário Internacional Estado, Território e Desenvolvimento, 1., 2012, Salvador, Bahia. **Anais...** Salvador: UFBA, 2012. p. 1-20.
- RÜCKERT, A. A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 17, p. 79-94, 2005.
- SABOURIN, E. *et al.* Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária do Brasil: o caso do município de Unai (MG). In: **Anais...** Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, Quito: ALASRU, 2006.

- SABOURIN, E. Extensão rural para o ecodesenvolvimento: reflexão sobre métodos e políticas públicas. In: **Anais... IX Congresso da Faser, Extensão Rural, Ecodesenvolvimento e Sustentabilidade**. Aracaju/PE, 2006.
- SABOURIN, E. Reforma Agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 16, no. 2, 2008, p. 5-26
- SAMPAIO, P. de A. **Questão agrária e dilemas da formação nacional**. Conferência, São Paulo: UNESP, 2001. Disponível em: <http://www.mst.org.br/biblioteca/textos/reformaagraria/plininho.html>
- SÁNCHEZ, J. E. **Geografía Política**. Madrid: Editorial Síntesis, 1992.
- SANGUIN, A. L. **Histoire et théorie de la géographie politique: une perspective internationale**. 2014 [manuscrit].
- _____. Jean Gottmann (1915-1994), un pionnier de la géographie politique. In: **Annales de Géographie**, 1996, t. 105, n° 587, p. 73-78.
- SANGUIN, A. L. e PREVELAKIS, G. Jean Gottmann (1915-1994), un pionnier de la géographie politique. **Annales de Géographie**, 1996, t. 105, n° 587, p. 73-78.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SAQUET, M. A. **Os tipos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre, 2002.
- _____. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. Entrevista com Claude Raffestin. Tradução de Eliseu Sposito. **Revista Formação, Presidente Prudente – SP**, n. 15, vol. 01, p. 01-05, 2008. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/1_raffestin.pdf Acesso em 23 de julho de 2013.
- SAUER, S. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: FRANÇA, Caio G. de; SPAVOREK, Gerd. **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005, p. 57-74.
- SCOPINHO, R. A. e MARTINS, A. F. G. Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de reforma agrária: reflexão sobre o método. In: **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre - RS, v. 15, n. 02, p. 124-143, 2003.
- SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. In: **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre - RS, v. 19, p. 84-94, 2007.
- SILVA, A. C. da. **O espaço fora do lugar**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SILVA, T. P. Fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola e o MST. **Revista Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 229-242, jul./dez. 2002.
- SOCHA, E. Pequeno glossário da teoria de Bourdieu (Dossiê Pierre Bourdieu). **Revista CULT**. n. 128, setembro de 2008. Ano 11, p. 44-65.
- SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Tradução [2 ed. Inglesa] Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- SOUZA FILHO, C. F. M. Políticas públicas da reforma agrária. **Revista ABRA**, vol. 34, n°2, jul/dez 2007, p. 69 a 76.

- SOUZA, J. G. de. *Et. al.* (org.). **Reforma Agrária e crédito rural: os resultados de assentamentos rurais frente à inepta política de crédito para a Reforma Agrária no Brasil** (PROCERA). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- SOUZA, J. G.; GEBARA, J. J.; JORGE, J. W. (org.). **Reforma agrária e crédito agrícola: os resultados de assentamentos rurais frente à inepta política de crédito para a Reforma Agrária no Brasil** (PROCERA). Jaboticabal: FUNEP, 2009.
- SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, P. L. **Geografia: conceitos e temas**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SOUZA, S. M. R. **Discursos em confronto no território da luta pela terra no/do Pontal do Paranapanema: MST e imprensa**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.
- SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003.
- STÉDILE, J. P. e FERNANDES, B. M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- SULZBACHER, A. W. **Da terra ao sol: o desafio da produção, processamento e comercialização nos assentamentos do Rio Grande do Sul**. 2011. Monografia (Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5ª ed. São Paulo: Editora Polis, 1980. (Coleção Teoria e História 6).
- THIRY-CHERQUES, H. R. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista RAP**, Rio de Janeiro, RJ, 40(1), jan./fev., 2006, p. 27-55.
- TURRA NETO, N. Pesquisa qualitativa em Geografia. In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos - XVII ENG, 2012, Belo Horizonte. **Anais...** 2012, p. 01-10.
- VALADARES, A. A. *et. al.* A questão agrária e a pobreza rural no Brasil. In: VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- VALVERDE, O. Metodologia da Geografia Agrária. **Campo-Território** Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, fev. 2006, p. 01-16.
- VESENTINI, J. W. Repensando a Geografia Política, um breve histórico crítico e a revisão de uma polêmica atual. **Revista do Departamento de Geografia**, nº 20, 2010, p. 127-142.
- WACQUANT, L. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, 19, nov. 2002, p. 95-110.
- WHITTLESEY, D. S. **Geografía política**. [Traducción de Julio Le Rivereno]. México: Fondo de Cultura Económica. 2 ed. 1948.

ZARNOTT, A. V. et al. Evolução do Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES) no Rio Grande do Sul. **Anais...** V Jornada de Estudos e Assentamentos Rurais. Unicamp: Campinas, 2011, p. 01-22.

Apêndices

1. Roteiros para as entrevistas

1.1. Roteiro para entrevistas com servidores do INCRA

Objetivos:

- compreender qual o papel atribuído pelo Estado (representado pelo INCRA) aos empreendimentos agroindustriais no desenvolvimento dos assentamentos do RS;
- reconstituir aspectos históricos execução do Programa Terra Sol (INCRA), as influências e concepções na criação da política, os espaços de mediação, bem como a concepção do papel da agroindustrialização para a consolidação dos assentamentos;
- verificar quais transformações são identificadas pelos entrevistados, decorrentes do processo de agroindustrialização nos assentamentos rurais gaúchos, considerando-se o período de execução do Programa Terra Sol (INCRA).

1. INCRA x Reforma Agrária

- O que caracteriza um assentamento desenvolvido?
- No âmbito do INCRA, qual tem sido peso da discussão sobre 'desenvolvimento' e infraestrutura dos assentamentos?

2. PROCERA e investimentos em empreendimentos agroindustriais

- Como foi concebido o Programa?
- Primeiros investimentos: Onde? Por quê? Qual era a leitura da realidade?
- Como era a relação INCRA x MST? Havia espaço de negociação ou processo ocorria via pressão (ocupação, articulação política, etc)?
- Resultados obtidos

3. Programa Terra Sol

- O que é uma agroindústria para o PTS? Qual função dela nos assentamentos?
- O que é imprescindível para um empreendimento ser viável?
- Quais principais resultados?
- Sobre as transformações... O que podemos perceber nos locais que houve investimentos?
- No âmbito do INCRA: quais principais entraves internos (estrutura do Estado) e principais entraves externos (agentes, prefeituras, assentamentos, etc.)?
- A experiência do gestor público (INCRA) com a execução do Terra Sol no RS (relato)

4. Os projetos

- Quem pode apresentar projeto de agroindustrialização ao Incra?
- Quais principais critérios para avaliação de um projeto?
- Como é a participação do MST no processo de definição de prioridades?

5. Os espaços de negociação

- Quais são os espaços de negociação?
- Quais são os interesses em comum?
- Como são negociadas as prioridades, seja das linhas de produção, seja do “em que lugar” investir?
- Quais redes de apoio são articuladas?
- Qual tipo ou nível de interferência que o MST tem sobre as decisões de investimento?

1.2. Roteiro para entrevistas com COCEARGS

Objetivos:

- Identificar quais as concepções de desenvolvimento e de agroindustrialização para os assentamentos, difundida entre estes sujeitos políticos, em posição social de liderança regional;
- Mapear os espaços-tempos de emergência do debate sobre agroindustrialização em assentamentos e da instalação de empreendimentos nos assentamentos de reforma agrária, sua concepção e as principais dificuldades enfrentadas;
- Investigar como vem sendo implementada a agroindustrialização nos assentamentos rurais, identificando os principais atores envolvidos, suas formas de organização e de articulação.

1. Como é a organização do MST nos assentamentos

- Estrutura Política – principais ações? Quem são as pessoas?
- Estrutura Econômica – principais ações? Quem são as pessoas?
- Como funciona **processo de definição de demandas** no MST?
- Qual importância da agroindustrialização no âmbito do MST?
- Quais são principais **espaços de decisão**? Como eles funcionam? Quem participa?
- Qual principal ‘queixa’ em relação às famílias? E às lideranças?
- Qual é a liderança do MST que consideras como exemplar (ou que tem relação de confiança)? Por quê?

2. Assentamentos

- O que caracteriza um assentamento desenvolvido?
- Tem algum exemplo de assentamento, no RS, que pode ser considerado desenvolvido?
- O que é uma agroindústria?
- Qual papel da agroindústria no desenvolvimento dos assentamentos? Qual escala de produção? Qual articulação necessária?
- O que é imprescindível para uma agroindústria ser viável?
- Quais são as potencialidades do assentamento? E as limitações?

- Qual sua função como liderança? (regional ou cooperativa) Quais principais atividades... Como faz? Quem são pessoas que ajudam?
- Como é a experiência de ser liderança?
- Quais principais dificuldades? O que decepciona...
- Quais dilemas?
- Quais pontos positivos?
- Qual projeto para o assentamento? (o que gostaria de poder fazer, qual ideia para o desenvolvimento do assentamento? Porque não dá certo?)

1.3. Roteiro para entrevistas com lideranças do MST

Objetivos:

- Identificar quais as concepções de desenvolvimento e de agroindustrialização para os assentamentos, difundida entre estes sujeitos políticos, em posição social de liderança regional;
- Mapear os espaços-tempos de emergência do debate sobre agroindustrialização em assentamentos e da instalação de empreendimentos nos assentamentos de reforma agrária, sua concepção e as principais dificuldades enfrentadas;
- Investigar como vem sendo implementada a agroindustrialização nos assentamentos rurais, identificando os principais atores envolvidos, suas formas de organização e de articulação.

6. Breve histórico

- Trajetória de vida e situação atual (em qual assentamento mora)
- Ingresso no MST (ano, onde foi acampado, qual momento do MST, qual expectativa em relação ao assentamento e a futura organização das famílias para produção)
- Contexto histórico e geográfico em que foi assentado (dificuldades, recursos públicos, ATES, produção, organização social, etc.)
- Como eram as interações sociais (quais sonhos/projetos eram compartilhados)?

7. Assentamento

- Qual é o projeto futuro do assentamento e ou da região?
- O que gostaria que fosse um projeto de futuro (qual a leitura da realidade, situação prospectiva)?
- O que caracteriza um assentamento desenvolvido?
- Tem algum exemplo de assentamento, no RS, que pode ser considerado desenvolvido?
- O que é uma agroindústria?
- Qual papel da agroindústria no desenvolvimento dos assentamentos? Qual escala de produção? Qual articulação necessária?
- O que é imprescindível para uma agroindústria ser viável?
- Quais são as potencialidades do assentamento? E as limitações?

8. Liderança

- Qual sua função como liderança? (regional ou cooperativa) Quais principais atividades... Como faz? Quem são pessoas que ajudam?
- Como é a experiência de ser liderança?
 - Quais principais dificuldades? O que decepciona...
 - Quais dilemas?
 - Quais pontos positivos?
 - Qual projeto para o assentamento? (o que gostaria de poder fazer, qual ideia para o desenvolvimento do assentamento? Porque não dá certo?)

9. MST

- Como funciona a estrutura política do MST? E a estrutura econômica?
- Como funciona processo de definição de demandas no MST?
- Qual importância da agroindustrialização no âmbito do MST?
- Quais são principais espaços de decisão? Como eles funcionam? Quem participa?
- Qual principal 'queixa' em relação às famílias? E às lideranças?
- Qual é a liderança do MST que consideras como exemplar (ou que tem relação de confiança)? Por quê?
- Se tu pudesses, o que mudaria na organização do MST?